



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA LAURA DOS SANTOS SENA

**TRABALHO E TRABALHADORES DA PESCA INDUSTRIAL NO PARÁ FACE À
METÁMORFOSE DO CAPITAL**

BELÉM
2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA LAURA DOS SANTOS SENA

**TRABALHO E TRABALHADORES DA PESCA INDUSTRIAL NO PARÁ FACE À
METÁMORFOSE DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do
Pará, para obtenção do título de Doutor em
Ciências Sócio-Ambientais.
Orientadora: Prof^a Dr^a Edna Ramos de Castro

BELÉM
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA LAURA DOS SANTOS SENA

**TRABALHO E TRABALHADORES DA PESCA INDUSTRIAL NO PARÁ FACE À
METÁMORFOSE DO CAPITAL**

Banca Examinadora:

Orientadora: Profª Drª Edna Ramos Castro

Prof. Dr. Alex Fiúza de Mello

Prof. Dr. Índio Campos

Prof. Dr. Francisco Costa

Profª Drª Magda Neves

Aprovada em: ___/___/_____

A minha mãe Maria e meu pai Manoel.
Aos meus amigos espirituais.

AGRADECIMENTOS

À profa. Edna Castro, por ter acreditado desde o início em minha capacidade de realizar o trabalho de doutorado e pelo apoio em todos os momentos de minha pesquisa.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo auxílio financeiro durante a realização do curso de doutorado.

Ao Projeto Estudo dos Processos de Mudança do Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental – MEGAM, pelo auxílio financeiro na execução da pesquisa de campo.

À profa. Tereza Ximenes, coordenadora do PDTU, pela ajuda em todos os momentos em que precisei do respaldo da coordenação durante a pesquisa de campo.

À Hirna Saunders e Sebastião, meus “anjos da guarda” da secretaria do doutorado, que estavam sempre prontos para atender meus inúmeros pedidos de solicitação de declarações e ofícios.

Aos demais funcionários do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, especialmente Gláucia, Celina, Bernadete e Valdenira, por sua disposição e boa vontade para comigo.

À profa. Rosa Acevedo, coordenadora do PDTU, quando comecei o curso, por ter me dado o voto de confiança e acreditado em meu potencial para desenvolver um bom trabalho no curso de doutorado.

À banca de exame da tese, composta pelos professores Alex Fiuza de Mello, Índio Campos, Francisco Costa e Magda Neves, pelas importantes contribuições fornecidas.

Aos empresários, proprietários das indústrias processadoras e microempresas de captura, pela confiança e respeito.

Aos gerentes de indústria, gerentes de produção, gerentes de controle de qualidade e gerentes administrativos, pela atenção e disponibilidade com que sempre me receberam.

Aos presidentes e diretores do SINPESCA, SINDAPESCA, SINPPA, SINCOMPESCA, SINDIPESCA e COOPIPEPA, pela ajuda e boa vontade na disponibilização de informações.

Ao Sr. Antônio Melo, do IBAMA, pelas informações fornecidas.

Ao Coordenador, no Pará, da DIPOA, pelas informações prestadas.

À Sra. Zélia, secretária do SINPPA, por seu auxílio e atenção.

À Sra. Dorothea de Lourdes Martins, encarregada da Divisão de Cadastro e Certificação do CIABA, pelas informações fornecidas e pela gentileza com que me recebeu.

Ao IESAM, especialmente seu Diretor Acadêmico, prof. João Batista Sena Costa, pela liberação para a conclusão da tese.

Aos meus colegas e professores do curso de doutorado do NAEA, pela amizade e pelos ensinamentos repassados.

Ao meu amigo Janari Pedroso, que compartilhou comigo os momentos bons e difíceis e esteve sempre pronto a me ajudar.

À Krishna Ribeiro, Adagenor Ribeiro e Roberto Corrêa, pela ajuda durante a realização do trabalho.

À Marília Emmi, minha amiga de muitos anos, com quem sempre pude contar.

Aos meus assistentes na pesquisa de campo, Rosinete Farias Nonato e Jardel Silva, pelo esforço e pela dedicação, imprescindíveis para que a pesquisa de campo pudesse ser realizada.

Ao Waldomiro Moreno, meu assistente de pesquisa no início do trabalho, pela paciência e disposição na transcrição das fitas com as entrevistas.

Ao Massoud Tufi Salim Filho, pela tabulação dos dados da pesquisa de campo e pela compreensão nas várias horas gastas na construção das tabelas.

Ao Osmar Guedes Júnior, Maurício Borges e Adilson Viana Soares Júnior, pela confecção dos mapas.

À Celice Torres, pela ajuda na digitação das tabelas.

À Ana Cláudia Castro, que me acompanhou durante toda essa jornada, falando as coisas certas nos momentos certos.

Ao Manoel, Maria, Léo, Zé, Ana e Manoela, pelo apoio constante.

À Socorro, pela sua disponibilidade para resolver problemas de última hora.

Aos trabalhadores do Centro Espírita Ivon Costa, especialmente Luciano e Sílvia, que me acolheram com muita compreensão e carinho.

Ao Nick, que me acompanhou em todos os momentos de redação da tese.

Aos donos dos bares localizados em frente às indústrias de processamento, que ajudaram muito na aproximação com os trabalhadores da captura.

Aos trabalhadores da captura e do processamento, meu agradecimento especial pelos ensinamentos e confiança, que tornaram possível a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiv
1-INTRODUÇÃO.....	1
2-PESCA INDUSTRIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	7
2.1-Faces da reestruturação produtiva.....	7
2.2-O setor da pesca industrial no contexto das novas estratégias organizacionais e tecnológicas.....	13
3-SURGIMENTO DA PESCA INDUSTRIAL NO PARÁ.....	23
3.1-A pesca e a ocupação na Amazônia.....	23
3.2-Ações do Estado na área da pesca.....	30
3.3-A pesca na visão governamental.....	37
4-PARQUE INDUSTRIAL PESQUEIRO DO DISTRITO DE ICOARACI.....	46
4.1-Estratégias adotadas pelas empresas.....	46
4.2-Programa Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle – APPCC.....	50
4.3-Indústrias de processamento.....	64
4.3.1-CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	69
4.3.2-FROTA DE BARCOS.....	73
4.3.3-TRABALHADORES.....	74
4.3.4-ÍNFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA.....	78
4.3.5-SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO.....	84
4.3.6-AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA.....	89
4.3.7-SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ.....	90
4.4-Microempresas de captura.....	92
4.4.1-TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE CAPTURA.....	97
4.4.2-CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	105
4.4.3-FROTA DE BARCOS.....	108

4.4.4-TRABALHADORES.....	110
4.4.5-ÍNFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA.....	115
4.4.6-SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO.....	121
4.4.7-VENDA DE MATÉRIA-PRIMA.....	128
4.4.8-SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ.....	129
5-TRABALHADORES DA PESCA INDUSTRIAL.....	132
5.1-O trabalhador frente às mudanças no trabalho.....	132
5.2-Trabalhadores da captura.....	139
5.2.1-DADOS PESSOAIS.....	149
5.2.2-INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	151
5.2.3-QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA.....	154
5.2.4-TRABALHO ATUAL.....	162
5.2.5-PARceria.....	176
5.2.6-CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	180
5.2.7-TERCEIRIZAÇÃO.....	193
5.2.8-PROGRAMA ANÁLISE DE PERIGOS EM PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE-APPCC.....	194
5.2.9-SINDICATO.....	196
5.2.10-RECURSO NATURAL.....	202
5.2.11-SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ.....	206
5.3-Trabalhadores do processamento.....	208
5.3.1-COOPERATIVA DE TRABALHADORES.....	221
5.3.2-DADOS PESSOAIS.....	225
5.3.3-INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	227
5.3.4-QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA.....	230
5.3.5-TRABALHO ATUAL.....	237
5.3.6-COOPERATIVA.....	247
5.3.7-CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	250
5.3.8-PROGRAMA ANÁLISE DE PERIGOS EM PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE-APPCC.....	264
5.3.9-SINDICATO.....	270
5.3.10-RECURSO NATURAL.....	274
5.3.11-SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ.....	277
6-CONCLUSÃO.....	279
7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	283
8-ANEXOS.....	289

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Utilização da produção pesqueira mundial (1991-2000).....	14
Tabela 2- Produção pesqueira mundial e quantidade de pescado por pessoa (1996-2001).....	16
Tabela 3- Produção da pesca continental por classe econômica (2000).....	18
Tabela 4- Comércio internacional de produtos pesqueiros, de acordo com os principais países importadores e exportadores (US\$ 1000) (2000)	19
Tabela 5- Número de pescadores por continente (em milhões) (1970-2000).....	21
Tabela 6- Número de pessoas ocupadas na produção pesqueira, Brasil (1960/1970/1980/1991).....	54
Tabela 7- Natureza das atividades da empresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	70
Tabela 8- Produto com que a empresa trabalha atualmente, Distrito de Icoaraci (2001).....	71
Tabela 9- Produtos produzidos e/ou serviços oferecidos pela empresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	71
Tabela 10- Três principais critérios de seleção utilizados para a contratação de trabalhadores do setor operacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	76
Tabela 11- Principal problema relacionado à mão-de-obra, Distrito de Icoaraci (2001).....	76
Tabela 12- Setores aos quais está relacionada a mão-de-obra terceirizada, Distrito de Icoaraci (2001).....	77
Tabela 13- Investimentos realizados no ano de 2000, Distrito de Icoaraci (2001).....	78
Tabela 14- Volume de produção anual (em toneladas), Distrito de Icoaraci (2001).....	79
Tabela 15- Insumo mais importante para a empresa, excetuando a matéria-prima, Distrito de Icoaraci (2001).....	79
Tabela 16- Principal problema enfrentado pela empresa no momento atual, Distrito de Icoaraci (2001).....	80
Tabela 17- Três principais variáveis internas que provocam uma condição desfavorável para a empresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	83
Tabela 18- Três principais variáveis externas que provocam uma condição desfavorável para a empresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	84
Tabela 19- Forma de comercialização da produção, Distrito de Icoaraci (2001).....	85
Tabela 20- Destino da produção da indústria, mercado estadual, Distrito de Icoaraci (2001).....	86
Tabela 21- Destino da produção da indústria, mercado nacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	87
Tabela 22- Destino da produção da indústria, mercado internacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	88
Tabela 23- Aquisição de matéria-prima, Distrito de Icoaraci (2001).....	89
Tabela 24- Forma de aquisição da matéria-prima, Distrito de Icoaraci (2001).....	89
Tabela 25- Número de barcos de pesca industrial de captura de camarão-rosa e de piramutaba e estimativa do número de pescadores empregados, Estados do Pará e Amapá (1970-2000).....	96
Tabela 26- Produto com que a microempresa trabalha, Distrito de Icoaraci (2001).....	105
Tabela 27- Principal origem do capital utilizado para iniciar as atividades da microempresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	106

Tabela 28- Produtos oferecidos pelas microempresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	107
Tabela 29- Propriedade das embarcações, Distrito de Icoaraci (2001).....	108
Tabela 30- Idade média da frota das microempresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	109
Tabela 31- Frota utilizada pelas microempresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	109
Tabela 32- Treinamento recebido pelos trabalhadores, Distrito de Icoaraci (2001).....	111
Tabela 33- Três principais critérios de seleção utilizados para a contratação de trabalhadores do setor operacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	112
Tabela 34- Principal problema relacionado à mão-de-obra, Distrito de Icoaraci (2001).....	113
Tabela 35- Setores aos quais está ligada a mão-de-obra terceirizada, Distrito de Icoaraci (2001).....	115
Tabela 36- Investimentos realizados no ano de 2000, Distrito de Icoaraci (2001).....	116
Tabela 37- Volume de produção anual (em toneladas), Distrito de Icoaraci (2001).....	117
Tabela 38- Principal problema enfrentado pela microempresa no momento atual, Distrito de Icoaraci (2001).....	118
Tabela 39- Três principais variáveis internas que provocam uma condição desfavorável para a microempresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	120
Tabela 40- Três principais variáveis externas que provocam uma condição desfavorável para a microempresa, Distrito de Icoaraci (2001).....	120
Tabela 41- Forma de comercialização da produção, Distrito de Icoaraci (2001).....	121
Tabela 42- Destino da produção da microempresa, mercado estadual, Distrito de Icoaraci (2001).....	122
Tabela 43- Destino da produção da microempresa, mercado nacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	123
Tabela 44- Destino da produção da microempresa, mercado internacional, Distrito de Icoaraci (2001).....	124
Tabela 45- Auxílio recebido pelas microempresas para armar seus barcos, Distrito de Icoaraci (2001).....	127
Tabela 46- Venda de matéria-prima, Distrito de Icoaraci (2001).....	128
Tabela 47- Trabalhadores da captura por grupos de idade, Distrito de Icoaraci (2002).....	149
Tabela 48- Trabalhadores da captura, de acordo com o tempo em que está morando em Belém, para os naturais de outros municípios do Pará e de outros Estados do Brasil, Distrito de Icoaraci (2002).....	150
Tabela 49- trabalhadores da captura, segundo a idade em que começaram a trabalhar, Distrito de Icoaraci (2002).....	151
Tabela 50- Trabalhadores da captura, segundo a maneira de terem começado a desenvolver seu trabalho na pesca industrial, Distrito de Icoaraci (2002).....	152
Tabela 51- Trabalhadores da captura, segundo o grau de escolaridade, Distrito de Icoaraci (2002).....	154
Tabela 52- Pescadores, segundo o curso de qualificação técnica realizado, Distrito de Icoaraci (2002).....	155
Tabela 53- Padrões de pesca, segundo o curso de qualificação técnica realizado, Distrito de Icoaraci (2002).....	156
Tabela 54- Padrões de pesca, segundo o curso de qualificação técnica que deseja realizar, Distrito de Icoaraci (2002).....	159

Tabela 55- Pescadores, segundo o curso de qualificação técnica que deseja realizar, Distrito de Icoaraci (2002).....	160
Tabela 56- Patrões de pesca, segundo o rendimento total recebido por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	164
Tabela 57- Pescadores-geleiros/guincheiros, segundo o rendimento total recebido por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	166
Tabela 58- Pescadores-motoristas, segundo o rendimento total recebido por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	167
Tabela 59- Pescadores-cozinheiros, segundo o rendimento total recebido por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	168
Tabela 60- Pescadores-pescadores, segundo o rendimento total recebido por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	169
Tabela 61- Trabalhadores da captura, segundo o período em que está no emprego atual, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	171
Tabela 62- Trabalhadores da captura, segundo os meses trabalhados por ano, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	172
Tabela 63- Trabalhadores da captura, segundo os dias trabalhados em média por mês, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	172
Tabela 64- Trabalhadores da captura, segundo as horas trabalhadas em média por dia, de acordo com o tipo de pesca realizado, Distrito de Icoaraci (2002).....	173
Tabela 65- Trabalhadores da captura, segundo o número de viagens realizadas por ano, de acordo com o tipo de pesca realizada, Distrito de Icoaraci (2002).....	174
Tabela 66- Trabalhadores da captura, segundo o tempo médio de duração das viagens, de acordo com o tipo de pesca realizado, Distrito de Icoaraci (2002).....	175
Tabela 67- Trabalhadores da captura, segundo o recebimento dos direitos trabalhistas, Distrito de Icoaraci (2002).....	180
Tabela 68- Principais problemas enfrentados pelos patrões de pesca em seu trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	182
Tabela 69- Principais problemas enfrentados pelos pescadores em seu trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	184
Tabela 70- Tipo de acidente sofrido no trabalho pelos trabalhadores da captura, Distrito de Icoaraci (2002).....	186
Tabela 71- Tipo de ajuda recebida da empresa pelos trabalhadores da captura, Distrito de Icoaraci (2002).....	188
Tabela 72- Trabalhadores da captura, de acordo com o motivo para estar procurando outro trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	189
Tabela 73- Trabalhadores da captura, de acordo com o motivo para não estar procurando outro trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	190
Tabela 74- Trabalhadores da captura, de acordo com o motivo para desejar mudar de trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	191
Tabela 75- Mudanças trazidas no trabalho pela terceirização, Distrito de Icoaraci (2002).....	193
Tabela 76- O que acontece com o trabalhador da captura durante o período de defeso do camarão,	

Distrito de Icoaraci (2002).....	205
Tabela 77- Trabalhadores do processamento, segundo grupos de idade, Distrito de Icoaraci (2002).....	225
Tabela 78- Trabalhadores do processamento, de acordo com o tempo em que está morando em Belém, para os naturais de outros municípios do Pará e de outros Estados do Brasil, Distrito de Icoaraci (2002)..	226
Tabela 79- Trabalhadores do processamento, segundo a idade em que começou a trabalhar, Distrito de Icoaraci (2002).....	227
Tabela 80- Primeiro trabalho dos trabalhadores do processamento, Distrito de Icoaraci (2002).....	228
Tabela 81- Trabalhadores do processamento, segundo a maneira de ter começado a desenvolver seu trabalho na pesca industrial, Distrito de Icoaraci (2002).....	229
Tabela 82- Trabalhadores do processamento, segundo o grau de escolaridade, Distrito de Icoaraci (2002).....	230
Tabela 83- Trabalhadores do processamento, segundo o curso de qualificação técnica realizado, Distrito de Icoaraci (2002).....	232
Tabela 84- Curso de qualificação que deseja realizar, Distrito de Icoaraci (2002).....	235
Tabela 85- Trabalhadoras do processamento, segundo a posição na família, Distrito de Icoaraci (2002)...	238
Tabela 86- Trabalhadores formais, segundo o rendimento recebido por mês, Distrito de Icoaraci (2002)...	239
Tabela 87- Trabalhadores cooperados, segundo o rendimento recebido por mês, Distrito de Icoaraci (2002).....	240
Tabela 88- Trabalhadores do processamento, segundo o tempo no trabalho atual, Distrito de Icoaraci (2002).....	241
Tabela 89- Trabalhadores do processamento, segundo a frequência com que muda de função, Distrito de Icoaraci (2002).....	242
Tabela 90- Trabalhadores do processamento, segundo os meses trabalhados por ano, Distrito de Icoaraci (2002).....	243
Tabela 91- Trabalhadores do processamento, segundo os dias trabalhados em média por mês, Distrito de Icoaraci (2002).....	244
Tabela 92- Trabalhadores do processamento, segundo as horas trabalhadas em média por dia, Distrito de Icoaraci (2002).....	245
Tabela 93- Trabalhadores do processamento, segundo as horas extras trabalhadas em média por semana, Distrito de Icoaraci (2002).....	246
Tabela 94- Trabalhadores do processamento, segundo o recebimento dos direitos trabalhistas, Distrito de Icoaraci (2002).....	252
Tabela 95- Trabalhadores do processamento, segundo os problemas que afetam a realização de seu trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	254
Tabela 96- Trabalhadores do processamento, segundo o tipo de acidente sofrido no trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	256
Tabela 97- Trabalhadores do processamento, segundo o tipo de ajuda recebida da empresa, Distrito de Icoaraci (2002).....	257
Tabela 98- Principal dificuldade para seguir as normas do programa APPCC, Distrito de Icoaraci (2002)..	268
Tabela 99- Mudanças trazidas pelo programa APPCC para o desenvolvimento da atividade, Distrito de Icoaraci (2002).....	269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Espécies com potencialidade de exploração industrial identificadas pelo governo do Estado do Pará.....	39
Quadro 2- Custos operacionais por embarcação pesqueira no Estado do Pará (1986).....	44
Quadro 3- Princípios para a aplicação do APPCC.....	56
Quadro 4- Frota de propriedade das empresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	74
Quadro 5- Dejetos produzidos pelas empresas e sua destinação, Distrito de Icoaraci (2001).....	81
Quadro 6- Inovações tecnológicas e/ou organizacionais introduzidas pelas empresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	82
Quadro 7- Sugestões para melhorar o setor da pesca industrial no Estado do Pará, Distrito de Icoaraci (2001).....	91
Quadro 8- Características físicas dos barcos da frota industrial do Distrito de Icoaraci.....	94
Quadro 9- Inovações tecnológicas introduzidas pelas microempresas, Distrito de Icoaraci (2001).....	119
Quadro 10- Sugestões para melhorar o setor da pesca industrial no Estado do Pará, Distrito de Icoaraci (2001).....	129
Quadro 11- Piso salarial dos trabalhadores da captura, Distrito de Icoaraci (2001-2002).....	142
Quadro 12- Valor da produção recebida pelos pescadores, Distrito de Icoaraci (2001-2002).....	143
Quadro 13- Trabalhadores da captura, segundo os motivos para ter realizado curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	157
Quadro 14- Trabalhadores da captura, segundo os motivos para não ter realizado curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	158
Quadro 15- Trabalhadores da captura, segundo os motivos para desejar realizar um curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	161
Quadro 16- Trabalhadores da captura, segundo os motivos para não desejar realizar um curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	162
Quadro 17- Opinião dos patrões de pesca em relação ao sistema de parceria, Distrito de Icoaraci (2002). ..	176
Quadro 18- Opinião dos pescadores em relação ao sistema de parceria, Distrito de Icoaraci (2002).....	178
Quadro 19- Motivo para trabalhar em mais de uma empresa durante o período de um ano, Distrito de Icoaraci (2002).....	192
Quadro 20- Opinião sobre o treinamento no programa APPCC, Distrito de Icoaraci (2002).....	195
Quadro 21- Motivo para ser filiado ao sindicato, Distrito de Icoaraci (2002).....	197
Quadro 22- Motivo para não ser filiado ao sindicato, Distrito de Icoaraci (2002).....	198
Quadro 23- Opinião sobre a atuação do SINPPA, Distrito de Icoaraci (2002).....	199
Quadro 24- Opinião sobre a atuação do SINCOMPESCA, Distrito de Icoaraci (2002).....	200
Quadro 25- Opinião sobre o recurso natural pescado atualmente, Distrito de Icoaraci (2002).....	202

Quadro 26- Motivo para ser favorável ao defeso, Distrito de Icoaraci (2002).....	203
Quadro 27- Sugestões para melhorar o setor da pesca industrial no Estado do Pará, Distrito de Icoaraci (2002).....	206
Quadro 28- Trabalhadores do processamento, segundo os motivos para ter realizado curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	233
Quadro 29- Trabalhadores do processamento, segundo os motivos para não ter realizado curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	234
Quadro 30- Trabalhadores do processamento, segundo os motivos para desejar realizar um curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	236
Quadro 31- Trabalhadores do processamento, segundo os motivos para não desejar realizar um curso de qualificação técnica, Distrito de Icoaraci (2002).....	237
Quadro 32- Opinião sobre o sistema de cooperativa, Distrito de Icoaraci (2002).....	248
Quadro 33- Opinião sobre as condições de trabalho oferecidas pela empresa, Distrito de Icoaraci (2002).	250
Quadro 34- Motivo para não estar procurando outro trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	259
Quadro 35- Motivo para estar procurando outro trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	260
Quadro 36- Motivo para desejar mudar de trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	261
Quadro 37- Motivo para não desejar mudar de trabalho, Distrito de Icoaraci (2002).....	262
Quadro 38- Opinião sobre o programa APPCC, Distrito de Icoaraci (2002).....	265
Quadro 39- Opinião sobre o treinamento no programa APPCC, Distrito de Icoaraci (2002).....	267
Quadro 40- Motivo para ser filiado ao sindicato, Distrito de Icoaraci (2002).....	271
Quadro 41- Motivo para não ser filiado ao sindicato, Distrito de Icoaraci (2002).....	272
Quadro 42- Opinião sobre a atuação do SINDIPESCA, Distrito de Icoaraci (2002).....	273
Quadro 43- Opinião sobre a situação do recurso natural processado atualmente, Distrito de Icoaraci (2002).....	274
Quadro 44- Motivo para ser favorável ao defeso, Distrito de Icoaraci (2002).....	275
Quadro 45- Sugestões para melhorar o setor da pesca industrial no Estado do Pará, Distrito de Icoaraci (2002).....	277

LISTA DE ABREVIATURAS

- APPCC** – Programa Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle
- ARCPC** – Sistema de Análise de Riscos e Pontos Críticos
- BASA** – Banco da Amazônia
- CCQ** – Círculo de Controle de Qualidade
- CEPNOR** – Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira da Região Norte
- CIABA** – Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
- COREG-Pa/Ap** – Coordenadoria Regional no Pará e Amapá
- COOPIPEPA** – Cooperativa dos Profissionais da Indústria Pesqueira do Estado do Pará
- CQD** – Controle de Qualidade Dinâmico
- DIPOA** – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
- DPA** – Departamento de Pesca e Aqüicultura
- DOT** – Doença Ocupacional do Trabalho
- FAO** – *Food and Agriculture Organization*
- FISET/PESCA** – Fundo de Investimento Setorial para a Pesca
- HACCP** – *Hazard Analysis and Critical Control Points*
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IDESP** – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
- JIT** – *Just in Time*
- MAARA** – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PC** – Ponto de Controle
- PCC** – Ponto Crítico de Controle

PDP – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro

Pescador PEP – Pescador Especializado Profissional

Pescador POP – Pescador Profissional

REVIZEE – Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

SEPES – Serviço de Inspeção de Pescado e Derivados

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SINCOMPESCA – Sindicato dos Condutores Motorista de Pesca, Motorista de Pesca e Pescadores dos Estados do Pará e Amapá

SINDAPESCA – Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Pará

SINDIPESCA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pesca de Belém

SINPESCA – Sindicato das Indústrias Pesqueiras dos Estados do Pará e Amapá

SINPPA – Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e Amapá

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

RESUMO

O mundo do trabalho passa por grandes transformações, as quais englobam novas tecnologias e formas de organização dos fatores produtivos no processo de produção de mercadorias. Novos modelos de organização do trabalho têm surgido e se mesclado com as práticas fordistas, o que tem influenciado diretamente sobre a utilização da mão-de-obra no processo produtivo. Neste contexto, este estudo procurou analisar de que maneira as práticas do processo de reestruturação produtiva estão acontecendo em um setor de atividade: o da pesca industrial, levando em consideração as particularidades do desenvolvimento dessa atividade extrativa, da forma de estruturação das empresas que compõem este setor para se manter no mercado e/ou ganhar novos mercados e, a maneira de inserção dos trabalhadores nas atividades de captura e processamento da produção pescada. A análise foi realizada entre as empresas que constituem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoraci, que concentra a maior parcela da pesca industrial no Estado do Pará, estudando de que forma as estratégias adotadas pelas indústrias processadoras e microempresas de captura, diante das mudanças no mercado consumidor e da diminuição dos principais recursos explorados, têm repercutido sobre os trabalhadores ocupados nas atividades de captura e processamento.

ABSTRACT

Labor is going through a phase of transformation due to new types of technology and organization of the production process that in turn shape the production of goods worldwide. New organization models have taken place and have been connected with fordist practices, which have caused a major impact on the work force utilization in the production process. This study analyzed the fishery industry taking into account development features of this activity, the structure possessed by companies of this sector to be on the market and earn new markets, and the way workers are placed in activities such as fish catching and processing. Companies comprising the fishery industry from the Icoaraci District (the largest one in Pará State) were analyzed through the study of how the strategy adopted by processing companies and small fishery companies, in light of changes in customer market and decreasing of the main resources exploited, have an effect on the workers involved in such activities.

1- INTRODUÇÃO

A idéia de estudar o setor da pesca industrial pareceu-me, inicialmente, algo sem muitos atrativos, afinal o que poderia ter esse setor de interessante? Sei que parece meio esquisito para um pesquisador começar uma pesquisa assim, mas é que eu pretendia estudar outro tema em minha pesquisa de doutorado.

Ainda tendo essa primeira impressão em mente, fui buscar informações que justificassem a escolha do tema. Após ler livros e artigos que tratavam um pouco sobre o tema, nas décadas de 70 e de 80, comecei, então, procurando as instituições, federal, estadual e municipal, que pudessem me fornecer informações atualizadas sobre o setor da pesca industrial no Pará e, mais especificamente, sobre as empresas localizadas no Distrito de Icoaraci.

Qual não foi minha surpresa ao me deparar com a escassez de informações e, muitas vezes com a recusa por parte de alguns órgãos em ceder os poucos dados disponíveis. Nesse cenário, a única coisa que ouvi das pessoas que trabalhavam no setor administrativo dessas instituições eram “conselhos” para que eu desistisse da pesquisa e fosse estudar outra coisa, pois os dados existentes estavam defasados e os empresários proprietários das empresas de pesca eram pessoas “muito difíceis, que não gostavam de fornecer informações a estranhos”. Portanto, minha pesquisa não tinha futuro e eu “não deveria perder tempo com a pesca industrial, pois além de ser um setor muito fechado não valia a pena ser estudado, já que tudo continuava como no início de sua criação”.

Depois de escutar tantos “desista, isso não vai dar em nada”, essa situação mexeu com meus “brios” de pesquisadora iniciante, ao mesmo tempo que fez com que eu ficasse mais curiosa sobre esse setor. Resolvi, assim, aceitar esse desafio e comprovar por mim mesma se a pesquisa valia a pena ou não. Nesse sentido, dei-me o prazo de um mês para verificar se o que me falavam era verdade ou não, e fui procurar os tão “temidos” empresários da pesca. Caso não conseguisse nada, mudaria realmente de tema.

Ainda ouvindo advertências de que os empresários não eram pessoas fáceis e que eu não passaria dos portões das empresas, meu primeiro passo foi procurar o sindicato que congrega as empresas que atuam na pesca industrial no Estado do Pará. Através de uma entrevista com seu presidente, obtive informações gerais sobre o setor e pude perceber a necessidade de conhecer mais a pesca industrial e que a situação era diferente do que eu

pensava inicialmente. Por intermédio do presidente do sindicato das empresas, obtive autorização para conversar com o presidente de uma indústria.

Na primeira indústria que visitei, fui recebida com um pouco de desconfiança. No fundo, queriam saber “O quê essa moça da universidade quer aqui?”. Expliquei meus objetivos, mostrando tratar-se de uma pesquisa profunda e séria, direcionada ao conhecimento desse setor e que teria utilidade para eles também. Aos poucos fui conseguindo estabelecer um pacto de confiança com os empresários e gerentes das empresas, assegurando-lhes que nenhum dos informantes seria identificado e que após a tese concluída todos poderiam ter acesso aos resultados do trabalho.

Comecei pelas indústrias de processamento. Na maioria das que tentei contato, fui recebida. Em algumas obtive mais informações que em outras. Mas, ao contrário dos prognósticos das instituições públicas, consegui muitas informações apesar das dificuldades que não foram poucas, tanto de aproximação com as empresas quanto com os trabalhadores e, o mais importante, “apaixonei-me” pela minha pesquisa, pois o mundo da pesca industrial acabou por se revelar fascinante para mim. Percebi-me, assim, defendendo com “unhas e dentes” minha pesquisa e sua importância.

A primeira coisa que pude perceber foi que o universo da pesca industrial é predominantemente masculino e as mulheres são vistas com uma certa estranheza, fora de suas atividades de secretárias e de operárias dos salões de processamento.

Visto eu nunca ter entrado em uma indústria de processamento de pescado, foi com um misto de medo e coragem que vi os portões da primeira indústria que visitei se abrirem. Eu caminhei quase uns 10 metros (pois os prédios da maioria das empresas são recuados e distantes do primeiro portão), até chegar ao escritório e ser atendida pelo presidente da empresa. Nesse mesmo dia, obtive permissão para visitar o salão de processamento. Com o passar do tempo, após outras visitas e conversas, passei a entender como funcionavam as linhas de produção de peixe e camarão, a forma de construção da infra-estrutura física das empresas e os tipos de barcos que realizam os arrastos de camarão e de peixe.

No primeiro momento da pesquisa entrevistei empresários proprietários de indústrias de processamento, microempresários proprietários de microempresas de captura, gerentes de microempresas de captura, gerentes do controle de qualidade e gerentes de produção. Essas entrevistas me possibilitaram conhecer a visão das empresas sobre a situação da pesca industrial, seus problemas e as possíveis soluções.

Contudo, como o objetivo da minha pesquisa era estudar as mudanças no processo de trabalho, ainda faltava me aproximar dos principais agentes que forneceriam as informações para meu estudo. Enquanto estava nas empresas, os funcionários do processamento me olhavam curiosos, mas não tinham permissão para se aproximar de mim. Confesso que tive receio de ter minha imagem associada aos empresários, o que praticamente inviabilizaria obter informações mais próximas da realidade vivida por esses trabalhadores.

Dessa forma, após terminar a pesquisa qualitativa junto às empresas, foi que parti para a aproximação com os trabalhadores. O processo de aproximação e estabelecimento de uma relação de confiança e respeito com os trabalhadores foi demorado e diferente entre os trabalhadores da captura e os do processamento.

Resolvi iniciar pelos sindicatos dos trabalhadores, no caso sindicato dos patrões de pesca, sindicato dos pescadores e o sindicato dos trabalhadores das empresas de processamento. Também fui recebida com desconfiança e receio pelos presidentes e diretores desses sindicatos, pois imaginavam que eu poderia ser uma espécie de “espiã” dos empresários e que repassaria a estes todas as informações obtidas. Em vista disso, levou um certo tempo para que eles começassem a ter um pouco de confiança em mim. Só depois de várias visitas aos sindicatos dos trabalhadores é que obtive algumas informações e consegui conversar com alguns trabalhadores.

Uma vez que meu estudo buscava não somente informações qualitativas, mas também quantitativas, procurei saber se os sindicatos tinham listas com nome e endereço atualizados de seus associados. O que obtive foram listas muito antigas (que incluíam pessoas já mortas) e endereços desatualizados. Os sindicatos não tinham sequer a idéia da quantidade de trabalhadores que estavam trabalhando em cada categoria nas indústrias e microempresas de captura.

Para enfrentar esse problema e poder tirar uma amostra com um mínimo de confiabilidade, apliquei inicialmente um questionário com as indústrias e microempresas de captura que estavam associadas ao sindicato das empresas, pois a listagem da Junta Comercial também estava muito defasada (ver Anexo 1 sobre a metodologia utilizada na realização da pesquisa de campo). Após a definição do número de trabalhadores para serem entrevistados, surgiu mais um problema: o de como localizá-los, pois as indústrias e microempresas de captura não forneceram os nomes e endereços de seus trabalhadores.

A aproximação com os pescadores e patrões de pesca, que eu imaginava mais difícil, terminou se mostrando mais fácil. Como eles quase não comparecem (com exceção dos aposentados e alguns desempregados) ao sindicato, fui aconselhada pelos dirigentes sindicais a efetuar as entrevistas nos únicos locais em que se encontravam patrões de pesca e pescadores, de dia, quando não estavam viajando: os bares em frente às empresas. Fiquei meio assustada, pois os comentários dos empresários e gerentes sobre a tripulação dos barcos eram os piores possíveis. Mas eu tinha que enfrentar a situação.

Na primeira vez que entrei em um bar cheio de pescadores, fiquei um pouco constrangida, pois ao dirigir-me a uma mesa e pedir licença para interromper a conversa, todos no bar se calaram e ficaram olhando para mim. Enfrentando a situação, expliquei que estava fazendo uma pesquisa para a universidade e precisava da colaboração deles, para responderem a um pequeno questionário. Expliquei, também, que nenhum deles seria identificado. No início, a desconfiança era total, mas aos poucos a situação foi mudando e passei, também, a conhecer uma outra faceta do mundo dos trabalhadores da captura: a que existe nos bares que ficam próximo das empresas e nos localizados no mesmo bairro de moradia dos trabalhadores. As conversas que mantive com eles, nesses ambientes, além das informações obtidas durante a aplicação dos questionários, foram muito enriquecedoras e encantaram-me.

Em relação aos trabalhadores do salão de processamento, mostraram-se muito mais fechados para conversar comigo e concordar em responder aos questionários. Isso porque, embora eu não soubesse, eles tinham prestado atenção em mim quando visitei as empresas e entrevistei empresários e gerentes, e se lembravam perfeitamente disso quando tentava conversar com eles. Felizmente, consegui ganhar a confiança de alguns associados do sindicato dos trabalhadores de terra e isso me ajudou muito na realização das entrevistas, pois alguns associados iam e conversavam com seus colegas, garantindo que as informações não seriam repassadas para os gerentes e funcionários das empresas.

As conversas com as operárias, as idas ao seu sindicato, a partilha das tortas e refrigerantes no final das reuniões de sábado, deixaram uma dimensão do gosto, nas trocas de informações.

Enfim, o que ficou para mim é que o setor da pesca industrial é muito diferente do que inicialmente eu pensava. Ele apresenta vários aspectos interessantes e importantes para se estudar. Hoje percebo que ganhei não somente como pesquisadora, ao aprender a enfrentar os problemas que surgiram durante a realização da pesquisa de campo, mas também como pessoa, ao tomar contato com um mundo muito diferente do meu. Todos os

entrevistados, especialmente os trabalhadores, ensinaram-me muito sobre o mundo do trabalho e da vida.

Nesse contexto, o objeto desta pesquisa foi entender as mudanças no processo de trabalho nas indústrias pesqueiras no Distrito de Icoaraci e os rebatimentos disso sobre os trabalhadores, utilizando idéias de autores que discutem o processo de reestruturação produtiva e suas repercussões sobre o trabalho. Dessa forma, o questionamento básico da pesquisa foi: será que mudou, como mudou e o que realmente mudou, a partir de 1990, no processo de trabalho nas indústrias pesqueiras e qual o seu impacto sobre os trabalhadores ocupados na captura e no processamento?

As hipóteses que nortearam o trabalho foram:

Hipótese básica: as mudanças implementadas no processo de trabalho, a partir de 1990, pelas indústrias pesqueiras, estão relacionadas ao estabelecimento de uma maior precarização dos trabalhadores da captura e do processamento, demonstrada pela contratação de trabalhadores temporários, redução do quadro de trabalhadores permanentes, terceirização da captura e contratação de cooperativas de trabalho para realizarem as atividades de processamento.

Hipóteses secundárias:

1- as exigências do mercado fizeram com que as indústrias implantassem o programa de qualidade APPCC, por intermédio do qual foram introduzidas mudanças na gestão do processo produtivo, principalmente na etapa do processamento, trazendo uma intensificação do trabalho realizado pelos trabalhadores. Observa-se, assim, uma junção das normas do APPCC com práticas fordistas na organização da produção;

2- o processo de terceirização da captura tem por finalidade a redução dos custos com os trabalhadores e a manutenção da frota de barcos por parte das indústrias. As microempresas apresentam uma relação de subordinação e de dependência em relação às indústrias, o que dificulta sua manutenção no mercado, fato que é agravado pela diminuição dos principais recursos explorados (camarão-rosa e piramutaba), repercutindo também negativamente nas condições de trabalho dos trabalhadores.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, trata-se das características da atividade da pesca industrial, mostrando, de forma breve, a situação mundial deste setor. No segundo, analisa-se o surgimento da pesca industrial no Pará, isto é, como foi montado o parque pesqueiro industrial no Estado. No terceiro, é mostrado um perfil das empresas que constituem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci, no

momento atual. No quarto capítulo, é estudada a situação dos trabalhadores da pesca industrial também no Distrito de Icoaraci, sendo analisados dados colhidos via pesquisa direta com os trabalhadores da captura e do processamento e entrevistas abertas.

Por fim, são apresentadas as conclusões, referências bibliográficas e anexos.

2 – PESCA INDUSTRIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

2.1- Faces da reestruturação produtiva

O sistema de produção capitalista está em permanente transformação na busca por meios que ampliem o processo de acumulação de capital. As mudanças observadas na utilização do fator trabalho, no interior da produção de bens e serviços, representa uma face dessa procura pelo aumento de eficiência do sistema. As conseqüências dessas mudanças, pelo lado do capital, acarretaram um aumento da produtividade do trabalho; pelo lado do trabalho, trouxeram melhora nas condições de emprego para uma parcela da mão-de-obra e também um aumento da precariedade para outro segmento de trabalhadores. Dessa forma, esse cenário de crescimento da produção e da produtividade, de ampliação da variedade de mercadorias oferecidas no mercado e de incremento do comércio é constituído por várias facetas, as quais, muitas vezes, são contrárias umas às outras.

O crescimento da precariedade do trabalho e o aumento do desemprego estrutural são fatos cada vez mais presentes na economia de todos os países, embora tenham uma incidência mais forte sobre os países em desenvolvimento. As características da formação histórica dos países, ou seja, a maneira como foram construídas as instituições econômicas, políticas e sociais, bem como a forma como essas instituições relacionam-se entre si influenciam a maneira como os países vão se estruturar diante do cenário de transformações da economia mundial.

Verifica-se, assim, que o capital utiliza estratégias diferenciadas para se reproduzir. A escolha do tipo de estratégia a ser implementada está ligada às condições específicas do local onde o processo produtivo vai ser desenvolvido, influenciando o tipo de combinação a ser feita entre os fatores produtivos para a produção das mercadorias. A inserção dos trabalhadores, de forma mais ou menos precária, por exemplo, vai depender dessas condicionantes. Esse processo ocorre de maneira particularizada em cada setor produtivo da economia.

A reestruturação de uma empresa acontece segundo os propósitos do mercado, suas estratégias variam de acordo com a firma, o setor de atividade ao qual ela pertence e as características econômicas, sociais e políticas do local em que ela está instalada. Conforme Carmo (2001: 20), a forma de organização do trabalho “depend[e] muito do lugar ocupado pela empresa no mercado e na cadeia produtiva, da capacidade de autonomia de

cada empresa em relação às demais e, certamente, da sua performance face à competitividade”.

O sistema fordista de produção foi implantado após a Segunda Guerra Mundial. No final da década de 60, os princípios fordistas, com base na gerência científica de Taylor (Braverman, 1987: 112) começaram a passar por um processo de avaliação de sua eficácia para dar continuidade ao crescimento da acumulação de capital. Os elementos basilares do fordismo, tais como a produção em massa, o parcelamento de tarefas, a criação da linha de produção – em que a esteira rolante impõe o ritmo do trabalho – a padronização das peças produzidas, a integração vertical da produção e a separação entre concepção e realização das tarefas (Gounet, 1999: 18-19) já não respondiam da mesma forma às necessidades do capital, como aconteceu por ocasião de sua implantação no período pós-1945.

Acontecimentos como o primeiro choque do petróleo em 1973 e a recessão entre os anos de 1973-1975 tiveram impactos negativos tanto sobre a economia quanto sobre as ações do Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* (Gorender, 1997: 314). O aumento da inflação, os problemas fiscais e a diminuição da produtividade forçaram o sistema capitalista a rever as bases do regime fordista e a buscar novas alternativas para garantir a continuidade do crescimento da acumulação de capital.

Nesse processo de “crise” do fordismo, Antunes (2000: 29-30) destaca como principais fatores presentes: a diminuição das taxas de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação baseado no sistema produtivo taylorista/fordista, a crescente importância da esfera financeira em relação aos capitais produtivos, o aumento da concentração de capitais, a crise do Estado de Bem-Estar Social e o crescimento dos processos de privatização, desregulamentação e flexibilização da economia. A partir desse momento, formas diferenciadas da produção fordista passaram a ter um impulso maior em seu desenvolvimento. O modelo japonês ou toyotismo (Hirata, 1998), em razão dos resultados apresentados no Japão, ganhou destaque como o instrumento capaz de trazer o crescimento do sistema de produção capitalista de volta aos níveis anteriores, por intermédio do aumento da produtividade e, conseqüentemente, da acumulação.

Nesse sentido, torna-se necessário, para entender mais profundamente as conseqüências desse processo, problematizar a crise do fordismo, conhecer os motivos pelos quais esse sistema de produção e gestão do trabalho deixou de atender às necessidades de acumulação de capital e saber se, de fato, pode-se afirmar que suas práticas foram totalmente substituídas pelo modelo japonês. É preciso questionar, ainda, até que ponto os novos princípios do modelo japonês diferenciam-se do fordismo e formam

realmente um conjunto de práticas qualitativamente diferenciado, uma vez que as especificidades de cada nação têm papel importante em determinar se as práticas do modelo japonês serão implementadas da mesma forma como ocorreu durante a introdução do fordismo nos vários países.

O toyotismo foi inicialmente implantado na fábrica Toyota nas décadas de 1950 a 1970 (Gounet, 1999: 25). Em um primeiro momento, são ressaltadas as significativas diferenças entre os princípios do modelo japonês e os do fordismo. As altas taxas de produtividade das firmas japonesas facilitaram a aceitação e a propagação das diretrizes toyotistas por vários países capitalistas, embora nem todas as práticas toyotistas tenham tido igual disseminação nas economias nacionais, e as teses fordistas continuem resistindo em vários setores de produção.

Como principais características, o toyotismo apresenta: produção fortemente ligada à demanda, apresentando grande heterogeneidade de produtos; trabalho desenvolvido em equipe por trabalhadores polivalentes, que desempenham várias funções no interior da produção; processo produtivo estruturado de forma flexível, com os trabalhadores operando vários equipamentos ao mesmo tempo; utilização de novas técnicas de organização da produção como o *Just in Time* (JIT), o sistema *Kanban* e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs); e a formação de uma estrutura horizontalizada entre empresas que trocam bens e serviços entre si (Antunes, 2000: 54-55).

Nesse contexto de “crise” do fordismo e sua pretensa substituição pelo toyotismo ou outros modelos, como o modelo italiano e o volvoísmo, a observação de Antunes (2000: 31) ajuda a entender algumas questões relacionadas à configuração atual do processo produtivo capitalista, assim como as especificidades adquiridas nos vários países, pois, segundo ele, “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital* [grifo do autor]”. Assim, é importante que se comece a pensar o que existe por trás da aparência, o que realmente significou a chamada crise do fordismo para o sistema capitalista, o que também estava em crise além dos princípios fordistas e o que trouxe o modelo japonês de novo para o sistema produtivo e as repercussões econômicas e sociais de todo esse processo. Segundo Martins (1995:06):

pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quando incorpora a elas aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução.

Elas parecem ser as mesmas relações, mas agora são outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada (Martins: 06, 1995).

É preciso destacar que fordismo e toyotismo apresentam muitas diferenciações, especialmente em relação à organização da produção. Contudo, do ponto de vista da relação existente entre capital e trabalho, esses sistemas produtivos apresentam não somente diferenças, mas também certas semelhanças. Quando se analisa essa questão do ponto de vista dos trabalhadores, observa-se que houve uma intensificação do trabalho e, embora alguns segmentos da classe trabalhadora tenham obtido uma melhora em sua situação, isso não aconteceu para a maioria. As diferenças entre trabalhadores centrais e periféricos (Harvey, 1993: 144) sofreram uma acentuação com a implantação do modelo japonês. A segmentação do mercado de trabalho ganhou novos contornos e o processo de precarização passou a atingir parcelas maiores da força de trabalho.

A “substituição” do fordismo por outros modelos de organização faz parte de um processo de mudanças no sistema capitalista, que foi denominado de reestruturação produtiva. Essa reestruturação produtiva engloba transformações institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, que foram acompanhadas também de mudanças na atuação dos governos dos países e nas instituições financeiras, tendo ainda as inovações tecnológicas assumido um papel de grande relevância nesse processo de reestruturação do sistema.

Fatores históricos, geográficos, econômicos, políticos e sociais influem na configuração que o processo de reestruturação produtiva adquire em cada país. Além disso, verifica-se também que a reestruturação produtiva atingiu de maneira bastante diferenciada os países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento. Isso ocorreu anteriormente com a implantação do sistema fordista e é observado também com o toyotismo.

No caso dos países em desenvolvimento, freqüentemente encontram-se elementos do fordismo e do toyotismo sendo utilizados simultaneamente, ou mesmo mesclados no processo produtivo, como a forma mais eficiente de garantir a permanência ou o aumento da acumulação de capital. Antunes (2000: 36) destaca outros pontos que merecem análise para a melhor compreensão dessa questão:

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da ordem, de reestruturar o padrão produtivo

estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se (...) de novos e velhos mecanismos de acumulação.

Dessa maneira, para o capital, nunca foi interessante mudar a essência da relação de exploração que é a base para a expansão da acumulação capitalista. Por isso, as mudanças implementadas não buscam resolver as contradições presentes no sistema, especialmente a contradição capital-trabalho. O que o capital procura é implantar novos mecanismos que consigam fazer com que a relação de exploração aumente. A adoção do toyotismo, em lugar do fordismo, parece responder, assim, a essas expectativas do sistema capitalista, conforme afirmação de Gorender (1997:319):

Por conseguinte, a organização japonesa, ao mesmo tempo em que impele uma parte dos operários a níveis mais altos de qualificação, submete-os a uma intensidade de trabalho maior do que a da esteira de montagem fordista. Os tempos mortos são anulados precisamente para serem substituídos por tempos de trabalho vivo. O esforço intensifica-se e aumenta o gasto de energias psico-somáticas dos operários, enquanto continua com a administração – como é inerente à organização fabril – a prerrogativa hierárquica da fixação de metas para as equipes, da avaliação do desempenho individual e da designação para postos de trabalho.

Nesse contexto, a observação feita por Proença (1996: 198) sobre o significado da linha de montagem no sistema fordista revela a existência de certas semelhanças referentes ao controle e ao aumento do ritmo da produção também encontradas no modelo japonês, como a necessidade da polivalência, em que o trabalhador tem que estar apto a operar várias máquinas, e a vigilância que é feita sobre o trabalhador pelos próprios companheiros de equipe, para que o ritmo da produção não diminua. Assim, segundo esse autor:

a linha de montagem (...) tem se ser contextualizada. O ponto central que queremos destacar é, justamente, o dinamismo evolutivo que se estabelece entre as diversas etapas da produção em termos de inovações. Ford 'puxa' o desenvolvimento do sistema produtivo criando deliberadamente um desequilíbrio dinâmico entre as etapas do processo, em uma fábrica em rápida expansão (Proença, 1996: 198).

É necessário considerar, como já mencionado, que o modelo japonês guarda também similaridades com o fordismo, não obstante as inovações existentes. Essas similaridades podem aparecer mais fortemente em alguns momentos do processo de produção e em determinados locais e setores produtivos, especialmente nos países em desenvolvimento. A manutenção dessa situação torna-se importante para o capital sempre que se mostra a alternativa mais vantajosa para a extração ou aumento da acumulação em

determinada região ou país. Antunes (2000: 57) ratifica essa observação ao afirmar que o “processo de ocidentalização do toyotismo mescla, portanto, elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí *um processo diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário* [grifo do autor]”.

Diante dessa situação, é necessário questionar o verdadeiro significado desse processo de crise do fordismo e sua substituição pelo toyotismo, pois ainda existem muitas dúvidas sobre essa questão. Como colocado por Hirata (1998: 39):

trata-se do fim do taylorismo, da emergência da especialização flexível ou do pós-fordismo ou, simplesmente, de um ressurgimento de um taylorismo com nova roupagem, o ‘neo-taylorismo?’ (...). Disso resulta que a generalização de um ‘modelo’ torna-se abusiva. Um alargamento do ângulo de visão revela um panorama de uma grande diversidade no que concerne aos tipos de empresas, às categorias de mão-de-obra empregada, às modalidades de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra.

Nesse contexto, a análise das estratégias adotadas pelas empresas para conseguir se manter e/ou conquistar novos mercados para suas mercadorias mostra as muitas formas que o capital encontra para se estabelecer e sobreviver nos vários locais. Encontram-se firmas recriando antigas práticas fordistas, introduzindo novos princípios do modelo japonês, mesclando práticas fordistas e toyotistas ou, ainda, realizando uma junção desses três elementos.

Essa característica do processo do capital, mesmo na indústria, aparece, muitas vezes, nos descompassos técnicos dos diferentes momentos do processo de trabalho. O desenvolvimento tecnológico de cada momento é desigual e implica, pois, em formas sociais distintas de extração do excedente econômico e de exploração do trabalhador que ali trabalha diretamente” (Martins: 1995: 08).

No caso deste estudo, procurar-se-á, de forma geral, mostrar algumas das principais características assumidas pelo processo de reestruturação produtiva no setor da pesca industrial, levando em consideração as especificidades desse setor e, especialmente, os impactos disso sobre a classe trabalhadora.

2.2- O setor da pesca industrial no contexto das novas estratégias organizacionais e tecnológicas

Toda atividade produtiva tem particularidades as quais influenciam suas estratégias de adaptação às mudanças na economia e, mais especificamente, no mercado. Por conseguinte, é necessário, em um primeiro momento, conhecer algumas das características do setor da pesca industrial para, posteriormente, se analisar como esse setor tem se colocado diante do processo de reestruturação produtiva e como isso tem se refletido na utilização dos fatores de produção – recursos naturais, tecnologia, capital e trabalho.

Parte da complexidade do setor pesqueiro industrial tem origem no grande número de produtos disponíveis, no tipo de processamento e suas variações e nos métodos de captura que abarcam desde redes de praia e canoas até barcos-fábrica de alta tecnologia. A sua diferenciação, nos níveis local, regional e internacional, está também associada a profundas razões históricas e culturais, sem as quais é muito difícil compreender os hábitos de consumo (e, portanto, a demanda do mercado), leis e regulamentações *ad hoc*, o comportamento dos pescadores, as mudanças políticas e a posição das pessoas comuns em relação ao pescado e às pescarias. Enquanto em algumas indústrias, como, por exemplo, a eletrônica, a história e a cultura não são tão relevantes para sua economia, nas pescarias a cultura e a história têm um papel importante, ainda que, com frequência, não sejam levadas em consideração. (Zugarramurdi; Parín, 1998: 01-02).

De acordo com estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos últimos 50 anos tem-se produzido uma evolução muito extensa e radical na indústria pesqueira. A melhora e modernização dos barcos e dos equipamentos de pesca têm incrementado a produtividade e a eficácia nesse setor e incidido, também, nas condições de trabalho e na vida dos pescadores. Tem se produzido avanços técnicos no tratamento e no processamento do pescado, assim como na situação física dos próprios processos de transformação, com impactos sobre os trabalhadores do processamento. Muitos navios já processam as capturas a bordo, dispõem de equipamentos de localização dos bancos pesqueiros, de aparelhos muito eficazes e de instrumentos de navegação altamente sofisticados. As mudanças tecnológicas não têm tido incidência somente sobre os pescadores dos grandes navios, os pescadores de pequena escala, especialmente nos países em desenvolvimento, beneficiam-se de melhoras técnicas no desenho dos barcos, da instalação da maquinaria, dos instrumentos de ajuda à navegação, dos aparelhos de pesca e dos métodos de captura e conservação do pescado (OIT, 1999: 06).

A pesca industrial, por ser uma atividade extrativa, tem como uma de suas principais características a forte dependência da natureza. Por mais que o desenvolvimento tecnológico ocorra na etapa da captura – por exemplo, o uso do GPS para localizar cardumes, sonares, eco sondas, a introdução de inovações nas artes de pesca, a realização de estudos sobre as migrações, hábitos e reprodução, dentre outros aspectos da fauna e flora aquáticas, etc. – o componente de incerteza pode ser, em alguns casos ou momentos, minimizado, mas continua sempre presente, embora a aquicultura venha ganhando espaço. Esse fato deve ser levado em consideração quando se analisa a forma de estruturação dessa atividade industrial, ou seja, a maneira como o capital encontra meios para fazer dessa atividade uma atividade tipicamente capitalista e como o processo de reestruturação produtiva tem se dado no setor da pesca industrial. A Tabela 1 mostra os variados usos dos produtos oriundos da pesca.

TABELA 1
UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA MUNDIAL
(1991-2000)

PRODUÇÃO PESQUEIRA MUNDIAL TOTAL	ANOS									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Para consumo humano	69,8	69,6	70,9	69,4	72,4	73,3	74,1	78,7	74,6	74,1
Fresco	27,0	29,1	31,6	31,7	35,0	36,4	38,2	41,1	39,4	39,8
Congelado	21,8	21,5	21,1	20,6	20,4	20,3	20,1	20,6	19,4	19,0
Salmoura	9,7	8,7	8,4	7,9	8,1	8,0	7,2	8,1	7,4	7,1
Em conserva	11,3	10,3	9,8	9,2	8,9	8,6	8,7	8,9	8,4	8,2
Outras utilizações	30,2	30,4	29,1	30,6	27,6	26,7	25,9	21,3	25,4	25,9
Tratamento industrial	25,9	25,3	24,6	26,8	23,5	22,9	21,2	16,9	20,2	21,1
Utilizações diversas	4,3	5,1	4,5	3,8	4,1	3,8	4,8	4,4	5,2	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FAO (2002: 11).

O fato de não conseguir calcular de maneira precisa a quantidade de peixe que vai conseguir capturar é uma das características da atividade da pesca industrial o que tem repercussões nas atividades de processamento, pois existe uma dúvida, em razão de fatores que não podem ser controlados com maior precisão, acerca da quantidade de matéria-prima que poderá ser processada pela empresa. A pesquisa sobre o aproveitamento de novas espécies, através de sua introdução no mercado sob novas formas de processamento, pode indicar, também, uma das maneiras como a reestruturação produtiva foi absorvida por essas empresas, isto é, as particularidades da reestruturação produtiva no setor da pesca industrial.

Nesse contexto, é importante fazer a diferença entre desenvolvimento e crescimento pesqueiro. O *desenvolvimento pesqueiro* se define como aquelas mudanças de ordem qualitativa que se apresentam na indústria. Para tanto, esse processo de desenvolvimento tem que contemplar não só a incorporação, às pescarias, de novos recursos, de novas técnicas para capturá-los, da elaboração de produtos novos e da abertura de mercados diferentes dos tradicionais, mas também a incorporação de modificações na estrutura e no modo de operação de alguns dos componentes físicos da indústria. Todas essas mudanças devem produzir como resultado um incremento da produtividade. Como *crescimento pesqueiro*, entendem-se as mudanças de ordem quantitativa, as quais não incluem uma modificação na estrutura ou organização da indústria. Refere-se unicamente ao aumento do número de unidades produtivas, embarcações, artes de pesca, etc., conservando-se as características que apresentam as que se encontram em operação (Ciências, 2000: 01).

TABELA 2
PRODUÇÃO PESQUEIRA MUNDIAL E QUANTIDADE DE PESCADO POR PESSOA
1996 – 2001* (milhões de toneladas)

PRODUÇÃO PESQUEIRA MUNDIAL	Anos					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
CONTINENTAL						
Captura	7,4	7,5	8,0	8,5	8,8	8,8
Aqüicultura	15,9	17,5	18,5	20,1	21,4	22,4
Continental total	23,3	25,0	26,5	28,6	30,2	31,2
MARINHA						
Captura	86,1	86,4	79,3	84,7	86,0	82,5
Aqüicultura	10,8	11,1	12,0	13,3	14,2	15,1
Marinha total	96,9	97,5	91,3	98,0	100,2	97,6
Captura total	93,5	93,9	87,3	93,2	94,8	91,3
Aqüicultura total	26,7	28,6	30,5	33,4	35,6	37,5
Total da pesca mundial	120,2	122,5	117,8	126,6	130,4	128,8
Quantidade de pescado por pessoa (Kg)	15,3	15,6	15,7	15,8	16,0	16,2

Fonte: elaboração da autora, com base em dados constantes em FAO (2002: 12).

(*) Estimativa preliminar

Uma forma de sobrevivência das empresas seria passar a pescar e processar outro produto que já tenha aceitação, ou no mesmo mercado ou em outros mercados, ou, ainda, tentar introduzir novos peixes ou camarões nos mercados antigos e/ou novos. Entretanto, é preciso observar que,

acompanhando tal diversidade, o grau de substituição entre os pescados é mais baixo que em outros produtos. Nem todos os pescados são substitutos uns dos outros: a queda na produção de sardinha não abre espaço para a venda de salmão. Assim, em alguns casos não se deveria falar de mercado para pescados, mas para grupos de pescados entre si (BNDES, 1996: 02).

É preciso considerar, ainda, que existe uma diferença entre o tempo biológico e o tempo econômico. A incerteza em relação à quantidade e à qualidade do que vai ser pescado tem que ser levada em consideração pelas empresas de captura, pelas empresas de processamento e pelas empresas que capturam e processam. Isso invariavelmente repercute na forma como os fatores de produção serão utilizados para a obtenção da

mercadoria que vai ser ofertada no mercado e na decisão de implantar mudanças organizacionais e tecnológicas por parte dos capitalistas. As formas de concorrência entre as empresas, nas fases de captura e de processamento, vão determinar uma certa estrutura de oferta dos produtos, por isso elas precisam estar em consonância com as exigências do mercado consumidor. Contudo,

*a transformação do peixe em **commodity** está sujeita a limites bastante estreitos. Ela ocorre sobretudo nas espécies utilizadas em processamento (como a sardinha), sendo mais restrita em espécies consumidas frescas. Nestas há diferenciação entre indivíduos da mesma espécie, em virtude do tamanho, região de captura, qualidade, etc. O preço pode variar muito em função dessas características (BNDES, 1996: 02).*

A preferência dos consumidores faz com que determinadas espécies tenham um maior valor comercial do que outras. Em conseqüência disso, certas espécies sofrem um maior esforço de pesca do que outras.

Segundo Zugarramurdi e Parín (1998: 13-14), pesquisas de mercado indicam que inúmeras mudanças com respeito à demanda podem ser esperadas nos principais mercados de produtos pesqueiros e de alimentos nos próximos anos, dentre as quais podem ser destacadas:

a) a idade média do consumidor, particularmente nos países desenvolvidos, será maior, o consumidor terá maior consciência e preocupação com respeito aos aspectos da qualidade e da nutrição dos produtos consumidos. Essa tendência em direção a produtos pesqueiros mais saudáveis será seguida pelos países em desenvolvimento;

b) mais pessoas irão se alimentar fora de seus lares, como conseqüência do aumento das atividades recreativas, da participação das mulheres no mercado de trabalho e do fato de a maioria das pessoas, nas grandes cidades, efetuarem suas refeições fora de seus lares nos dias de trabalho. Isto implica um crescimento no mercado de comidas prontas, e os produtos terão que se adaptar a esses mercados (por exemplo, tamanho, peso e tipo de preparação);

c) o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho significa que elas vão dispor de menos tempo para cozinhar e comprar alimentos. Em razão disso, vão necessitar de mais pratos congelados, preparados e semipreparados (produtos com maior valor agregado). Provavelmente isso abrirá mais o mercado para produtos pesqueiros congelados e;

d) atualmente, as pessoas, nos países desenvolvidos, gastam relativamente menos de sua renda em alimentação do que no passado, mas exigem alimentos e serviços de melhor qualidade. Em geral, nos países em desenvolvimento, os preços dos alimentos estão sofrendo um aumento relativo e os consumidores esperam melhor qualidade que antes. Isto implica que o uso racional dos recursos e uma eficaz administração são essenciais para a indústria de alimentos em geral e, em especial, para a indústria pesqueira.

TABELA 3
PRODUÇÃO DA PESCA CONTINENTAL POR CLASSE ECONÔMICA
2000

Classe econômica	Produção em 2000 (milhões de toneladas)	Percentual da produção mundial
China	2,23	25,4
Outros países ou zonas em desenvolvimento	5,93	67,4
Economias em transição	0,41	4,6
Países industrializados	0,23	2,6
Total	8,80	

Fonte: FAO (2002: 14).

A necessidade de oferecer um produto de qualidade tem tido uma grande repercussão nas atividades pesqueiras. Cada vez é mais importante garantir que o aparelho de pesca não permaneça muito tempo sob a água e que o pescado seja limpo e armazenado sem perda de tempo, o que incide no ritmo de trabalho. Proceder ao congelamento e à conservação no gelo, sem pausas, também repercute nas condições de trabalho e, em especial, na seguridade dos trabalhadores (OIT, 1999: 07).

Existem grandes diferenças entre os países no que se refere à produtividade da mão-de-obra no setor pesqueiro e quanto à intensidade de capital. As pescarias altamente industrializadas geralmente empregam poucos pescadores por unidade de produção (FAO, 2002: 03). Portanto, o emprego no setor da pesca industrial também sofre alterações conforme a variação na quantidade e na qualidade dos recursos explorados. Essa situação ocorre tanto na etapa da captura, com os pescadores, quanto na fase do processamento com os operários das fábricas. A FAO (*Food and Agriculture Organization*) estima que, entre

1970 e 1990, duplicou o número de pessoas que se dedicavam à pesca e à piscicultura, passando de cerca de 13 milhões para 28,5 milhões (OIT,1999: 01).

TABELA 4

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, DE ACORDO COM OS PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES E EXPORTADORES (US\$ 1000)

2000

País	Importações	País	Exportações
Japão	15 513 059	Tailândia	4367 332
EUA	10 453 251	China	3 605 838
Espanha	3 351 670	Noruega	3 532 841
França	2 983 618	EUA	3 055 261
Itália	2 535 269	Canadá	2 818 433
Alemanha	2 262 018	Dinamarca	2 755 676
Reino Unido	2 183 811	Chile	1 784 560
China, Hong Kong	1 948 824	China, Taiwan	1 756 133
Dinamarca	1 806 365	Espanha	1 599 631
China	1 795 953	Indonésia	1 584 454
Brasil *	324 249	Brasil **	239 110

Fonte: FAO (2002: 13).

* O Brasil ocupa o 23º lugar entre os 50 maiores países importadores.

** O Brasil ocupa o 45º lugar entre os 50 maiores países exportadores.

Exemplos de duas importantes transformações tecnológicas, durante as décadas de 50 e 60, foram a introdução da fibra sintética na construção das redes e as mudanças no desenho das redes de pesca. Essas transformações melhoraram os antigos métodos de pesca e aumentaram drasticamente a captura. Contudo, esse processo não foi acompanhado *pari passu* com a adequada administração dos recursos existentes, provocando uma sobreexploração significativa desse recursos e perdas econômicas nas pescarias mundiais. 30,0% da captura mundial total é perdida, sendo que é na pesca do camarão em que se concentram as maiores perdas (Zugarramurdi; Parín, 1998: 07-11).

Estudo da FAO (2001: 3-4) faz comentários sobre os decênios posteriores a 1950, em relação à produção mundial da pesca de captura marinha e continental, que passou de

18 milhões de toneladas, em 1950, para 56 milhões, em 1969. Durante as décadas de 70 e 80, a taxa média de crescimento diminuiu 2,0% ao ano, reduzindo-se quase a zero nos anos 90. Essa situação se deve, de acordo com a FAO, à tendência geral registrada na maioria das zonas pesqueiras do mundo, onde se tem alcançado o potencial máximo de captura pesqueira, já que a maior parcela das populações está plenamente explorada

A melhoria no processamento, após a captura, é considerada pela FAO um meio de desenvolver a indústria pesqueira sem a necessidade de aumentar as capturas, pois a redução de perdas, em razão de uma má manipulação do produto pescado, pode aumentar os valores agregados dos produtos pesqueiros e estabelecer usos para peixes ou partes de peixes que antes não eram aproveitados (FAO, 2001: 7). Nesse contexto, a adoção pelas indústrias pesqueiras do Programa Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle (APPCC) torna-se importante, segundo a FAO, para que esse objetivo seja conseguido.

Entre as principais espécies marinhas exploradas, sobre as quais se têm maiores informações, a FAO (2001: 5) estima que, entre 25,0% e 27,0%, são exploradas insuficientemente ou moderadamente, representando, assim, a principal fonte potencial de crescimento da produção da pesca de captura. Entre 47,0% e 50,0% encontram-se plenamente exploradas e, portanto, suas capturas têm alcançado seus limites máximos, ou estão muito próximo de alcançá-los, sem que se vislumbrem possibilidades de expansão. E, entre 15,0% e 18,0%, encontram-se em sobrepesca, não apresentando potencial de crescimento posterior. Entre 9,0% e 10,0%, encontram-se esgotadas ou recuperando-se do esgotamento.

Como as metas de desenvolvimento são o incremento do processamento e da qualidade e, simultaneamente, a redução das perdas pós-pescaria e do consumo de energia, a indústria pesqueira, nos países em vias de desenvolvimento, terá que se adaptar a isso, a fim de evitar a perda de mercados. A evolução da aquicultura e das pescarias de pequena escala imporá desafios adicionais ao desenvolvimento da tecnologia no setor da pesca industrial (Zugarramurdi; Parín, 1998: 12).

O desenvolvimento de navios-fábrica, em princípios de 1950, tornou possível o congelamento do pescado a bordo e incrementou a automatização do processamento. No início, esses barcos necessitavam de um grande número de trabalhadores para o processamento do pescado. Desde então, os avanços da automatização têm reduzido o trabalho manual relacionado com o processamento e transporte do pescado. Sem dúvida, isso, em alguns casos, tem aumentado a pressão sobre o trabalho (OIT, 1999: 07). Tradicionalmente, os trabalhos de pesca ficam a cargo de homens (pelo menos em muitos

países), enquanto as mulheres se dedicam, de preferência, ao processamento e à comercialização do pescado. O aparecimento dos navios-fábrica tem levado um maior número de mulheres ao mar, de maneira que, em alguns barcos, a maioria das pessoas que trabalha no processamento é de mulheres (OIT, 1999: 10-11). Os grandes barcos-fábrica elaboram até o último fragmento das capturas, com pouco desperdício, o que faz com que esses barcos possam trabalhar, durante meses, muito afastados de seus portos (Ciências, 2000: 02).

TABELA 5
NÚMERO DE PESCADORES NO MUNDO POR CONTINENTES (EM MILHÕES)
1970-2000

CONTINENTES	ANOS			
	1970	1980	1990	2000
África	1360	1553	1917	2585
América do Norte e Central	408	547	767	751
América do Sul	492	543	769	784
Ásia	9301	13690	23656	29509
Europa	682	642	654	821
Oceania	42	62	74	86
Mundo	12285	17036	27873	34536

Fonte: elaboração da autora com base em dados constantes em FAO (2002:18).

Apesar do desenvolvimento tecnológico alcançado por alguns países, a precariedade ainda é muito grande no setor da pesca industrial. Segundo a OIT, cerca de 24.000 pescadores e pessoas ligadas ao setor pesqueiro morrem a cada ano, o que situa a pesca e as atividades relacionadas com ela entre as atividades mais perigosas (OIT, 2000: 2).

No sul da Tailândia, uma parte significativa da indústria pesqueira está composta por crianças que trabalham como classificadores de pescado, operários de fábrica e tripulantes dos barcos pesqueiros. Entre suas tarefas estão jogar as redes no mar e recolhê-las e também, às vezes, outros trabalhos como consertar redes, cozinhar, conduzir o barco, classificar o pescado e levar as cestas de pescado até a orla. Alguns desses barcos permanecem em águas tailandesas, outros pescam em águas do Vietnã, Malásia ou Indonésia, por períodos que podem durar vários meses (OIT, 1999: 09).

As condições de alojamento nos barcos pesqueiros são muito diferentes, encontram-se desde navios com camarotes, refeitórios e espaços recreativos modernos, confortáveis e bem equipados, até outros insalubres e com espaços muito reduzidos (OIT,1999:08). Tanto o desenho como a construção, a manutenção e o manejo das embarcações incidem diretamente na seguridade e na saúde dos tripulantes (OIT,1999: 19).

A diminuição dos principais recursos pesqueiros explorados tem tido repercussões sobre o nível de emprego na captura e no processamento, bem como na introdução de mudanças organizacionais e tecnológicas pelas empresas que compõem o setor da pesca industrial. Nesse contexto de sobrepesca dos recursos, tem sido defendida a adoção, por parte dos organismos internacionais, como Organização Mundial do Comércio (OMC), FAO e OIT, por exemplo, a adoção de uma pesca sustentável por parte das empresas que compõem o setor da pesca industrial,¹, uma vez que a indústria pesqueira tem um alcance mundial.

A crescente popularidade do pescado e do marisco nos países mais ricos, onde os consumidores podem pagar um preço mais elevado, junto com as melhoras na conservação, tratamento e transporte das capturas, tem tido também como resultado uma situação em que grande parte do pescado que se captura nos países em desenvolvimento vai parar nas mesas do mundo desenvolvido (OIT,1999: 02).

As grandes indústrias que produzem bens intermediários (*commodities*) ou que utilizam uma só ou poucas espécies, ou que produzem um só ou poucos produtos com baixo valor agregado estão mais expostas às mudanças imprevistas no mercado. No futuro próximo, uma grande proporção das capturas de pescado mudará da área de bens intermediários em direção a bens de maior valor agregado (Zugarramurdi; Parín, 1998: 15).

No caso deste estudo, a discussão sobre a reestruturação produtiva foi o ponto de partida para que se estudasse como esse processo ocorreu na pesca industrial, em quais etapas da cadeia produtiva isso aconteceu de maneira mais intensa, até que ponto as práticas fordistas foram realmente substituídas e os impactos disso sobre os trabalhadores ocupados nessas atividades. Após essa breve introdução sobre as características do setor da pesca industrial em um nível geral, iniciar-se-á o estudo do desenvolvimento da atividade pesqueira em uma região específica do Brasil, a Amazônia, para depois se fazer o recorte

¹ No nível internacional devem ser destacadas as seguintes conferências em que essas idéias têm sido debatidas: IV Conferência do Direito do Mar (1982), Conferência de Cancun (1992), Conferência do Rio de Janeiro (1992), Conferência de Kyoto (1995), Conferência sobre o Código de Conduta para a Pesca Responsável (1995) e a Conferência de Reykjavik sobre a Pesca Responsável nos Ecossistemas Marinhos (2001).

Para informações detalhadas sobre as normas aprovadas pelas conferências consultar o site www.fao.org.

para a análise do parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci, localizado no Estado do Pará.

3-SURGIMENTO DA PESCA INDUSTRIAL NO PARÁ

3.1- A pesca e a ocupação da Amazônia

A área formada pela bacia amazônica é composta de 6.869.000 km². O Brasil comporta 58,0% da bacia, vindo a seguir o Peru com 16,0%, Bolívia, 10,0%, e Colômbia, Venezuela, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, que detêm os 16,0% restantes. A variedade de peixes é elevada, em torno de 1.300 espécies. Os locais de maior importância para a atividade pesqueira são aqueles que compreendem as áreas inundadas por água branca e as que lhes são vizinhas, além do estuário. A bacia amazônica pode ser, ainda, dividida em: a) estuário amazônico, b) delta interno do estuário amazônico, c) sistema Amazonas-Solimões-Ucayaly, d) sistema Madeira-Beni-Mamoré, e e) sistema Araguaia-Tocantins (Barthem, 1992: 492-498).

Desde o início do processo de ocupação da Amazônia, a prática da pesca como fonte de obtenção de alimento esteve presente em todo o tempo. Os produtos oriundos das pescarias eram bastante importantes na dieta alimentar dos índios, junto com a caça, a coleta e a plantação de determinados vegetais. Os índios desenvolveram várias técnicas de captura e conservação das espécies pescadas, as quais foram posteriormente utilizadas pelos colonizadores europeus quando começaram a desbravar a região.

A presença de vários tipos de produtos que poderiam ser utilizados na alimentação dos viajantes foi muito importante, pois possibilitou a realização de viagens de exploração do território amazônico que visavam identificar recursos naturais que pudessem ser explorados. A pesca (embora a caça também tivesse importância) constituiu a principal fonte de provisão alimentar das pessoas que participaram dessas expedições de exploração.

A utilização do trabalho dos índios nas atividades de pesca durante as expedições, em razão de sua habilidade e conhecimento de técnicas e locais de pescaria, propiciava condições para a obtenção do estoque de alimento necessário à continuidade das atividades de exploração. Os produtos da pesca alimentavam, além de exploradores e indígenas, moradores dos núcleos urbanos que começavam a se formar na região.

Em um momento seguinte, quando o processo de ocupação da Amazônia foi intensificado, a atividade da pesca continuou tendo um papel destacado como fornecedora de alimentos para a população local. Nessa época, existia a figura do "pescador-lavrador",

isto é, pessoa que desenvolvia atividades de pesca durante um determinado período do ano que era favorável à captura de peixes e, em outro, dedicava-se à agricultura.

A caça era também praticada, mas apresentava maiores dificuldades de realização que a pesca; o gado na região também era escasso, situação que lhe conferia um peso pequeno na dieta da população local. A tartaruga (*Podocnemis expansa*), o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), a tainha (*Mugil spp*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*) destacaram-se inicialmente como as principais espécies pescadas. Assim, conforme Veríssimo ([1895] 1970: 108):

ao governo colonial não devia escapar a importância econômica das pescarias como recurso alimentício da nova capitania, recurso tanto mais de atenção credor que nenhum outro o substituíra, pois tardio e sempre escasso foi sempre o provimento de gados ali. Na economia doméstica e pública do estado (...) teve um dos produtos da pesca, a tainha, um papel considerável desde os primeiros tempos da conquista, pelo século XVIII todo e começo do atual (...). No primeiro século foram sem dúvida elas o principal alimento da população de Belém, que ao cabo dele não seria sensivelmente inferior a setecentas almas.

O suprimento da demanda alimentar do mercado interno, através dos recursos provenientes das pescarias, possibilitou que ocorresse a exploração das drogas do sertão, desenvolvendo-se uma economia extrativa na região. O cacau foi o principal produto de exportação da Amazônia (Santos, 1980: 18-20), vindo mais tarde a produção de borracha a dominar a economia regional, a partir da segunda metade do século XIX.

Verifica-se, ainda, que "a pesca e os produtos da pesca na Amazônia, desde os mais antigos tempos de que temos notícia, não serviram somente à alimentação, senão a usos da economia doméstica e industrial" (Veríssimo, [1895] 1970: 99). Os diferentes fins a que se destinavam os produtos das pescarias influenciavam o montante de pescado capturado e, posteriormente, acarretaram a grande diminuição da quantidade de algumas espécies que foram objeto de intensa exploração comercial.

Em virtude da crescente importância que a pesca da tartaruga, da tainha e do peixe-boi adquiriu na época colonial – pois os produtos extraídos, como óleo e manteiga, por exemplo, eram exportados, trazendo rendimentos para a região – foram instituídos pesqueiros reais para a pesca dessas espécies, em que, paralelamente à intensificação das pescarias, ocorria um maior controle por parte do governo sobre as pessoas que participavam dessa atividade. De acordo com Veríssimo ([1895] 1970: 108), a instituição de pesqueiros na Amazônia foi a principal demonstração do interesse do Estado pela atividade da pesca no período inicial de colonização da região. Deve ser destacada, ainda, a

existência de práticas de arrendamento de pesqueiros a particulares. Mais tarde, os pesqueiros foram extintos.

A estrutura de organização dos pesqueiros, embora sofresse adaptações às características particulares dos locais em que estavam instalados, era constituída basicamente de "uma administração, em Belém, e, nas praias, a gestão de um feitor (oficial subalterno ou inferior). No armazem, na capital, havia um funcionário incumbido da venda do peixe" (Hurley, 1933: 67-69). Os produtos dos pesqueiros funcionavam também como pagamento para as pessoas que desempenhavam serviços públicos, como os soldados.

Por volta de 1700, a produção de peixe salgado e seco, tartarugas e tracajás, provenientes da ilha de Marajó (denominada no início do processo de colonização de ilha de Joannes), já aparecia com destaque na produção total da região, o que incentivou o interesse do governo português em instalar um pesqueiro nessa área. Segundo Hurley (1933: 65), não existe um registro histórico preciso sobre a data de fundação do Pesqueiro Real da Ilha de Marajó (que acabou se tornando a principal fonte de recursos alimentícios para a cidade de Belém), mas o autor presume, com base em referências feitas ao pesqueiro em correspondências, que sua fundação ocorreu antes de 1678 ².

Nesse contexto, Hurley (1933) destaca que, no caso do Pesqueiro Real de Marajó, sua importância não estava restrita somente à provisão de alimentos propriamente dita. Como já mencionado, os espécimes capturados serviam também como meio de pagamento para os serviços prestados na região, tanto em obras públicas quanto particulares³. Ainda conforme Hurley (1933: 66-67),

com o peixe o governo pagava as etapas dos soldados (pão de munição como denominavam) na proporção de duas tainhas sêccas à cada um. As congrúas do bispo, dos conegos, beneficiados, frades e jesuitas eram melhoradas com o abono das saborosas tainhas marajoaras, provindas do Pesqueiro Real. O capitão-mór vencia quatrocentas tainhas por mês. O contador da Alfandega percebia as propinas de 140 tainhas secas, um cesto de tainha de moura e vinte ditos de peixe mocaenhado.

² De acordo com Hurley (1933: 67), outros dois pesqueiros foram criados durante o período de 1763 a 1772, no governo de Fernando da Costa Athayde Teive "um na ponta do Maguary, na costa oriental de Marajó e outro em Curutapéra, visinho a Vizeu".

³ O Pesqueiro Real de Marajó continuou a existir até 1775, sendo que, a partir deste ano, todas as pessoas passaram a ter livre acesso a essa área, uma vez que a produção de gado na ilha de Marajó ganhou destaque no abastecimento de Belém (Hurley, 1933: 72).

De acordo com Veríssimo ([1895] 1970: 13-14), o volume de espécies pescadas e seu valor comercial permitiam que se pudesse distinguir as pescarias na região em *grande pesca* e *pequena pesca*. A grande pesca tinha por finalidade o comércio dos espécimes capturados, constituindo, segundo esse autor, "ao menos periodicamente uma indústria"; a grande pesca abrangia a pescaria do peixe-boi, tartaruga, tainha e pirarucu e a atividade de beneficiamento das gorduras de algumas espécies e dos ovos de tartaruga. A pequena pesca objetivava a subsistência, mas, às vezes, fornecia uma certa quantidade de peixe para o mercado consumidor local; a pequena pesca podia ser executada concomitantemente à grande pesca ou de forma isolada.

Também na pesca a figura do intermediário encontrava-se presente, especialmente nas atividades ligadas à grande pesca. Os regatões, conforme Veríssimo ([1895] 1970: 16),

vêm uns fazer pescar por sua conta, outros comprar aos pescadores de profissão o pescado, trocando-o pelas mercadorias em gasto ali, da sua pequena loja, fixa ou errante, conforme a têm na barraca para esse efeito levantada ou na tolda da sua 'canoa de regatão'.

Pode-se, então, identificar uma cadeia de comercialização envolvendo os principais produtos oriundos da pesca que tinham um valor comercial alto no mercado. Essa cadeia guarda algumas semelhanças com a que foi estabelecida na produção da borracha. Nesse contexto, é importante destacar que a lógica do capitalismo mercantil que se estabeleceu na Amazônia articula dois movimentos: controles e concorrência. Nesse sentido, está sempre procurando montar estruturas de controle para lutar contra a concorrência, sendo esta uma tensão constante no sistema (Costa, 2000).

Já que a finalidade do sistema mercantil colonial era a exportação, a questão de como manter as regularidades dos fluxos de produtos para serem vendidos torna-se um elemento essencial do capitalismo mercantil, com as cadeias de comercialização das mercadorias produzidas desempenhando papel central nesse processo. Uma vez que o projeto agrícola para a região não logrou êxito, em razão das particularidades do ecossistema amazônico, surgem alternativas extrativas, as quais foram inseridas na estrutura de produção do capitalismo mercantil que se desenvolveu na região.

No sistema de aviamento, típico do capitalismo mercantil, era formada uma cadeia de comercialização, em que o extrator dos recursos naturais era o elo mais frágil e explorado. Por intermédio da concessão de créditos aos extratores, estabelecia-se uma relação de exploração entre aviado e aviador. Existiam várias etapas de intermediação, desde o momento de extração do produto até sua venda no mercado internacional. O aviador era quem fixava o preço do produto comprado dos extratores. Em relação à pesca,

apesar das características específicas dessa atividade, pode-se perceber, também, a existência de uma cadeia de aviamento que guarda algumas semelhanças com a estabelecida na produção gomífera.

Segundo Mello (1985: 100-101), duas situações eram identificadas na pesca. Na primeira, o proprietário dos instrumentos de pesca (barcos, redes, espinhéis, entre outros objetos) era também um comerciante que possuía um estabelecimento de venda de mercadorias. Nesse caso, esse proprietário/comerciante adiantava os gêneros alimentícios e outros produtos (querosene, por exemplo) necessários para que a tripulação de pescadores pudesse efetuar a pescaria (realizada, em geral, em sistema de parceria). As mercadorias para a subsistência das famílias dos pescadores durante o tempo de duração das viagens de pesca era também fornecida pelo proprietário/comerciante. Assim, eram descontadas dos pescadores, na parte que lhes cabia do resultado da pescaria, as dívidas contraídas para aquisição dos recursos para a atividade de pesca e os débitos feitos por suas famílias junto ao proprietário/comerciante.

Na segunda situação, ainda de acordo com Mello (1985), o proprietário dos meios de produção não possuía um estabelecimento comercial para fornecer aos pescadores uma parte dos recursos necessários para a realização das pescarias, nem mercadorias para suas famílias. Assim, o proprietário fazia contato com uma casa comercial, que concedia um crédito, em nome do proprietário, para os pescadores e seus familiares. O proprietário se comprometia, então, a efetuar o pagamento de todas as despesas feitas no estabelecimento comercial, sendo o valor dessas despesas descontado sobre a parte de cada trabalhador no resultado da pescaria.

Em qualquer uma das situações, constituía-se uma relação de exploração e dependência muito forte entre os pescadores e os proprietários dos meios de produção, estando estes últimos ligados aos donos das casas comerciais, que, por sua vez, estavam vinculados a outros comerciantes. Ficava, assim, estabelecida uma relação de comercialização entre os vários elos que formavam a cadeia de aviamento.

Os pescadores, na quase totalidade dos casos, reuniam um volume muito grande de dívidas, lucrando muito pouco por seu trabalho, ou chegando mesmo a trabalhar somente para tentar saldar seus débitos (o que nem sempre conseguiam), não acumulando nenhum ganho na parte que lhes cabia nas pescarias.

Hurley (1933: 76-77) também mostra a cadeia de intermediação que se estabelecia na cidade de Belém para a comercialização da produção pesqueira:

na capital, o peixe é adquirido pelos talhadores do mercado de ferro, vendedores ambulantes em carrinho de mão e pelos 'peixeiros' de taboleiro. Temos portanto: o pescador; o geleiro e o talhador ou peixeiro. Toda essa gente intermediária quer ganhar e se não contentam com pouca coisa....O geleiro se queixa de que o gêlo está caríssimo; o peixeiro, por sua vez, se mostra preocupado com os impostos que paga e a carestia do peixe. O certo é que apesar de se lamentarem sempre de pouco fazerem nesse negócio, não o abandonam: ao contrário, o intensificam. Nessa transacção, quem nada lucra é o produtor do peixe - o pescador.

A exploração da borracha, ao atrair um grande contingente populacional, criou, também, condições para o surgimento de muitos aglomerados urbanos. As pessoas que moravam nessas novas cidades começaram a demandar recursos para o atendimento de suas necessidades. Assim, o fornecimento de alimentos para um crescente contingente populacional se tornou um problema muito importante, e os produtos oriundos da pesca terminaram por adquirir uma participação bastante acentuada na composição da alimentação das pessoas.

Com o crescimento e surgimento de novas cidades, a pesca deixou de ser considerada somente uma atividade de subsistência para o pescador, passando também a constituir uma atividade de caráter comercial, servindo de fonte de abastecimento alimentar dos centros urbanos (Mello, 1985: 39-40). O aumento da comercialização favoreceu o estabelecimento de pessoas nos locais de pesca, dando origem às vilas pesqueiras e ao pescador especializado, pois a pesca passou a fornecer ao pescador um rendimento constante e maior que as outras atividades desempenhadas por ele (caça e agricultura, por exemplo).

Mello (1989: 65) cita alguns acontecimentos que contribuíram para que a atividade pesqueira na região se tornasse atrativa para o capital: a) o aparecimento de centros urbanos, que tinham na produção pesqueira importante fonte de alimentação, incentivou a instalação de geleiras, as quais facilitaram o transporte e comercialização dessa produção para os aglomerados urbanos mais distantes dos pontos de pesca; b) a adoção do motor nas geleiras atuou como um elemento de aproximação entre os centros produtores e os consumidores de pescado; c) o crescimento do sistema rodoviário na região facilitou o comércio do pescado, especialmente nas regiões onde o transporte fluvial não existia ou sofria muitas dificuldades; d) a mudança no "panorama social" de determinadas zonas pesqueiras que, com o aumento do comércio, passaram a demandar novos bens e serviços influenciadas pelo estilo de vida urbano; e) a atividade da pesca passou a ter um caráter comercial cada vez maior; f) o aparecimento do pescador profissional ou especialista, que se dedica exclusivamente à pesca.

Nesse contexto de crescimento da demanda pelos produtos das pescarias, pode-se identificar, já entre os primeiros trabalhos escritos sobre a pesca, a existência de um pensamento favorável à industrialização desta atividade na Amazônia, não sendo citada a pesca artesanal como uma alternativa de desenvolvimento para a região. Na opinião de Hurley (1933: 77-78):

[p]recisamos que a pesca se faça em alto mar e em navios próprios, que podem trazer ao mercado da capital peixe excelente, em abundancia e barato, ao alcance de todos (...). urge que as ilhas do Salgado se encham de fábricas de conservas de mariscos e peixes (...). A pesca é uma indústria que chega para todos (...) atendendo-se a que a indústria visa beneficiar a população da capital, senão a de todo o Estado. Confiemos no futuro.

Hurley (1933) expressa, assim, que o que pode desenvolver o setor pesqueiro é a constituição de uma produção diferente da até então existente, levando em consideração não somente mudanças técnicas na captura, no beneficiamento e no armazenamento do pescado, mas na própria forma de organização dos produtores, distanciando-se da realidade artesanal.

Mendes (1938: 20-22) compartilha a mesma opinião e cita várias espécies de peixe que poderiam ser industrializadas "sistemática e racionalmente", mostrando o caso do Japão como um exemplo a ser seguido para a implantação da indústria da pesca na região. As condições ruins de salga e armazenamento do peixe pescado na Amazônia contribuíam, segundo ele, para desvalorizar o produto, o que o levou a afirmar que "ou tornamos a pesca uma indústria racionalizada, ápta a viver e prosperar, ou nos limitaremos a depender dos países industrializados para consumo daquilo que possuímos em casa" (Mendes, 1938: 84 e 161).

Assim, a atividade pesqueira passa a ser vista como uma atividade de grande potencialidade, em que o investimento traria certamente muito lucro. Percebe-se, assim, que, para atingir esse objetivo, não basta controlar somente a comercialização dos produtos oriundos das pescarias, é preciso, também, estender o controle à produção.

Torna-se claro, então, que o atendimento de interesses de frações de classe no poder estão permeando a configuração da política relacionada ao setor pesqueiro na Amazônia, em especial à decisão de apoiar o estabelecimento de um complexo pesqueiro industrial na região. As características específicas que esse complexo pesqueiro vai adquirir - e que o diferenciam de outros existentes nas demais regiões do Brasil - estão ligadas às especificidades da formação econômica e sócio-política da Amazônia, as quais influenciarão no tipo de tecnologia utilizada, na mão-de-obra empregada e nos recursos explorados.

3.2- Ações do Estado na área da pesca

No território paraense, podem ser desenvolvidas atividades de pesca extrativa fluvial, lacustre, estuarina e marinha.

No período colonial, existiam diferentes legislações relacionadas à atividade pesqueira, criadas nos municípios paraenses, abrangendo, por exemplo, diversas taxas cobradas sobre as atividades desenvolvidas na pesca de acordo com o montante pescado e o tipo de equipamento utilizado. Entretanto, apesar das diferenciações presentes na legislação pesqueira nos municípios, Hurley (1933: 34) mostra que o governo do Pará interferiu também diretamente na atividade da pesca, como no caso da lei nº 25, de 28 de setembro de 1839, quando foi criada uma companhia de pescadores composta por 40 homens livres e isentos do serviço público.

O governo do estado do Pará, entre outras medidas, arcava com alguns dos custos da atividade da pesca e intervinha no comércio para fixar o preço do quilo do pescado, de acordo com a qualidade do peixe, para mantê-lo em um patamar acessível à grande parte da população. Essas ações demonstram a importância que o produto da atividade de pesca tinha naquela época.

Entre os dispositivos com caráter de lei, relacionados ao ordenamento da atividade pesqueira, promulgados até 1910, são citados por Torres *et al.* (1996: 339) os seguintes:

a) em 1736, foi instituída a proibição da utilização de timbó e cunambi nas atividades de pesca, em razão de seu “efeito predador aos peixes dos rios”, todavia esse dispositivo foi anulado em 03 de outubro de 1737 através de Carta Régia e;

b) em 1839, foram promulgadas as primeiras leis no estado do Pará que dispunham sobre a regulamentação das atividades de pesca, entre as quais destacam-se: 1) lei nº 44, de outubro de 1839, que impedia a utilização de tapagens para a apanha de peixes em lagos e rios; 2) resolução nº 123, de 11 de outubro de 1844, que proibia o uso, nas pescarias, de plantas tóxicas, como, por exemplo, timbó, cunambi e assacú; 3) lei nº 461, de 07 de abril de 1868, que reafirmava a proibição da construção de tapagens e ainda estabelecia que não poderiam ser colocados currais para a pesca de peixes nos rios e lagos existentes nas Comarcas de Óbidos e Santarém; e 4) lei nº 871, de 01 de maio de 1876, que estabelecia a diferenciação dos preços dos peixes de acordo com sua categoria - especial, primeira e segunda.

O Plano de Defesa da Borracha de 1912 fixava, para o setor da pesca, a promoção da implantação de empresas pesqueiras que realizassem a captura e a industrialização do pescado nas cidades de Belém e Manaus. Para estimular esse processo, seriam implantadas as seguintes ações:

(a) isenção total de direitos, impostos e taxas para equipamento importado durante o período de 15 anos; (b) prêmio anual em dinheiro, durante 5 anos, desde que a produção de peixe salgado e beneficiado fosse superior a 100 toneladas por ano; (c) isenção de impostos e taxas estaduais e municipais, em virtude de tais companhias serem consideradas serviço público federal (Santos, 1980: 250).

Ainda no âmbito das ações do governo federal relacionadas à pesca, destaca-se a criação da Inspetoria de Caça e Pesca, em 04 de janeiro de 1912, pela lei nº 2.544, ocorrendo, contudo, sua extinção em 1923. Também, em 1923, é instituído, através do decreto federal nº 16.184, de 25 de outubro, o Regulamento da Pesca no Brasil. Em 25 de julho de 1933, foi criada a Diretoria de Caça e Pesca, pelo decreto nº 22.985, que logo depois passou a ser denominada Serviço de Caça e Pesca, e, posteriormente, novamente transformado em Divisão de Caça e Pesca, ficando esta última subordinada ao Departamento Nacional de Produção Animal (Ministério da Agricultura, 1934: 10).

Paralelamente ao estabelecimento da legislação referente à pesca, podia-se observar que os conflitos relacionados à utilização dos recursos pesqueiros, entre os pequenos pescadores e os proprietários das áreas onde se localizavam os rios, igarapés e lagos piscosos, estavam presentes desde os primeiros momentos da colonização. A instituição dos pesqueiros reais e a outorga da exploração de alguns desses pesqueiros a particulares influenciou o acirramento dos conflitos sobre o uso dos recursos, ou seja, entre os que tinham a posse legal das áreas piscosas e os que não a possuíam. Para Hurley, o Regulamento da Pesca veio complementar, na discussão sobre essa questão, o que estava disposto no Código Civil, afirmando que:

as águas correntes, em leito natural, com destino ao mar (directamente ou por intermediários) eram simplesmente públicas: quer fossem salgadas, quer doces; quer de rio, quer de riachos; quer de igarapés, quer de igapós; quer de lagos, quer de lagôas (Hurley, 1933: 31-32).

Ainda em relação a esse ponto, uma medida que contribuiu para que os pequenos pescadores tivessem maior liberdade para explorar os recursos pesqueiros da região foi o decreto nº 16.197, de 31 de outubro de 1923, por ter determinado no artigo 327 que era

expressamente proibido aos proprietários de terrenos que confinam com praias de mar, lagoas ou rios, assinalar por meio de boias ou sinais de qualquer natureza, zonas fronteiras

aos terrenos, para impedir que outrem dellas façam uso para a pesca, bem assim tolher por qualquer forma aos pescadores o livre exercicio da pesca e o abrigo de suas embarcações em águas fronteiras aos referidos terrenos (Hurley, 1933: 22).

A gestão das atividades de pesca do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura foi efetivada através do decreto nº 23.150, de 15 de setembro de 1933.

Quanto à indústria da pesca, a posição do governo, através do Serviço de Caça e Pesca, era de que os principais entraves ao desenvolvimento dessa indústria eram a cobrança de impostos e a estrutura de transporte existente (Ministério da Agricultura, 1934: 13). Assim, com o objetivo de remover pelo menos uma parte desses problemas, o governo federal, por meio do decreto nº 24.023, de 21 de março de 1934, concedeu benefícios aduaneiros à pesca e às atividades industriais ligadas a ela.

Por intermédio do decreto-lei nº 291, de 23 de fevereiro de 1938, também conhecido como Lei da Expansão da Pesca, o governo procurou destinar recursos para o desenvolvimento da pesca, no país com a instituição da Taxa da Expansão da Pesca, a qual era cobrada sobre produtos de pesca importados. A Caixa de Crédito da Pesca também foi criada por essa medida legal. Nesse mesmo ano foi formulado, por meio do decreto-lei nº 798, o Código de Pesca.

Com o decreto-lei nº 5.030, no ano de 1942, foi criada a Comissão Executiva da Pesca, que objetivava implementar especialmente cooperativas de pescadores, controlando suas áreas de ação e a nomeação de suas diretorias. A Comissão Executiva da Pesca foi extinta pelo decreto-lei nº 8.526, de 31 de dezembro de 1945, sendo posteriormente fundado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca, em 28 de junho de 1961, pelo decreto nº 50.872.

No ano de 1953, é formulado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, "concebido em geral como um sistema de serviços e obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola mineral e industrial e a elevar o bem-estar social e econômico da população regional" (Mahar, 1978: 15). Nesse mesmo ano, foi iniciada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para executar essas ações.

A estratégia de desenvolvimento defendida pela SPVEA estava baseada na ação de agentes locais; contudo, no que se refere à pesca, as ações desse órgão não foram muito significativas. No Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA (1955-1960) foi fixado, como meta fundamental, o desenvolvimento agrícola, visando à auto-suficiência alimentar regional e ao aumento da produção de matéria-prima para os mercados interno e externo.

Durante esse período, três órgãos permaneceram atuando no setor pesqueiro: a Divisão de Caça e Pesca, a Caixa de Crédito Agrícola e o Conselho de Desenvolvimento da Pesca. Essa situação não trouxe os resultados positivos esperados em termos de desenvolvimento do setor. Assim, objetivando melhorar a coordenação das ações estatais, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), subordinada ao Ministério da Agricultura, pela lei delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, como o órgão que concentraria as ações governamentais em relação à pesca no Brasil. Com a criação da SUDEPE, tem início, efetivamente, a industrialização da pesca no país, sendo implementadas várias ações pelo poder público federal para tornar a atividade pesqueira atrativa aos empresários.

Entre as primeiras pesquisas realizadas sobre a pesca na Amazônia, destacam-se dois estudos realizados pela SPVEA, em convênio com a FAO, que serviram de base para o estabelecimento da atividade industrial pesqueira na região. Um estava relacionado à utilização de novas técnicas para a captura de peixes e aperfeiçoamento das práticas tradicionalmente usadas pela população da Amazônia, visando ao crescimento da produtividade da produção de pescado fresco (Meschkat, 1959). O outro estava ligado à capacidade de adaptação das várias espécies de peixes da região aos sistemas utilizados na época para a conservação do pescado (Botelho, 1959).

Neste contexto, o objetivo do Estado ao promover pesquisas era o de adquirir informações que lhe possibilitassem “transformar o atual sistema de pesca, empírico e rudimentar, praticado pelas populações ribeirinhas no interior amazônico, em indústria racional, de alta produtividade” (Botelho, 1959: 1). As ações estatais estavam de acordo com a estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização pensada para a região.

Em 1964, com a instituição do governo militar, ocorrem mudanças na concepção das estratégias de desenvolvimento voltadas para a região amazônica. A Operação Amazônia (1965 -1967) foi criada dentro dessas novas diretrizes. De acordo com Mahar (1978: 22), os principais propósitos da Operação Amazônia eram: instituir pólos de desenvolvimento na região; constituir um montante populacional estável e auto-suficiente na fronteira; incentivar a vinda de migrantes para a Amazônia; estabelecer estímulos ao capital privado, por meio da ampliação dos incentivos fiscais; prover infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades produtivas; e identificar os recursos naturais existentes na região para exploração comercial. No campo econômico, segundo esse autor,

a abordagem [da Operação Amazônia] equivalia à transferência para a Amazônia do modelo aplicado com algum sucesso no Nordeste. Esse modelo envolvia fundamentalmente a

promoção da industrialização via substituição de importações, financiada por capital privado externo e interno (Mahar, 1978: 22).

Como parte dessa nova ótica de planejamento, a SPVEA foi substituída em 1966 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que implantou uma política de desenvolvimento que não estava vinculada aos agentes locais, e sim mais voltada para o estabelecimento de parcerias com empresários de outras regiões do Brasil (basicamente Sudeste e Sul) e de outros países. Essa mudança no direcionamento da política estatal teve repercussões diretas nas ações implementadas pelo governo para a pesca, na medida em que o crescimento da pesca industrial passou a ter uma importância muito maior, dentro da estratégia de desenvolvimento do Estado para a Amazônia, que a pesca artesanal.

A partir desse momento, a pesca passa a ser vista como um setor com potencialidade para promover o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, também da região. Com o decreto nº 58.696, de junho de 1966, a pesca passa a ser considerada como indústria de base e a receber financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (SUDEPE, 1975: 9).

O decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 (que estabelecia o Novo Código da Pesca), aumentou a área de atuação da SUDEPE e sua competência, ao dar a esse órgão atribuições de fomento e proteção ao desenvolvimento, podendo essa superintendência conceder incentivos fiscais para a pesca. Os Incentivos Fiscais da Pesca foram posteriormente regulamentados pelo decreto-lei nº 62.458, de 25 de março de 1968.

O decreto-lei nº 221/67 estabelecia as seguintes ações (SUDEPE, 1975: 9-10):

- a) isenção, até 1972, para as pessoas jurídicas que exercessem atividades pesqueiras, do Imposto de Renda relativo aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE;
- b) isenção, até 1972, de impostos e taxas federais de qualquer natureza sobre produtos de pesca, industrializados ou não;
- c) isenção, até 1972, do Imposto de Importação, do Imposto de Produtos Industrializados, de taxas aduaneiras e impostos de qualquer natureza sobre embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de

pescado, desde que importados de acordo com projetos aprovados pela SUDEPE;

- d) permissão a todas as pessoas jurídicas registradas no país para deduzirem do Imposto de Renda, até 1972, o máximo de 25% do imposto devido, para inversão em projetos de atividades pesqueiras liberados pela SUDEPE;
- e) isenção, até 1972, do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica.

Com a criação, em 16 de março de 1967, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), promovido pelo Ministério da Agricultura e FAO, teve impulso a pesquisa sobre a pesca marinha no Brasil. Posteriormente, o PDP foi transformado em Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro ligado à SUDEPE (IBAMA, 1999a: 52).

Em 25 de março de 1970, o decreto nº 1.098 estabeleceu o limite do mar territorial brasileiro para uma faixa de 200 milhas. A regulamentação da operação de barcos de pesca de outros países nas águas de jurisdição do Brasil foi feita pelo do decreto nº 69.459, de 01 de abril de 1971. Em 09 de maio de 1972, foi instituído o decreto-lei nº 1.217, que teve grande importância para a pesca industrial, pois prorrogava até o ano de 1977 todos os incentivos fiscais anteriormente concedidos.

Deve ser destacado, também, como de elevada relevância para a indústria pesqueira, o decreto nº 70.886, de 28 de julho de 1972, que estabeleceu a isenção do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos, que incidia sobre o combustível utilizado por barcos de pesca, cujo produto pescado fosse destinado, no todo ou em parte, para o mercado externo.

Em 12 de dezembro de 1974, pelo decreto-lei nº 1.376, a SUDEPE foi transformada em Agência de Desenvolvimento Setorial, que tinha entre suas responsabilidades administrar os incentivos fiscais direcionados à pesca. Foi ainda criado o Fundo de Investimento Setorial para a Pesca (FISSET/PESCA).

A SUDEPE elaborou quatro Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca. o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca foi criado em 1963, mas, por não ter sido aprovado, não foi aplicado; o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca foi editado em 1969, mas não foi integralmente operacionalizado; o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca englobava ações para o período de 1975 a 1979; e o Quarto

Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca delineava as ações estatais para o período de 1980 a 1985.

No início da pesca industrial, até o ano de 1977, essa atividade era desenvolvida por uma frota internacional, devido a acordos firmados entre o Brasil e outros países, entre os quais se destacavam Japão, EUA e Coréia. A partir de 1978, apenas embarcações nacionais puderam continuar praticando essa pescaria, mas, em razão da quantidade de barcos nacionais ser insuficiente, foi concedida, então, autorização para que as empresas nacionais arrendassem embarcações estrangeiras até que a frota nacional atingisse o tamanho estabelecido (IBAMA, 1994: 40). No início da década de 90, os arrendamentos não foram mais autorizados.

A partir da década de 80, houve mudanças nas ações do governo e grande parte dos incentivos anteriormente concedidos foi revogada. Em 1989, ocorre a extinção da SUDEPE e a pesca sai da jurisdição do Ministério da Agricultura e passa à do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – órgão que ficou responsável pela execução da política de gestão dos recursos pesqueiros no país, e cujas ações estavam ligadas à implementação de uma política de busca do uso sustentável dos recursos hídricos.

De acordo com a legislação sobre a pesca, definida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), podem ser identificados cinco tipos de pesca no Brasil: 1- **pesca de subsistência**, que é exercida para a obtenção de alimentação, não tendo finalidade comercial e sendo praticada com técnicas rudimentares; 2- **pesca artesanal ou de pequena escala**, que abrange o segmento das atividades pesqueiras, caracterizadas pelo objetivo comercial combinado com o de obtenção de alimento para a família; 3- **pesca industrial ou costeira**, realizada pelo segmento de embarcações de maior autonomia, capaz de operar em áreas distantes da costa, efetuando a exploração de recursos pesqueiros que se apresentam relativamente concentrados em nível geográfico; 4- **pesca industrial oceânica**, que envolve as embarcações aptas a operarem em toda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), incluindo áreas oceânicas distantes, mesmo em outros países; e 5- **pesca amadora**, que tem como objetivo o turismo, o lazer ou o desporto, com seus produtos proibidos de serem comercializados ou industrializados (IBAMA, 1999: 4-5).

Na Amazônia, foi criado, em 1995, o Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira da Região Norte (CEPNOR), localizado em Belém/Pará, o qual busca desenvolver estudos nas

áreas de pesca marítima e costeira envolvendo, por exemplo, novas tecnologias para a pesca industrial e estudos sobre a biologia dos principais recursos pesqueiros explorados industrialmente. Entre as atividades de extensão do CEPNOR, destacam-se a realização de cursos junto a comunidades pesqueiras e a prestação de serviços de assessoria para empresas de pesca.

No cenário desse novo direcionamento da política estatal em relação ao setor pesqueiro, a questão ambiental passa a ter maior destaque, pois a atividade pesqueira começa também a se defrontar com a problemática da diminuição dos estoques explorados e com a inviabilidade de continuar a exploração comercial de espécies muito valorizadas no mercado. Entre suas inúmeras ações, o IBAMA implementou uma nova versão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e programas de pesquisa, com destaque para o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), além de instituir portarias que regulamentavam o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Em 1999, a pesca voltou para a jurisdição do Ministério da Agricultura, via Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), mas a fiscalização das atividades continuou sob a responsabilidade do IBAMA. O Ministério da Agricultura formulou um programa para os anos de 1999 a 2002, com previsão de, no final desse período, as exportações de pescado alcancem 380 milhões de dólares, com a conseqüente geração de 20.000 empregos diretos dada a expansão da atividade pesqueira industrial no país (Dias-Neto, 2000: 01). Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca com o objetivo de fomentar ações que possibilitem um maior crescimento do setor.

3.3- A pesca na visão governamental

Segundo estatísticas do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), em 1964, de 8,0% a 10,0% da população estadual tinha na pesca a principal fonte de subsistência. Isso representava em torno de 30 mil pescadores e suas famílias - com uma média de cinco pessoas por família (IDESP, 1966: 11). Esse panorama fazia com que o desenvolvimento do setor pesqueiro estadual adquirisse importância no interior da estratégia de desenvolvimento econômico pensada pelo governo para o estado do Pará.

Nesse contexto, o governo paraense listava vantagens relacionadas à grande potencialidade natural das águas interiores e costeiras para o desenvolvimento da pesca

"em larga escala" (industrial), além de o estado do Pará, segundo seus governantes, possuir uma localização próxima aos mercados americano e europeu, o que facilitaria a exportação dos produtos.

Entre as espécies exploradas que, segundo a autoridade estadual, poderiam ser aproveitadas comercialmente encontravam-se: cação (família Squaloidea), pirarucu, mapará (*Ageneiosus brevifilis*), gurijuba (*Arius parkeri*) e piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*). Em relação aos quelônios foram destacados: tracajá (*Emys tracaja*), matamatá (*Chelys frimbiata*), tartaruga, jaboti (*Testudo tabulata*), mussuan (*Cinosternum ascorpides*) e aperema (*Geomyda punctularia*). Entre os crustáceos foram detectadas potencialidades de exploração dos camarões de água salgada, de água salobra e de água doce (IDESP, 1966: 5-7). O Quadro 1 detalha o cenário previsto pelo governo estadual em relação às espécies exploradas.

QUADRO 1
ESPÉCIES COM POTENCIALIDADES DE EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL
IDENTIFICADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

<p>1- <u>Pirarucu e bacalhau</u></p> <p>a) preconiza-se na Amazônia (ou no Pará) a substituição do bacalhau (<i>Polychthys porosissimus</i>) pelo pirarucu, em virtude principalmente do sabor semelhante ao bacalhau, do elevado teor alimentício, do custo inferior ao produto importado e da existência de expressivas reservas da espécie na região. Além do mais, são promissoras as possibilidades de industrialização de seus sub-produtos;</p> <p>b) para a substituição das importações e o uso do pirarucu ao invés do bacalhau terá de ser sistematizada a captura e adotados métodos adequados de conservação do pirarucu.</p> <p>2- <u>Outros peixes</u></p> <p>a) no mercado nacional, tem-se possibilidade de aumentar a exportação de peixe, sobretudo o de água doce, principalmente para centros onde a produção pesqueira é exclusiva de água salgada;</p> <p>b) no mercado internacional, tem-se os Estados Unidos como comprador certo das espécies piramutaba e mapará após beneficiados utilizando-se o processo de filetagem.</p> <p>3- <u>Grude de peixe</u></p> <p>a) há possibilidade de expansão do mercado internacional do grude de gurijuba e de pescada (gênero <i>Cynoscion</i>) em virtude de sua comprovada utilização no setor industrial (filtro para processamento da cerveja);</p> <p>b) o fato de mantermos a Inglaterra como mercado comprador de grude de peixe há 30 anos indica a segurança da colocação desse sub-produto;</p> <p>c) pode-se expandir desse sub-produto na indústria nacional (fabrico de cola, laca, etc.).</p> <p>4- <u>Camarão</u></p> <p>a) aproveitando as reservas camaroeiras diversificadas quanto ao sabor e tamanho e utilizando-se processos modernos de captura e conservação, poder-se-á expandir os mercados local (em substituição à importação), nacional e internacional, contando-se com a preferência dos Estados Unidos pelos camarões de procedência sul-americana.</p> <p>5- <u>Conclusões gerais</u></p> <p>a) o mercado de pescado e derivados exige ser melhor conhecido, sobretudo no que concerne à faixa internacional; mas, independentemente disso, o Pará já conta atualmente com compradores certos que justificam a superação da pesca artesanal e a implantação da pesca industrial;</p> <p>b) os empreendimentos de pesca industrial, para obterem rentabilidade compatível e entrar decisiva e vitoriosamente nos mercados de exportação, deveriam integrar comercialização (conservação, transporte e colocação do produto) e produção (captura do pescado)</p>

Fonte: elaboração da autora com base em informações do IDESP (1966: 23-24).

Entre 1964 e 1965, as principais espécies de peixe pescadas foram: mapará, representando 8,5% do total capturado; piramutaba e gurijuba, com, respectivamente, 6,0% e 4,0% da produção estadual; pirarucu e cação com percentuais aproximados de 2,5% para o primeiro e 2,0% para o último. O governo do estado identificava que essas cinco espécies apresentavam condições de serem exploradas em grande escala. Nessa época, a captura de camarão representava 5,0% do volume total pescado no estado, mas o governo estadual vislumbrava a possibilidade de aumentar muito mais a produção (IDESP, 1966: 15). De acordo com um informe do governo,

se ainda não existe no Pará volumosa e variada produção de pescado, tal fato não se deve às deficiências ambientais ou hidrobiológicas, mas tão somente ao nível rudimentar dos processos utilizados na economia pesqueira. Não tendo ainda se implantado nenhum empreendimento contínuo e bem orientado de pesca industrial, o que se realiza no Pará de hoje não passa de uma pesca artesanal de produtividade muitíssimo restrita em face daquela que até no curto prazo poderá ser atingida" (IDESP, 1966:08).

Diante desse quadro, os estudos elaborados pelo governo estadual, durante a década de 60, ao destacarem os recursos pesqueiros que poderiam ser explorados em escala industrial, mostravam que o estabelecimento da pesca industrial, não da pesca artesanal, era visto como um dos elementos para a viabilização do desenvolvimento do estado. A pesca industrial iniciou, efetivamente, no estado do Pará em 1968.

Empresas multinacionais e empresários do Centro-Sul, atraídos pelos incentivos fiscais concedidos pelo Estado através da SUDEPE e SUDAM (Mello, 1989: 66), foram os que exploraram inicialmente a pesca industrial na região. Até o momento atual, as principais espécies exploradas pelas indústrias pesqueiras no Pará são a piramutaba e o camarão-rosa (*Penaeus subtilis*), sendo esta produção voltada para a exportação para os Estados Unidos e Japão. No caso de Belém, a quase totalidade das indústrias pesqueiras está localizada no Distrito de Icoaraci.

Segundo Penner (1984: 116-117), o motivo para que o parque industrial pesqueiro fosse instalado no Distrito de Icoaraci está relacionado aos seguintes fatores: a matéria-prima e seu deslocamento para o local de produção, influência do mercado, custo da mão-de-obra, custo com transporte e política governamental. Em relação à matéria-prima, a autora destaca que, devido a sua rápida perecibilidade, as fábricas tendem a se localizar em áreas mais próximas das fontes da matéria-prima e que facilitem o acesso dos barcos às indústrias, pois podem construir seus portos particulares. No que diz respeito ao mercado, como o destino da produção é o mercado internacional, para as empresas é mais fácil se instalarem próximo da região produtora da matéria-prima que do mercado. No que tange à mão-de-obra, em Icoaraci existia uma grande quantidade de trabalhadores disponíveis para o capital a um baixo custo. Por fim, quanto ao custo do transporte do produto para o mercado externo, apesar de ser alto, estava diretamente relacionado à política governamental que; por intermédio dos incentivos fiscais, permitia que as empresas de pesca conseguissem suprir esses custos.

No início de suas atividades, conforme destacado por Loureiro (1992: 199-200), a pesca industrial estava direcionada exclusivamente para a captura do camarão. Entretanto,

quando a frota industrial começou a enfrentar problemas relacionados ao aumento do preço do combustível utilizado nas embarcações durante as viagens de captura, ao pouco conhecimento sobre a localização dos cardumes de camarão e à falta de experiência da mão-de-obra local em realizar atividades de pesca em alto mar, os empresários tiveram que inserir algumas mudanças em suas estratégias de exploração.

A aceitação de um tipo de peixe – piramutaba – para consumo por parte dos Estados Unidos contribuiu também para a abertura de mais uma área em que os empresários da pesca industrial poderiam atuar. Assim, a partir desse momento, as empresas passaram também a efetuar a pesca seletiva da piramutaba, eventualmente sendo aproveitados alguns peixes da fauna acompanhante durante a realização de sua captura, como pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), gurijuba (*Arius parkeri*) e uritinga (*Arius proops*) (Loureiro, 1992: 199-200).

Em relação às áreas que estavam reservadas para o desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, em 1976, através da portaria 007/76, as empresas foram autorizadas a desempenhar suas atividades dentro de uma área do estuário. Após isso, segundo Loureiro (1992: 200-208), as pescas artesanal e industrial começaram a disputar os recursos naturais de uma mesma área, e iniciaram-se os conflitos, com uma clara desvantagem para os pescadores artesanais. Contudo, a portaria nº 011, de 13 de janeiro de 1987, proibiu a pesca, com qualquer tipo de arrastão, por embarcações motorizadas, a menos de 10 milhas da costa; mas os pescadores artesanais afirmam que as empresas de pesca freqüentemente não cumprem essa legislação.

Barthem (1992: 495-499) destaca que a definição das áreas de atuação da pesca industrial e artesanal foi estabelecida pelo poder público federal, sem que tivessem sido realizados estudos mais detalhados, pois as pesquisas implementadas, além de serem poucas, sofriam o problema de falta de continuidade e mau gerenciamento de sua execução. A região que forma o estuário amazônico é a única da Amazônia em que pode ser encontrada a atuação da pesca artesanal e da pesca industrial. Essa zona pode também ser dividida em quatro áreas pesqueiras que apresentam diferenças entre si: a) salgado, b) baía de Marajó, c) foz amazônica propriamente dita, e d) norte.

Apesar das ações governamentais, as dificuldades sempre estiveram presentes desde o início da implantação da pesca industrial. No Pará, entre 1970 e 1974, a produção de peixe aumentou cerca de 245,29%, ao passo que a de camarão elevou-se em 53,07%; contudo, a capacidade ociosa da frota industrial paraense existente no ano de 1974 era de 77,58% para os barcos que capturavam peixe e 94,78% para os que pescavam camarão

(Britto *et al.*, 1975: 18-20), mostrando a existência de obstáculos ao desenvolvimento das atividades durante esse período.

Um dos principais entraves estaria relacionado à crise do petróleo (o primeiro Choque do Petróleo ocorreu em 1973), que encarecia muito o desenvolvimento da atividade pesqueira industrial, principalmente do camarão, em razão de seus locais de captura estarem mais distantes da costa e os barcos passarem um número maior de dias no mar. Contudo, dados para o ano de 1987 sobre a indústria pesqueira paraense mostram que o problema da elevada ociosidade dos equipamentos industriais continuava presente, pois naquele ano somente 32,0% da capacidade de processamento de pescado estava sendo utilizada (SUDEPE, 1988: 24).

Nesse mesmo contexto, o relatório elaborado pela Hidroservice sobre a pesca industrial no Pará (1975) afirmava que,

é de conhecimento geral a forma como foi instalado o setor pesqueiro no país, a partir da criação de uma série de incentivos fiscais. Entretanto, dada a falta de estudos preliminares sobre os recursos pesqueiros (na verdade, cada projeto isoladamente supunha uma oferta de matéria-prima e demanda pelo produto beneficiado infinitamente elásticas), a total imprecisão em que foram elaborados os projetos pesqueiros, a falta de experiência anterior, tanto por parte das autoridades governamentais ligadas ao setor, quanto do novo empresariado que surgia, implicou o superdimensionamento tanto na capacidade de captura quanto de beneficiamento e, como consequência disto, uma crise generalizada derivada da subprodução e custos (tanto de captura quanto de beneficiamento) exageradamente elevados (Hidroservice, 1975: 85).

Em 1973, existiam 15 empresas atuando na pesca industrial. Dessas, 11 iniciaram suas atividades a partir de 1970 e quatro antes desse período. Em relação às atividades estabelecidas, sete atuavam somente na captura; três, somente no processamento; quatro, na captura e processamento e uma somente na comercialização (Hidroservice, 1975: 65).

Ainda, segundo o relatório da Hidroservice (1975: 69), em 1973 existiam 1.673 pessoas trabalhando no setor da pesca industrial em Belém, sendo: 39,0% nos barcos; 49,0% no setor de processamento e 12,0% na administração. “Admitindo-se, em média, 5 pessoas por família, tem-se que 8.225 indivíduos dependem da pesca industrial” (Hidroservice, 1975: 69).

De acordo com o último relatório elaborado pela SUDEPE e Coordenadoria Regional no Pará e Amapá (COREG) (SUDEPE/COREG, 1988:18 e 23), estavam atuando no setor da pesca industrial, no Distrito de Icoaraci, no ano de 1987, 15 empresas de pesca, sendo

seis indústrias e nove empresas de captura. Para o estado do Pará, como um todo, existiam, nesse mesmo ano, 23 empresas de pesca, sendo que quatro delas estavam com suas atividades paralisadas naquele momento. Das 19 empresas atuantes, além das 15 empresas no Distrito de Icoaraci, havia duas empresas de captura no município de Bragança, uma no município de Óbidos e uma no município de Santarém.

O total de empregos gerados pela pesca industrial no estado do Pará, em 1987, estava assim distribuído: 1.534 pessoas na captura, 1.627 pessoas no processamento e 197 pessoas em outros postos de trabalho, totalizando 3.358 empregos. No que se refere à utilização da capacidade produtiva, o “baixo grau de utilização de capacidades de processamento e armazenamento do setor da pesca industrial” (SUDEPE/COREG, 1988: 76) era destacado pelo último relatório elaborado pela SUDEPE/COREG. Nesse sentido, permanece o questionamento sobre o quê motivou essa situação das empresas que compõem o parque pesqueiro industrial ao longo do tempo.

Quadro 2
CUSTOS OPERACIONAIS POR EMBARCAÇÃO PESQUEIRA
NA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ
1986

ITEM	BARCOS	BARCOS	BARCOS
	CAMARONEIROS	PIRAMUTABEIROS	PARGUEIROS
Combustível	46,0	31,0	30,0
Lubrificante	0,3	0,4	0,2
Rancho	0,3	0,4	0,9
Remuneração da tripulação	10,0	24,0	16,0
Manutenção	13,0	10,0	0,6
Encargos sociais	0,6	16,0	10,0
Petrechos de pesca	12,0	0,5	25,0
Depreciação	0,7	0,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDEPE/COREG (1988: 36).

No período entre 1975 e 1980, de acordo com o IBAMA (1999: 54), de um total de 57 projetos aprovados na área da pesca industrial, 48 visavam solucionar as dificuldades financeiras das firmas que tinham obtido benefícios do decreto-lei nº 221/67. Outra crítica do IBAMA está relacionada ao subsídio para o óleo diesel, concedido pelo governo para as pescarias cujos produtos tivessem como destino o mercado externo; de acordo com o órgão, esse expediente do governo dificultava o estabelecimento de uma exploração ordenada dos recursos, pois encobria as baixas rentabilidades de determinadas pescarias e estimulava uma exploração bastante intensa de algumas espécies, levando-as ao estágio de sobrepesca, situação que tendia a se agravar a médio prazo.

Nesse sentido, observa-se que o próprio reconhecimento, por alguns órgãos do governo, dos problemas com que se defrontou a pesca industrial no país, e na região amazônica, mostra a necessidade de se refletir sobre a importância do conhecimento da realidade e do envolvimento da comunidade local na concepção e na execução das ações de intervenção.

Segundo o IBAMA (1994: 115), houve no setor da pesca industrial no litoral Norte uma

diminuição na mão-de-obra vinculada ao segmento industrial, reduzida em 23,0%, decrescendo de 3.358 empregados em 1987, para 2.589 em 1990, embora o número de empresas tenha ampliado de 14, em 1988, para 16 unidades, em 1990, implicando um aumento de 14,3%. Apesar da recessão econômica do país, o setor pesqueiro da região Norte teve um incremento de 60,0% em suas empresas que passaram de 10 unidades em 1984, para 16, em 1990. Entretanto, houve uma retração (-8,0%) na infra-estrutura de processamento.

Em relação ao estado do Pará, a mão-de-obra empregada na pesca industrial, em 1990, era estimada em 810 trabalhadores na atividade de captura, 1.640 trabalhadores no processamento, 94 pessoas no armazenamento da produção, 39 na comercialização e sete como pessoal flutuante, totalizando 2.590 pessoas empregadas (IBAMA, 1994: 133).

Nesse contexto, na análise sobre as empresas de pesca industrial - tanto em termos de sua eficiência econômica quanto aos resultados que trouxeram para o desenvolvimento da região -, tem-se que, inicialmente, questionar o que realmente se esperava delas e para quem deveriam reverter os benefícios da instalação dessas indústrias. A política pública não é neutra (Costa, 1998), sofre influência da pressão de determinados segmentos de classe para que seus interesses sejam atendidos. Assim, para se visualizar se uma linha de política pública está agindo de maneira positiva ou negativa, é necessário ter bem clara a concepção de desenvolvimento defendida pelas autoridades governamentais.

No caso da pesca industrial, não se pode negar que as tentativas de homogeneizar a produção de um recurso extrativo têm enfrentado problemas por conta das características específicas do ecossistema amazônico e das particularidades presentes em uma atividade extrativa, e que vão influenciar nas ações das empresas, com rebatimentos diretos sobre os trabalhadores. Essa situação faz com que se enfatize que uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia tem que estar pautada na interação dos componentes ecológicos e econômicos, no interior da realidade social da região.

4- PARQUE INDUSTRIAL PESQUEIRO DO DISTRITO DE ICOARACI

4.1-Estratégias adotadas pelas empresas frente ao mercado

As transformações da economia mundial com a intensificação dos problemas do fordismo e a disseminação do modelo japonês entre os países fez com que as empresas nacionais respondessem, de maneira também diferenciada, aos novos desafios e ao acirramento da concorrência interna e externa no mercado. A adoção de inovações tecnológicas e organizacionais pelas empresas passaram a ser observadas nas firmas. Esse processo teve influência direta sobre a produtividade e as condições de trabalho da mão-de-obra.

As empresas brasileiras foram confrontadas com mudanças no ambiente interno do país, a partir dos anos 90, quando fatores como a abertura comercial e a conseqüente necessidade de modificações estruturais nas firmas nacionais foram implementadas para fazer face à concorrência. Em alguns casos, observou-se a introdução de novas tecnologias e modelos organizacionais; em outros, houve uma fusão de práticas fordistas e elementos do modelo japonês; e, por fim, em outras situações, a continuidade do sistema taylorista-fordista se mostrou a prática mais eficiente. De acordo com Castro (1997: 167),

o que se depreende das análises de casos sobre o que tem sido chamado de 'reestruturação produtiva' é que as estratégias implantadas não podem ser tomadas como um conjunto homogêneo, monolítico ou caminho de mão única. Ao contrário, se os fins a atingir têm a mesma direção – ganhos de produtividade e de mercado – as estratégias adaptativas e o desdobramento em ritmos ou processos diferentes têm sido também bastante diferentes, percebendo-se a formulação de múltiplas experiências em empresas brasileiras e de outros países.

Nesse sentido, é necessário tomar conhecimento dos vários aspectos que englobam as inovações tecnológicas, da mesma forma que o contexto em que são criadas e implantadas essas inovações. Analisando dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep, pela Fundação Seade, abrangendo o período de 1994 a 1996, Quadros *et al* (1999: 56) afirmam que o estudo da “distribuição das empresas inovadoras por segmento de atividade revela que a adoção de inovações também é influenciada pelos padrões setoriais de mudança técnica e oportunidades tecnológicas”. Nesse sentido, as

especificidades setoriais têm um peso elevado no tipo de tecnologia adotada e também na forma como isso vai ser implantado pelas firmas.

Gounet (1999: 22) ressalta que o processo de adoção de novas tecnologias necessita ser precedido de modificações no plano organizacional das empresas, pois são essas mudanças que fazem o diferencial entre elas, uma vez que a tecnologia está disponível para ser adquirida por todas as firmas no mercado. Assim, o autor reforça que a aceitação e a colaboração dos trabalhadores é essencial para que as mudanças organizacionais consigam ser efetivamente estabelecidas. Contudo, não se pode deixar de considerar que as empresas no mercado formulam suas estratégias no sentido de sempre aumentar seus lucros, de modo que a escolha do tipo de tecnologia e organização dos fatores de produção pode trazer o estabelecimento de condições de trabalho mais difíceis para os trabalhadores empregados, atingindo, também, os que estão desempregados. De acordo com Gorender (1997: 329):

*Não há razão para duvidar de que a tecnologia informacional e a organização do trabalho conforme a produção enxuta são causas do desemprego estrutural. Difícil é estabelecer o quanto cabe a cada qual desses fatores (...). O fato é que, seja por via da automação eletrônica, seja por via da remodelação do **layout** organizativo da empresa, os empregos somem aos milhares e aos milhões, enquanto aumenta a carga de trabalho sobre aqueles que continuam empregados.*

Observa-se, assim, que o primeiro objetivo das empresas brasileiras, no momento em que decidem adotar novas tecnologias e, principalmente, inovações organizacionais, é a redução de custos. A forma como ocorre esse processo faz com que haja uma certa “adaptação” de alguns dos instrumentos do toyotismo à realidade brasileira. Druck (1999: 29), ao discutir essa questão, afirma que “em muitos casos o uso adaptado do modelo japonês de gestão e organização do trabalho em diferentes setores da economia de alguns países – o Brasil, por exemplo – substitui, em grande medida, os investimentos em tecnologia”.

Na estrutura de custos das firmas, o que tem sido apontado como de maior relevância é o custo da mão-de-obra. Daí que a adoção do toyotismo no Brasil venha sendo acompanhada por uma discussão sobre a rigidez do mercado de trabalho e a necessidade de aumentar a desregulamentação e flexibilização desse mercado, como uma forma de possibilitar às empresas, em seu objetivo de conquistar novas fatias de mercado, a geração de mais empregos (Bonelli, 1999). Contudo, a discussão sobre essa questão apresenta várias nuances, existindo também uma outra corrente teórica que é contrária a essa idéia,

por considerar que o mercado de trabalho nacional já é bastante flexível e o aumento da flexibilidade e do processo de desregulamentação traria uma piora ainda maior nas condições de trabalho da mão-de-obra (Lima, 1998; Dedecca, 1998).

Nesse contexto de discussão sobre o grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, um outro ponto de análise relacionado é que a negociação entre as partes não ocorre em igualdade de condições: os trabalhadores estão, em geral, em desvantagem em relação aos empresários. As próprias condições do mercado de trabalho – desemprego, preocupação em manter o emprego, precariedade existente no mercado, poucas chances de obter outro emprego – pressionam os trabalhadores a aceitarem as propostas dos empresários, mesmo que essas propostas tragam claras desvantagens para os primeiros.

Assim, a crise do fordismo e a implantação do modelo japonês assumem formas nacionais e regionais da mesma maneira como ocorreu com a implantação do fordismo, como já colocado. Em razão dessas especificidades, a adoção do modelo japonês no Brasil recebeu várias denominações, tais como: fordismo híbrido, neofordismo e pós-fordismo (Druck, 1999: 95-97). Dessa forma, podem ser identificadas duas diferentes abordagens sobre a questão do fordismo e do toyotismo no Brasil. A primeira defende que o toyotismo constitui um novo paradigma de gestão e organização do trabalho, representando uma superação do fordismo (pós-fordismo), enquanto a segunda afirma que não houve ruptura com o fordismo (Druck, 1999: 117-118).

Druck (1999: 102-103) aponta uma periodização da implantação do modelo japonês no Brasil. Em um primeiro momento, no final dos anos 70 e início dos anos 80, são implementados os CCQs. O segundo momento acontece em meados da década de 80, quando ocorre a implantação do JIT, dos Programas de Qualidade Total e do Controle Estatístico de Processo. Paralelamente a isso, ocorre ainda a adoção de uma maior automação no processo produtivo. O terceiro momento abrange o início dos anos 90, com a propagação das idéias da “cultura da qualidade” para todos os setores da economia produtores de bens e serviços. Ainda, segundo essa autora, a implantação dos princípios toyotistas no Brasil:

1. Por um lado, reafirmam as principais características do taylorismo/fordismo naquilo que ele tem de pior, isto é, impõem, de forma autoritária e repressiva, um padrão de trabalho sustentado ainda na separação entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Os manuais de qualidade representam a força do trabalho prescrito e têm sido utilizados como ameaça aos trabalhadores, à medida em que o não cumprimento das especificações, das normas e operações planejadas e definidas (em geral pelos engenheiros) – quando detectadas pelas

auditorias internas – pode levar a sanções, inclusive à demissão. Ao mesmo tempo intensifica a gestão autoritária na busca por conter a ‘iniciativa operária’, a partir de um discurso – presente em Taylor – acerca da ‘cooperação’, da ‘parceria’ entre patrões e empregados (...) 2. Por outro lado, e ao mesmo tempo, verifica-se um processo contrário e complementar ao acima descrito, no sentido da descaracterização do fordismo-taylorismo, qual seja: o processo de desintegração do trabalho, de individualização do trabalhador, de fracionamento dos coletivos de trabalho, através da terceirização nas fábricas, sobretudo nas atividades nucleares, na área de produção/manutenção. É a quebra da ‘unidade fabril’ que, desta forma, indica um processo de (des)fordização (Druck, 1999: 216-217).

A partir de 1994, com a estabilização econômica, houve um aumento do processo de internacionalização da economia nacional, com o crescimento da associação de empresas nacionais com firmas estrangeiras. Em relação às empresas estrangeiras presentes no Brasil, houve maior integração dessas firmas com as existentes em outros países (Dedecca, 1998: 174). Esse cenário reforçou a implantação das práticas do modelo japonês pelas firmas brasileiras.

A disseminação e a forma de atuação das micro, pequenas e médias empresas no mercado está ligada às características da conjuntura econômica, e isso engloba o tipo de relacionamento que elas vão estabelecer com as grandes empresas, ou seja, relações de subordinação e precariedade, ou relações de parceria e ganhos mútuos. Nota-se que sistemas de trabalho diferentes passaram a coexistir no interior das empresas, exemplificados por um contingente de trabalhadores que estão submetidos a uma organização taylorista/fordista, à existência de trabalhadores terceirizados, que são funcionários de microempresas que prestam serviços a empresa contratante e, ainda, à de trabalhadores polivalentes do sistema toyotista.

Nesse contexto, da mesma forma que no sistema taylorista/fordista, o toyotismo pode implementar um determinado número de trabalhadores polivalentes no interior da empresa e, da mesma forma, determinar a quantidade de mão-de-obra menos qualificada e “flutuante” – por não ter vínculo empregatício formal com a empresa (trabalhadores de firmas terceiras) e/ou contrato de trabalho temporário – ou, ainda, intensificar ou diminuir a terceirização no interior da planta produtiva da empresa ou fora dela, de acordo com a parcela do mercado de que as firmas participam (Antunes, 2000: 57). Estas são as diferentes formas encontradas pelas empresas para aumentarem seus lucros dentro do sistema toyotista. Nesse processo, observa-se que nos países desenvolvidos as firmas diminuíram os empregos estáveis, mas não os precários (Dedecca, 1999: 49) – situação que pode ser transposta também para os países em desenvolvimento.

4.2-Programa Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle – APPCC

O mercado, através de suas demandas, vai estruturar a ação das empresas, isto é, na economia capitalista, as empresas têm que estar aptas a se adequarem às mudanças no mercado, para conseguirem manter suas posições e/ou aumentar suas participações no comércio nacional e internacional. Essas transformações no mercado, com a maior integração dos países, e o aumento da concorrência entre as empresas foram acompanhados pela exigência de melhoria nos produtos e nos serviços oferecidos.

No setor da pesca industrial foram identificados quatro tipos de empresas: empresas que somente processam, empresas que processam e capturam (os dois primeiros tipos também são denominados indústrias, pois também comercializam seus produtos no mercado externo e nacional), empresas que somente capturam e empresas que fazem somente a comercialização dos produtos (não possuem frota nem indústria).

As empresas que se ocupam somente do processamento (embora algumas ainda sejam proprietárias de barcos que foram arrendados) definem-se como prestadoras de serviços. Essas firmas processadoras de hoje são empresas que, no passado, tiveram grande frota e indústria. A maioria delas já trabalhou com o beneficiamento do camarão, mas hoje quase todas processam somente peixe. Atualmente, somente duas firmas processam camarão no Distrito de Icoaraci.

As indústrias pesqueiras em estudo, por terem sua produção voltada especialmente para o mercado externo, também foram fortemente atingidas pelas transformações no comércio internacional. Essas empresas, para sobreviver, tiveram que se mostrar mais competitivas e, para conseguir isso, foram obrigadas a adotar algumas mudanças em seu processo produtivo que tiveram reflexo direto na forma de utilização dos fatores de produção. Recursos naturais, trabalho, tecnologia e capital foram objeto de uma certa reorganização no interior do processo produtivo dessas firmas.

Por ser uma atividade extrativa, com forte dependência da natureza, a pesca industrial sofre determinadas restrições, o que faz com que as estratégias adotadas pelas empresas estejam diretamente relacionadas às condições oferecidas pelo meio natural. Contudo, a incerteza está sempre presente na atividade:

A pesca é uma atividade de alto risco, porque o peixe não é uma fazenda que tá preso lá. ... O barco vai tentar, tá no fundo do mar, você não enxerga. Você passa quinze dias sem pegar um camarão e pode passar quinze dias e ter a felicidade de pegar três toneladas de camarão.

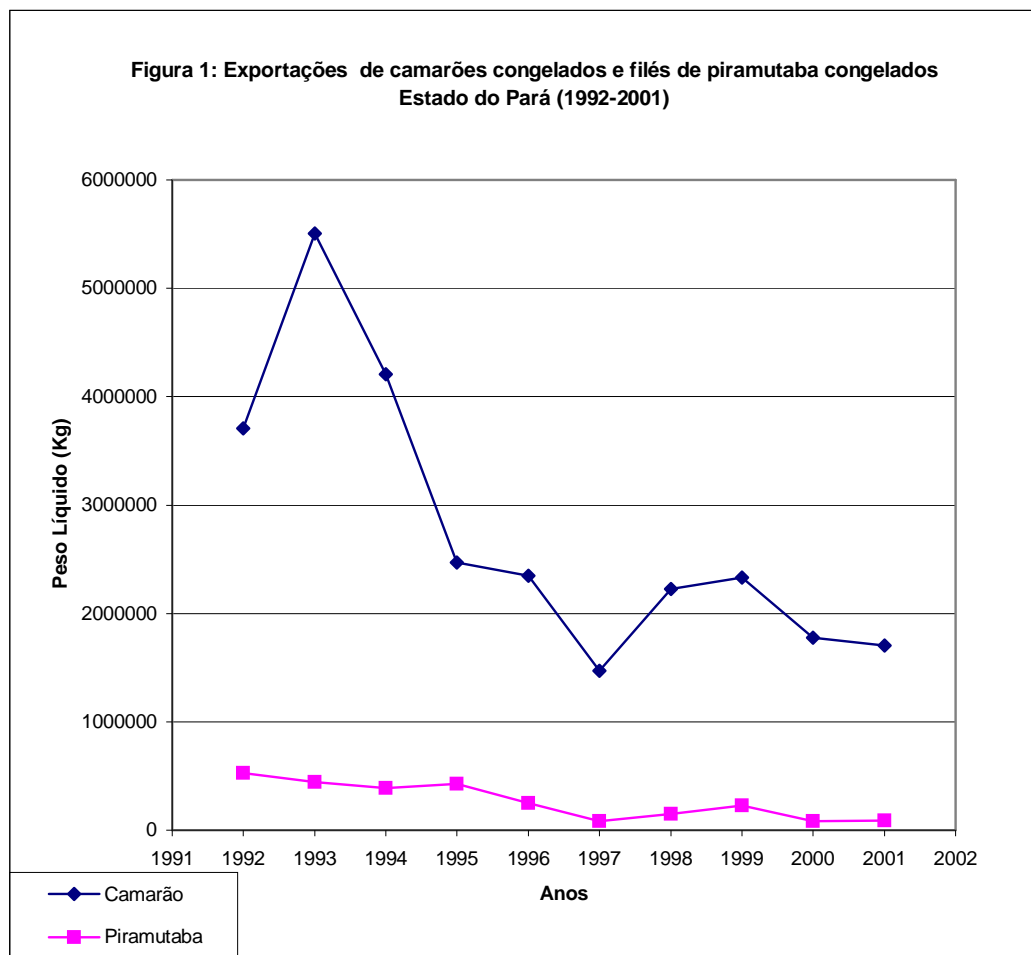
Um barco de piramutaba é parelha, agora é trilheira. Ele passa às vezes quatro, cinco, seis dias sem pegar e de repente aparece, quer dizer, a média de um barco de piramutaba hoje está em catorze, quinze dias pra vir. Antigamente era sete dias e o peixe era imenso de tamanho, era peixe de um quilo e meio pra cima, hoje é difícil vir na indústria. Essa é a realidade (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

O camarão quebrou muita gente aqui em Belém, muita ...porque é uma pesca que ninguém sabe. Você pra preparar um barco de camarão pra botar no mar, você gasta hoje aproximadamente 35 mil reais. Ele [barco] vai pra lá ... vem camarão ou não vem camarão? É um jogo. Hoje, um ponto de equilíbrio, com a taxa do dólar parece que está em torno de três, três toneladas e meia pra poder equilibrar a despesa do barco (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

A incerteza impede que se planeje:

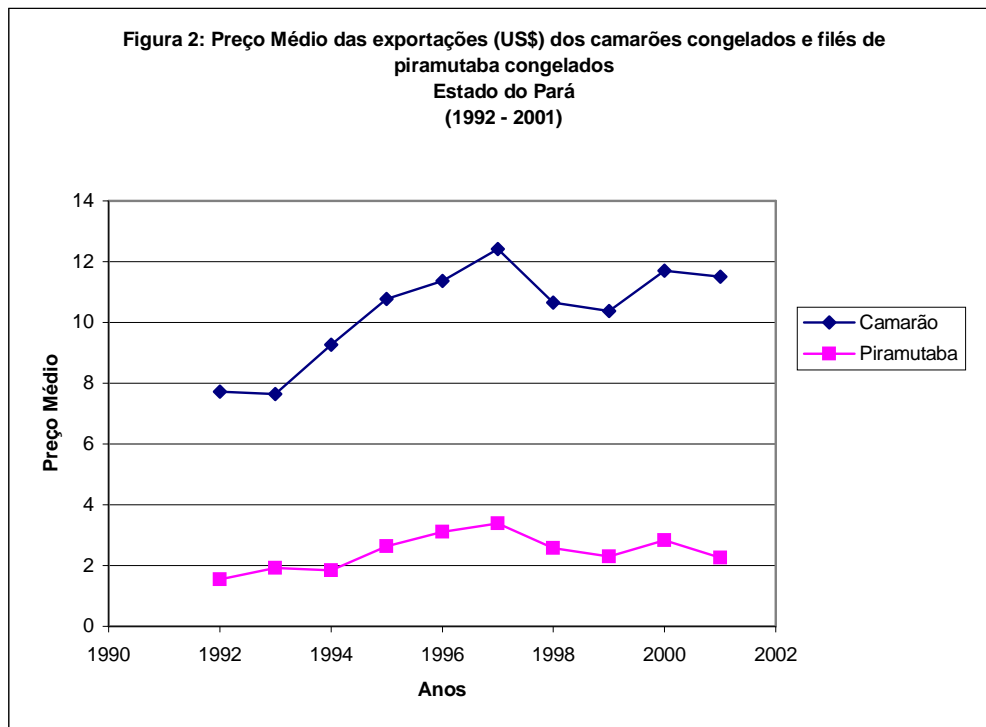
Como se vai fazer um planejamento sobre uma coisa que não se está vendo? A mercadoria não está presa, só se pode fazer estimativa, é tudo aéreo (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

A diminuição da quantidade pescada de camarão-rosa e de piramutaba tem feito com que as empresas adotem mudanças em seu processo de produção, as quais têm tido rebatimentos diretos sobre o processo de trabalho. As indústrias têm sido colocadas diante de dois condicionantes: novas exigências do mercado (especialmente em termos de qualidade do produto oferecido) e a diminuição dos principais recursos explorados. As Figuras 1 e 2, ao mostrarem as exportações e preços médios do camarão-rosa e piramutaba, confirmam essa situação.



Fonte: elaboração da autora com base nos dados do sistema ALICE.

* A partir de 1997, os filés de piramutaba congelados foram incluídos na categoria de Filés de Outros Peixes Congelados, que inclui: filés de corvina, de dourada, de pargo-rosa, de pescada, de piramutaba e outros. Diante disso, não é possível fazer uma série histórica somente com os filés de piramutaba congelados, mas preferiu-se colocar os dados pra se ter, pelo menos, uma idéia aproximada da exportação de filé de piramutaba. Deve-se ressaltar que foram consultados inúmeros órgãos governamentais para tentar obter os dados dos preços de filés de piramutaba desagregados, mas esses órgãos utilizavam os dados provenientes do Sistema ALICE.



Fonte: elaboração da autora com base nos dados do sistema ALICE.

* A partir de 1997, os filés de piramutaba congelados foram incluídos na categoria de Filés de Outros Peixes Congelados, que inclui: filés de corvina, de dourada, de pargo-rosa, de pescada, de piramutaba e outros. Diante disso, não é possível fazer uma série histórica somente com os filés de piramutaba congelados, mas preferiu-se colocar os dados pra se ter, pelo menos, uma idéia aproximada da exportação de filé de piramutaba. Deve-se ressaltar que foram consultados inúmeros órgãos governamentais para tentar obter os dados dos preços de filés de piramutaba desagregados, mas esses órgãos utilizavam os dados provenientes do Sistema ALICE.

Os proprietários das indústrias alegam que tiveram grandes dificuldades financeiras com a implantação do Plano Real, quando a moeda nacional ficou valorizada em relação ao dólar americano, o que trouxe problemas para a exportação dos produtos. Aliado a isso, teve início uma redução na quantidade capturada de camarão-rosa e de piramutaba, e no tamanho dos espécimes trazidos, o que contribuía para a diminuição dos lucros obtidos pelas firmas. Nessa conjuntura, algumas indústrias ligadas ao processamento de peixe passaram a voltar parte de sua produção para o mercado nacional. Com a desvalorização do real frente ao dólar e, conseqüentemente, o aumento da competitividade dos produtos brasileiros, as indústrias voltaram a direcionar sua produção para o exterior, especialmente de peixe, já que o camarão sempre teve sua comercialização voltada para o mercado externo.

Essa posição das indústrias deve, entretanto, ser analisada com cuidado, pois o mercado internacional é afetado por inúmeras condicionantes que não ficam circunscritas somente ao que acontece com a política cambial brasileira.

TABELA 6
NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA PRODUÇÃO PESQUEIRA
BRASIL
1960/1970/1980/1991

TIPO DE OCUPAÇÃO	ANOS			
	1960	1970	1980	1991
Pescadores	135.268	148.422	173.055	281.556
Pessoal ocupado na indústria do pescado	123	2.748	5.054	5.216

Fonte: Abdallah (1998: 97), com base nos dados dos Censos Demográficos do Brasil.

A Tabela 6, ao mostrar dados para o Brasil como um todo, revela que o número de pescadores vem crescendo significativamente (os dados englobam pescadores artesanais e industriais) ao longo do tempo. Com a mão-de-obra ocupada na indústria do pescado ocorre um aumento da ocupação bastante acentuado de 1970 a 1980, mas ele praticamente estagna entre 1980 e 1991. Isso sinaliza que as indústrias pesqueiras de outros estados brasileiros também têm enfrentado problemas que podem estar relacionados tanto à diminuição de alguns estoques pesqueiros quanto a mudanças nos mercados nacional e internacional, à defasagem tecnológica, entre outros fatores. Nesse quadro observa-se, também, que os rebatimentos sobre o emprego das pessoas nas indústrias pesqueiras são bastante negativos.

Diante da presente situação do mercado, as indústrias pesqueiras do Distrito de Icoaraci têm se deparado com compradores cada vez mais exigentes, em termos de qualidade dos produtos, e também com uma demanda por produtos mais elaborados (produtos semi-prontos para o consumo). Assim, pode ser identificado o surgimento para as indústrias de quatro questões: a) a problemática da diminuição dos principais recursos explorados; b) a busca por novos produtos (especialmente peixes) que possam substituir os antigos recursos; c) o suprimento das demandas do mercado em relação ao tipo de beneficiamento feito no produto (peixe fresco, peixe congelado em postas, por exemplo); e d) o atendimento dos padrões de qualidade exigidos internacionalmente.

Pode-se, assim, identificar inicialmente que existe mercado para a produção das empresas de pesca, tanto no exterior quanto no mercado nacional, e que, apesar das dificuldades para cumprir as exigências de qualidade feitas pelo mercado, as empresas

teriam condições de seguir as normas e conquistar novos mercados. Contudo, somente duas empresas conseguiram permissão para exportar camarão para o mercado europeu, sendo, também, apenas essas duas empresas as que continuam a trabalhar com camarão. No caso das indústrias processadoras de peixe, nenhuma obteve, ainda, permissão para exportar para a Europa.

Uma das formas de melhorar a qualidade dos produtos oferecidos pelas indústrias pesqueiras é exemplificada pelo Programa *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP). Esse programa foi primeiramente desenvolvido nos EUA, no começo da década de 60, visando controlar a qualidade dos alimentos que seriam levados pelas tripulações nas viagens espaciais. Após isso, a utilização do programa foi expandida para o setor alimentício no mundo todo, com o objetivo de atender às novas exigências de qualidade do alimento produzido.

Essas normas foram, então, absorvidas pelo governo brasileiro, com o objetivo de garantir mercado para os produtos alimentícios produzidos no país. Nesse sentido, as empresas pesqueiras, na busca da competitividade internacional, tiveram que adotar o HACCP. No Brasil, o HACCP foi originalmente implantado, em caráter experimental, nas indústrias pesqueiras, sob a denominação de Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos (ARCPC), de acordo com a lei nº 7.899, de 23 de novembro de 1989 (Brasil, 1995: 05). A partir de 1991, passou a ser chamado de Programa de Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle (APPCC). De acordo com a concepção estatal, “a crescente globalização dos mercados tem exigido das empresas a adoção de sistemas equivalentes de controle reconhecidos internacionalmente” (SEBRAE, 1999: 11).

O programa APPCC é aconselhado pela OMC, FAO e Organização Mundial de Saúde (OMS) e objetiva estabelecer o controle de todas as etapas do processo produtivo, para assegurar que sejam produzidos alimentos que não ofereçam nenhum risco à saúde do consumidor. São observadas, em cada etapa do processo, o que pode sair errado e analisadas as prováveis causas e efeitos dos problemas surgidos, para que sejam, então, estabelecidos mecanismos de controle.

Segundo o Guia para Elaboração do Plano APPCC: pescado e derivados (SEBRAE, 1999: 19),

*o programa APPCC é **racional** porque se baseia em dados registrados sobre as causas das doenças de origem alimentar e enfatiza as operações críticas, onde o controle é essencial. O programa APPCC é **lógico e compreensível** porque considera os ingredientes, processos e usos subseqüentes dos produtos. É **contínuo**, uma vez que os problemas são detectados*

*antes ou no momento em que ocorrem, possibilitando que as ações corretivas sejam imediatamente aplicadas. É **sistemático** porque é um plano completo, cobrindo todas as operações, processos e medidas de controle, reduzindo, assim, os riscos de doenças alimentares (SEBRAE, 1999: 19).*

O programa APPCC foi regulamentado pela portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 1993, da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) e pelas portarias nº 11, de 18 de fevereiro de 1993 e nº 13, de 03 de março de 1993, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e está sendo implementado pelo Serviço de Inspeção de Pescado e Derivados (SEPES), do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

QUADRO 3

PRINCÍPIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO APPCC

1-Análise dos perigos e medidas preventivas
2-Classificação dos perigos:
2.1-Perigos Biológicos
2.2-Perigos Químicos
2.3-Perigos Físicos
3-Avaliação da severidade
4-Avaliação de riscos
5-Informações e ocorrências que sejam relevantes para a saúde humana
6-Estabelecimento de medidas preventivas
7-Identificação dos Pontos Críticos de Controle
8-Monitoração, ação corretiva, verificação
9-Procedimentos de registro

Fonte: Barion (2001: 38-39).

O APPCC é um programa que controla não apenas a qualidade do produto em si, mas envolve quase todos os departamentos da empresa e seus funcionários. Para as indústrias pesqueiras, é colocado que a concepção de qualidade no programa é algo amplo, abrangendo desde a captura até o momento em que o produto chega à mesa do consumidor. A fiscalização sobre o cumprimento das normas do APPCC é feita pelo Ministério da Agricultura, sendo realizada nos barcos e em todas as dependências das empresas processadoras.

Esse trabalho já vem desde 91, quando o governo federal começou a se preocupar com a questão da qualidade e com a questão do mercado, com o mercado e com a mudança do mundo. Então, é... com as mudanças do mundo, com o mundo globalizado hoje... então o que é feito nos Estados Unidos tem que ser feito aqui, o que é feito na Europa tem que ser feito aqui. A globalização, em parte, ela ajudou nesse conceito. A Europa, ela tem várias diretivas, várias exigências para poder importar nossos produtos. A qualidade da nossa água tem que ser igual a dela, a qualidade do nosso alimento, do nosso processo, tem que ser igual a deles, então eles querem tudo igual (gerente CQD).

Toda a área da empresa tem que estar adequada às normas definidas pelo programa. Por exemplo, existem regras que regulam como devem ser estruturados os banheiros e que eles devem estar localizados em um prédio diferente de onde é realizado o processamento, de que forma as paredes da empresa devem ser pintadas, como os uniformes dos funcionários devem ser conservados, enfim, como deve ser montada toda a infra-estrutura da empresa.

O programa também determina como deve ser feita a higienização (limpeza) e sanitização (eliminação de bactérias) dos barcos, do salão de processamento e das máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo. Existem formulários de controle para as etapas da captura e do processamento do produto. Cada empresa identifica quais são os Pontos Críticos de Controle (Ponto Crítico de Controle - PCC) existentes na sua produção, isto é, uma fase da produção que tem que estar sob uma vigilância mais constante e rigorosa. Embora tenham sido identificados PCCs comuns a várias indústrias, existem alguns que são específicos de cada uma delas, variando conforme elas tenham ou não frota, o tipo de produto que processam, a infra-estrutura disponível, e a forma de controle que elas fazem sobre os armadores que fornecem a matéria-prima para ser beneficiada. São identificados ainda os Pontos de Controle (Ponto de Controle – PC), em que é feita uma fiscalização menos rigorosa que no PCC.

Ao identificar um PCC, o Departamento de Controle de Qualidade, o chamado Controle de Qualidade Dinâmico (CQD) da indústria, faz uma fiscalização mais intensa sobre essa etapa do processamento. Um exemplo de PCC é a recepção do pescado, pois é necessária uma avaliação rigorosa sobre a qualidade do peixe que chega à empresa, para que ela possa manter o padrão de qualidade do produto final exigido pelo Ministério da Agricultura.

Aí, você vai ter que tá monitorando o teu processo pra saber se esse teu PCC está sob controle. (...) Como eu tô monitorando, eu vou ter que determinar alguma ação corretiva pra resolver esse problema. Quando o camarão vem com SO² acima do nível, ele passa mais

tempo lavando, o processo de lavagem reduz a qualidade do camarão, porque tem um aumento de temperatura, porque a água que é utilizada no processamento tem uma temperatura de 20 graus. e vai diminuindo o valor para a exportação (gerente CQD).

... não, a limpeza é nossa [não é terceirizada], existe a avaliação de prática de higiene da área interna, equipamentos e utensílios. então, tá... Então eles varrem tudinho... salão de recepção, sala de basquete ... mas na limpeza, graças a Deus... nunca houve problemas. Aí de manhã, quando eu chego aqui, a gente avalia, né? A gente avalia assim: pega um papel branco, um lenço de papel descartável, passa no azulejo, em cima das máquinas, se houver algum sujo, a gente lava, né? Mas de tarde quando você sair, você lava de novo, mesmo porque o peixe, se você deixar um peixe hoje aí dentro [no salão de processamento], e pegar calor, de manhã a gente chega, ele tá podre, então, exala mesmo. Então ele [funcionário encarregado da inspeção da limpeza do salão de processamento] vai direitinho, ele já sabe onde é o lugar que pode ficar resíduo, ele já vai olhando, ele já vai... Então, graças a Deus, a gente não tem tido problema... a gente também faz controle laboratorial... Segunda-feira eu vou até pegar material... então graças a Deus a gente não... está tudo dentro dos conformes, sempre trabalhando... uma vez demos fora, mas foi um detergente que a gente estava usando... aí acabou o detergente, acabou o problema... ele não tirava gordura... (gerente CQD).

No memorial descritivo do processamento, que deve ser obrigatoriamente apresentado pelas empresas no seu programa APPCC, são mostrados os fluxos de cada etapa do processamento e apontados os PCCs, bem como descritas todas as fases de beneficiamento do produto. Todas as indústrias são obrigadas a desenvolver seu Programa APPCC, em que estão descritas ainda a infra-estrutura da empresa, identificados os componentes da diretoria, os participantes do programa (em geral os funcionários do processamento e, às vezes, da captura – quando são funcionários da empresa –, os funcionários responsáveis pela limpeza, enfim, quase todos os empregados da indústria), o sistema de abastecimento e de tratamento da água, o processo de higienização e de sanitização dos barcos e salão de processamento, as normas de higiene adotadas pelos funcionários no manuseio do produto, os problemas que podem ocorrer e as ações corretivas já desenvolvidas para saná-los. Quase todas as atividades que são desenvolvidas na empresa estão englobadas no APPCC dela. As exceções são as atividades de segurança e de alimentação dos funcionários que, na quase totalidade das empresas visitadas, eram terceirizadas.

O programa APPCC das empresas é apresentado como um programa dinâmico, ou seja, está sempre sofrendo modificações, conforme novas exigências vão sendo feitas pelo Ministério da Agricultura, pelo próprio mercado e pelas mudanças que são introduzidas nas empresas no que diz respeito à infra-estrutura física e à qualificação dos funcionários. Esses procedimentos garantem o caráter “dinâmico” do APPCC.

Porque antigamente, usava-se assim, por exemplo, né? Não tinha o programa. Como não tinha o programa, o que é que eles faziam? Eles pegavam o produto e mandavam pro laboratório. Deu fora do padrão, pega o lote e condena. Olha o prejuízo... e, muita vezes, o lote já tinha sido até vendido, as pessoas consumido aquela porcaria, tá entendendo? Então é assim. Então, o laboratório servia como um suporte, né, não por... poxa, eu devo mandar o meu produto pro laboratório pra ele sair contaminado? Então, se tu tens um trabalho de base, um trabalho preventivo, se a linha, ela não tem condições de no produto final sair estragada, se tu faz a fiscalização na recepção, não tem condições de passar peixe estragado... Então o programa consiste basicamente nisso. Então, antigamente era assim... hoje em dia eu tenho um apoio laboratorial, mas como é que eu tenho o apoio laboratorial? Eu vou ver se a eficácia da minha limpeza tá sendo bem feita, se a eficácia dos produtos que eu uso está como diz o rótulo. O que é que eu faço? Eu compro o produto hoje... eu mando pro laboratório, tá entendendo? O nosso apoio laboratorial hoje é isso. Eu mando o meu produto, assim, de quinze em quinze dias eu mando, pra ver salmonela, pra ver... mas não... assim, eu vou esperar. Antigamente era assim, eles processavam o produto e mandavam pro laboratório. E antes desse exame que não foi? Antigamente era assim, o pessoal chama de inspeção tradicional. Hoje em dia não. Hoje em dia é um programa que é preventivo, ele é de caráter preventivo (gerente CQD).

A imposição do APPCC nas empresas fez com que estas tivessem que criar um Departamento de Controle de Qualidade e contratar um profissional para trabalhar somente nesse setor. A existência de um CQD é obrigatória em todas as empresas que efetuam o processamento da matéria-prima, contudo a infra-estrutura de que dispõem os gerentes dos CQDs para realizarem suas tarefas difere em cada indústria. É o gerente do CQD que fiscaliza diretamente o cumprimento do APPCC. Ele elabora e preenche os formulários de controle das etapas do processamento e da captura de toda a matéria-prima que é recebida na empresa.

*As empresas tiveram que mudar muita coisa. Por exemplo, é... essa parte de ter o controle de qualidade. O que foi que ajudou nisso? Ele veio ver a questão de... porque teve que abrir mercado, teve que exportar pra Europa. A Europa, ela quer qualidade, o mundo quer qualidade. Então ele teve que se adaptar também. Então houve muita mudança, a questão do **layout** da empresa, fluxo de processamento, melhoria do salário do controle de qualidade, a*

capacitação técnica, a empresa teve que investir nessas áreas. É... manutenção da frota, reparo da frota, melhoria da frota, a parte de treinar o funcionário pra que ele... . Não pode só melhorar a estrutura. Você melhora a estrutura e não melhora a capacidade do funcionário, e... é o mesmo que nada. Então todas essas mudanças de lá pra cá. Melhoria na água, melhoria na fábrica, melhoria dos barcos, melhoria em geral, grandes mudanças (gerente CQD).

O gerente do CQD conta com uma equipe que faz a monitorização dos PCCs, assim como do restante do processamento. Para cada novo problema que surge, uma ação corretiva é elaborada e incorporada ao programa. O fato de a monitorização ser desenvolvida de maneira constante permite que os problemas sejam resolvidos quase que imediatamente. Os problemas são detectados na etapa em que ocorrem e não mais no produto final, como acontecia antes da implantação do programa. A adoção do APPCC diminuiu as perdas do produto que é processado nas indústrias.

O controle sobre o processo de produção é maior:

O APPCC é naquele momento, você tem que tomar uma ação imediata, tá? Aí, eu determinei as minhas ações corretivas pra no caso de acontecer alguma coisa que eu não tenha controle, eu tenho que ter como controlar, tá certo? Aí, depois eu vou ter processos de estabelecer procedimentos de verificação, o que são esses procedimentos de verificação? Então, todo dia eu tenho que tá verificando os registros, porque no programa APPCC aqui da [empresa], eu tenho 45 registros, então, diariamente eu tenho que tá vendo a ação corretiva que a pessoa fez, a causa do problema tem que ser identificada, porque se eu não sei qual foi a causa que gerou o problema eu não vou ter como corrigir, então, todo registro ele tem a causa do problema e o que que a pessoa fez pra poder corrigir, tá entendendo? Aí, eu tenho que todo tempo tá verificando, porque se tiver algum problema que tiver sempre acontecendo, eu vou ter que mudar o meu primeiro princípio aqui, que seria a minha medida preventiva que não tá funcionando, quando eu fiz a análise de perigo e eu tomei uma medida preventiva e esse perigo, ele continua acontecendo, isso implica que a minha medida preventiva não foi eficiente. Então, eu tenho que ficar verificando pra ver se tem alguma coisa que esteja acontecendo e tenho também que estabelecer procedimentos de registro, toda operação que é feita, ela tem que ser registrada. Então, eu tenho a rastreabilidade de todo o processo, então, se acontecer algum problema eu sei onde é que foi e o que que a pessoa fez pra corrigir e se esse problema foi solucionado ou não (gerente CQD).

No início da atividade da pesca industrial, a fiscalização sobre as condições das instalações físicas e a qualidade do produto era realizada pelo fiscal do Ministério da Agricultura, que examinava todas as etapas da produção. Atualmente, ainda é obrigatória a presença de um fiscal do Ministério da Agricultura em cada indústria, mas as atividades do

fiscal consistem em monitorizações do trabalho desenvolvido pelo CQD da empresa e algumas vistorias *in loco* sobre o produto que chega, ao salão de processamento, e sobre o produto final que sai da empresa. O fiscal preenche seus próprios relatórios, que são enviados diretamente a um representante local do Ministério da Agricultura, responsável geral pela fiscalização.

Tanto o gerente do CQD quanto o fiscal têm poder de veto sobre o recebimento de matéria-prima pela empresa e sobre o produto final que sai para ser comercializado. Nos casos de exportação, o fiscal tem que expedir uma guia de exportação, que vai ser remetida para o Ministério da Agricultura, além dos papéis expedidos pelo CQD; nos demais casos, basta a autorização, denominada guia de trânsito, do responsável pelo CQD da empresa.

Em relação ainda ao trabalho desenvolvido pelo CQD, os gerentes desses departamentos enfrentam muitas dificuldades na execução de suas tarefas, uma vez que o objetivo de seu trabalho é conseguir um produto final com a melhor qualidade possível. Isso freqüentemente entra em conflito com os interesses das indústrias, pois estas desejam processar sempre uma quantidade cada vez maior de matéria-prima, colocando, às vezes, a qualidade em segundo plano. Os profissionais do CQD são, em geral, submetidos a grande pressão (especialmente nas indústrias com deficiências significativas de infra-estrutura) e cobranças em relação ao cumprimento ou não das normas do APPCC no que tange à qualidade do produto. A questão qualidade *versus* quantidade está sempre presente, pois as empresas buscam sempre maximizar receitas e minimizar despesas, e tudo que é recebido na indústria tem que ser aproveitado de alguma forma.

Um gerente do CQD exemplifica a resistência dos proprietários das empresas:

Outra questão, é a da diretoria. Em algumas empresas, a diretoria não está sensível à qualidade. Ela vê mais a questão da produção, ela não vê que a produção, ela anda junto com a qualidade, elas andam juntas, aí não pode... se produzir muito, de repente pode não ter a qualidade o produto dele. Então, isso não é bom pra ele, ele pode perder mercado, uma série de fatores aí... Então, a qualidade anda junto com a produção, e a direção da empresa, ela é fundamental na sensibilização dela pra qualidade. Ela se sensibilizando, pode avançar e muito nessa questão da qualidade (gerente CQD).

Necessidade de apoio do proprietário da empresa ao CQD:

É tipo dono da empresa, ele tem que estar sensibilizado com a empresa, ele tem que saber que eu preciso de material... e pros outros funcionários, eles tem que dar condições pra que eu possa treinar esse pessoal. Quem trabalha na parte de alimentação do operário, na parte

de higienização dos banheiros, sanitários, na parte de higienização dos barcos... claro que ninguém tá ainda 100%, mas a equipe avançou muito (gerente CQD).

Observa-se, assim, que os gerentes dos CQDs das empresas sofrem pressão por parte da diretoria das firmas, do Ministério da Agricultura e dos trabalhadores do processamento e da captura. Em algumas firmas, a falta de apoio dos diretores dificulta ainda mais o trabalho do controle de qualidade, uma vez que os proprietários das indústrias não criaram, por sua própria vontade, esse departamento, mas foram obrigados pelo governo a fazer isso. Existe, na grande maioria das empresas, uma falta de compreensão da importância das atividades do CQD e do fato de que comercializar um produto com melhor qualidade pode abrir novos mercados para elas.

Dificuldades para a implantação do APPCC na empresa:

Então, aqui as coisas estão precárias em termos de pré requisitos, estão precárias, mas o controle de qualidade está dinâmico, entendeu? Está dinâmico aqui, porque eu exijo muito. Quando eu cheguei aqui não estava dinâmico, mas aí eu fiz ficar (gerente CQD).

Ao mesmo tempo em que têm sua responsabilidade pela qualidade do produto, os gerentes dos CQDs enfrentam dificuldades em relação ao reconhecimento do seu trabalho. Essa situação é demonstrada pelas seguintes citações:

Se der um problema, no caso, num produto, eu vou ter que assumir tudo, entendeu? Eu que tenho que assumir (gerente CQD).

Então é nisso que o pessoal não entende. O pessoal acha que o controle de qualidade não faz nada, ficam só falando 'Não sei por que o controle de qualidade tá na empresa, que não sei o quê...' (gerente CQD).

Além dos conflitos com os proprietários das indústrias, existem divergências entre gerentes do CQD, que são cobrados pela qualidade, e gerentes de produção, que são cobrados para que sejam produzidas quantidades cada vez maiores do produto:

Tem [desentendimentos]. Justamente eu e o [gerente de produção], a gente nem se dá muito, porque eu nem fico muito a lidar com ele, porque quando eu chego com ele... ele é gerente de produção. Então eu e ele... quando eu cheguei aqui, ele já não foi muito com a minha cara mesmo, porque ele achava que eu vinha pra... toda fábrica é assim, tu acreditas que toda fábrica é assim? Toda fábrica de alimentos, principalmente de peixes, não sei as outras, porque eu sempre trabalhei só com peixes. Todas as outras acham que o controle de qualidade veio só pra atrapalhar, que o controle de qualidade não quer ajudar eles, a gente não tá querendo somar com eles, tá querendo atrapalhar. Mas não é essa a mentalidade que

nós temos. Nós não queremos atrapalhar o gerente de produção nem o encarregado de produção. Não! Muitas vezes, a gente chega lá: ‘Olha, vamos ver a temperatura.’ [O gerente de produção responde:] ‘O que é que eu tenho a ver com a temperatura? Eu não vou parar... que não sei o que não...’. A gente tem que ver a temperatura que é pra gente colocar no nosso registro, que se a gente deixar pra lá, eles vão fazer o que eles querem. Então, pra poder a gente ter eficiência nas análises, no nosso registro, a gente tem que monitorar o processo aí. O processo de produção, a gente também tem que estar se metendo, a gente se mete. Aí o que acontece? Eles acham que a gente não tá colaborando com eles. Eles ficam achando que a gente não faz nada, só quer atrapalhar, entendeu? Só que se a pessoa for ver a fundo, como eu tô te mostrando, ele vai perceber sim, que a gente trabalha; só que a gente não trabalha do jeito que eles trabalham: ‘Ei, vai alí, olha que coisa mais alí!’. A gente não trabalha assim (gerente CQD).

Pressão da empresa para que uma quantidade maior de produto seja processada:

Não, é bem pouco, bem pouco, mas sempre aparece [dificuldades que interrompem o fluxo do processamento], não é tanto assim, mas tem esses problemas ainda. Isso é coisa que você não pode se envolver, quer dizer, há uma produção, e produção o patrão quer, né? Se você não produzir aquilo que ele está imaginando ali, ele acha que você é fraco, ele acha que você está puxando pra trás, então, você tem que correr em cima da produção (gerente de produção).

Hoje, por exemplo, nós estamos com uma missão de produzir 110 caixas de pargo pra embarcar dez horas da manhã. A gente sabe que não é uma coisa, assim, fácil. Tem que estar em cima, batalhar, esquentar com um, esquentar a cabeça... não adianta esquentar, vamos por aqui que por aqui é melhor... (gerente de produção).

Nesse contexto de mudanças no mercado internacional, as exigências em relação à qualidade do produto são bem maiores:

É, aí é só filé. Filé mercado nacional é de um jeito, filé pra exportação é outro, vai bem limpinho, não pode ir pele. Tem [diferença], é muito grande, grande mesmo. Não pode ir com veia, não pode ir com pele, tem que ir bem limpinho [produto para o mercado internacional] (gerente de produção).

Entretanto, apesar dos conflitos pessoais e dos problemas de infra-estrutura, nenhum gerente de produção, e também do CQD, admite que sua empresa já teve algum tipo de problema com o produto exportado:

Normal, normal. Graças a Deus, até hoje, a exportação nunca teve problemas nos Estados Unidos, sabe? A gente exportava muito pro Japão. E nunca deu problemas. Sempre foi de

muito boa qualidade. Em muitas empresas voltou, no caso a exportação, não a nossa. Graças a Deus (gerente de produção).

Na pressão por quantidade, surge o “jeitinho” para o não cumprimento de algumas normas do programa APPCC:

Bem, no início, vamos dizer, a gente tentava seguir [normas do APPCC], que nenhuma dessas consegue seguir 100% o plano, né? É, porque se for seguir, nenhuma empresa funciona, tá? Então, logo no início, vamos dizer... tem um problema, vou te dar um exemplo, foi uma dourada, acho que de quase cinco mil quilos, não me lembro quanto em mente... mas foi preciso trazer, e a gente não sabia o que fazer... não sabia não... tinha o que fazer. Então veio o fiscal... . Eu não sei como é que ficou, entendeu? Porque normalmente... lógico, eu tenho que saber o que acontece, o que deixa de acontecer, mas normalmente eu não me meto, eu não pergunto, sabe? Aí, sabe... aí vem outras coisas... a cabeça, que tem nome, a gente tem que jogar, a gente tem que lavar... aí se eu for lavar muito, vai pular muita cabeça pro tanque. Então, a partir daí, o funcionário... o funcionário não, o fiscal, ele tem que fazer um pouco de vista grossa, apesar de, de vez em quando ele... vai, vai, vai... até, depois a gente sabe que... depois ele [fiscal] vira as costas... não é que a gente queira fazer o errado, é a necessidade, não é fazer errado, é dar o jeitinho... (gerente de produção).

Quando as instalações das empresas são antigas e estão deterioradas, grandes são as dificuldades de adaptação para atender às exigências do APPCC. Em uma estrutura antiga, que foi montada antes da imposição do programa de controle de qualidade, existe a necessidade de se efetuarem significativas mudanças na estrutura física para adequá-la ao programa. Contudo, se o cumprimento das normas fosse exigido integralmente pelo Ministério da Agricultura, a maioria das indústrias não estaria funcionando.

4.3- Indústrias de processamento

Entre as indústrias, pode ser observado que algumas delas desenvolvem suas atividades “de forma mais precária” que as outras, ou seja, existem diferentes níveis de adaptação das instalações e da qualificação da mão-de-obra no que diz respeito a adequação às normas do APPCC. Em determinadas firmas, as condições de infra-estrutura são bem melhores que em outras, observa-se uma maior limpeza e conservação dos equipamentos e da própria área da empresa. Nessas firmas “mais organizadas”, o controle

sobre a mão-de-obra é muito mais rígido que nas “menos organizadas”, tanto no que diz respeito às regras de manipulação do produto, quanto às normas de comportamento dos trabalhadores.

Algumas dessas empresas venderam parte ou a totalidade de sua frota (terceirização da captura), outras arrendaram seus barcos e algumas também chegaram a implantar o sistema de parceria (esse sistema foi posteriormente proibido pelo Ministério do Trabalho e Emprego). Observa-se, hoje, que muitas delas enfrentam a incerteza sobre se haverá quantidade suficiente de produto para ser processado, durante a maior parte do tempo, mesmo na época da safra do peixe, sendo comum, em determinadas indústrias, que, em alguns dias, o salão de processamento não funcione por falta de matéria-prima.

Todas as empresas que possuem salão de processamento são obrigadas a seguir as normas do APPCC e são fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura. Essas firmas processadoras são, por isso, pressionadas a manter um certo padrão de qualidade, conforme já comentado anteriormente.

A maioria dessas empresas compra a produção de terceiros e comercializa, especialmente quando a produção é destinada ao exterior, pois os pequenos armadores não têm como alcançar este mercado. Em razão disso, para essas empresas, é muito importante manter um certo tipo de “controle” sobre os fornecedores.

Entre as empresas que processam e capturam, também consideradas indústrias, a questão da incerteza diminui, pois elas têm a produção trazida de seus barcos como uma quantidade certa de matéria-prima para ser processada, embora nem sempre a matéria-prima chegue na quantidade e com a qualidade desejadas (foram identificadas três empresas nessa situação entre as pesquisadas, uma com uma frota grande e que não processa produto de terceiros, embora tenha arrendado dois barcos; outra que processa para terceiros e ainda mantém alguns barcos próprios; e uma cujos sócios possuem também duas empresas de captura). No caso dessas firmas, pode ser vista uma diferença muito grande entre elas, em termos de infra-estrutura e de cumprimento das normas do APPCC.

As empresas que somente processam e as que processam e capturam vendem para o mercado externo e para o mercado nacional. Uma parte da produção é vendida diretamente no mercado, pelas empresas processadoras, enquanto outra parcela é comercializada por intermediários que possuem firmas que viabilizam a comercialização. A

quantidade de produto proveniente das indústrias e que é comercializado no mercado estadual é bastante pequena.

Entre as empresas que somente capturam são encontradas empresas de vários portes, pois a maioria foi criada durante o processo de terceirização implementado pelas indústrias, englobando empresários/armadores, que possuem apenas um barco, e outros que possuem mais de 15 embarcações, mas a maior parte é composta por empresas com pequena quantidade de embarcações. Entre elas, encontram-se armadores que possuem embarcações industriais e dedicam-se somente à pesca industrial, armadores que possuem embarcações artesanais, e outros que praticam as pescas artesanal e industrial. A maior parte dessas empresas, que possui frota industrial, tem sua produção comprada pelas indústrias, as quais - segundo os armadores - procuram sempre comprar a produção a preços menores, e eles, por não terem outra alternativa, já que não têm salão de processamento, terminam se submetendo às exigências das firmas processadoras.

As firmas processadoras formam um pequeno núcleo de empresas, ficando ao redor delas uma grande quantidade de empresas que capturam (armadores). Os armadores têm dificuldades de alcançar o mercado (especialmente o mercado internacional) e para venderem seu produto, pelo menos dentro das normas legais, este precisa ser processado na indústria, o que faz com que as empresas processadoras detenham um certo tipo de "poder" sobre eles. Existem, contudo, algumas pequenas empresas que capturam e processam sua produção na indústria, e fazem elas mesmas a comercialização de seu produto. Quando o produto não é aceito pelas indústrias, em geral, ele é vendido no Mercado do Ver-o-Peso.

O fato de o produto, para ser exportado, necessitar do número de registro de Serviço de Inspeção Federal (SIF) confere às indústrias processadoras uma força de pressão muito grande sobre as empresas de captura.

Em relação às empresas que somente comercializam, foram obtidas informações muito escassas. Em uma conversa informal com o proprietário de uma dessas empresas, a qual comprava a maior parte da produção de uma empresa processadora e vendia para o mercado nacional e internacional, ele afirmou que também financiava pequenas firmas de captura, isto é, "armava" seus barcos, comprava essa produção, mandava processá-la e, então, vendia no mercado.

Foram identificados sindicatos compostos por empresários e sindicatos compostos por trabalhadores no campo de pesquisa. No caso dos empresários, existe o Sindicato das

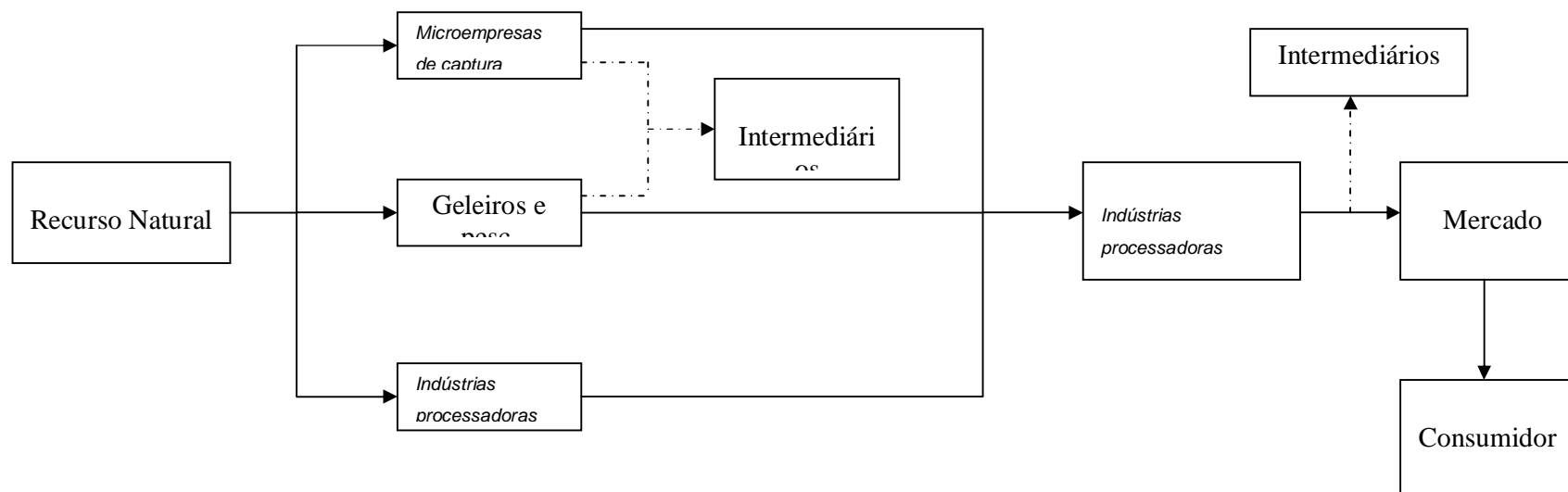
Indústrias Pesqueiras dos Estados do Pará e Amapá (SINPESCA) e o Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Pará (SINDAPESCA). No SINPESCA, estão filiadas as indústrias (com exceção de uma empresa processadora) e a maior parte das microempresas de captura criadas pelo processo de terceirização. Atualmente, entre os associados do SINPESCA, cerca de 70% da frota existente pertence a microempresários. Esse sindicato conta com 31 empresas associadas em Belém (a maior parte no Distrito de Icoaraci).

O SINDAPESCA engloba empresas de captura com infra-estrutura variada, sendo constituído, em sua maior parte, por armadores que se dedicam à pesca artesanal (uma das maiores empresas que restaram e que se dedica somente à captura – possui barcos artesanais e arrenda barcos industriais – é filiada a esse sindicato). Nele, também, encontram-se pescadores artesanais. No entanto, percebe-se a presença de um certo conflito entre as diretorias do SINPESCA e do SINDAPESCA, no que diz respeito ao relacionamento existente entre pesca artesanal e pesca industrial.

Na página seguinte é apresentado o desenho da cadeia produtiva da pesca industrial.

CADEIA PRODUTIVA DA PESCA INDUSTRIALCAPTURA
COMERCIALIZAÇÃO

PROCESSAMENTO



4.3.1- CARACTERÍSTICAS GERAIS

As empresas processadoras caracterizam-se por possuírem as instalações necessárias ao processamento do peixe e/ou do camarão. As áreas do setor de produção são constituídas pelos setores de recepção, beneficiamento, embalagem e estocagem. As indústrias também possuem uma fábrica de gelo, além dos setores de manutenção, almoxarife e, às vezes, ambulatório médico.

Existem ainda pequenas empresas que processam derivados do peixe – bexiga e barbatana – e exportam essa produção para o exterior, mas possuem uma infra-estrutura pequena e diferenciada das indústrias processadoras.

Das indústrias de processamento pesquisadas, 66,7% foram fundadas na década de 1970 e 33,3% na década de 1980, sendo que 50,0% delas eram sociedades anônimas e 50,0% sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Em relação ao tipo de empresa, 66,6% afirmaram ser únicas, 16,7% matrizes e também 16,7% filiais.

No que se refere à administração, 83,3% eram dirigidas por mão-de-obra familiar e 16,7% por profissionais contratados que não tinham parentesco com os proprietários das empresas. Essa situação pode ser um indicador da relutância da maior parte dos diretores das indústrias em implantar transformações nos processos produtivos e organizacionais (até mesmo algumas regras do programa APPCC), pois nem sempre as pessoas que possuem algum grau de parentesco com os proprietários são as mais indicadas para assumir cargos de chefia.

Quando se procurou obter informações sobre problemas já enfrentados pelas empresas e que poderiam ter resultado em paralisação de suas atividades, 83,3% disseram que nunca paralisaram e 16,7% que sofreram paralisação de suas atividades, devido a problemas financeiros. A interrupção das atividades produtivas ocorreu entre os anos de 1995 a 1996.

A maior parte das indústrias pesquisadas, cerca de 66,6%, quando foram fundadas, trabalhava com o processamento/captura/comércio de peixe e camarão, 16,7% trabalhavam apenas com o processamento/comércio de peixe e 16,7% com as atividades de captura/processamento/comércio de camarão. Essa situação vai sofrer mudanças em

relação à atividade das indústrias, com a terceirização da captura, e em relação ao tipo de produto trabalhado, pois grande parte das fábricas deixa de trabalhar com o camarão e permanece ou passa a trabalhar com peixe.

TABELA 7
NATUREZA DAS ATIVIDADES DA EMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

NATUREZA DAS ATIVIDADES DA EMPRESA	%
Processamento	16,7
Processamento/comércio	66,6
Captura/processamento/comércio	16,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo

De acordo com os dados da Tabela 7, a maior parte das indústrias pesquisadas processava e comercializava sua produção. Isso mostra que essas empresas mantêm o controle direto da parte final da cadeia produtiva e o indireto da fase de captura (considerada inicial). Quando se juntam os percentuais das indústrias que processam e comercializam aos das que capturam, processam e comercializam, tem-se 83,3%, o que significa que as indústrias de processamento efetivamente ainda dominam toda essa parte da cadeia de produção.

Observou-se, também, que as indústrias pesquisadas encontravam-se mais unidas e organizadas na luta por seus interesses, pois 83,3% informaram ser filiadas a um sindicato, SINPESCA, e apenas 16,7% não possuíam filiação sindical. Essa situação favorece a definição de estratégias em conjunto por parte das empresas.

A Tabela 8 confirma essa situação de que a maior parte das indústrias passou a trabalhar com peixe.

TABELA 8
PRODUTO COM QUE A EMPRESA TRABALHA ATUALMENTE
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTO COM QUE A EMPRESA TRABALHA	%
Peixe	66,6
Camarão	16,7
Peixe e camarão	16,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Em relação ao seu funcionamento, 100% das empresas disseram funcionar de forma regular contínua, isto é, funcionavam durante o ano todo. Nos períodos de safra do camarão e do peixe o nível de atividade aumenta para diminuir depois, o que tem impactos diretos sobre o emprego da mão-de-obra.

TABELA 9
PRODUTOS PRODUZIDOS E/OU SERVIÇOS OFERECIDOS PELA EMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTOS PRODUZIDOS E/OU SERVIÇOS OFERECIDOS	%
Processamento e venda de peixe: filé de peixe, peixe congelado, peixe em pedaços peixe eviscerado congelado, peixe fresco	33,4
Camarão sem cabeça congelado, camarão com cabeça congelado, camarão descascado congelado	16,7
Processamento de peixe e venda de gelo, higienização e sanitização dos barcos	16,7
Processamento do peixe, embalagem, estocagem, venda do gelo	16,7
Não respondeu	16,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação ao tipo de produto ofertado no mercado, isso não muda entre as empresas. As indústrias que processam peixe oferecem os mesmos tipos de beneficiamento, ocorrendo o mesmo entre as que processam camarão.

As indústrias processadoras prestam, na sua grande maioria, os seguintes serviços: processam o recurso pescado para terceiros, ficando estes últimos responsáveis pela comercialização; compram o recurso pescado de terceiros, processam essa mercadoria e a comercializam; fazem uma espécie de parceria com o terceiro: a indústria processa e vende a mercadoria e depois divide o lucro da venda com o terceiro (descontando os custos que teve com o processamento e a venda). Essas formas de prestação de serviços são ilustradas pelos depoimentos abaixo:

Você quer vender peixe, sem problema nenhum. Você não precisa ter barco, não precisa ter frigorífico, não precisa ter nada. Só precisa ter dinheiro no bolso. Chega com um produtor de peixe, alguém que tenha um barco de pesca, compra o peixe dele, paga esse peixe pra ele, traz aqui, nós processamos esse peixe, depois dele estar pronto, você pega um outro terceiro ou um transportador, e manda esses peixes pra qualquer praça do Brasil. Então, não precisa ter barco, ter frigorífico, ter o caminhão frigorífico pra transportar a mercadoria depois. Isso é uma maneira de trabalhar (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

*Nós pegamos o peixe do terceiro, processamos, depois do peixe processado nós fazemos a venda, e depois, os resultados são divididos. Se a venda for boa, o resultado é bom pros dois lados, se a venda for ruim, é ruim pros dois lados. Isso depende muito do mercado. Normalmente a gente faz isso com o pescado que vem do Amazonas. E não se compra produto do parceiro. Nós recebemos o pescado, pesamos, ele acompanha todo o processo, inclusive o processo de venda. Qual é a vantagem disso? Nós não temos que dispor de um capital de giro pra aquisição. E qual é a vantagem dele? Ele não vai vender imediatamente a matéria prima, ele tem um algo mais. Ele tem um **plus** em cima dessa venda, então ele acaba ganhando um pouquinho, mas ele tem que aguardar mesmo um prazo maior. O peixe entra em processo, vende, dá prazo pra receber... mesmo com o custo financeiro, ainda tem a vantagem. Aqueles que não querem esperar, querem fazer a venda pura e simplesmente, dependendo do valor que eles queiram pelo peixe, e o que nós estejamos dispostos a pagar, fecha-se a compra, e então nós processamos esse peixe nosso e fazemos a venda. Então praticamente a gente trabalha dessas três maneiras no nosso processamento: na venda de serviços pra terceiros, no nosso próprio e numa parceria (empresário, proprietário de uma indústria processadora).*

O preço atingido pela mercadoria processada no mercado era o principal motivo para que a empresa adotasse a parceria ou comprasse logo a produção ou apenas processasse o produto:

O mais comum, o carro chefe da empresa hoje, é o peixe próprio e a venda de serviços pra terceiros. Nos últimos oito meses pouco se fez desse tipo de parceria, de paga o produto do

*pescador, elabora, vende, depois faz o acerto nos lucros. Há alguns meses que já não se faz mais isso, em função do preço do pescado **in natura**, não tá nem razoável, está excelente. Então, a gente prefere vender, assim que o barco chegou. Normalmente essa operação de parceria, desembarca, processa, vende, aguarda receber, a gente sempre dá algum prazo pro cliente, pra depois aguardar os resultados e dividir o lucro, quando o preço do pescado está em baixa, em função de super oferta, o que já não acontece há algum tempo (empresário, proprietário de uma indústria processadora)*

O preço do pescado no mercado nacional, em alguns momentos, é mais lucrativo para a indústria do que os do mercado internacional. Isso porque as espécies de peixe que chegam à empresa não são as que têm valor alto no mercado internacional.

Praticamente mercado nacional [venda do peixe pela indústria], e fora do estado. Pouquíssima coisa, só 5% pro mercado local, mais outros estados. Ano passado nós fizemos alguma coisa de exportação, mas vendemos serviço de processamento. Trabalhando com exportação pra terceiros, não venda nossa. Na verdade, venda de serviço pra produzir pra exportação. Esse ano nada ainda. Apesar do dólar com valores convidativos, mas mesmo outras empresas não estão exportando, porque o pescado no mercado nacional também está muito bom, o preço. Então é melhor vender pro mercado nacional (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

4.3.2-FROTA DE BARCOS

Em relação à propriedade dos barcos, 33,3% das indústrias informaram ser proprietárias de barcos e 66,7%, que não possuíam mais embarcações. O número total de embarcações de propriedade das indústrias processadoras pesquisadas era de 62, sendo que todos os 62 barcos estavam em operação. Quanto à idade média da frota, esta girava em torno de 20 a 25 anos.

QUADRO 4
FROTA DE PROPRIEDADE DAS EMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

TIPO DE BARCO	TOTAL	ARRENDADOS
Barcos de captura de camarão	35	5
Barcos de captura de piramutaba	21	6
Barcos de captura de pargo	1	1
Barcos de captura de lagosta	5	-
Total de barcos	62	-

Fonte: pesquisa de campo.

Um empresário, proprietário de uma indústria que nunca teve frota, relata problemas enfrentados por depender da produção de terceiros, já que, por não possuir barcos sob arrendamento, tinha pouco poder de pressão sobre as microempresas de captura. Contudo, deve-se ressaltar que essa indústria também processa a produção adquirida de geleiros que praticam a pesca artesanal. No caso, a empresa tem problemas de instabilidade no fornecimento do pescado.

Agora, por exemplo, com relação ao relacionamento comercial, não se tem uma garantia de preço. O terceiro, invariavelmente, está sempre especulando, sempre, sempre especulando. E isso, até certo ponto, inviabiliza a exportação, né?. No mercado internacional, um dos pontos é a qualidade, mas também preço, no sentido de se manter o maior período de tempo com uma menor variação. (...) Com pescado isso fica difícil, porque o fornecedor, o terceiro, está sempre querendo mais um pouco, mais um pouco... com relação à relação comercial, é essa (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

4.3.3-TRABALHADORES

Das cinco indústrias pesquisadas, obteve-se um número aproximado de 353 trabalhadores no setor operacional de processamento.

Quando perguntadas se trabalhavam com o sistema de cooperativa (que aqui tem o mesmo significado de trabalho informal), 66,7% das indústrias disseram que não, e 33,3%

disseram que trabalhavam com esse sistema. Entre as empresas que estavam utilizando os serviços de uma cooperativa, 50,0% faziam isso somente com as atividades ligadas ao processamento da matéria-prima e 50,0%, além de usarem trabalhadores cooperados no processamento, utilizavam-nos também nos setores de administração, de almoxarifado, de gerência de produção, de área de apoio e de área de limpeza.

O nível de atividade das indústrias depende da quantidade de matéria-prima que recebem, o que afeta diretamente o nível de emprego dos trabalhadores. Entre as indústrias entrevistadas, 50,0% disseram que havia redução no nível de emprego do setor operacional durante o ano e 50,0% disseram que não ocorria isso. No que se refere ao percentual reduzido, 33,3% afirmaram que ele caía pela metade, 33,3% não sabiam precisar o percentual de decréscimo e 33,4% não informaram. Em relação ao período do ano em que acontecia essa redução, 33,3% disseram que isso ocorria no segundo semestre do ano, 33,3% afirmaram que isso variava conforme o pedido do exportador em relação à quantidade de matéria-prima e 33,4% não informaram.

Quando indagadas sobre a possibilidade de expansão do nível de emprego, 50,0% das empresas disseram que o número de empregos era expandido em alguns períodos do ano e 50,0% que não. Em relação ao percentual de expansão, 33,3% afirmaram que havia uma expansão de cinquenta por cento, 33,3% não sabiam precisar o aumento e 33,4% não informaram. No que se refere ao período de expansão do emprego, em 33,3% das empresas isso acontecia no primeiro semestre do ano, em 33,3% isso estava condicionado ao pedido do exportador e 33,4% não informaram.

Em relação à qualificação dos funcionários, 100% das empresas afirmaram que os funcionários recebiam algum tipo de treinamento. Observou-se que esse treinamento está relacionado diretamente às práticas que envolvem o programa APPCC, pois 83,3% das indústrias forneciam treinamento de capacitação técnica para o funcionário sobre o programa APPCC em sua área e 16,7% ofereciam palestras sobre o programa APPCC, em geral, e prevenção de acidentes.

TABELA 10
TRÊS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO UTILIZADOS
PARA A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DO SETOR OPERACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

TRÊS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	%
Experiência anterior de trabalho	41,7
Grau de escolaridade	33,3
Faixa etária	25,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Uma vez que as atividades da captura e do processamento são consideradas como atividades simples pelas indústrias, a maior parte das empresas (41,7%) considerava a experiência anterior de trabalho como o principal fator para a contratação do trabalhador, ficando a qualificação formal e a idade com, respectivamente, 33,3% e 25,0%, em segundo e terceiro lugares. Essa situação não deixa de ser um pouco contraditória, pois as indústrias são obrigadas a implantar um programa de qualidade, o qual necessita de trabalhadores mais qualificados do ponto de vista formal (grau de escolaridade). A Tabela 11 mostra isso claramente, pois quando foi perguntado qual o maior problema relacionado à mão-de-obra, o baixo grau de escolaridade aparece em primeiro lugar para 50,0% das indústrias pesquisadas.

TABELA 11
PRINCIPAL PROBLEMA RELACIONADO À MÃO DE OBRA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRINCIPAL PROBLEMA RELACIONADO À MÃO DE OBRA	%
Baixo grau de escolaridade de mão de obra do processamento	50,0
Resistência em seguir as normas da empresa	33,3
Não tem problema, os operários já são bastante experientes	16,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Quando indagadas se utilizavam mão-de-obra terceirizada, 83,3% das indústrias disseram que sim e 16,7% que não.

TABELA 12
SETORES AOS QUAIS ESTÁ LIGADA A MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

SETORES AOS QUAIS ESTÁ LIGADA A MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA.	%
Serviços de segurança	17,6
Serviços de alimentação	17,6
Serviços de limpeza	11,8
Higienização do sistema de abastecimento de água	11,8
Análises laboratoriais	11,8
Controle de roedores	11,8
Processamento do produto	5,9
Captura	5,9
Higienização e sanitização dos barcos	5,8
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Deve-se destacar que os serviços terceirizados para cooperativa estão ligados mais freqüentemente às atividades de processamento, enquanto para os outros setores são contratadas firmas particulares, que devem também se adequar às exigências do programa APPCC, para poderem executar os serviços.

4.3.4- INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA

TABELA 13
INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ANO 2000
DISTRITO DE ICOARACI
2001

INVESTIMENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO 2000	%
Construção de banheiros/vestuários, aquisição de equipamentos (mesas de aço inox, equipamento de embalagem)	20,0
Mudança no <i>layout</i> da estrutura física (área de processamento), novos equipamentos para laboratório, reforma dos barcos	20,0
Reforma da infra-estrutura, compra de uniformes, aquisição de equipamentos (maquinário da produção)	20,0
Reforma da infra-estrutura, construção de novos prédios (lavanderia, carpintaria, escritórios), compra de novos uniformes	20,0
Climatização do salão, forro para a fábrica, implantação de sistema de água congelada, treinamento da mão-de-obra, conservação e manutenção da empresa e aquisição de geradores	20,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

No que se refere aos planos futuros das empresas pesquisadas, 83,3% delas afirmaram que desejavam realizar investimentos nos próximos doze meses, e 16,7% que não. Em relação ao tipo de investimento que pretendem fazer, 40,0% desejavam modernizar e reformar a infra-estrutura da empresa, 40,0% queriam apenas reformar a infra-estrutura e 20,0% modernizar a infra-estrutura. Climatizar o salão de processamento, resfriar a água utilizada no processamento, comprar novos geradores e adquirir máquinas mais modernas para as atividades de produção são exemplos de investimentos que as empresas pretendiam realizar.

Em relação ao recebimento de financiamento, 66,7% disseram que não receberam nenhum tipo de financiamento, 16,7% afirmaram que já receberam e 16,6% não informaram. Quanto ao tipo de financiamento recebido, este foi concedido pelo Banco da Amazônia (BASA) no ano de 1974. Ainda nesse contexto, no que se refere às principais dificuldades

para a obtenção de crédito, 16,7% das indústrias pesquisadas disseram que os problemas estavam ligados à grande burocracia, aos juros muito elevados e às exigências de garantias reais, enquanto 83,3% não informaram.

TABELA 14
VOLUME DE PRODUÇÃO ANUAL (EM TONELADAS)
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTO	ANOS		
	1998	1999	2000
Piramutaba, pargo e outros peixes	1.457.976T	1.330.704T	1.784.688T
Camarão	1.400T	1.300T	1.200T

Fonte: pesquisa de campo

Os dados da Tabela 14 devem ser analisados com bastante cuidado, devido às dificuldades impostas pelas empresas para fornecer essa informação. Dessa maneira, conseguiram-se apenas estimativas muito gerais dos informantes. Observa-se, assim, uma trajetória decrescente da produção de camarão e um pequeno aumento na produção de peixe.

Em relação ao desempenho das vendas nos três anos anteriores, 33,3% das indústrias disseram que as vendas vinham crescendo nos últimos três anos; 33,3%, que o desempenho estava decrescendo; 16,7% não souberam informar e 16,7% disseram que o desempenho estava estável. Em relação ao faturamento nos três anos anteriores, 33,3% das empresas disseram que ele havia crescido; 33,3% afirmaram que permaneceu estável; 16,7%, que ele estava decrescendo e 16,7% não informaram.

TABELA 15
INSUMO MAIS IMPORTANTE PARA A EMPRESA, EXCETUANDO A MATÉRIA-PRIMA.
DISTRITO DE ICOARACI
2001

INSUMO	%
Energia elétrica	75,0
Água	12,5
Óleo diesel	12,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo

A energia elétrica é o principal insumo para as indústrias, porque é preciso uma grande quantidade de energia para manter funcionando as máquinas do salão de processamento, os túneis de congelamento e as câmaras de armazenamento. A água surge em segundo lugar, porque é utilizada na maior parte das etapas do processamento de peixe e de camarão. Já o óleo diesel, adquire importância para as empresas ainda proprietárias de embarcações

TABELA 16
PRINCIPAL PROBLEMA ENFRENTADO PELA EMPRESA NO MOMENTO ATUAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRINCIPAL PROBLEMA ENFRENTADO PELA EMPRESA NO MOMENTO ATUAL	%
Diminuição da matéria-prima	50,0
Racionamento de energia	16,7
Falta de dinheiro do proprietário para investir	16,7
Pagamento de impostos e encargos trabalhistas	16,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Como a pesca é uma atividade extrativa, as empresas não têm como controlar a manutenção de um estoque de matéria-prima em um nível alto, com boa qualidade e por um período longo. A diminuição dos principais recursos explorados é, assim, confirmada, pois a diminuição da matéria-prima aparece como o principal problema para 50,0% das indústrias. Contudo, observa-se a existência de uma contradição nesse item, pois quando interrogadas se a atividade da empresa estava se chocando com alguma restrição ambiental, 66,7% das indústrias disseram que não, que nunca se chocaram com nenhuma restrição ambiental e 33,3% que sim. Entre as que se enfrentavam alguma restrição ambiental, 50,0% responderam que isso estava relacionado à escassez de matéria-prima e 50,0%, à pesca de arrasto, que é predatória.

A indústria de processamento só sobrevive se tiver matéria-prima ... Nós temos que olhar pra ter sempre. Não é num período a curto prazo e que depois acabe o resto. Você vai fazer investimento e tudo pra quê? É como fábrica de gelo. Ah! Fábrica de gelo de 50 toneladas, 100 toneladas, tá muito bem e, se falhar o peixe? Pra quem eles vão vender o gelo? Eles vão pagar o compromisso com o quê? É uma atividade de alto risco, não é um comércio, que tu tá cheio de mercadoria e se não vende o que tu faz? Pára de comprar, certo? Aí tu vai vender o teu estoque todinho, a custo, mas tu pagas os teus compromissos, aí tu deixas de comprar. A

pesca não, tu armas primeiro ... na esperança e pedir a Deus que o barco não volte com problema, com prego, nem nada, porque se ele passar quinze dias e voltar pra terra, o que tu faz? Tu vais completar o óleo diesel, completar o rancho e mais o conserto, já o custo da viagem aumentou. – ele pode ter pescado ou não alguma coisa nesse período (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

Segundo os empresários, o problema do fechamento de indústrias foi causado principalmente pelo esgotamento do recurso:

Hoje a média de um camaroneiro com cinqüenta dias, cinqüenta e cinco dias é de cinco toneladas Antigamente, isso em 94, era doze, catorze toneladas e camarão graúdo, era 31/35, compreendeu? Era U10, 16/20, 21/25. Hoje é camarão médio, camarão é 31/35 de tamanho (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

Em 94, trabalhavam mais ou menos em Belém de 210 a 215 barcos camaroneiros. Hoje não chega a ter 100 barcos. Antigamente um barco fazia 35 tonelada/ano, tinha barco que fazia até 40 tonelada/ano, com quatro viagens. Hoje estão fazendo cinco viagens para atingir a média de 27 tonelada (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

Ainda no que se refere a impactos ambientais, o Quadro 5 fornece mais informações sobre os dejetos provenientes das atividades de processamento e sua destinação.

QUADRO 5
DEJETOS PRODUZIDOS PELA EMPRESA E SUA DESTINAÇÃO
DISTRITO DE ICOARACI
2001

ESPECIFICAÇÃO DO DEJETO	DESTINO DADO AO DEJETO
Gorduras e fungos	Colocado em sacos plásticos que são levados pela coleta de lixo
Peixe condenado, resíduos do peixe (pele, guelra, barbatana, escama, etc..)	Uma empresa recolhe os resíduos produzidos
Bexiga (grude), pele e espinhaço.	Incineração no interior da empresa
Vísceras, pele, espinha de peixe	Incineração no interior da empresa
Víscera e pele de peixe	Aterro sanitário (fizeram um contrato com uma empresa para dar o destino ao resíduo).
Água do processamento	É jogada direto no rio

Fonte: pesquisa de campo.

QUADRO 6
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E/OU ORGANIZACIONAIS INTRODUZIDAS PELAS EMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI 2001

SETOR	TECNOLÓGICAS	ORGANIZACIONAIS
Administração e finanças	Aquisição de computadores	
	Aquisição de computadores e câmeras de segurança	
Processamento	Aquisição de novos equipamentos: prensa elétrica e balança eletrônica	Aplicação do programa APPCC
	Aquisição de equipamentos: para frio, para túneis de congelamento, nova linha de processamento, máquina de gelo, dois compressores de energia	
	Aquisição de equipamentos: mesas de aço inox, equipamento de embalagem	
Captura		Aplicação do programa APPCC
		Terceirização da captura

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação à implantação de mudanças tecnológicas e/ou organizacionais, 20,0% das indústrias pesquisadas não haviam feito nenhuma ação ligada a isso, e 80,0% disseram que sim. Neste último grupo, a aquisição de computadores aparece em 50,0%, tendo os 50,0% restantes adquirido novos equipamentos para o processamento. Em relação às mudanças organizacionais, 75,0% mencionaram a adoção do Programa APPCC e 25,0% a terceirização da captura.

Observa-se, assim, que algumas mudanças tecnológicas e organizacionais vêm ocorrendo, mas que ainda não houve transformações tecnológicas significativas no setor da captura e do processamento. Contudo, um empresário entrevistado afirmou que, comparando o momento presente com alguns anos atrás, muita coisa mudou.

Da água pro vinho [mudança na indústria]. Quando nós começamos era um troço muito rudimentar. O primeiro peixe processado, há quinze anos, ele era cortado como nos açougues antigos, em cima de um cepo de madeira. As condições de higiene, por mais que nos esforçássemos, eram praticamente, comparado às de hoje, eram praticamente zero. A qualidade do produto, mesmo com um frio bom, pelo fato de nós conhecermos a parte de frio,

mas... então, foi evoluindo, foi evoluindo... . Hoje, indiscutivelmente, o produto tem qualidade, tá? Não se comparada ao anterior, tem qualidade se comparada ao produto elaborado em instalações com inspeção federal e dentro dos padrões, dentro das normas. Isso mudou bastante. Mudou... mudaram as instalações físicas da empresa, conseqüentemente foi que redundou nessa mudança, e com isso uma série de coisa. Eu acho que, também, a própria filosofia da empresa é outra, o ambiente de trabalho é outro. De quinze anos pra cá mudou 200% no mínimo, pra melhor (empresário, proprietário de uma indústria processadora).

TABELA 17

TRÊS PRINCIPAIS VARIÁVEIS INTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO DESFAVORÁVEL PARA A EMPRESA

DISTRITO DE ICOARACI

2001

TRÊS PRINCIPAIS VARIÁVEIS INTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO DESFAVORÁVEL PARA A EMPRESA.	%
Baixa qualificação da mão de obra	40,0
Baixa capacidade produtiva	40,0
Baixa qualidade das instalações e equipamentos	20,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A baixa qualificação da mão-de-obra empregada pelas empresas e sua baixa capacidade produtiva destacam-se, com percentuais de 40,0% cada uma, como variáveis internas que trazem problemas para as empresas pesquisadas, sendo seguidas pela baixa qualidade das instalações e dos equipamentos, com 20,0%. Ao considerar-se esta última como estando ligada à reduzida capacidade produtiva, percebe-se que as empresas pesquisadas enfrentam dificuldades internas quanto ao tipo de tecnologia que utilizam para se tornarem mais competitivas no mercado, o que vai se refletir na qualidade da mão-de-obra contratada. Pode-se, assim, perguntar o porquê da permanência na contratação de mão-de-obra de baixa qualificação, se isso traz problemas para a empresa, e questionar também o tipo de treinamento que é dado a esses trabalhadores.

TABELA 18
TRÊS PRINCIPAIS VARIÁVEIS EXTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO DESFAVORÁVEL PARA A EMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

TRÊS VARIÁVEIS EXTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO DESFAVORÁVEL PARA A EMPRESA.	%
Falta de incentivos públicos para o setor	36,4
Alta carga tributária	36,4
Diminuição da quantidade de matéria-prima	27,2
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 18, observa-se que as indústrias entrevistadas ainda esperam muito pela ação do Estado, no sentido de resolver seus problemas, pois atribuem suas dificuldades externas à falta de incentivos públicos para o setor e à alta carga tributária, ambas com percentuais de 36,4% cada uma. Não consideram as mudanças nos mercados internacional e local. Deve-se destacar nesse item também o fator diminuição da matéria-prima, em terceiro lugar, com 27,2%, que termina sendo considerado pelas próprias empresas como um problema no qual elas não tiveram nenhuma participação.

4.3.5- SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO

No que tange ao sistema de comercialização de suas mercadorias, 66,7% das indústrias disseram que comercializavam sua produção diretamente no mercado; 16,7% afirmaram que não e 16,6% responderam que comercializavam diretamente no mercado somente uma parte de sua produção. A Tabela 19 traz um detalhamento dessa forma de comercialização.

TABELA 19
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
DISTRITO DE ICOARACI
2001

EMPRESAS	COMERCIALIZA DIRETAMENTE NO MERCADO SUA PRODUÇÃO	MERCADO	QUEM COMERCIALIZA
Empresa 1	Sim	Mercados nacional e internacional	-
Empresa 2	Sim	Mercados internacional, nacional e local	-
Empresa 3	Sim	Mercados internacional e nacional	-
Empresa 4	Não	-	Empresas intermediárias (mercados internacional e nacional)
Empresa 5	Sim e não	Mercados nacional e local	Intermediário exportador (mercado internacional)

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação à compra da produção das indústrias, 42,8% responderam que tinham clientes fixos e variados; 28,6% disseram que possuíam mais de um cliente, mas que eram clientes fixos; 14,3% afirmaram ter clientela variada e 14,3% que vendiam para apenas um cliente.

TABELA 20
DESTINO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA
MERCADO ESTADUAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO ESTADUAL	%
Sim	60,0
Não	40,0
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADO PARA O MERCADO ESTADUAL	%
Um por cento	66,7
Cinco por cento	33,4
Total	100,0
MUNICÍPIOS COMPRADORES	%
Belém	100,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 20, nota-se que a maior parte das indústrias destinava uma parte de sua produção para o mercado estadual, mas que era uma parcela muito pequena, e de mercadoria que não atingia os padrões exigidos pelos mercados internacional e nacional. Em relação ao destino dessa produção, 100,0% era vendida no município de Belém, geralmente para supermercados e restaurantes.

TABELA 21
DESTINO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA
MERCADO NACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO NACIONAL	%
Sim	100,0
Não	-
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADO PARA O MERCADO NACIONAL	%
Cinco por cento	75,0
Oitenta e cinco por cento	25,0
Total	100,0
ESTADOS COMPRADORES	%
São Paulo	22,3
Minas Gerais	14,8
Ceará	11,1
Rio de Janeiro	7,4
Outros Estados	44,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 21 revelam que todas as indústrias destinam uma parte de sua produção para o mercado nacional, embora esse percentual seja pequeno, pois 75,0% destinavam apenas cinco por cento de sua produção para o mercado brasileiro. Entre os Estados que compravam os produtos, São Paulo aparece em primeiro lugar com 22,3%, seguido por Minas Gerais com 14,8% e Ceará com 11,1%.

TABELA 22
DESTINO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA
MERCADO INTERNACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO INTERNACIONAL	%
Sim	100,0
Não	-
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADO PARA O MERCADO INTERNACIONAL	%
Quinze por cento	25,0
Oitenta por cento	25,0
Noventa por cento	50,0
Total	100,0
PAÍSES COMPRADORES	%
Japão	45,0
EUA	35,0
Espanha	5,0
França	5,0
Outros Países	10,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A Tabela 22 informa que 100,0% das indústrias exportavam, para outros países, a maior parte de sua produção, conforme o percentual de 75,0% que vendia entre oitenta por cento a noventa por cento de seus produtos. Entre os países compradores destacam-se Japão e EUA com, respectivamente, 45,0% e 35,0% das aquisições.

4.3.6- AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

TABELA 23
AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA	%
Armadores que arrendaram barcos da empresa e que praticam a pesca industrial e atravessadores	36,7
Captura de sua própria frota e atravessadores	20,0
Armadores que compraram barcos da empresa e praticam pesca industrial	16,7
Atravessadores	16,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se, pelos dados da Tabela 23, que as indústrias terminam indiretamente controlando as pessoas que arrendam seus barcos, pois 36,7% adquiriam matéria-prima de armadores, que arrendaram barcos da empresa e praticavam a pesca industrial, e de atravessadores, e 16,6% de armadores que compraram barcos da empresa e praticavam a pesca industrial. Esses dois percentuais juntos somam 53,3%. Deve-se destacar também a atuação dos atravessadores nesse processo de intermediação comercial da matéria-prima.

TABELA 24
FORMA DE AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

FORMA DE AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA	%
Assina um contrato de compra somente após a matéria prima ter sido descarregada na empresa.	50,0
Assina um contrato de compra após a matéria prima ter sido processada	33,3
Assina um contrato de compra após a matéria prima ter sido processada e também estabelece relações de parceria com os armadores industriais e artesanais	16,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De uma forma geral, as indústrias somente compram a matéria-prima depois de ter sido feita uma verificação, na própria empresa, em relação à qualidade e à quantidade de pescado. No caso do camarão, o controle é mais forte e o pagamento da matéria-prima é feito, na maioria das vezes, após o camarão ter sido processado.

Uma parte da matéria-prima, no caso peixes, também chega às empresas em caminhões isotérmicos e/ou frigoríficos, sendo, normalmente, trazida por atravessadores. Entre as empresas pesquisadas, 50,0% afirmaram não processar a matéria-prima que vinha por esse meio de transporte; 33,3% disseram que a empresa somente processava essa matéria-prima e 16,7% que a firma comprava e processava essa matéria-prima.

4.3.7- SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ

Em relação às sugestões para melhorar o setor da pesca industrial no Estado do Pará, um empresário expressou a seguinte opinião:

Número um: o segmento, eu acho, que vai ser cada vez mais promissor. Por quê? Existe um déficit na ordem de 15% na oferta de pescado, um déficit nacional, parece que mundial, ele chega a 30. Então nós ainda temos que produzir bastante peixe pra suprir as necessidades brasileiras, e, mais ainda, a necessidade mundial. Com essa história de hormônios na ração do frango, etc. e boi, não sei mais o quê e tal... e os modismos. Indiscutivelmente o peixe é uma carne saudável, é cada vez maior o número de adeptos pelo pescado. Então, eu acho, tenho certeza que se deve investir no setor marinho, o que deve ser feito no Brasil, na Amazônia, mais especificamente no Pará. Usar estratégias e artifícios como esse que o governo do Pará está pretendendo, a redução da alíquota do ICMS, pra que se diminua cada vez mais os que atuam na ilegalidade. Na verdade, o objetivo do governo do Estado é mais esse, arrecadar, mas de tabela ele faz isso diminuindo os que trabalham na ilegalidade, seguramente melhora para os que trabalham dentro da lei. Isso melhora as condições de comercialização. Nós vamos poder comercializar mais e melhor. A partir do momento que você ofertar mais e melhor, a demanda está aí. Isso entra num círculo virtuoso, aí o horizonte se abre pra novos investimentos... . Eu não tenho dúvida, o setor sabe o que fazer, sabe que tem que melhorar a frota de captura, sabe que tem que usar de novas tecnologias, tem que capturar em águas profundas, porque próximo da costa os cardumes já estão reduzidos, tem-se que fazer defeso, isso é fato. Agora tem que fazer a coisa de maneira séria, fazer o defeso de camarão, fazer o defeso de peixe, etc. e tal... . Tudo isso que os técnicos do IBAMA pregam tem que ser feito, porque de onde se tira e não se repõe, acaba, exaure. Agora, fazer a coisa de forma séria. A culpa também não é só do governo. Existem maus governantes e

*existem bons governantes, existem bons empresários, mas existem péssimos empresários... .
Então, aqueles que só querem subsídios pra poder se acomodar e nada fazer, aí pega, né?
Então, a gente tem que aproveitar coisas desse tipo pra produzir mais e cada vez melhor
(empresário, proprietário de uma indústria processadora de peixe).*

QUADRO 7
SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ
DISTRITO DE ICOARACI
2001

EMPRESAS	SUGESTÕES
Empresa 1	Definir o período de defeso, dar incentivo financeiro para o setor, oferecer maior subsídio para o combustível, instituir política governamental para a área de pesca, melhorar a qualificação de mão-de-obra operacional para o setor da pesca industrial
Empresa 2	Financiamento para as empresas, instituir defeso, dar melhores condições de trabalho, melhorar as estruturas das empresas e das embarcações
Empresa 3	Investimento do governo em tecnologia, concessão de subsídios, treinamento de mão-de-obra, desenvolver pesquisa com o objetivo de aplicação prática nas empresas. Setor privado: procurar qualificar mão-de-obra operacional, investir mais, executar uma exploração sustentada ambientalmente
Empresa 4	Maior atenção do governo, melhorar a ação do IBAMA e da Marinha.
Empresa 5	Política de desenvolvimento da cadeia produtiva, melhoria na captura, incentivo à aqüicultura, fornecer linha de crédito compatível com a realidade, fiscalização para proibir a atividade clandestina, aperfeiçoamento da mão-de-obra.

Fonte: pesquisa de campo.

4.4-Microempresas de Captura

Problemas na captura têm impacto direto sobre o processamento. Apesar de se constituírem em empresas diferentes, as microempresas de captura e as indústrias processadoras estão intimamente interligadas, pois ocupam lugares seqüenciais na cadeia de produção. Em relação ao sistema de pesca do peixe, o gerente de uma microempresa revela:

... olha, o barco de peixe, ele passa só de doze a quinze dias pescando, a própria operação do peixe, ela é muito mais barata. O barco de peixe, ele não pesca sozinho, ele pesca de parilha ou trilheira, às vezes, quando eles pescam de trilheira são três barcos pescando. São três barcos pescando pra encher um... quando enche o primeiro, aí o barco vem pro porto, e eles ficam pescando dois, dois pra encher um... aí já chega o outro lá, veio pra descarregar, e já foi... aí fica três pra encher aquele outro... e assim eles vão fazendo revezamento (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Na pesca do peixe, atualmente, é utilizado o sistema de vários barcos pescarem juntos. É comum que três barcos (chamado trilheira), quatro barcos (chamado quatrilhaeira) ou até cinco barcos arrastem juntos. O produto dos arrastos é destinado a somente uma embarcação, até que esta esteja com sua capacidade de armazenamento completa. A definição de ordem dos barcos para serem carregados está relacionada à ordem de sua chegada ao local de pesca, ou se o barco apresentar algum problema e tiver a necessidade de retornar mais rápido para a empresa.

Não existe um horário do dia definido para o arrasto, o que é levado em consideração é o tempo de arrasto. Podem ser feitos arrastos de dia ou à noite, independente das condições climáticas.

... não interessa o horário que seja [para a realização dos arrastos]. Se é meia noite, se é duas da manhã, se é três da manhã, se vai chover ou se não vai, se tá ventando ou se não tá, se tá com maresia ou se tá bem o mar..... eles fazem o arrasto por quatro horas, cinco horas de arrasto, aí puxa a rede senão começa a danificar o camarão (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

A junção dos altos custos de armação dos barcos com a incerteza quanto à pesca do recurso natural faz com que as microempresas de captura tenham que adotar inúmeras táticas para conseguir se manter no mercado e reduzir seus custos (isso também tem impacto sobre a mão-de-obra). Foi constatado, durante a pesquisa de campo, que as microempresas trocam de razão social várias vezes. Ações trabalhistas e cobranças

bancárias forçam as empresas a mudarem de nome – isso pode ser identificado como uma estratégia dos microempresários para se manter no mercado.

Em relação às atividades de captura, estas também devem seguir as normas definidas pelo programa APPCC de cada indústria no que concerne à higienização e sanitização das embarcações, e às formas de manuseio do recurso pescado no convés dos barcos e seu posterior congelamento nas câmaras frigoríficas ou resfriamento nas urnas das embarcações. Na captura do camarão, os cuidados são maiores que os dispensados ao peixe, conforme afirma o entrevistado:

Exatamente, a gente contrata pessoas experientes, pessoas profissionais, que vem, dentro dos próprios estudos da [empresa processadora]. Ela solicita pra gente que seja lavado tudo... e a gente procura, a gente compra os detergentes, os cloros, tudinho... . Da maneira que ela solicita da gente, a gente faz aqui, pra evitar a contaminação, porque o camarão, ele exige esse detalhe, ele se contamina com uma facilidade imensa. O camarão, se bater uma coisa, assim, como óleo diesel, você tá entendendo? Você contamina o lote todo. Tem que ter muito cuidado com o camarão, entendeu? Tem que ter muito cuidado com o camarão, que a contaminação dele é muito rápida... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Contudo, nem sempre as exigências que as empresas fazem dos microempresários para cumprir as normas do APPCC, em relação à infra-estrutura das embarcações, são obedecidas:

Agora não se pode é querer cumprir as exigências que às vezes as próprias empresas [indústrias processadoras], quando o barco vai exportar, elas ficam querendo que o barco tenha isso e aquilo e não dá. Frigorífico novo a bordo, não dá. Mas aquilo que é necessário, de fato, pra se ter um aspecto sanitário a bordo, isso é feito (empresário, proprietário de uma empresa de captura).

Em relação ao camarão, este tem de ser cuidadosamente selecionado no convés, depois ocorre a retirada da cabeça (às vezes não) e a imersão do produto em uma solução de metabisulfito de sódio para sua conservação. Posteriormente, é efetuado o congelamento (a temperatura das câmaras é definida no programa APPCC das indústrias). As práticas de conservação do camarão precisam ser rigorosamente monitoradas também em razão da duração das viagens - em média 50 dias de mar - para evitar contaminação e danos físicos ao recurso.

A forma de conservação a bordo também é importante na manutenção da qualidade, conforme destaca um gerente do CQD:

Não tem como, porque o barco de peixe, geralmente vão três barcos pra lá, aí tem o barco mãe, os três barcos pescam só pra um. Quer dizer... pesca só pra um entendeu? Aí vem aquele barco cheio que todos três pescaram só pra um, aí vem num menor número de dias e ele chega aqui, o peixe, ele chega vermelinho, bonitinho, bem conservado, em boa qualidade. E o único risco de eles chegarem aqui podres é eles não levarem uma quantidade suficiente de gelo pra gelar o peixe. O camarão é diferente do peixe, porque o peixe, ele veio em urnas, com gelo escama, aquele gelo escama. E o camarão não, eles vêm em frigoríficos mesmo de congelamento, vem em frigorífico de congelamento o camarão, e o peixe não, ele vem naquelas urnas frigoríficas, mas com gelo escama. A dosagem de peixe é de uma camada de peixe pra duas de gelo, pra poder chegar aqui em condições (gerente CQD).

Na captura do peixe, os cuidados no manuseio e na conservação a bordo também são definidos pelo APPCC. Existe uma atenção para evitar contaminação e danos físicos aos peixes capturados (recomendação de não estender a duração dos arrastos além do previsto, por exemplo), especialmente do pargo, que é comercializado para os EUA. A duração das viagens fica entre 10 e 15 dias. Nesse sentido, um ponto crítico da contaminação, na fase da captura, segundo um gerente entrevistado, é geralmente a parte de higiene, de manuseio do produto:

É manuseio. No caso de manusear, eles estavam manuseando sem a luva, no caso a luva de borracha, isso tudo é detectado. Tem que usar luva, tem que separar o camarão, tirar a carapaça, a cabeça dele, né? Colocar no cesto e depois fazer uma higiene com a própria água do mar, água do mar não tem contaminação devido ao volume de água muito grande, em alto mar (gerente CQD).

QUADRO 8

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS BARCOS DA FROTA INDUSTRIAL NO DISTRITO DE ICOARACI

TIPO DE EMBARCAÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Camaroneiro	Barco de aço motorizado de 19-23 metros de comprimento e motor de 300-400 HP Aparelhos de pesca: rede de arrasto de portas, com 16,3 m de comprimento
Piramutabeiro	Barco de aço com 17-27 m de comprimento e motor com 165-565 HP Aparelhos de pesca: rede de arrasto de parelha
Pargueiro	Barco de aço motorizado com 18-23 m de comprimento Aparelhos de pesca: linha de fundo (pargueira)

Fonte: elaboração da autora, com base em dados constantes em Paiva (1997).

Durante as viagens, os barcos realizam o arrasto o tempo inteiro, tanto para a captura do camarão, quanto para a do peixe. No momento presente, os barcos passam mais dias no mar e trazem uma quantidade menor de matéria-prima em relação às décadas de 70 e 80, segundo informações obtidas em entrevista feita com um funcionário do IBAMA. Em relação aos barcos que pescam peixe, de acordo com esse mesmo entrevistado, o número de licenças concedidas, em 2001, foi de 48 para piramutabeiros e 186 para camaroneiros; contudo, a definição da quantidade real de embarcações em operação é mais difícil de precisar, pois existe a transformação, pelas empresas, de barcos que capturam camarão para a captura de peixe, além de barcos industriais que navegam sem licença.

A licença expedida pelo IBAMA para as embarcações constitui uma outra forma de controle efetuada pelas indústrias sobre os terceiros. A licença fornecida pelo IBAMA é dada para a empresa e é inegociável. No caso do arrendamento e da parceria, essa licença deve permanecer com a empresa original; no caso da venda do barco, a licença fica com o novo proprietário. Existem também licenças paradas de barcos que não estão navegando. As licenças voltam ao IBAMA quando é decretada a falência da empresa.

TABELA 25
NÚMERO DE BARCOS DE PESCA INDUSTRIAL DE CAPTURA DE CAMARÃO-ROSA E DE PIRAMUTABA E ESTIMATIVA DO
NÚMERO DE PESCADORES EMPREGADOS

ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
1970-2000

ANOS	Nº DE BARCOS DE CAPTURA DE CAMARÃO-ROSA	ESTIMATIVA DO Nº DE PESCADORES EMPREGADOS NA PESCA DO CAMARÃO- ROSA *	Nº DE BARCOS DE CAPTURA DE PIRAMUTABA	ESTIMATIVA DO Nº DE PESCADORES EMPREGADOS NA PESCA DA PIRAMUTABA **
1970	6	36	-	-
1980	131	786	69	483
1985	224	1344	36	252
1990	189	1134	48	336
1991	180	1080	66	462
1992	156	936	57	399
1993	170	1020	54	378
1994	159	954	55	385
1995	156	936	54	378
1996	142	852	58	406
1997	124	744	48	336
1998	102	612	48	336
1999	115	690	48	336
2000	120	720	48	336

Fonte: elaboração da autora, com base em dados constantes em IBAMA (1999), IBAMA/CEPNOR (2001) e Aviz (2002).

*considerando a tripulação composta por seis pessoas

**considerando a tripulação composta por sete pessoas.

Quanto ao incentivo concedido pelo Estado para o óleo diesel utilizado pelas microempresas de captura, a solicitação é feita ao SINDIPESCA, que envia o pedido para as distribuidoras de petróleo (as microempresas têm um cadastro de distribuidoras com as quais comercializam). A distribuidora calcula o valor a ser pago com base no preço do dia da solicitação da mercadoria, então, a microempresa deposita na conta da distribuidora o valor

devido e, depois disso, o pedido de óleo diesel é entregue. Um dos maiores problemas das microempresas é que elas têm que realizar esses pagamentos antes da viagem, daí a necessidade de elas precisarem ter uma reserva monetária para arcar com esse custo, que é o mais elevado para que se consiga armar um barco, especialmente os barcos camaroneiros.

4.4.1.- TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE CAPTURA

A maior parte das empresas de captura situadas no Distrito de Icoaraci surgiu com o processo de terceirização dessa atividade implantado pelas indústrias pesqueiras no início da década de 90. Muitas dessas microempresas, denominadas de “clientes”, “parceiros”, “terceiros” e “fornecedores” pelas empresas processadoras, têm seus escritórios no interior da área das indústrias, utilizando também o cais destas últimas para descarregar e/ou guardar as embarcações. Outras microempresas alugam escritórios e portos em edifícios onde já funcionaram indústrias.

Algumas indústrias oferecem também serviços de higienização, sanitização e reparo dos barcos, além de alugarem salas para que os escritórios das microempresas sejam instalados. Em determinadas situações, as indústrias cuidam também dos contratos de comercialização do produto, especialmente no caso do mercado externo. Contudo, a despeito disso, é sempre reafirmado por alguns dos gerentes entrevistados que essas microempresas “são independentes e possuem seus próprios funcionários”.

Entretanto, conflitos existem entre empresas processadoras e microempresas de captura, como, por exemplo, no caso da realização da limpeza nos barcos:

Olha, é a história do barco, pra nós limpar o barco. Eles não querem isso. Não queriam que lavasse os barcos. Aí brigava, teve uma vez que um pegou uma faca e correu atrás do chefe da limpeza, tá entendendo? Teve gente que não passou mais aqui porque a gente estava lavando os barcos. Chegava comigo: ‘Olhe, doutora, isso é uma burocracia, é muita burocracia aqui, eu vou passar [processar e/ou vender a matéria-prima capturada] ali no fulano de tal, porque ali não tem burocracia, não precisa lavar o meu barco.’. Quer dizer que é uma coisa... . Lavar não tem problema nenhum, nós fornecemos produtos de limpeza, sanitizantes, um funcionário pega pra lavar o barco, eles não aceitavam. É preferível levar daqui pra outra empresa que não faz isso, tá entendendo? Se todos nós fizéssemos, se todo mundo ‘Não, vai ter que lavar.’, mas não. Eu faço, fulano ali não faz, quer dizer, foi um cliente que nós perdemos, porque ao invés de lavar aqui, foi passar em outro (gerente CQD).

A terceirização aumentou os problemas do CQD, porque existem muitas dificuldades para os armadores se enquadrarem nas normas, por exemplo, como foi acondicionada a matéria-prima a bordo e o não preenchimento dos registros (gerente CQD).

Foi observado que as microempresas pagavam por todos os serviços prestados pelas indústrias, mas não se obteve informações concretas sobre quanto isso representava no total dos custos e qual o percentual da matéria-prima capturada destinado a saldar essas dívidas. Em um primeiro momento, foi detectada uma relação de dependência e controle forte da empresa processadora sobre essas microempresas, entretanto não se soube maiores detalhes sobre isso, já que as dificuldades de se contatar com essas pessoas é muito grande, pois tem-se que primeiro passar pelas empresas processadoras, e elas dificultam essa aproximação, além do fato de os próprios microempresários serem muito reservados e evitarem conversar sobre esse assunto.

As microempresas de captura foram formadas, em geral, por ex-funcionários das indústrias, englobando, em sua maior parte, patrões de pesca (que são os comandantes dos barcos) e gerentes administrativos. Contudo a grande maioria não tinha experiência gerencial e não conseguiu manter o negócio. Segundo informações obtidas nas entrevistas, esses novos microempresários terminaram falindo (transferindo o arrendamento para outras pessoas ou devolvendo a embarcação para a indústria proprietária) e voltando à condição de empregados, em uma situação pior do que a que tinham antes, em razão das dívidas contraídas. Poucas microempresas conseguiram se manter, sendo a maioria de propriedade de ex-gerentes das empresas processadoras que já tinham experiência administrativa.

Essas dificuldades enfrentadas pelas microempresas de captura, são confirmadas por um entrevistado:

Na verdade não tinham [referindo-se a duas outras microempresas das quais conhecia os proprietários] tanta experiência como nós tínhamos. Começaram mesmo, eram pessoas com prática no pescador [na atividade de pescar], eles pensavam que eles capturando era mais vantagem, e não é bem assim. É um ramo muito ingrato pra se trabalhar... é um risco, uma loteria... porque se arma o barco, tantos mil reais dentro dele e vai lá pra fora. Se você trazer peixe, tudo bem, mas se não trazer? É um risco que corre, entendeu? (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

As indústrias objetivaram, com a constituição das microempresas e o arrendamento e/ou venda dos barcos, terceirizar a atividade de captura. Assim, os custos de armação das

embarcações (custos de se preparar a embarcação e tripulação para efetuarem as viagens) seriam diminuídos, pois “os trabalhadores, passando a proprietários, zelariam mais pelo equipamento e se esforçariam para trazer uma quantidade maior de matéria-prima”, uma vez que não teriam mais um salário fixo fornecido pela empresa processadora. Os trabalhadores se tornariam, então, “mais responsáveis”, garantindo maior produção para ser processada pelas empresas e ganhando mais com a venda de uma maior quantidade capturada; enfim, “todos ganhariam”, especialmente a empresa processadora. Na ocorrência de qualquer problema (aplicação de multa sobre a embarcação pelo IBAMA, por exemplo), este seria assumido pelas microempresas, pois não se tratava de empregados da indústria e nem o barco estaria a serviço desta última (pelo menos não oficialmente), retirando, então, qualquer responsabilidade da empresa processadora sobre os problemas que viessem a ocorrer na captura.

No caso do sistema de parceria, este foi colocado em prática pelas indústrias que ainda mantinham frota e microempresas de captura, mas foi proibido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, oficialmente, não está sendo mais utilizado pelas empresas, apesar de terem sido detectados durante a realização da pesquisa de campo.

Em relação às indústrias que arrendam seus barcos, elas fazem um certo tipo de contrato com o arrendatário, que lhes garante a exclusividade no processamento. Ao conversar com um gerente de uma microempresa, que tinha arrendado barcos de uma indústria, ele mencionou a vontade, por parte do proprietário da microempresa, de ter condições de obter a propriedade definitiva dos barcos, para poder comercializar sua produção com outras empresas processadoras. Por ocasião do arrendamento do barco, foi feito um “acordo de preferência” entre a indústria e a microempresa, através do qual esta última “daria preferência”, à empresa processadora proprietária dos barcos, na venda de sua produção para processamento. Não se tem conhecimento se esse “acordo” estava estabelecido no contrato de arrendamento ou se foi fruto de um arranjo informal entre as partes, mas o que fica claro é que a empresa processadora adquire a exclusividade na compra da matéria-prima desses terceiros, o que nem sempre parece ser muito vantajoso para a microempresa (o preço obtido pela mercadoria ficava abaixo do esperado).

Essa situação demonstra o artifício usado pelas indústrias para garantir o abastecimento de matéria-prima para ser processada em suas instalações, sendo, também, uma forma de diminuir seus custos com a captura, pois a conservação dos barcos é feita pela microempresa, sendo esta ainda a arcar com os custos, caso o barco não capture uma quantidade suficiente de matéria-prima que cubra os gastos de “armação” da embarcação

(armar um barco significa deixá-lo em plenas condições para viajar) e proporcione um certo lucro.

Em algumas situações, é feito um contrato com terceiros para garantir que estes processem e/ou vendam sua produção para certa indústria, durante determinado período de tempo. O fechamento desses contratos é mais fácil quando a indústria é a proprietária dos barcos e faz um arrendamento das embarcações. Quando a indústria não é proprietária do barco ou a microempresa não utiliza suas instalações, a incerteza quanto ao cumprimento dos acordos é mais acentuada.

Assim, identifica-se que a questão central para as indústrias, ao terceirizarem a captura, é garantir que os terceiros processem e/ou vendam seus produtos para elas. Por isso são procuradas formas de garantir um controle sobre esses terceiros, de uma maneira que eles fiquem responsáveis pelos eventuais problemas e a indústria consiga adquirir um fornecimento freqüente de matéria-prima de qualidade e a preço baixo, com o mínimo de risco possível.

Algumas indústrias armam ou auxiliam a armar os barcos dos terceiros na primeira viagem, sendo, em alguns casos, a “ajuda” fornecida em todas as viagens, representando, assim, mais uma estratégia de controle, pois as microempresas assumem uma dívida que as obriga a venderem o produto capturado para uma determina empresa processadora, nas condições de preço e de prazo de recebimento pela venda da mercadoria definidos pela indústria.

Os custos de armação dos barcos são considerados muito altos pelos microempresários – em torno de R\$20.000,00 para os barcos piramutabeiros e R\$40.000,00 para os camaroneiros – o que, certamente, inviabiliza a entrada de muitas pessoas no desenvolvimento dessa atividade, embora os lucros sejam também altos, especialmente no caso do camarão. Dessa forma, a “ajuda” recebida pelos microempresários faz com que eles tenham de pagar pesadas dívidas, aumentando sua dependência em relação às indústrias⁴.

Uma questão que também influencia nos custos de produção e que é referida pelos microempresários está relacionada ao roubo de peças e ao desvio de mercadorias por parte dos trabalhadores que compõem a tripulação dos barcos de pesca. Um proprietário mencionou que demitiu toda a tripulação de seu barco porque encontrou quatro sacos de

⁴ Apesar de inúmeras tentativas, não foi possível obter informações detalhadas com os microempresários e gerentes de microempresas sobre a estrutura de custo referente à armação dos barcos. O que se conseguiu foram valores gerais e aproximados.

camarão escondidos no barco, que seriam posteriormente vendidos pela tripulação. Quando o barco chega ao porto, é necessário que a empresa de captura contrate um vigia para evitar que a embarcação seja depredada (isso às vezes é feito pela própria tripulação que viajou no barco e que está a serviço da empresa, além do risco de pessoas estranhas o fazerem). O roubo do recurso pescado, de óleo diesel e de peças dos barcos é algo comum, o que obriga as microempresas a manterem as embarcações sob forte vigilância nos trapiches.

Ainda em relação ao desvio de mercadorias, é difícil para a empresa ter um controle sobre o que a tripulação faz durante as viagens, apesar de serem feitos contatos por rádio todos os dias.

... acho que em toda parte [em todas as empresas de captura] é difícil, porque a gente entrega o barco na mão da tripulação, daqui a quarenta e cinco dias ele volta... saber o que aconteceu... é muito difícil. A gente tem que acreditar que nada de mal vai acontecer, que vai ser tudo bem... tem que... fazer o quê? Existe como fiscalizar? Não tem... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Existe, segundo um gerente de uma microempresa de captura, um grau maior de dificuldade de desvio de peças e de recurso pescado, durante as pescarias do peixe que nas do camarão, pois segundo ele:

Não, no caso do peixe [o roubo] é mais difícil, porque trabalham... São... são quatro, cinco barcos, trabalham todos juntos, não tem como desviar. Pra uma pessoa desviar, tem que ter a concordância de toda a tripulação, no caso são cinco barcos, são trinta e cinco pessoas, quarenta pessoas, se torna bem mais difícil...

... todo mundo está vendo, todo mundo está olhando, se torna bem mais difícil... mas no camarão não, é um barco, cada um pesca pra si. E nos barcos de peixe não, todo mundo pesca junto, e são diversas redes... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Em razão de ser uma atividade extrativa, ocorre que a quantidade de recurso capturado, muitas vezes, não é suficiente para pagar os custos com a armação do barco e, nesse caso, os empresários ficam sem outra alternativa a não ser se endividarem novamente armando o barco para outra viagem, esperando que a produção capturada seja suficiente para cobrir os custos da viagem atual e da anterior. Conforme relata o gerente de uma microempresa:

... não paga o óleo, não paga nem a produção dele, então fica difícil... agora você mantém o barco lá fora pescando, e deixar ele no porto, aqui, ele se acaba muito mais rápido aqui, muito mais rápido aqui. Pra você conseguir armar novamente, vai ser uma fortuna de novo. É muito difícil, realmente é muito difícil...

Isso que eu estava falando pra você. Daqui a uns quatro, cinco anos vai ficar inviável a pesca, não é dizer que vai acabar o camarão, não, quanto a isso não tenha dúvida que não acaba, mas fica inviável [economicamente]... primeiramente que o óleo, que é a matéria-prima mais cara que a gente usa pra pescar o camarão, cada dia a tendência é subir, não baixa o preço, então fica difícil... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Outro exemplo de incerteza quanto ao retorno do investimento feito na armação dos barcos:

... não tem, porque você tem, por exemplo, X de óleo diesel, vai pra fora, você tem que pagar aqui, digamos que você comprou isso pra pagar no dia dez. Quando for no dia dez, esse barco... isso aqui volta e não traz nada. Você vai lá no fornecedor e pede mais X de óleo pra pagar no outro dia dez, chega sem nada, entendeste? Aí você tem dois débitos pra pagar com a próxima viagem. E se tu não trouxeres nada? Não tem jeito, você quebra, é muito difícil, é um risco muito grande (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

De acordo com o tipo de pescaria, os custos de armação são maiores ou menores e o componente da incerteza passa a ter um papel menos prejudicial à microempresa quando a região em que vai ser realizada a captura é mais próxima e o período em que se vai ficar viajando é menor. No caso da pesca do camarão, além de se ficar arrastando durante muito tempo, a distância para se alcançar os pesqueiros é maior e, conseqüentemente, os custos são mais elevados e a incerteza, quanto ao retorno, passa a representar uma ameaça maior à sobrevivência da microempresa.

... é justamente, porque você, veja bem, o barco sai pra pescar, pesca de arrasto, já está dizendo, e é um tipo de pesca... o barco trabalha... o barco tem que ficar ligado o tempo todo, porque ele fica arrastando, arrastando... porque ele vai pegar o camarão que anda no fundo do mar. Ele não vai largar o ancorado pra pegar o camarão, como tem empresas de pesca aí, que tem o barco no cais, pesca do pargo, que as pessoas levam os manzuás daqui e armam os manzuás, o barco vai embora, esperam tantas horas pra ele poder... né? É um outro tipo de pesca. Camarão não, você tem que arrastar, então pegando ou não pegando, você tá gastando óleo... se o barco entrasse com dez, é... 'Ah, o barco saiu e trouxe cinco toneladas,

mas trouxe trinta mil litros de óleo de volta... isso já fica pra uma próxima viagem'... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Porque deu muito problema [explicando a razão de a microempresa ter reduzido sua frota], a safra do camarão, de uns três anos pra cá, ela tá muito ruim a safra, e a parte operacional é muito alta, é muito alta e o risco é muito alto... só pra você ter uma idéia, um barco desse pega só de óleo diesel, ele pega 60 litros de óleo diesel, e o óleo é comprado à vista. Então quer dizer, um barco desse sai de terra pra fazer uma viagem de uns 50 dias, 60 dias, ele já sai com uma dívida de terra de quase 50 mil reais... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Quando se estuda a comercialização, a figura do intermediário, que tem poder de influência e controle nas microempresas e nas indústrias, aparece. Esses intermediários atuam junto aos geleiros, microempresas de captura e indústrias de processamento:

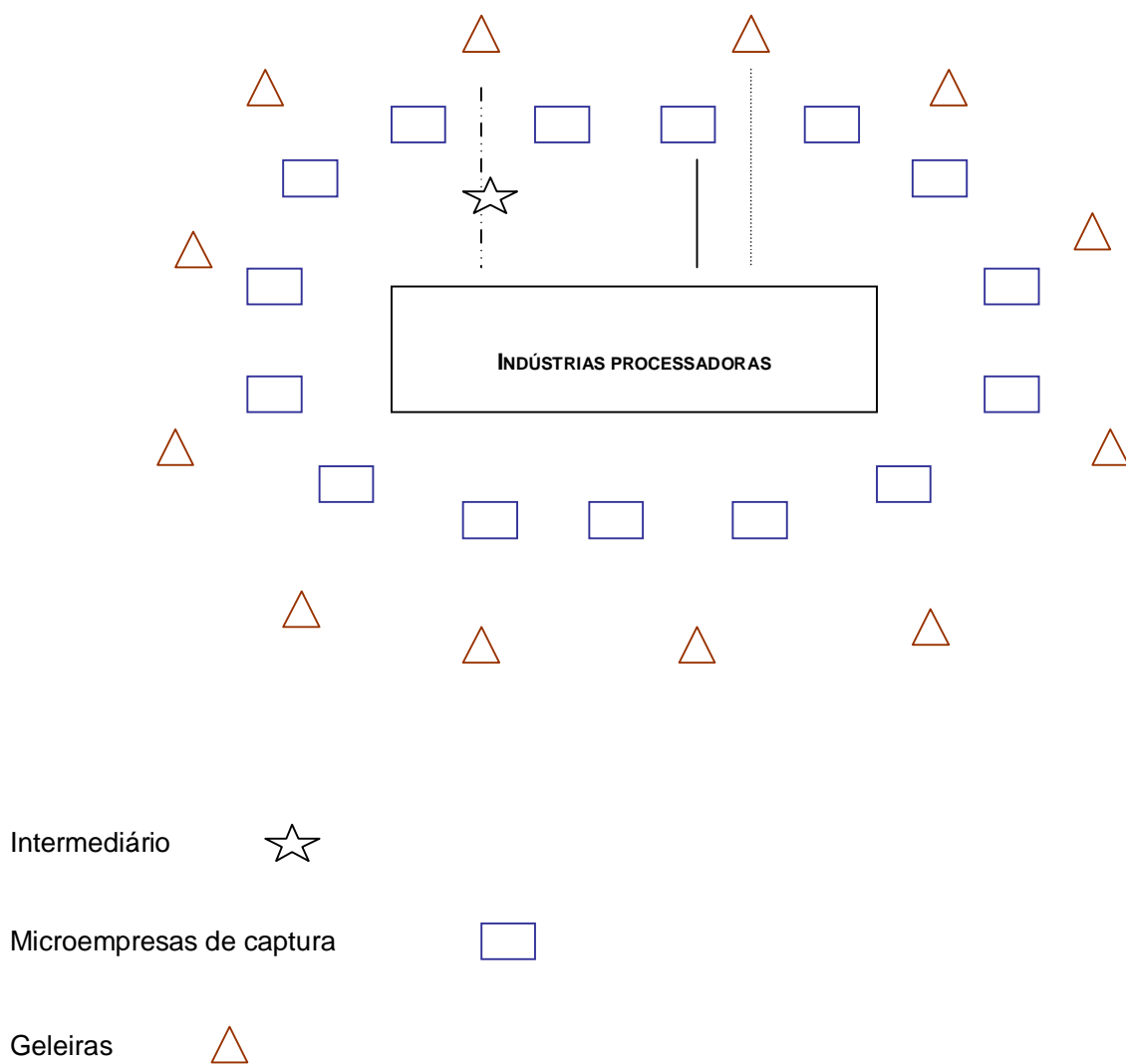
Esses intermediadores, eu considero que eles sejam ... são comerciantes de peixe, mas fazem uma operação de agiotagem, subjugando às vezes o camarada, porque ...eles vai 'não eu vou comprar o óleo, mas você vai me vender a sua produção', aí o cara [produtor] diz 'eu quero um real' e ele [intermediário] 'não, eu só dou oitenta centavos'. E só é essas pessoas a que a maior parte do pessoal se submete (empresário, proprietário de uma microempresa de captura).

O camarada não tem barco, não tem frota pescando, mas diz 'não, eu boto gelo, boto óleo, boto tudo, tal ... e o peixe eu compro tudo, mas só te pago X', quer dizer ele [intermediário] dá uma queda de vinte a trinta por cento ainda no preço. (...) Então, você aí, esses são os agiotas da pesca, né? Que tá cheio desse pessoal. Agora, eles tão dominando o mercado, porque essas empresas, as dificuldades Olha a [empresa processadora] era o maior vendedor de peixe que tinha aqui, mas ela ficou em dificuldades, aí começou a aparecer uns que tinham dinheiro" (empresário, proprietário de uma microempresa de captura).

Entre as empresas de captura "independentes", o conflito no relacionamento com as indústrias processadoras é mais aparente que no caso das microempresas "mais dependentes". Os armadores acusam as indústrias de sempre colocarem muito baixo o preço de compra da matéria-prima e de cobrarem um preço alto para processarem a produção. Já as indústrias afirmam que ocorre o contrário. Entre as microempresas de captura, encontram-se empresas formais e informais.

A seguir é mostrado o esquema de funcionamento da terceirização da captura implantado pelas indústrias processadoras.

TERCEIRIZAÇÃO DA CAPTURA



4.4.2-CARACTERÍSTICAS GERAIS

De acordo com os dados da pesquisa de campo, das empresas consultadas, 86,5% foram fundadas na década de 90; 4,5%, na década de 70; 4,5%, na década de 80 e também 4,5%, no ano de 2001. Em relação à natureza de constituição da empresa, 54,6% eram de natureza individual, 4,5% eram sociedade anônima e 40,9% eram sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Quanto ao tipo de empresa, 100% declararam que a empresa era única.

Quanto ao tipo de pesca que praticavam, 91,0% disseram realizar somente a pesca industrial, 4,5% efetuavam as pescas artesanal e industrial e 4,5% somente a pesca artesanal.

Em relação à natureza da atividade da empresa, 36,4% disseram que sua empresa somente capturava e 63,6%, que suas empresas realizavam as atividades de captura e de comercialização. Esses dados devem ser analisados com cuidado, pois, posteriormente, serão mostradas as características da estrutura de comercialização das microempresas.

TABELA 26
PRODUTO COM QUE A MICROEMPRESA TRABALHA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTO COM QUE A EMPRESA TRABALHA	%
Não especificou o produto com o qual trabalha	59,4
Camarão-rosa	9,1
Camarão-rosa e camarão sete barbas, cavala, gó, cação, pargo	4,5
Camarão-rosa e piramutaba	4,5
Camarão-rosa e sete barbas, gó e xaréu	4,5
Camarão-rosa e sete barbas, cação, gó, mero	4,5
Camarão-rosa, peixes de todas as espécies regionais de água doce e água salgada	4,5
Camarão-rosa, sete barbas, gó, pargo, xaréu	4,5
Piramutaba, dourada, bagre, pescada branca	4,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo

No momento de sua fundação, 45,6% das microempresas afirmaram que atuavam na captura de camarão; 31,8%, no comércio de camarão; 9,1%, na comercialização de peixe e camarão, 4,5%, na captura de peixe; 4,5%, no comércio de peixe e 4,5%, na captura de peixe e camarão.

Em relação ao tipo de mão-de-obra responsável pela gestão da empresa, 54,5% declararam que a mão-de-obra responsável pela gestão da microempresa era familiar e 45,5%, que esse serviço era realizado por mão-de-obra profissional.

Quanto à filiação sindical, 90,9% das empresas eram filiadas a um sindicato, SINPESCA (o mesmo sindicato que representa as indústrias processadoras, o que pode significar mais um mecanismo de controle das indústrias sobre as microempresas de captura) e, 9,1% não tinham filiação sindical.

Em relação à frequência de funcionamento da empresa, 95,5% declararam que a empresa funcionava de maneira regular contínua e 4,5%, de forma regular descontínua. Entre os que afirmaram funcionar de forma regular contínua, 76,2% disseram funcionar durante o ano todo, 19,0% funcionavam entre os meses de janeiro a outubro e 4,8%, entre os meses de fevereiro a outubro. Das que funcionavam de maneira regular descontínua, 100% trabalhavam de janeiro a agosto.

TABELA 27
PRINCIPAL ORIGEM DO CAPITAL UTILIZADO PARA INICIAR AS ATIVIDADES DA MICROEMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRINCIPAL ORIGEM DO CAPITAL	%
Indenização	27,3
Poupança venda de imóvel	18,2
Empréstimos de parentes/amigos	13,6
Outros recursos próprios	13,6
Empréstimo bancário	4,5
Outra	22,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 27 mostram que a maior parte do capital utilizado para iniciar as atividades das microempresas teve origem nas indenizações trabalhistas (27,3%), que eram oferecidas aos funcionários, especialmente patrões de pesca e funcionários da

administração, para que eles tivessem condições de formar as microempresas de captura, vindo a seguir os recursos provenientes de poupança e venda de imóveis com 18,2% e empréstimos de parentes/amigos e outros recursos próprios ambos com percentuais de 13,6% cada um.

Em relação à paralisação de atividades (não considerando o período de defeso do camarão), 95,5% das microempresas nunca tinham paralisado suas atividades, enquanto 4,5% afirmaram que sim. Entre as que disseram ter paralisado suas atividades, isso ocorreu no período de fevereiro de 1994 a janeiro de 1995, e teve como motivo a dificuldade financeira para armar o barco, devido ao rompimento de uma parceria de trabalho de pesca.

TABELA 28
PRODUTOS OFERECIDOS PELAS MICROEMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTOS PRODUZIDOS E/OU SERVIÇOS OFERECIDOS PELA MICROEMPRESA.	%
Camarão-rosa <i>in natura</i>	45,4
Camarão-rosa processado	9,1
Camarão-rosa, camarão sete barbas; peixes gó, corvina, cação, todos <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa e piramutaba <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa e camarão sete barbas <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa e camarão sete barbas; peixes gó, pargo e xaréu, todos <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa e camarão sete barbas; peixes cação, gó, mero, todos <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa e camarão sete barbas; peixes go, xaréu, todos <i>in natura</i>	4,5
Camarão-rosa processado sem cabeça	4,5
Peixe e camarão-rosa <i>in natura</i>	4,5
Piramutaba, dourada, bagre, pescada branca, todos <i>in natura</i>	4,5
Não respondeu	4,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Observa-se que o camarão-rosa *in natura* era o principal produto pescado pelas microempresas entrevistadas (45,1%). Poucas comercializam o produto com algum tipo de

beneficiamento, como no caso do camarão-rosa processado (9,1%) e no do camarão-rosa processado sem cabeça (4,5%). Essa situação se reflete nos preços de venda dos produtos pescados, que têm pouco valor agregado.

4.4.3- FROTA DE BARCOS

TABELA 29
PROPRIEDADE DAS EMBARCAÇÕES
DISTRITO DE ICOARACI
2001

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE DAS EMBARCAÇÕES	%
A empresa é proprietária de barcos	40,9
A empresa possui sob arrendamento barcos de outras firmas	40,9
A empresa é proprietária de barcos e possui sob arrendamento barcos de outras firmas	18,2
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 29 mostram que o arrendamento de barcos é muito comum, pois as microempresas não têm condições de comprar todas as embarcações de que necessitam, por isso os percentuais de 40,9% de empresas que eram proprietárias de suas embarcações e também de 40,9% das que haviam arrendado barcos para desenvolver suas atividades. O arrendamento, como foi mencionado anteriormente, é um dos instrumentos de controle das indústrias sobre as microempresas.

TABELA 30
IDADE MÉDIA DA FROTA DAS MICROEMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

IDADE MÉDIA DA FROTA	%
10 a 14 anos	9,0
15 a 19 anos	32,2
20 a 24 anos	27,2
25 a 29 anos	27,1
30 anos e mais	4,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com a Tabela 30, constata-se que a idade média da frota das microempresas entrevistadas situava-se entre 15 e 19 anos, sendo seguida de perto pelos barcos que tinham entre 20 e 24 anos (27,2%) e 25 e 29 anos (27,1%). Essa situação sinaliza que as microempresas, em sua grande maioria, possuem barcos com graus de depreciação altos e tecnologia defasada. Em observações feitas em campo, conforme já mencionado, os barcos apresentavam uma estrutura física bastante precária.

TABELA 31
FROTA UTILIZADA PELAS MICROEMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

BARCOS	QUANTIDADE TOTAL	QUANTIDADE ADQUIRIDA ATRAVÉS DE ARRENDAMENTO	QUANTIDADE DE BARCOS PRÓPRIOS.	QUANTIDADE DE BARCOS INDUSTRIAIS	QUANTIDADE DE BARCOS ARTESANAIS
Barcos de captura de camarão	45	21	24	45	-
Barcos de captura de piramutaba	17	12	5	17	-
Barcos de captura de pargo	-	-	-	-	-
Outros barcos	4	-	4	-	4
Total	66	33	33	62	4

Fonte: pesquisa de campo.

A soma dos barcos de todas as microempresas entrevistadas resulta em um total de 66 embarcações, sendo que 59 barcos estavam em operação e 07 encontravam-se parados.

4.4.4- TRABALHADORES

Das 22 microempresas pesquisadas, obteve-se a informação de que elas empregavam, aproximadamente, no setor operacional, 99 patrões de pesca e 437 pescadores. Quando perguntadas se trabalhavam com o sistema de cooperativa, 100% das microempresas responderam que não estavam utilizando esse sistema.

Em relação a mudanças no nível de emprego, 72,7% disseram que não havia redução no nível de emprego e 27,3% disseram que sim. Entre as que reduziam o nível de emprego, sessenta por cento disseram que havia uma redução de 30,0% no quadro funcional. Para vinte por cento, ocorria uma diminuição de 20,0% e para, também, vinte por cento, 90,0% dos funcionários eram dispensados.

Quanto ao período do ano em que acontecia essa redução do quadro funcional, 50,1% responderam que isso ocorria durante o defeso do camarão; 33,2%, no segundo semestre de cada ano e para 16,7%, nos meses de outubro a dezembro.

Em relação à expansão no nível de emprego, para 81,8% das microempresas entrevistadas não ocorria expansão do quadro funcional, enquanto para 18,2% acontecia isso. No que se refere ao percentual de expansão, para cinqüenta por cento das microempresas havia um aumento de 20,0% no nível de emprego; para vinte e cinco por cento ocorria um crescimento de 30,0%, e para também vinte e cinco por cento, o aumento era de 100,0% no nível de emprego.

Quanto ao período de expansão de emprego, 50,0% das microempresas responderam que isso ocorria no primeiro semestre de cada ano e 50,0%, no período da safra do camarão (que tem seu auge também no primeiro semestre de cada ano).

TABELA 32
TREINAMENTO RECEBIDO PELOS TRABALHADORES
DISTRITO DE ICOARACI
2001

TREINAMENTO RECEBIDO	%
Receberam treinamento	63,6
Assistiram palestras sobre higiene e manuseio do camarão em empresa processadora	31,8
Assistiram palestras no CIABA para fazer o curso de pescador profissional	18,2
Assistiram palestras no CIABA sobre combate a incêndio	9,1
Outro	4,5
Não receberam treinamento	36,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 32 revelam que, de acordo com as microempresas, a maior parte dos trabalhadores do setor operacional (patrões de pesca e pescadores) recebiam algum tipo de treinamento (63,6%). Entre os que recebiam treinamento, é importante destacar, a maioria (31,8%) era treinada pela empresa processadora, o que configura um instrumento de controle também sobre os trabalhadores das microempresas. Pode-se perguntar qual a verdadeira finalidade desse treinamento, pois, provavelmente, deve atender às necessidades das indústrias processadoras. Isso é exemplificado pelo gerente entrevistado:

Foi feito [pela indústria] uns três dias de curso [para a tripulação que era funcionária da microempresa]. Lá, eles são muito exigentes nessa parte, com muita razão, sabe que o mercado europeu, japonês, pra você entrar, você tem que estar exatamente como eles querem, senão... então, quanto a essa parte de higienização, não tem problema nenhum (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Em relação à forma de contratação da tripulação, 90,9% das empresas disseram que o contrato salarial da tripulação dos barcos era feito segundo as normas trabalhistas vigentes e 9,1% das empresas responderam outra forma de contratação, que era a parceria, apesar de proibida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, como já mencionado.

Em relação ao pagamento da tripulação dos barcos, 100,0% das empresas responderam que o salário e o adicional de produção da tripulação eram pagos somente em espécie.

TABELA 33
TRÊS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO UTILIZADOS
PARA A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DO SETOR OPERACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

TRÊS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO UTILIZADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DO SETOR OPERACIONAL	%
Experiência anterior no trabalho	46,3
Indicação de funcionários da empresa	29,3
Qualificação	24,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Da mesma forma que as indústrias, as microempresas privilegiam a experiência anterior de trabalho como o primeiro critério para a contratação de trabalhadores (46,3%), a indicação de funcionários da empresa (29,3%) também adquire importância, para evitar que aconteçam desentendimentos entre os componentes das tripulações, já que as tripulações passam muito tempo “confinadas” nos barcos durante as viagens. Por fim, uma vez que o trabalho dos pescadores, com algumas exceções aos patrões de pesca, não é considerado como algo que exija muita qualificação, este componente surge em terceiro lugar com 24,4%.

TABELA 34
PRINCIPAL PROBLEMA RELACIONADO À MÃO-DE-OBRA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRINCIPAL PROBLEMA RELACIONADO À MÃO-DE-OBRA	%
Não tem nenhum problema	40,9
O nível de escolaridade dos pescadores é baixo	31,8
A idade avançada dos pescadores.	18,2
Outro	9,1
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

É interessante notar que, ao contrário das indústrias, a maior parte das microempresas, cerca de 40,9%, afirmou não encontrar nenhum tipo de problema em relação à mão-de-obra, isso pode estar relacionado ao grande número de pescadores disponíveis e também à estagnação tecnológica da atividade de captura, além do fato de os trabalhadores da captura serem considerados como pessoas “brutas”, “que não entendem muita coisa”. Contudo, para 31,8%, o baixo nível de escolaridade já aparecia como um problema, principalmente porque, segundo os proprietários das microempresas, os trabalhadores tinham dificuldade para entender o programa APPCC, cujo cumprimento de algumas normas passa a ser exigido pelas empresas processadoras e, se não seguidos corretamente, acarretam uma diminuição do preço do pescado trazido pelos barcos. Quanto ao percentual de 18,2% que apontou a idade avançada dos trabalhadores, observou-se em campo que as pessoas mais jovens, atualmente, não vêm mais a pesca industrial como uma atividade atrativa, pois os salários são baixos e a oferta de empregos, por parte das microempresas, também vem diminuindo pelas próprias dificuldades que estas enfrentam. Conseqüentemente, não há uma renovação dessa mão-de-obra.

Conforme já dito, os pescadores são definidos como pessoas “difíceis de lidar”, pois são consideradas pessoas “brutas”, que têm dificuldades de “assimilar as coisas, sendo difícil explicar, conversar”, mas, apesar disso, servem para o tipo de trabalho “duro e bruto” realizado nos barcos, pois é um serviço que “não exige muita inteligência para pensar”.

Basta ser pescador pra gente ter dificuldade... eu estou falando assim, dificuldade de você dialogar, conversar, explicar, mostrar... quer dizer, fica difícil, muito difícil... É lógico que tem as suas exceções, mas na sua maioria... tudo se torna mais difícil, eles sempre acham que a

gente está tentando enganá-los (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Nesse contexto, existe uma significativa rotatividade da tripulação:

Porque, veja bem, nós armamos uma tripulação... quem vai dizer quem embarca, quem desembarca, é o mestre da embarcação. Às vezes você pega o pescador daqui, o cara é gente boa... mas lá fora ele é ruim de serviço... porque existe um problema muito grande no camarão, que o camarão, a pessoa que... passa muito tempo lá fora... e passa dos vinte dias, se você não tiver um pessoal... Você começa a ouvir vozes... às vezes tem pessoas que usam drogas, maconha... não dá pra levar alguma coisa nesse sentido... é só mar e céu, céu e mar... então começa a dar problema pra frota, porque, veja bem, hoje os nossos barcos estão pescando aí, três velas e pouco, quase quatro. O que significa? Que os barcos estão quase rastreando. Então um barco desse, se tiver um problema com um tripulante lá fora, uma briga, alguma coisa, e tiver que vir pra terra, além de tudo, só a navegação, às vezes, são setenta e duas horas de navegação... e o custo? Um barco desse pra se deslocar de lá, pra sair novamente do local onde estava, são, no mínimo, quatro horas na cidade. Então é por isso que existe muita rotatividade nesse setor, que às vezes a pessoa não se dá bem com o mestre, não se dá bem com os demais colegas... então pra não haver problema... não é só na gente, nas outras empresas também... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Quando indagadas se utilizavam mão-de-obra terceirizada, 90,9% das microempresas afirmaram que sim e 9,1%, que não.

TABELA 35
SETORES AOS QUAIS ESTÁ LIGADA A MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

SETORES AO QUAL ESTÁ LIGADA A MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA	%
Higienização e sanitização dos barcos	26,1
Manutenção de máquinas da produção	24,6
Setor de contabilidade e finanças	20,0
Serviços de segurança	10,8
Serviços de alimentação (restaurante)	6,1
Setor de vendas	3,1
Setor de administração e pessoal	3,1
Setor de limpeza	3,1
Outros	3,1
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Uma vez que as microempresas possuem uma infra-estrutura pequena, elas terceirizam até mesmo setores que estão ligados diretamente à sua atividade-fim, como higienização e sanitização dos barcos e manutenção do maquinário das embarcações. A higienização e sanitização dos barcos ou é realizada por alguma indústria processadora ou por firmas aprovadas pelas indústrias. Em geral, as indústrias costumam fiscalizar os barcos das microempresas no momento de saída para a viagem e de chegada ao porto da empresa.

4.4.5- INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA

Em relação às instalações, 74,5% disseram que as instalações onde funcionavam as microempresas eram alugadas; 21,0%, que eram próprias e 4,5%, que eram cedidas.

TABELA 36
INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2000
DISTRITO DE ICOARACI
2001

INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2000	%
Realizaram investimentos	68,2
Reformas nos barcos	27,3
Compra de equipamentos de pesca e reformas nos barcos	18,2
Aquisição de material de escritório (mesa, cadeira, computador, etc.)	9,1
Compra de mais barcos	4,5
Outros	9,1
Não realizaram investimentos	31,8
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação ao planejamento de investimentos para os próximos 12 meses, 81,8% das microempresas pretendiam investir e 18,2% não planejavam fazer isso. Sobre o teor dos investimentos, 46,7% desejavam realizar reforma nos barcos; 33,3% queriam comprar barcos; 6,7% queriam adquirir novas instalações para suas microempresas e 13,3% desejavam realizar outros tipos de investimento.

Em relação ao recebimento de financiamento, 86,4% das microempresas afirmaram nunca terem recebido nenhum tipo de financiamento e 13,6% disseram que já haviam recebido. Dos que receberam algum tipo de financiamento, 33,4% obtiveram financiamento da Caixa Econômica Federal; 33,3% receberam financiamento bancário, mas não especificaram de qual banco e 33,3% receberam incentivos fiscais da SUDAM.

Quando indagadas sobre a principal dificuldade para a obtenção de crédito, 41,4% das microempresas apontaram a exigência de garantias reais por parte dos bancos; 20,7% a existência de muita burocracia; 20,7% os juros muito elevados; 10,3%, a demora na liberação do financiamento e 6,9% dificuldades diversas.

TABELA 37
VOLUME DE PRODUÇÃO ANUAL (EM TONELADAS)
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRODUTO	ANOS		
	1998	1999	2000
Camarão-rosa	783T	840T	739T
Piramutaba	2.090T	2.100T	2.100T
Pargo	2,15T	2,05T	1,85T
Dourada e gurijuba	240T	240T	240T
Pescada gó e xaréu	31,10T	30,95T	31,85T
Pescada gó, cação e corvina	18T	20T	18T

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 37 devem ser analisados com precaução (da mesma forma que no caso das indústrias), como valores aproximados, dada a resistência dos entrevistados em fornecer informações precisas: 81,8% das empresas deram essa informação total ou parcialmente e 18,2% não responderam. Observa-se que, em relação ao camarão-rosa, há um pequeno aumento da produção no ano de 1999, em relação a 1998, mas há uma nova queda em 2000. Quanto à piramutaba, o volume de produção se manteve praticamente constante. No que diz respeito aos outros peixes, a variação de sua produção foi pequena entre os anos pesquisados.

Quanto ao desempenho das vendas nos últimos três anos, 40,9% das microempresas afirmaram que suas vendas estavam decrescendo; 40,9% disseram que as vendas estavam estáveis; 9,1%, que estavam crescendo e 9,1% não responderam. No que se refere ao faturamento dos três anos anteriores, 59,1% afirmaram que estava decrescendo; 22,7%, que tinha ficado estável; 9,1%, que estava crescendo e 9,1% não responderam.

Em relação ao insumo mais importante para a empresa, 100,0% das microempresas responderam que era o óleo diesel.

TABELA 38
PRINCIPAL PROBLEMA ENFRENTADO PELA MICROEMPRESA NO MOMENTO ATUAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

PRINCIPAL PROBLEMA ENFRENTADO PELA EMPRESA NO MOMENTO ATUAL	%
Falta de recursos financeiros para adquirir e/ou reformar mais barcos.	31,9
Falta de matéria-prima	22,7
Falta de financiamento público para as microempresas	18,2
Falta de recursos financeiros e de matéria prima	4,5
Aumento do preço do óleo diesel	4,5
Outros	18,2
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Empresas processadoras e microempresas de captura são atingidas pela diminuição dos recursos capturados, entretanto, enfrentam de maneira diversa essa questão, visto terem estruturas de produção diferentes e ocuparem posições distintas na cadeia de produção.

Diferentemente das indústrias, para as microempresas, o principal problema enfrentado no momento da entrevista era a falta de recursos financeiros para adquirir e/ou reformar mais barcos, com um percentual de 31,9%, vindo após isso a diminuição de matéria-prima (para as indústrias esse item vinha em primeiro lugar), com 22,7% e, em terceiro lugar, com 18,2%, a falta de financiamento público para as microempresas. Para os microempresários, parece que os problemas seriam resolvidos com a colocação de mais embarcações e estando estas em melhores condições. Nesse contexto, pode-se perguntar como fica a questão ambiental, pois o aumento do número de barcos e de embarcações com melhor infra-estrutura não significa que vá ocorrer uma melhora quantitativa e qualitativa do produto pescado.

Quando perguntadas se estavam se chocando com alguma restrição ambiental, 86,4% disseram que não e 13,6%, que sim. Das que estavam sofrendo algum tipo de restrição ambiental, 100,0% afirmaram que essa restrição estava ligada ao fato de a pesca de arrasto ser predatória.

Em relação à implantação de mudanças tecnológicas e/ou organizacionais, 72,7% das empresas afirmaram não ter tomado nenhuma providência em relação a isso, enquanto

27,3% disseram que implantaram algum tipo de mudança tecnológica em seu processo produtivo.

QUADRO 9
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS INTRODUZIDAS PELAS MICROEMPRESAS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

SETOR
Administração e finanças
Aquisição de computador
Captura
Aquisição de equipamentos eletrônicos de navegação, melhora no refrigerador do barco, aquisição de novo termômetro para controlar a temperatura e compra de uniformes para a tripulação
Compra de sonda e telefonia via satélite
Aquisição de novo rádio para o barco
Compra de equipamentos novos para os barcos
Aquisição de novas redes de entalhar, redes de arrasto e equipamento de localização eletrônica

Fonte: pesquisa de campo

Das empresas que fizeram algum tipo de inovação, 13,6% implantaram inovações no setor administrativo e financeiro e mudanças tecnológicas no setor da captura; 9,1% implantaram mudanças tecnológicas no setor de captura e 4,6% implantaram transformações no setor administrativo e financeiro. Nenhuma das empresas implantou mudanças organizacionais.

TABELA 39
TRÊS PRINCIPAIS VARIÁVEIS INTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO
DESFAVORÁVEL PARA A MICROEMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

VARIÁVEIS INTERNAS	%
Ausência de pesquisas	37,5
Baixo nível de capitalização	37,5
Baixa capacidade produtiva	25,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 39, a ausência interna de pesquisas, por causa da pouca informação sobre os principais recursos pescados e também sobre a possibilidade de novas espécies com potencial econômico para serem exploradas, e o baixo nível de capitalização aparecem com percentuais de 37,5% cada um, como as principais variáveis internas que traziam prejuízos para as microempresas. A falta de recursos para comprar novos barcos e adquirir equipamentos mais modernos exemplifica essa situação. Por fim, surgiu em terceiro lugar, com 25,0%, a baixa capacidade produtiva das microempresas, fator este que não deixa de estar atrelado à deficiência de informações sobre os recursos e baixa capitalização das mesmas.

TABELA 40
TRÊS PRINCIPAIS VARIÁVEIS EXTERNAS QUE PROVOCAM UMA CONDIÇÃO
DESFAVORÁVEL PARA A MICROEMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

VARIÁVEIS EXTERNAS	%
Alta carga tributária	59,6
Sistema de crédito	21,3
Diminuição na quantidade de matéria-prima	19,1
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo as informações da Tabela 40, observa-se que as microempresas, da mesma forma que as indústrias processadoras, colocam o Estado como o principal causador de seus problemas externos, conforme se observa nos percentuais de 40,5% e 21,3%, que indicam, respectivamente, a alta carga tributária e o sistema de crédito como os principais entraves para as microempresas, com a diminuição da matéria-prima aparecendo em terceiro lugar com 19,1%.

4.4.6- SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO

TABELA 41
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
DISTRITO DE ICOARACI
2001

COMERCIALIZA DIRETAMENTE NO MERCADO SUA PRODUÇÃO	%	QUEM COMERCIALIZA
Sim e não	40,9	Microempresa e empresa processadora
Não	36,4	Empresa processadora
Sim	22,7	Microempresa
Total	100,0	-

Fonte: pesquisa de campo.

Das microempresas que comercializam diretamente sua produção no mercado, 45,4% da produção era transacionada para o mercado internacional; 36,4% para o mercado estadual e 18,2% para o mercado nacional. Das microempresas que comercializavam apenas uma parte de sua produção, do que elas comercializavam, 77,8% era direcionado para o mercado estadual e 22,2% para o mercado nacional, ou seja, quem exportava para o mercado internacional era a empresa processadora. Observa-se um domínio das indústrias de processamento em relação à comercialização da produção das microempresas, especialmente no mercado internacional, pois a grande maioria dos microempresários não tem estrutura para tratar diretamente com os exportadores.

TABELA 42
DESTINO DA PRODUÇÃO DA MICROEMPRESA
MERCADO ESTADUAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO ESTADUAL	%
Sim	72,7
Não	27,3
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADO PARA O MERCADO ESTADUAL	%
Dois por cento	6,3
Cinco por cento	18,8
Dez por cento	56,0
Vinte por cento	6,3
Quarenta por cento	6,3
Sessenta por cento	6,3
Total	100,0
MUNICÍPIOS COMPRADORES	%
Belém	87,4
Belém, região bragantina, nordeste e sul do Pará.	6,3
Não informado	6,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 42, nota-se que a maior parte das microempresas destinava uma parte de sua produção para o mercado estadual, geralmente era o produto que não atingia os padrões de qualidade internacional e nacional. Essa parcela da produção era vendida para supermercados e restaurantes. Um outro ponto a observar é o percentual reduzido da produção que ia para o mercado estadual, com 56,0% das microempresas destinando apenas dez por cento de sua produção para esse mercado, estando a grande maioria dos compradores localizada no município de Belém.

TABELA 43
DESTINO DA PRODUÇÃO DA MICROEMPRESA
MERCADO NACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO NACIONAL	%
Não	77,3
Sim	22,7
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADO PARA O MERCADO NACIONAL	%
Dez por cento	20,0
Vinte e cinco por cento	20,0
Trinta por cento	20,0
Quarenta por cento	20,0
Cem por cento	20,0
Total	100,0
ESTADOS COMPRADORES	%
São Paulo	25,0
Pernambuco	25,0
Goiás	25,0
Outros estados	12,5
Não soube informar	12,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação ao mercado nacional, a situação muda, pois a maior parte das microempresas (77,3%) não destinava parte de sua produção para esse mercado. Entre o reduzido percentual (22,7%), que direcionava parte de sua produção para outros estados brasileiros, percebeu-se que havia uma grande variação entre os percentuais, de dez a cem por cento da produção. Entre os estados compradores, destacavam-se São Paulo, Pernambuco e Goiás.

TABELA 44
DESTINO DA PRODUÇÃO DA MICROEMPRESA
MERCADO INTERNACIONAL
DISTRITO DE ICOARACI
2001

DESTINAÇÃO PARA O MERCADO INTERNACIONAL	%
Sim	95,5
Não	4,5
Total	100,0
PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DESTINADA PARA O MERCADO INTERNACIONAL	%
Vinte por cento	4,8
Quarenta por cento	4,8
Setenta por cento	4,8
Setenta e cinco por cento	4,8
Oitenta por cento	4,8
Oitenta e cinco por cento	4,8
Noventa por cento	42,6
Noventa e cinco por cento	9,5
Noventa e oito por cento	4,8
Cem por cento	14,3
Total	100,0
PAÍSES COMPRADORES	%
Japão e EUA	33,4
Japão, EUA e França.	33,3
Japão e outros países da Europa	23,8
Japão	9,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação ao mercado internacional, este representava o destino da maior parte da produção das microempresas (95,5%), com também os maiores percentuais de produtos pescados, pois 42,6% das microempresas pesquisadas destinavam noventa por cento de

sua produção para o exterior, sendo seguido pelo percentual de 14,3% que direcionavam cem por cento de sua produção para esse mercado. Entre os países compradores destacavam-se o Japão e os EUA.

Segundo um gerente de microempresa entrevistado, na Europa é consumido mais o camarão com cabeça, mas a microempresa traz o camarão já descabeçado (que vai para o Japão que, apesar de ser um mercado mais exigente, é o que oferece o melhor retorno financeiro).

A oferta é muito menor que a procura, em termos de camarão-rosa, o país que consome é o Japão. É um país muito populoso e desenvolvido, tem salário pra... o brasileiro não tem salário pra comer camarão-rosa, é uma realidade... pra você ter uma idéia, o camarão representa 3% do consumo deles lá. Agora junta dez, doze empresas, junta o camarão de todo mundo, e o que vai pra lá representa 3% do que eles consomem, é quase nada (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

O pagamento do processamento do camarão pela microempresa é feito em dólar (conforme a cotação do dólar no dia) da mesma forma que o pagamento recebido por ela. A indústria só compra o camarão depois de processado, pois já estará definido qual a quantidade que irá para cada mercado (isso define o quanto a indústria vai receber e a microempresa também).

A liquidez do camarão, segundo o gerente entrevistado, é muito alta. A microempresa não fica com estoque de camarão, ela vende toda a sua produção, não aos poucos, mas tudo de uma só vez para a empresa processadora (determinada quantidade de camarão para o Japão, determinada quantidade para os EUA, determinada quantidade para a Europa):

... é porque o camarão, como eu falei pra você, você processa e classifica o camarão, a liquidez dele é imediata. Se você conseguir ter fôlego pra esperar o seu barco chegar, processar o camarão... depois de amanhã você vai desafogar. Você fecha caminhão hoje, já entra dinheiro na sua conta, o que sobra pra mercado em terra, você liga pra pessoa, a pessoa já deposita, antes de embarcar o camarão pra essa pessoa... entendeu? Então a liquidez é 100%, é muito rápido, você não fica. É diferente do comércio de peixe (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Um gerente entrevistado cita alguns problemas que impedem que o camarão seja exportado e fique para ser comercializado no mercado nacional:

O camarão, ele pode ter esse tamanho aqui, mas se pintar de preto, ele não vai pra exportação, só vai camarão branco. Ele pode ser consumido pelo mercado nacional... não é

que ele esteja estragado, mas é um problema a enzima que ele solta, ele tem que ser muito bem lavado, acondicionado, é... ele é colocado num produto químico, pra fazer a neutralização dessa enzima, conservar ele pra não estragar, certo? (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

No que se refere aos compradores diretos da produção das microempresas de captura, 59,1% tinham apenas um cliente, 36,4% mais de um cliente, porém todos fixos, e 4,5% tinham uma clientela variada.

Quando foi perguntado quem eram os clientes das microempresas, ou seja, quem comprava diretamente a sua produção, ficou comprovado o domínio das indústrias processadoras, pois 73,7% tinham como cliente uma delas. Ao mesmo tempo, foi observado também que os intermediários que estão vinculados às indústrias têm um papel de destaque com 18,2%, sendo que 8,2% das microempresas disseram ter outros clientes. Isso revela que a quase totalidade das microempresas não comercializava diretamente no mercado internacional, justamente para onde se dirigia a maior e melhor parte da sua produção.

... antecipadamente [recebimento do pagamento pela venda da mercadoria]. E como todo mundo trabalha já num aperreio danado, os custos realmente são muito altos, ao invés da gente segurar, e exportar a gente mesmo, a gente pega e fecha com a [indústria processadora]. Ela estima um valor de dólar pro dia do processamento, e quando ela fecha, o navio vem tirar a pesca, ela tira o diferencial do dólar pra gente também. Ela fechou e vai receber no dia do fechamento... porque o crédito lá fora do camarão é todo deles... o crédito da [microempresa de captura], ele não está divulgado lá fora. Você sabe que colocar a marca no mercado externo é muito difícil... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Essa dificuldade para uma microempresa vender sua produção no mercado internacional é ainda reforçada pelo entrevistado:

É porque esse ramo de exportação é muito complexo, você tem que ter o SIF. O SIF é... você deve conhecer... então é difícil você conseguir isso, não é qualquer um que consegue, tem que ter uma estrutura muito boa, tem que ter instalações... então, pra gente isso é quase inviável. Além do mais, a pessoa que trabalha com isso já tem experiência, conhece os compradores, entendeste? Uma série de coisa. É Estados Unidos, é Japão, é... outros países. Pra nós não tem condições, não tem suporte pra isso (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Assim, as microempresas, em geral, vendem sua produção para as indústrias das quais possuem barcos sob arrendamento:

É, é um contrato que, quando nós arrendamos os barcos, fizemos um contrato de dar preferência a eles, entendeu? Então, atualmente, a gente está nessa situação, que não pode fugir... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

TABELA 45
AUXÍLIO RECEBIDO PELAS MICROEMPRESAS PARA ARMAR SEUS BARCOS
DISTRITO DE ICOARACI
2001

AUXILIO PARA ARMAÇÃO DOS BARCOS	%
Recebe auxílio para armar os barcos	72,7
Adiantamento em dinheiro pela empresa processadora em todas as viagens	59,1
Adiantamento na primeira viagem por parte da empresa processadora	13,6
Não recebe auxílio para armar os barcos	27,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Um outro exemplo de controle das indústrias sobre as microempresas de captura é mostrado pela Tabela 45, representado pelo “auxílio” que as indústrias fornecem para que as microempresas armem seus barcos. Em troca desse “auxílio”, a microempresa ficava obrigada a vender sua produção para a indústria que a “ajudava”, ao preço e formas de pagamento definidos pelas próprias indústrias.

Entretanto, as reclamações sobre as ações das indústrias eram freqüentes:

O Estado precisa fazer uma infra-estrutura de pesca, caso contrário, as microempresas vão continuar como ‘reféns das indústrias’ (empresário, proprietário de uma empresa de captura).

4.4.7-VENDA DE MATÉRIA-PRIMA

TABELA 46
VENDA DE MATÉRIA-PRIMA
DISTRITO DE ICOARACI
2001

VENDA DE MATÉRIA-PRIMA	%
Assina um contrato prévio de venda abrangendo várias viagens	32,0
Assina um contrato de venda após a matéria-prima ter sido processada	31,8
Assina um contrato de venda do “barco fechado”	22,7
Assim um contrato prévio de venda antes de cada viagem	4,5
Assina um contrato de venda após a matéria-prima ter sido capturada	4,5
Assina um contrato de venda somente após a matéria-prima ter sido descarregada na indústria	4,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Na venda de matéria-prima, a assinatura de um contrato prévio abrangendo várias viagens apresenta um percentual maior (32,0%), porque as microempresas, em geral, ficavam endividadas com as indústrias em razão de não conseguirem pagar totalmente o “auxílio” para a armação dos barcos. Em segundo lugar, com 31,8%, aparece a assinatura de um contrato de venda após a matéria-prima ter sido processada, o que nem sempre trazia vantagens para as microempresas, porque elas tinham que fazer pagamentos adiantados pelos serviços prestados pelas indústrias e, muitas vezes, a qualidade e a quantidade do pescado ao fim do beneficiamento não cobria os custos da pescaria. Já a assinatura de compra do “barco fechado” (22,7%), ou seja, quando a indústria compra a produção antes de ter sido descarregada na empresa e inspecionada pelos técnicos do CQD da indústria, após conversas com os proprietários e comandantes das embarcações (patrões de pesca), pode trazer vantagens para ambas as partes ou somente para uma, dependendo da quantidade e da qualidade do produto pescado. Caso o microempresário minta em relação ao conteúdo e à qualidade do que pescou, ele sofre represálias das indústrias (por exemplo, o não recebimento do “auxílio” para armar o barco para a próxima viagem).

4.4.8-SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ

QUADRO 10
SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ
DISTRITO DE ICOARACI
2001

SUGESTÕES
Aumento do período e o rigor do defeso
Aumento da pesquisa sobre o defeso. Incentivo do governo para melhorar as embarcações. Pesquisa sobre outros tipos de produtos comerciais para serem pescados no período do defeso
Condições para os microempresários poderem industrializar seu peixe, tirando a figura do atravessador. As microempresas não ficariam sufocadas pelas indústrias processadoras
Desenvolvimento de pesquisas voltadas para a pesca industrial, financiamento para a compra de barcos com melhor tecnologia, redução dos encargos tributários
Fiscalização por parte dos órgãos competentes, para que não haja a pesca durante o período do defeso e redução da carga tributária
Mais apoio e incentivo, redução na carga tributária e pesquisa neste setor
Investimento em pesquisa e redução na carga tributária
Redução na carga tributária no setor da pesca, incentivo à pesquisa para este setor e fiscalização mais ostensiva no setor
Incentivos financeiros e fiscais no setor da pesca industrial
Maior número de pesquisas, aumentar a fiscalização no pesqueiro por parte do IBAMA e Marinha
Mais incentivos do governo, investimento em pesquisa para identificar o período correto do defeso, uma fiscalização mais ostensiva por parte dos órgãos competentes
Os órgãos públicos deveriam chegar a um consenso para mudar o período do defeso
Pesquisa no setor pesqueiro, incentivo para a pesca – não há financiamento pra o setor. O IBAMA, que funciona como órgão repressor, deveria mudar para um órgão educativo
Restauração das instalações das indústrias, adoção de novas tecnologias na captura e no processamento, diversificação dos peixes oferecidos para abrir novos mercados
Trabalho coletivo junto com os profissionais da pesca e o poder público

Fonte: pesquisa de campo.

A diminuição do recurso natural pescado em quantidade e tamanho é algo percebido pelas microempresas de captura e também pelas indústrias. O futuro da atividade é visto de

forma pessimista, em que as dificuldades tendem sempre a aumentar. As viagens de captura do camarão, por exemplo, duravam anteriormente em média 30 dias. Segundo um entrevistado:

... tem diminuído, muito, muito... então, são safras melhores de camarão que precisaria ter, uma conscientização maior dos próprios empresários, precisa se fazer uma coisa pra melhorar mais o defeso do camarão, ou seja, a época da desova do camarão, pra ter condições de recuperar melhor os pesqueiros, aumentar a produção dos pesqueiros... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Observou-se que a posição dos empresários das microempresas de captura em relação à atuação do IBAMA era negativa, pois achavam que esse órgão governamental não tinha conhecimento técnico que lhe permitisse definir ações corretas de fiscalização para a pesca industrial.

Eles [fiscais do IBAMA] têm feito [fiscalizações] aí, mas não têm qualificação, deveria ter, mas não têm qualificação pra tomar atitudes, em nível de país. Em termos de país, ele [IBAMA] não tem uma qualificação, assim, na área da pesca, um estudo profundo pra saber o que realmente está acontecendo com a pesca industrial (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

O defeso do camarão-rosa ocorre normalmente no período de dezembro a janeiro, tendo ocorrido o primeiro defeso no ano de 1987. Já no caso da piramutaba, o primeiro defeso ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2002. Nesse contexto, os entrevistados mostram-se sempre a favor dessa ação, embora alguns ressaltem a necessidade de mudanças no período estabelecido para a interrupção da pesca:

Sempre tem que haver... ou há um defeso, ou acaba de vez. Mas eu não acredito que o defeso volte a ser como era antes... . Houve defeso agora esse ano, em tempo passado, mas... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

Sim [concordando sobre a necessidade de haver um período maior de defeso], porque chega uma época, que esses próprios pescadores falam que vão lá pra fora, pegam uma quantidade muito grande de camarãozinho, sabe? Vem na rede... . Aquilo tudo é jogado fora, é estragado, é tipo umas larvas que vem na rede. Então, eu acho que o período do defeso está errado, alguma coisa não está correta... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

O que joga fora às vezes é maior que a quantidade que o barco traz. Agora você veja, quem é responsável por isso? O IBAMA só cuida desse negócio de multar, é meio ambiente, tudo isso e tal. Vamos olhar a atividade como um todo, ver quais são os problemas pra ver o quê que a gente pode equacionar e quais são os recursos que nós podemos exportar. Eles só falam [referindo-se aos técnicos do IBAMA] 'Ah, é proibido isso, tá em estudo, tá em extinção' (empresário, proprietário de uma empresa de captura).

5-TRABALHADORES DA PESCA INDUSTRIAL

5.1-O trabalhador frente às mudanças no trabalho

As transformações no sistema de produção capitalista atingiram diretamente os trabalhadores com mudanças em seu processo de trabalho, pois as empresas precisam ter condições de competir no mercado e satisfazer as exigências desse mercado em termos de introdução de novos produtos e melhora constante de seus padrões de qualidade. O processo de trabalho capitalista, que é constituído pela atividade produtiva do trabalho em si e pelos meios de produção utilizados pelos trabalhadores (Marx, 1989: 201), tem sofrido mudanças constantes visando aumentar os ganhos de produtividade durante toda a trajetória de desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse contexto, atualmente é observada também a necessidade de que o próprio conceito de trabalho seja repensado em meio às transformações que estão acontecendo.

Os processos de trabalho sofrem mudanças em graus e intensidades diferentes, de acordo com as especificidades de cada país. Castro (1994: 150) chama a atenção para a análise da relação entre as novas tecnologias e formas de organização da produção e o processo de trabalho, uma vez que também nessa relação pode ser identificado o surgimento de “novas formas de exclusão do mercado de trabalho”.

Durante os anos de 1950 e 1980, segundo Dedecca (1998: 154), o mercado brasileiro apresentava dificuldades tanto na geração de postos de trabalho quanto na absorção da força de trabalho presente nesse mercado. Nas décadas de 60 e 70, ocorreu um crescimento na quantidade de postos de trabalho oferecidos, mas o problema da absorção continuava. Já na década de 90, verifica-se a diminuição na criação de ocupações acompanhada por uma piora do processo de absorção da mão-de-obra. Ainda, de acordo com esse autor, a questão da absorção dos trabalhadores é expressa

pela expansão das ocupações denominadas genericamente de setor informal, cuja precariedade da inserção produtiva é seu traço dominante (...). A novidade dos anos 80 e 90 foi que o segmento formal passou a ser fonte de expulsão de mão-de-obra que, em um primeiro momento, transita pela situação de desemprego, com vista à reconquista de um novo emprego assalariado, mas que, face à redução dessas oportunidades, acaba por migrar para formas de ocupação precárias ou informais (Dedecca, 1998: 154-155).

A reestruturação produtiva atinge também de forma diferenciada os vários tipos de trabalhadores presentes no mercado, fazendo com que sejam incorporados de maneira mais ou menos precária no processo produtivo, chegando ainda a ocorrer, com uma parte da mão-de-obra disponível, uma total exclusão do mercado. Esse cenário traz não somente um aumento de pessoas desempenhando atividades de forma precária, mas também um elevado contingente de pessoas desempregadas sem maiores perspectivas de mudar sua situação. No caso das mulheres, por exemplo,

em especial nas indústrias, as tarefas reservadas às mulheres são, via de regra, as consideradas mais leves, mais simples e, inegavelmente, as mais repetitivas e monótonas, que requerem mais paciência e execução mais minuciosa, porque, explícita ou tacitamente, elas são entendidas como mais adequadas às aptidões consideradas inerentes à mão-de-obra feminina, essas tarefas são também consideradas não qualificadas (Holzmann, 2000: 261-262).

As mulheres têm aumentado sua participação no mercado de trabalho, mas recebem salários menores que os pagos aos homens e trabalham em condições mais precárias também. Contudo, é importante ressaltar que na segmentação do mercado de trabalho não apenas o sexo, mas também elementos como cor, raça, nacionalidade, condição legal, cultura e etnia dos trabalhadores influenciam sua inserção mais ou menos precária nos postos de trabalho criados (ocupações que exijam maior ou menor qualificação). Ainda em relação às mulheres, Antunes (2000: 107) cita estudo efetuado por Hirata, em 1995, sobre as formas de vigência do trabalho feminino em que é destacado que “os empregadores reconheciam facilmente, nos estabelecimentos dos três países [Japão, França e Brasil], as qualidades próprias da mão-de-obra feminina, mas não havia o reconhecimento dessas qualidades como sendo qualificações”.

Essa situação mostra que a imbricação de processos culturais e econômicos continua muito presente no processo de diferenciação que é feito sobre os trabalhadores, embora tenham sido implementadas significativas inovações organizacionais e tecnológicas na produção. Essa questão também tem de ser considerada na análise sobre as características da crise do fordismo e da implementação do toyotismo no Brasil.

O trabalhador polivalente apresenta um maior leque de opções de exploração por parte do capitalista, embora em determinados momentos seja vantajoso para o capitalista manter o trabalhador especializado do sistema fordista. A forma escolhida pelo capital para se reproduzir e acumular dependerá das condições do local em que a empresa funcionará,

da dotação dos fatores de produção disponíveis para a realização das atividades e das características da atividade que será desenvolvida.

As mudanças no processo produtivo atualmente fazem com que seja necessário repensar como está constituída a classe trabalhadora no momento presente. O mercado de trabalho também sofreu modificações diante das transformações ocasionadas pela adoção do modelo japonês ou de alguns de seus pressupostos, de acordo com as características particulares de cada país ou região. Assim, conforme Antunes (2000: 103-104),

*uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, **part time** (...), os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.*

Pode-se encontrar, na mesma empresa, trabalhadores com contratos de trabalho diferenciados, alguns temporários e outros permanentes, enquanto alguns são funcionários de outras firmas que prestam serviços à empresa contratante, como já mencionado. Contudo, estão todos trabalhando no mesmo espaço físico, conjuntamente, embora, na maioria das vezes, não possuam os mesmos direitos e enfrentem graus diferenciados de precariedade. Isso dificulta a tomada de ações conjuntas por esses trabalhadores, no sentido de lutar por melhores condições de trabalho. Surge, então, a necessidade de mudanças também por parte dos sindicatos, para acompanhar essas transformações na constituição da classe trabalhadora, pois, segundo Singer (1999: 43), o “sindicato tem de parar de existir apenas para os trabalhadores que têm emprego”, caso contrário, as representações sindicais tendem a perder cada vez mais espaço.

No mercado, verifica-se que alguns postos de trabalho exigem uma série de atributos que envolvem elevado conhecimento técnico, nível educacional alto, capacidade de liderança, criatividade, capacidade de trabalhar em grupo, entre outras qualificações. Enfim, o trabalhador deve estar apto para enfrentar as mais variadas situações e problemas que surgem no dia-a-dia da empresa (Marques *et al*, 1999: 88). Entretanto, pode-se notar também que a maioria da mão-de-obra não possui essas qualificações, quando muito detém

apenas algumas delas, o que representa mais um ponto para se analisar na forma de inserção da mão-de-obra no mercado.

Nesse contexto, pode-se notar que, muitas vezes, o tipo de trabalhador que se mostra mais adequado aos interesses das empresas não é o mais qualificado, mas sim o que possui pouca qualificação, e essa situação encontra respaldo de acordo com a estratégia que se apresenta melhor ao capital, para se instalar em determinada região. Daí a recriação de formas antigas de exploração do trabalho, como a escravização de trabalhadores, por exemplo, mesmo na atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, da mesma forma que o consumo de certos produtos não é acessível a todas as pessoas, determinados postos de trabalho também não o são. Conforme Leite (2000: 69-70), “os efeitos relacionados às melhorias das condições de trabalho, principalmente no que se refere à estabilidade, remuneração e qualificação da mão-de-obra (...) não atingem o conjunto do mercado de trabalho como se pressupôs inicialmente, mas apenas uma parcela dele”.

Reinecke (1999: 121) indica algumas dimensões que podem ser utilizadas para analisar a qualidade do emprego, as quais seriam constituídas por renda; benefícios não salariais; regularidade e confiabilidade do trabalho e do salário; *status* contratual; proteção social (pensões, saúde, proteção no caso de desemprego); representação de interesse (através de sindicatos ou outros); jornada de trabalho (duração, ritmo); intensidade do trabalho; risco de acidentes e de doenças ocupacionais; envolvimento em decisões ligadas ao trabalho (autonomia, participação); possibilidades para o desenvolvimento de qualificações profissionais, de habilidades pessoais e da criatividade; e interesse no trabalho⁵.

De acordo com Singer (1999: 31), no fordismo foi criado um sistema de relações de trabalho constituído pelo trabalho assalariado formal, ou seja, a relação de emprego considerada padrão. Nesta relação de trabalho padrão, o trabalhador era formalmente contratado por uma empresa, em geral uma firma de grande porte, sendo que neste contrato eram estabelecidos, de acordo com a legislação trabalhista vigente, seu horário de trabalho, sua remuneração, férias remuneradas, pagamento de horas extras, acesso à seguridade social, etc. Porém, segundo esse autor,

⁵ Segundo Reinecke (1999: 122), “o emprego atípico pode significar um processo de precarização (como freqüentemente é o caso), uma nova forma de trabalho assalariado sob diferentes, mas não piores, condições, ou até mesmo uma nova forma de ‘empreendedorismo’”.

tudo isso entrou em crise. A crise no mundo do trabalho é exatamente a destruição dessa estruturação e, sobretudo, da relação padrão de emprego. Este processo tem sido chamado (...) de precarização do trabalho. O trabalho está ficando cada vez mais precário [e] é parte de um processo global de reestruturação da economia capitalista das grandes empresas (Singer, 1999: 32-34).

Acontece também de os trabalhadores terminarem desempenhando mais funções dentro das empresas, em razão das mudanças organizacionais e/ou tecnológicas, e nem sempre receberem uma remuneração compatível com essas novas tarefas trazidas pela necessidade da polivalência. As empresas passam a requerer trabalhadores com maior qualificação, mas procuram sempre diminuir seus custos com a mão-de-obra. Em pesquisa sobre automação e emprego, realizada junto a dez empresas de autopeças localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1993, Mourthé (1999: 99) afirma que houve uma intensificação do trabalho nessas empresas decorrente do processo de reestruturação, pois, por exemplo,

alguns operários de postos onde ocorreram automação afirmaram que realizam vários tipos de operações que antes não realizavam, pois, após a programação e início da operação das máquinas de um posto, se dirigem a outros postos para realizarem outras tarefas que antes não seriam possíveis, reduzindo-se, assim, o tempo de descanso que os operários tinham para si (Mourthé, 1999: 99).

Uma das práticas do toyotismo bastante difundida é a terceirização, que no Brasil, em geral, está ligada à redução de custos por parte das empresas, especialmente no que diz respeito à mão-de-obra, trazendo, assim, precarização e instabilidade no emprego para um grande número de trabalhadores (Abreu, Sorj e Ramalho, 1998: 156). O processo de terceirização é amplamente difundido, sendo utilizado não apenas nas atividades de apoio, mas nas “nucleares” ou “centrais” das firmas. A terceirização também pode ser estabelecida por meio da subcontratação de firmas para executar tarefas fora da área da empresa terceirizadora, ou pela subcontratação de firmas para prestarem serviços dentro da área da empresa contratante (Druck, 1999: 155-156).

Nesse sentido, o processo de terceirização tem colocado no interior das empresas contratantes, segundo Druck (1999: 11), duas categorias de trabalhadores, os efetivos e os subcontratados – segmento que se amplia rapidamente, conforme anteriormente afirmado. Não se deve deixar de considerar que, nesse processo, os trabalhadores permanentes da empresa contratante passam também a sofrer maior pressão para manter seus empregos, o que pode trazer, em alguns casos, também para eles piora nas condições de trabalho. Muitos trabalhadores abrem mão de seus direitos para conseguir obter um posto de trabalho

ou se manter nele, aumentando o contingente de trabalhadores precarizados e marginalizados, tanto nas empresas contratantes quanto nas empresas terceiras.

Existem casos de terceirização em que as empresas subcontratadas já existiam antes de a contratante decidir terceirizar. Da mesma forma, as empresas subcontratadas não são constituídas somente por micro e pequenas empresas – firmas de médio e grande porte também podem prestar serviços a uma empresa contratante. Essa situação mostra “a extrema diversidade de situações que o termo ‘terceirização’ encobre, uma vez que as empresas de distintos tamanhos e perfis mantêm relações de diferentes tipos com a empresa central” (Abreu, Sorj e Ramalho, 1998: 187).

Em relação aos ex-funcionários que montam pequenas empresas para prestar serviços à antiga empresa em que trabalhavam, observa-se que “o novo empresário, muito provavelmente, espera ter no novo ambiente de trabalho [firma terceira] a segurança de que desfrutava como executivo bem adaptado às regras do jogo organizacional da grande empresa” (Abreu, Sorj e Ramalho, 1998: 168). O problema é que nem sempre isso acontece. A liberdade e independência esperadas podem sofrer, e geralmente sofrem, muitas restrições, uma vez que a pressão a que são submetidas pela empresa terceirizadora para o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos faz com que, muitas vezes, as empresas terceiras tenham que funcionar de acordo com o que estabelece a empresa contratante, o que termina fazendo com que o controle dos antigos patrões sobre os ex-empregados continue tão forte quanto antes, só que agora disfarçado em uma relação contratual entre firmas.

É necessário, assim, discutir a rede de subcontratação que se forma envolvendo principalmente pequenas e médias empresas, pois encontram-se aí muitas formas precarizadas de trabalho. Conforme Druck (1999: 97)

a rede de subcontratação, também chamada de terceirização, não está fora do modelo japonês. Assim como as mulheres não estão excluídas do modelo. Trata-se de parte integrante e indispensável do modelo, que precisa preservar este ‘trabalho sujo’ como componente da estrutura produtiva da economia japonesa. É uma das formas de sustentação do ‘trabalho limpo’, ‘participativo’, ‘qualificado’ e ‘estável’ das grandes corporações.

Em relação à força de trabalho, a criação de cooperativas de trabalhadores tem se mostrado também como um tipo de estratégia de terceirização da mão-de-obra das empresas, trazendo, muitas vezes, impactos negativos para os trabalhadores. De acordo com Singer (1999: 41),

dentro desse processo de terceirização estão surgindo pseudocooperativas – de cooperativas só têm o nome – em que um grupo de trabalhadores, arregimentados por um agente empregador, é formalmente organizado enquanto cooperativa, vendendo os seus serviços como se fossem contratados, perdendo os direitos trabalhistas normais.

O problema nessa “nova experiência de terceirização da produção industrial: cooperativas de produção ou de trabalho” (Lima, 1998: 211) está na distância entre os princípios do cooperativismo e o que acontece na realidade nessas cooperativas. No caso das cooperativas de trabalho, estas terminam isentando as empresas dos encargos sociais que teriam com os trabalhadores. Uma das dificuldades reside em se diferenciar o que é trabalho associado e trabalho assalariado, uma vez que, de acordo com Lima (1998: 213),

a gerência das cooperativas termina sendo realizada, de fato, pelos funcionários da empresa [terceirizadora] que estabelecem o modo como o trabalhador deve ser organizado. Com isso, o trabalho dos cooperativados só difere daquele dos trabalhadores assalariados no que tange à ausência dos direitos formais constantes na legislação do trabalho (...). Dada a forma como se estabelece a relação empresas-cooperativas, é possível considerar o trabalho nessas cooperativas como um tipo de assalariamento disfarçado, uma vez que funcionam como um setor das empresas, embora mantenham formalmente contratos apenas de prestação de serviços.

Uma outra questão a ser discutida está relacionada à necessidade de que no toyotismo seja estabelecido o envolvimento e a cooperação dos trabalhadores para que ele possa se desenvolver de forma mais eficaz. Muitas vezes, as empresas recorrem ao estabelecimento de práticas “autoritárias de gestão e organização do trabalho, tipicamente tayloristas, com a introdução parcial e seletiva de algumas práticas do modelo japonês” (Druck, 1999: 115). Os trabalhadores “parceiros” ficam, assim, sem alternativa, ou “se envolvem e colaboram” ou são demitidos (Druck, 1999: 126-127).

Essas mudanças no mercado de trabalho atingem tanto os trabalhadores pertencentes aos mercados internos de trabalho quanto os trabalhadores que fazem parte dos mercados externos de trabalho das empresas, nos países desenvolvidos (Dedecca, 1999: 44) e nos países em desenvolvimento. Os trabalhadores do mercado interno possuem qualificações muito valorizadas pelas empresas. Tendo grande conhecimento de suas tarefas (qualificação formal e/ou informal), desempenham funções-chave no processo produtivo e não são encontrados com facilidade no mercado de trabalho, por isso recebem salários mais altos. Já os trabalhadores do mercado externo são aqueles que exercem funções que não são consideradas vitais para o andamento do processo produtivo e, para as quais, não é necessária muita qualificação; são facilmente substituídos no mercado por

haver grande quantidade de trabalhadores com esse tipo de qualificação, recebem salários baixos e estão sujeitos à grande instabilidade no emprego e ao desemprego.

O modelo japonês apresenta, então, duas faces: uma em que se encontram melhores condições de trabalho e outra em que a precariedade faz-se presente. Essas duas faces operam de forma complementar (Druck, 1999: 97). Nesse sentido, a contratação de trabalhadores fora do sistema legal vigente, em tempo parcial, o trabalho temporário, a flexibilidade da jornada de trabalho, o processo de terceirização e o aumento do desemprego estrutural, por exemplo, mostram mudanças no mercado de trabalho, que têm impactos importantes sobre o processo de trabalho da mão-de-obra. No momento atual, é verificada a criação de novas dinâmicas nas relações de produção existentes entre os agentes econômicos, com a precariedade no mercado de trabalho atingindo tanto as pessoas que estão ocupadas quanto as que estão desempregadas.

No caso das firmas que compõem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci, as empresas processadoras e as microempresas de captura desenvolvem estratégias diferentes para se manter no mercado e isto vai influenciar diretamente sobre os trabalhadores. O que se verificou em campo é que essa situação vem se refletindo em um aumento da precarização dos trabalhadores da captura e do processamento, que está ligada mais especificamente à diminuição de custos com a mão-de-obra.

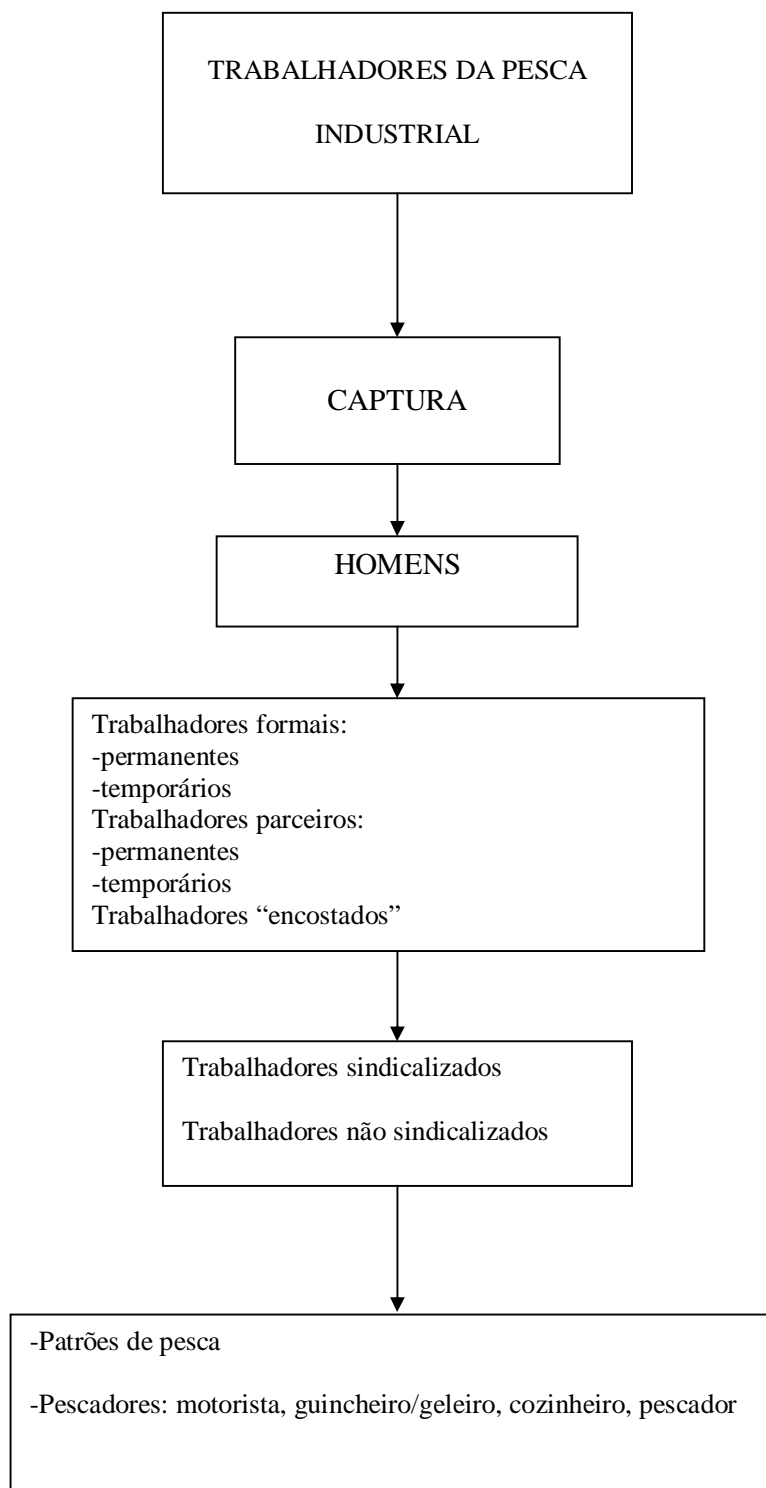
5.2-Trabalhadores da captura

Os trabalhadores podem ser diferenciados, inicialmente, segundo os dois grandes grupos de atividade na pesca industrial, que são a captura e o processamento. No interior desses grupos, encontram-se diferenciações entre os trabalhadores. Existem distinções nas condições de trabalho e nas formas de contratação dos funcionários: trabalhadores formais (que recebem total ou parcialmente os direitos trabalhistas), trabalhadores informais (denominados de “encostados”, os quais não possuem vínculo formal com as empresas), trabalhadores cooperados e trabalhadores na parceria (estes dois últimos grupos também não recebem direitos trabalhistas, mas sua contratação envolve acordos diferenciados com as indústrias processadoras e as microempresas de captura).

Dessa maneira, os trabalhadores que participam da captura e do processamento possuem inúmeras especificidades entre si. Nesse contexto de diferenças, a precariedade a que estão submetidos é um elemento comum aos grupos, mas é necessário chamar a

atenção para o fato de que essa precariedade atinge de forma maior ou menor os diferentes subgrupos (trabalhadores aposentados que voltam a trabalhar informalmente nas empresas de captura, trabalhadores que desempenham uma função, mas recebem por outra – caso dos patrões de pesca sem carteira de patrão de pesca, por exemplo).

Essa precariedade envolve baixa remuneração, elevada jornada de trabalho, ambiente de trabalho em condições desfavoráveis para o trabalhador, falta de equipamentos de proteção adequados ou até mesmo a inexistência desses equipamentos para o desenvolvimento das atividades, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, humilhações e pressão psicológica por parte das empresas com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho. De acordo com as particularidades das atividades de captura e processamento, vão sendo encontrados trabalhadores em situações bastante diversas.

DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES DA CAPTURA

A tripulação dos barcos é formada por um patrão de pesca, um pescador-motorista, um pescador-guincheiro/geleiro, um pescador-cozinheiro e dois a três pescadores-pescadores. O número de tripulantes é de seis pessoas para a pesca do camarão e sete para a pesca da piramutaba. Os trabalhadores da captura são constituídos por homens, sendo o grau de escolaridade bastante baixo, em geral possuem o primeiro grau incompleto.

O salário total dos trabalhadores da captura é constituído pelo piso salarial mais o adicional de produção definidos em dissídio coletivo. O salário é diferenciado de acordo com cada categoria de tripulante, ocorrendo o mesmo com o valor da produção, sendo que esta última leva em conta também a espécie de peixe/camarão pescada e a qualidade do recurso. No caso do camarão, por ser basicamente camarão-rosa, o valor da produção é definido pela quantidade capturada e pela sua qualidade – que é chamada classificação (camarão que tem condições de ser exportado para o Japão, tem um valor da produção maior). Uma vez que o camarão-rosa tem um valor comercial elevado, os trabalhadores da captura que trabalham na pesca do camarão têm um rendimento final mais alto que os que trabalham na pesca do peixe. Isso ocorre em razão do valor da produção recebida por esses trabalhadores, já que o piso salarial é o mesmo.

QUADRO11

PISO SALARIAL DOS TRABALHADORES DA CAPTURA

DISTRITO DE ICOARACI

2001-2002

CATEGORIA DO TRABALHADOR	SALÁRIO (R\$)
Patrão de pesca	R\$ 550,25
Pescador-motorista	R\$ 337,85
Pescador-guincheiro/geleiro	R\$ 254,69
Pescador-cozinheiro	R\$ 216,23
Pescador-pescador	R\$ 182,98

Fonte: SINCOMPESCA.

É importante assinalar que nem todas as empresas pagam de forma regular a produção como foi estabelecido nos dissídios coletivos. Os atrasos são freqüentes, ocorrendo, muitas vezes, o não pagamento dos salários e dos demais direitos trabalhistas de forma definitiva, como, por exemplo, da etapa e da insalubridade, que correspondiam, respectivamente, a R\$ 2,91 e R\$ 30,20 por dia de viagem, no momento da pesquisa, o que, muitas vezes, obrigava o trabalhador a sair da empresa sem receber corretamente o pagamento por seu trabalho.

QUADRO12
VALOR DA PRODUÇÃO RECEBIDA PELOS PESCADORES
DISTRITO DE ICOARACI
2001-2002

TIPO DE PESCADO	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
Camarão sem cabeça	
De 01 a 4.000Kg	R\$ 0,281 p/Kg
De 01 a 6.000Kg	R\$ 0,512 p/Kg
De 01 a 8.000Kg	R\$ 0,649 p/Kg
De 01 a 10.000Kg	R\$ 0,689 p/Kg
Acima de 10.000Kg	R\$ 0,899 p/Kg
Camarão com cabeça	
De 01 a 4.000Kg	R\$ 0,191 p/Kg
De 01 a 6.000Kg	R\$ 0,355 p/Kg
De 01 a 8.000Kg	R\$ 0,438 p/Kg
De 01 a 10.000Kg	R\$ 0,487 p/Kg
Acima de 10.000Kg	R\$ 0,610 p/Kg
Piramutaba e atum	
Qualquer quantidade	R\$ 0,050 p/Kg
Aba de tubarão	R\$ 3,420 p/Kg
Fauna acompanhante	R\$ 0,188 p/Kg

Fonte: SINCOMPESCA.

Os patrões de pesca constituem, em princípio, os trabalhadores de maior qualificação entre a tripulação, sendo os responsáveis pelo comando do barco. São os patrões de pesca que, em geral, escolhem os tripulantes que irão embarcar, sendo eles que organizam o trabalho desenvolvido pela tripulação em terra e mar.

Uma vez que o patrão de pesca é o comandante do barco, toma todas as decisões sobre a organização das atividades durante as viagens. Alguns patrões de pesca participam também diretamente de outras atividades que não as de comando, durante os arrastos, como, por exemplo, ajudar a puxar a rede de arrasto ou na separação das espécies pescadas. Certos patrões de pesca estabelecem um relacionamento mais próximo com o

restante da tripulação, enquanto outros não fazem isso. As funções do patrão de pesca são desempenhadas na cabina de comando dos barcos, dirigindo a embarcação e controlando os instrumentos de navegação (bússola, GPS, sonda e rádio – no caso deste último, somente o patrão de pesca tem acesso e permissão para se comunicar com a empresa e com outras embarcações).

Notou-se, assim, uma valorização do patrão de pesca em detrimento dos outros trabalhadores da tripulação:

... porque pra formar uma pessoa dessa [patrão de pesca] demora muito tempo... tem que ter muita experiência mesmo. Mestre novo aí, são bem poucos. Abaixo dos quarenta anos são bem poucos. A proporção é muito pequena... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão e peixe).

... a gente, às vezes, procura [reter os padrões de pesca], mas, às vezes, porque eles também são pessoas difíceis... você tem que fazer jogo de cintura com eles... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Em alguns casos, surge a figura do contra-mestre, que é o segundo homem em comando e substitui o patrão de pesca na cabina de comando quando este está descansando. Geralmente a função de contra-mestre é exercida pelo pescador-guincheiro/geleiro do barco.

Para exercer a função de patrão de pesca, é necessário possuir a carteira de patrão de pesca, que é expedida quando o trabalhador faz o curso de patrão de pesca e é aprovado. Existem carteiras de patrão de pesca regional, costeira e alto mar. O patrão de pesca, para poder embarcar, necessita possuir sua carteira.

O primeiro curso para patrão de pesca foi o de “Patrão de Pesca Costeira” realizado no período de 16 de fevereiro a 14 de junho de 1971; o primeiro curso para motorista de pesca, chamado “Fundamental Motorista de Pesca”, foi realizado no período de 26 de junho a 15 de setembro de 1972, e o primeiro curso para pescador, denominado “Atualização de Pescador Profissional”, no período de 06 a 17 de agosto de 1973. Esses cursos foram promovidos pela Capitania dos Portos. A partir de 1975, o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) passou a ministrar esses cursos.

Os padrões de pesca formam um grupo de trabalhadores em que a maioria faz questão de mostrar que o patrão de pesca é a pessoa mais importante da tripulação. Há uma separação muito clara entre os padrões de pesca e os pescadores (sob a denominação

de pescador estão incluídos o pescador-motorista, pescador-guincheiro/geleiro, pescador-cozinheiro e o pescador-pescador). A existência de um sindicato dos patrões de pesca e de um outro sindicato que congrega os demais pescadores é um exemplo disso.

A diferença salarial e da produção entre os patrões de pesca e os demais tripulantes é significativa, embora tenha havido uma redução no salário e na produção de todas as categorias dos trabalhadores da captura, devido a um acordo formalizado entre os sindicatos dos patrões de pesca e de pescadores com o sindicato das empresas, como condição para que o sistema de parceria deixasse de ser utilizado pelas empresas de pesca.

Em campo, foram encontrados trabalhadores que tinham carteira de patrão de pesca regional, costeira e alto mar e trabalhadores que exerciam a função de patrão de pesca, mas não possuíam carteira. Foram identificados também, durante a pesquisa, patrões de pesca, que tinham a respectiva carteira, já estavam aposentados e continuavam a trabalhar para as empresas. Esses trabalhadores eram contratados de maneira informal e, em geral, obtinham ganhos menores que os patrões de pesca que estavam vinculados formalmente às empresas. Foram também identificados patrões de pesca que tinham carteira de patrão de pesca e estavam trabalhando informalmente para as empresas. Esses apresentavam rendimentos, em alguns casos, maiores; em outros, menores ou iguais aos patrões de pesca formalmente empregados. No caso dos patrões de pesca formalmente empregados, alguns recebiam todos os direitos trabalhistas e outros os recebiam de forma parcial.

Outra situação encontrada foi a dos patrões de pesca que não possuíam carteira de patrão de pesca. Nesse caso, eram pescadores que exerciam a função de patrão de pesca. Alguns deles estavam contratados formalmente como pescadores (motorista, guincheiro/geleiro, cozinheiro ou pescador) ou informalmente. Nessa situação, o rendimento ganho por eles era bem menor que o dos patrões de pesca contratados formalmente e informalmente. Enfim, foram detectados patrões de pesca com e sem carteira de patrão de pesca, já aposentados ou não, trabalhando com ou sem vínculo formal, como “encostados” ou na parceria.

Os pescadores podem ser divididos em quatro categorias: pescador-motorista, pescador-guincheiro/geleiro, pescador-cozinheiro e pescador-pescador (às vezes o pescador-guincheiro/geleiro assume a função de contra-mestre, como já mencionado). A remuneração recebida é diferenciada entre as categorias de pescadores, ocorrendo o mesmo com o valor do adicional de produção. Foi observado que um pescador pode passar

por várias categorias, dependendo da colocação que consiga nas empresas, embora no caso do pescador-motorista seja exigido um conhecimento técnico maior.

O pescador-motorista é o tripulante que se encarrega da manutenção e do conserto do motor do barco. Precisa ter realizado, pelo menos oficialmente, o curso de Conductor-Motorista de Pesca para adquirir a qualificação necessária para desempenhar a função, mas isso nem sempre é cumprido pelas empresas, principalmente no sistema de parceria e de contratação informal.

O pescador-guincheiro/geleiro é o tripulante responsável pela manobra do guincho e pelo armazenamento e conservação, nas urnas ou câmaras frigoríficas das embarcações, das espécies pescadas.

O pescador-cozinheiro é o responsável pelo preparo da alimentação consumida durante as viagens.

O pescador-pescador é o tripulante cujas tarefas são desempenhadas pouco antes, durante e logo após os arrastos. Esses trabalhadores ajudam a soltar e recolher a rede de arrasto, são os responsáveis pela separação das espécies capturadas no convés, realizam a retirada da cabeça do camarão (quando necessário), a eviscerar espécies de peixes de grande porte, etc. Entre a tripulação de pescadores, o pescador-pescador é o menos valorizado, sendo o pescador-motorista o que tem maior valorização.

Essa diferenciação em relação aos trabalhadores que compõem a tripulação, feita pelos empresários, é mostrada no depoimento abaixo:

Quem faz o maior serviço é o motorista e o patrão de pesca e o guincheiro. O pescador é um braçal de bordo, é só pra pegar o peixe e botar aqui e depois daquela hora ele vai dormir (empresário, proprietário de uma empresa de captura).

Os trabalhadores entrevistados afirmaram que não há uma rigidez e separação total das tarefas, pois todos os pescadores terminam participando das tarefas ligadas às operações de arrasto e de separação do recurso capturado no convés dos barcos. A jornada de trabalho é bastante intensa, em geral em torno de 18 horas por dia, não havendo também hora definida para trabalhar, pois se trabalha durante o dia ou à noite, com mar calmo ou turbulento, sob sol e chuva.

O trabalho dos pescadores não termina quando eles chegam de viagem, pois, enquanto estão em terra, são os responsáveis pela limpeza do barco, além de também efetuarem alguns consertos simples nas embarcações. Quando estão em terra, têm que se

dirigir normalmente às empresas, mesmo que não haja tarefas a desempenhar. Em geral ficam pela parte da manhã sendo dispensados na hora do almoço.

Foi também relatado pelos entrevistados que atualmente as viagens têm uma duração maior, sendo ainda necessário realizar um número maior de arrastos. Apesar disso, a quantidade capturada vem diminuindo, ou seja, hoje, os trabalhadores da captura trabalham mais e ganham menos.

Foram encontrados em campo trabalhadores com e sem carteira de pescador. Podem ser feitos cursos de Pescador Profissional (Pescador POP), Pescador Especializado Profissional (Pescador PEP). Para os pescadores-motoristas, o curso é de Conductor-Motorista de Pesca, como já mencionado. Esses são cursos que possibilitam ao pescador ter sua carteira e, assim, poder embarcar dentro das normas legais vigentes. O trabalhador para poder viajar deve possuir a carteira de pescador.

Encontram-se nas empresas trabalhadores com carteira de pescador, contratados formalmente, recebendo total ou parcialmente seus direitos trabalhistas e outros contratados informalmente, trabalhando como “encostados” ou no sistema de parceria. Acham-se ainda trabalhadores sem carteira de pescador, contratados informalmente, trabalhando como “encostados” ou na parceria.

São encontrados homens jovens, adultos e velhos na pesca industrial. Uma significativa parcela foi pescador artesanal antes de ingressar na pesca industrial. A forma de recrutamento dos trabalhadores da captura é, em sua quase totalidade, feita através da indicação de outros trabalhadores dos barcos. A indicação de amigos e de parentes é o fator principal para que o trabalhador consiga uma colocação nas firmas. As relações pessoais são o principal fator para a contratação (formal ou informal) da pessoa pela empresa, mas no momento em que vai se definir de qual tripulação o trabalhador fará parte, em geral, a última palavra de aceite ou não desse trabalhador para fazer parte da tripulação de determinado barco é do patrão de pesca responsável pela embarcação.

Em razão dessa forma de seleção por parte das empresas, os desempregados, ou seja, os trabalhadores “desembarcados”, ficam em frente às firmas mostrando que estão “disponíveis”, e assim podem ser chamados para embarcar por algum amigo ou parente, caso surja uma vaga. É um trabalhador que vai indicando o outro, como consequência disso, encontram-se muitos parentes, vizinhos e amigos trabalhando na atividade da captura.

Uma das formas de contratação informal dos trabalhadores, a parceria é vista pela maior parte deles como algo negativo. A parceria implantada teve características específicas e não envolveu participantes em igualdade de condições. Os trabalhadores não tinham conhecimento da estrutura de custos e da forma como as receitas eram distribuídas para cobrir os gastos efetuados, o que sobrava de lucro e como esse lucro deveria ser distribuído e/ou reinvestido.

A parceria terminou constituindo, na verdade, uma forma de os empresários não pagarem os direitos trabalhistas aos trabalhadores e, apesar de proibida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ainda é praticada por certas empresas.

Os trabalhadores da captura afirmam que as condições de trabalho nos barcos são ruins, pois a infra-estrutura das embarcações está cada vez mais precária. Esses trabalhadores também têm que seguir as normas do APPCC, pois caso tragam um produto com baixa qualidade, o produto vai ter seu preço também depreciado pelas indústrias, o que reflete no valor do adicional ganho por produção desses trabalhadores.

As condições de trabalho no interior das embarcações são bastante difíceis para os trabalhadores e a probabilidade de ocorrerem acidentes é muito alta. Além disso, é um trabalho que exige muita força física, além de ser desenvolvido em um espaço em que os trabalhadores ficam confinados, pois a tripulação fica “presa” no interior dos barcos de 15 até 60 dias, conflitos ocorrem, chegando, às vezes, a serem registradas agressões físicas.

As doenças ocupacionais também são freqüentes. Queimaduras, no caso dos motoristas, problemas por se trabalhar no frio sem o equipamento de proteção adequado, no caso dos guincheiros/geleiros. Problemas na coluna, cortes nas mãos, braços e pernas, quedas no interior dos barcos, quedas no mar, câncer de pele, por ficarem muito tempo expostos ao sol sem a proteção adequada, mutilação dos dedos das mãos, artrite e artrose, são alguns dos problemas de saúde que acometem mais freqüentemente os trabalhadores da captura.

Observou-se ainda que esses trabalhadores são muito pressionados pelas empresas para capturar uma quantidade elevada de camarão ou peixe, sendo detectado que é entre eles que a percepção do problema da diminuição dos recursos naturais faz-se mais presente.

5.2.1-DADOS PESSOAIS

TABELA 47
TRABALHADORES DA CAPTURA POR GRUPOS DE IDADE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRUPOS DE IDADE	Patrões de pesca %	Pescadores %
18-29 anos	-	6,3
30-39 anos	17,5	28,8
40-49 anos	40,0	45,4
50-59 anos	35,0	15,7
60 anos e mais	7,5	3,8
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A maior parte dos trabalhadores se encontra em uma faixa etária alta, de 40 a 49 anos, o que lhes traz problemas para tentar conseguir uma outra colocação no mercado de trabalho. Não há uma renovação dessa mão-de-obra, sendo as expectativas de aumento da qualificação formal dela também baixas. No caso dos patrões de pesca o envelhecimento é mais acentuado, devido o percentual de 35,0% que está na faixa etária de 50 a 59 anos.

Dos entrevistados, a maior parte afirmou ser casado (59,2%); 10,9%, solteiros e 29,9% estavam em outra condição civil. Entre os que responderam outra condição civil, 92,7% disseram que moravam junto ou estavam amigados com outra pessoa; 5,5% disseram ser separados e 1,8% eram viúvos.

Quando indagados se possuíam filhos, 91,3% dos entrevistados disseram que sim e 8,7% que não. Em relação ao número de filhos, 38,1% disseram ter entre 3 a 4 filhos; 35,1% afirmaram possuir de 1 a 2 filhos; 16,0% tinham entre 5 a 6 filhos e 10,8% possuíam mais de 7 filhos.

Observou-se que, em geral, a mão-de-obra utilizada na captura veio de outros estados brasileiros. Entre os patrões de pesca, 32,5% dos entrevistados disseram ter nascido no interior do estado do Pará e 67,5% eram oriundos de outros estados do Brasil. Dos que vieram de outros municípios do Pará, 15,4% eram de Barcarena, também 15,4% eram de Colares e 69,2% afirmaram ser provenientes de outros municípios do Pará. Dos

que vieram de outros estados do Brasil, 37,1% vieram do Maranhão; 29,6% do Ceará; 11,1% do Piauí e 22,2% de outros estados do Brasil

Constatou-se que a maior parte dos pescadores veio para Belém atraída pelas condições favoráveis no início da instalação do parque industrial pesqueiro. Dos entrevistados, 56,5% nasceram em outro estado; 33,7% são naturais de municípios do interior do estado do Pará e 9,8% nasceram em Belém. Dos que afirmaram ter nascido em outro estado, 34,6% eram provenientes do Maranhão; 29,8%, do Ceará; 26,0%, do Piauí e 9,6% responderam que tinham nascido em outros estados. Entre os que nasceram em outros municípios do estado do Pará, 12,9% vieram do município de Colares; 11,3%, de Vigia; 8,1%, de Bragança; 8,1%, de Cachoeira do Arari; 6,5%, de Salvaterra e 45,0% de outros municípios paraenses.

TABELA 48

TRABALHADORES DA CAPTURA, DE ACORDO COM O TEMPO EM QUE ESTÁ MORANDO EM BELÉM, PARA OS NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARÁ E DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL

DISTRITO DE ICOARACI

2002

TEMPO EM QUE ESTÁ MORANDO EM BELÉM	PATRÕES DE PESCA		PESCADORES	
	NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARÁ %	NATURAIS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL %	NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARÁ %	NATURAIS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL %
Menos de 1 ano até 9 anos	7,7	18,5	9,7	20,2
10 até 19 anos	15,4	22,2	21,0	43,3
20 até 29 anos	15,4	40,8	38,7	29,8
30 até 39 anos	38,5	11,1	19,4	2,9
40 anos e mais	23,0	7,4	6,4	0,9
Não soube responder	-	-	4,8	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que, apesar de os trabalhadores de outros estados serem a maioria dos que estão participando da pesca industrial, eles estão desempenhando essa atividade nas

empresas do Estado do Pará há menos tempo que os trabalhadores naturais do estado. Em razão disso, pode-se formular a hipótese de que os primeiros trabalhadores que formaram a mão-de-obra para o desenvolvimento da pesca industrial foram provenientes de municípios do interior de Belém, e que depois essa mão-de-obra passou a ser substituída por trabalhadores de outros Estados.

A maior parte dos patrões de pesca e pescadores migrou para o Pará, ou seja, vieram no período do início e do auge do desenvolvimento da pesca industrial, que ocorreu nas décadas de 70 e 80, respectivamente, tendo fixado residência definitiva no estado.

5.2.2-INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

TABELA 49
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO A IDADE EM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRUPOS DE IDADE	%
Menos de 10 anos	20,1
10 a 15 anos	55,5
16 a 20 anos	23,9
Mais de 20 anos	0,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Uma vez que começam a trabalhar muito cedo, a maior parte entre 10 e 15 anos (55,5%), os trabalhadores entrevistados tinham experiência prática, mas ficaram prejudicados em seus estudos, o que lhes trazia sérios problemas para tentar obter outra colocação no mercado de trabalho, pois não tinham a qualificação formal exigida para desempenhar outras funções.

A maior parte da mão-de-obra da pesca industrial provém da pesca artesanal. Entre os patrões de pesca, 37,5% iniciaram como pescadores artesanais; 25,0%, como pescadores industriais; 2,5%, como patrões de pesca e 35,0% em outras ocupações. Dos pescadores entrevistados, 53,8% começaram a trabalhar como pescadores artesanais; 20,1% iniciaram no mundo do trabalho já como pescador industrial e 26,1% declararam outro trabalho. Dos que afirmaram outro trabalho, 21,4% foram agricultores; 19,0%,

ajudantes de construção civil; 9,5% iniciaram trabalhando na produção de sal; 4,8%, como vendedores de picolé; também 4,8% como auxiliares de mecânico e 40,5% responderam outras atividades diversas.

TABELA 50
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO A MANEIRA DE TEREM COMEÇADO A DESENVOLVER
SEU TRABALHO NA PESCA INDUSTRIAL
DISTRITO DE ICOARACI
2002

INÍCIO DO TRABALHO NA PESCA INDUSTRIAL	%
Indicação de uma pessoa	69,5
<u>Não parente</u>	<u>44,0</u>
Amigo	40,2
Outra pessoa	3,8
<u>Parente</u>	<u>25,5</u>
Irmão	8,7
Tio	4,9
Pai	4,3
Primo	3,8
Cunhado	3,8
Dirigiu-se diretamente à empresa	30,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

O principal critério de obtenção de um emprego na atividade de captura da pesca industrial é a indicação por alguma pessoa. A indicação de amigos aparece com o maior percentual (44,0%). Isso talvez esteja ligado ao fato de, durante as viagens, os trabalhadores terem que conviver diretamente uns com os outros por muito tempo. Caso haja discussões, a convivência entre a tripulação fica difícil e isso pode trazer prejuízos para o desenvolvimento do trabalho. As relações pessoais têm, assim, maior peso no momento da admissão.

Essas relações pessoais contam muito no momento da composição das tripulações dos barcos, conforme confirmado pelo entrevistado:

Pra ele viajar tem que conhecer um patrão de pesca ou um motorista de pesca, então conhecer alguém que viaje, pra dar uma informação 'Olha, vamos dar uma oportunidade pro

rapaz'. Tem gente que viaja até sem carteira, porque o negócio não tá fácil. Eu nunca passei 24 horas desempregado, agora não, mas isso é assim mesmo, né? As coisas vão mudando (patrão de pesca).

O patrão de pesca é quem define, em última instância, quem vai ser contratado para integrar a tripulação:

É, a gente deixa bem a vontade pra justamente ver se consegue, ao máximo, pra amenizar, assim, de uma maneira que eles consigam trabalhar... A gente dá essa coisa pro mestre, pra ele trazer pessoas que ele já conhece, que hoje em dia a gente praticamente costuma nem opinar, só se..... deixa com ele, porque realmente lá fora, não é brincadeira... (gerente administrativo de uma microempresa de captura de camarão).

Em relação ao tipo de pesca do qual participavam, 45,0% dos patrões de pesca desenvolviam a pesca de camarão; 37,5% participavam da pesca de peixe e 17,5% da pesca de peixe e camarão. Em relação aos pescadores, 46,7% dos entrevistados participavam somente da pesca de peixe; 34,8% apenas da pesca do camarão e 18,5% embarcavam para pescar peixe e camarão.

Quando indagados se já tinham trabalhado anteriormente com carteira assinada, 88,0% responderam que sim, enquanto 12,0% nunca haviam tido vínculo formal antes com qualquer empresa, o que configura mais um indicador de precariedade dos trabalhadores.

5.2.3-QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

TABELA 51
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRAU DE ESCOLARIDADE	PATRÕES DE PESCA %	PESCADORES %
Não freqüentou escola e não sabe ler e escrever	-	8,2
Não freqüentou escola, mas sabe ler e escrever	2,5	5,4
1º grau incompleto	82,5	70,1
1º grau completo	10,0	10,9
2º grau incompleto	-	3,3
2º grau completo	5,0	2,1
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

O grau de escolaridade muito reduzido e a idade alta da maior parte dos trabalhadores da captura dificulta bastante sua inserção de outra forma no mercado de trabalho. Cerca de 82,5% dos patrões de pesca e 70,0% dos pescadores afirmaram ter cursado o 1º grau incompleto, sendo que isso significava para os patrões de pesca a conclusão da 3ª série fundamental e, no caso dos pescadores, a 1ª série do ensino fundamental. Apesar do baixo grau de escolaridade ser geral, os patrões de pesca apresentavam um grau de escolaridade ligeiramente superior ao dos pescadores. Isso acontece em razão de o curso de patrão de pesca exigir maiores conhecimentos formais.

Contudo, apesar das dificuldades, a maior parte dos entrevistados, 66,8%, gostariam de aumentar seu nível de escolaridade, enquanto 33,2% afirmaram que não desejavam isso. Quando se procurou obter informações sobre quais as ações concretas que os trabalhadores estavam tomando em relação à retomada dos estudos, a quase totalidade, isto é, 98,9% dos entrevistados não estudava mais e apenas 1,1% declararam continuar estudando. Essa situação mostra as dificuldades efetivas existentes para que esses trabalhadores aumentem seu nível de qualificação formal e consigam obter melhoras em suas posições no mercado de trabalho, apesar de eles desejarem essas mudanças.

Em relação à realização de cursos de qualificação técnica, 77,2% dos entrevistados afirmaram ter feito algum tipo de curso ligado à sua profissão.

TABELA 52
PESCADORES, SEGUNDO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA REALIZADO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

CURSO	%
Pescador PEP	50,1
Condutor Motorista de Pesca	11,3
Pescador POP	5,6
Pescador POP/Pescador PEP	4,2
Pescador PEP/Combate a Incêndio	3,5
Combate a Incêndio	2,8
Marinheiro Fluvial	1,4
Pescador POP/Combate a Incêndio	1,4
Outros cursos	19,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A maior parte dos trabalhadores (50,1%) disse ter feito curso de pescador PEP, que é um dos requisitos formais para que o pescador possa obter sua carteira para poder viajar.

A exigência da carteira de pescador por parte das empresas traz dificuldades para os trabalhadores que não possuem esses documentos arranjam emprego:

E ultimamente até pescador agora tem que ser concursado [ter feito curso no CIABA], que se não for concursado, pode até ter vaga naquela firma que às vezes o concursado não sabe de nada, mas a prioridade é dele porque tá concursado. Eu, por exemplo, já não sou concursado e sei fazê tudo, mas não posso pegá a vaga porque não tem concurso, é assim (pescador, trabalhava como encostado, não conseguindo emprego formal por não ter feito curso no CIABA e não ter a carteira de pescador).

TABELA 53
PATRÕES DE PESCA, SEGUNDO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA REALIZADO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

CURSO	%
Patrão de pesca alto mar	26,1
Patrão de pesca	22,8
Patrão de pesca alto mar e patrão de pesca costeira	11,4
Pescador PEP	11,4
Patrão de pesca regional ,costeira e alto mar	5,7
Pescador POP	5,7
Combate à incêndio	5,7
Patrão de pesca costeira	2,8
Marinheiro de convés	2,8
Condutor/ motorista de pesca	2,8
Supervisor de salubragem	2,8
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 53, a maioria dos patrões de pesca afirmou ter feito o curso de patrão de pesca de alto mar (26,1%). Contudo, ao contrário dos pescadores, um expressivo percentual de 31,2% não tinha realizado o curso de patrão de pesca, que é um requisito obrigatório para que exercessem a função.

Contudo, quando indagados se tinham carteira de patrão de pesca, 100,0% dos patrões de pesca afirmaram que tinham sua carteira. Quanto aos pescadores, 89,1% disseram possuir carteira de pescador e 10,9% declararam que não tinham carteira. A posse dessas carteiras constitui um requisito para que o empregado possa embarcar legalmente durante as viagens.

QUADRO 13
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA
TER REALIZADO CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA TER FEITO O CURSO	%
Exigência da empresa	42,4
Para exercer a profissão	18,3
Para tirar a carteira	9,2
Para melhorar a qualificação	7,0
Exigência da Capitania dos Portos	4,9
Para ganhar mais	3,5
Para melhorar de categoria	3,5
Para ter mais chance de conseguir emprego	3,5
Para melhorar de vida	2,1
Outros	4,2
Não soube responder	1,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Entre os motivos para a realização do curso, a cobrança das empresas foi o que teve maior peso entre os trabalhadores, pois isso passou a ser uma exigência da Capitania dos Portos para que as tripulações pudessem fazer as viagens. Uma vez que as empresas eram cobradas por isso, passaram também a exigir dos trabalhadores, para que eles pudessem manter seus empregos ou conseguir uma vaga.

Em relação ao local em que fizeram o curso, 55,8% fizeram seu curso no CIABA; 23,9% disseram ter feito em Belém; 7,0%, no Ceará; 3,5%, em Fortaleza; 7,0% em outros estados; 2,1% em outros centros de formação profissional e 0,7% não souberam responder.

QUADRO 14
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA
NÃO TER REALIZADO CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO TER FEITO O CURSO	%
Pouco estudo	38,1
Falta de tempo	21,4
Falta de oportunidade	16,7
Falta de interesse	11,9
Estava sempre viajando durante a realização dos cursos	9,5
Não soube responder	2,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A baixa escolaridade (38,1%), que atrapalharia a compreensão dos conteúdos repassados, foi o principal motivo alegado pelos entrevistados para não ter realizado nenhum curso de qualificação técnica. O fato de viverem a maior parte do tempo viajando também atua como um entrave muito grande para que essas pessoas consigam realizar algum tipo de curso (21,4%). A falta de oportunidade e a falta de interesse apontados por, respectivamente, 16,7% e 11,9% dos entrevistados devem ser analisadas levando-se também em consideração que as empresas não valorizam outros cursos além dos que são exigidos pela Capitania dos Portos, e isso termina agindo como um desestímulo aos trabalhadores.

Essa situação é demonstrada pelo pescador entrevistado:

Eu tive muita vontade [de fazer um curso de patrão de pesca], o chefe de frota não sabia que eu tinha feito a inscrição no CIABA pra fazer o curso. Aí quando chegou o aviso lá na empresa de manhã eu ia viajá de meia-noite e daqui há uns 15, 20 dia ia começá o curso, mas eles iam mandá uma apostila pra gente começá logo e estudá, né? Aí chegou o aviso lá na portaria das pessoa que ia fazê o curso, aí ele [chefe de frota] foi lá na minha casa e disse assim: 'Olha, se tu for fazê o curso, eu vou te botar pra rua' e eu, pra falar a verdade, eu tava precisando de dinheiro e de fazê o curso. Aí eu olhei assim pra mulher [esposa do entrevistado] e ela disse: 'É, vai viajá'. Eu tava precisando de viajá, que ela tava esperando nenê. Aí eu dei essa viagem, quando eu cheguei ela ganhou nenê. Aí não deu mais pra fazê o curso. Aí eu fiquei assim 'Sabe o que eu vou fazê? Eu vou estudar e quando eu tiver

estabilizado, que eu não dependa de ninguém, de empresa nenhuma, eu agora vou fazê o curso e eu tô estudando' (pescador-cozinheiro e diretor do SINCOMPESCA).

Entretanto, apesar dessa situação, 65,8% disseram desejar realizar um curso de qualificação técnica e 34,2% afirmaram que não gostariam de fazer isso.

TABELA 54
PATRÕES DE PESCA, SEGUNDO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA QUE DESEJA REALIZAR
DISTRITO DE ICOARACI
2002

CURSO QUE DESEJA FAZER	%
Patrão de pesca (não especificou qual)	25,0
Combate a Incêndio	16,7
Marinheiro Barra Fora	16,7
Curso para trabalhar em rebocador	16,7
Patrão de Pesca Alto Mar	4,2
Patrão de Pesca Barra Fora	4,2
Outros	16,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Entre os patrões de pesca, a maior parte deseja fazer um outro curso de patrão de pesca que lhe permita passar para uma categoria superior e, conseqüentemente, traga-lhe um aumento de salário (25,0%). Todavia, como já mencionado, o fato de não ter carteira de patrão de pesca deixa esses trabalhadores em um grau de instabilidade muito grande, daí a vontade de fazer um curso de patrão de pesca.

TABELA 55
PESCADORES, SEGUNDO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA QUE DESEJA REALIZAR
DISTRITO DE ICOARACI
2002

CURSO QUE DESEJA FAZER	%
Patrão de Pesca	19,0
Marinheiro Barra Fora	13,2
Combate à Incêndio	10,7
Pescador PEP	9,9
Marinheiro de Convés	4,9
Marinheiro Nacional de Máquinas	2,5
Mecânica de Motor Marítimo	2,5
Moço de Convés	2,5
Mestre de Convés	1,7
Pescador POP	1,7
Computação	1,7
Outros cursos	27,2
Não soube especificar o curso	2,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Uma vez que existe diferenciação salarial e de *status* entre as categorias de pescadores e patrões de pesca, a maior parte dos pescadores entrevistados deseja fazer o curso de patrão de pesca. Nesse contexto, a possibilidade de obter um aumento salarial surge como o principal motivo para que os trabalhadores façam o curso.

QUADRO 15
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA
DESEJAR REALIZAR UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA DESEJAR FAZER O CURSO	%
Para ganhar mais	25,8
Para mudar de categoria	16,5
Para ter mais oportunidades no mercado de trabalho	9,9
Para aumentar a qualificação	6,6
Para embarcar em outros tipos de navio	6,6
Exigência da empresa	6,6
Para trabalhar em navio rebocador	5,8
Exigência da Capitania dos Portos	4,1
Para conseguir a carteira	4,1
Para melhorar de vida	1,6
Outros	9,1
Não soube responder	3,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Contudo existem os que não desejam melhorar sua qualificação profissional realizando cursos. Entre os motivos para assumir essa posição, os trabalhadores citam sua idade avançada, cujo percentual ao ser somado aos dos que responderam que já estavam próximo de se aposentar fica em 36,5%. Um fato que deve ser destacado está relacionado à observação de que, entre esses trabalhadores, existe um pessimismo quanto ao seu futuro e ao da pesca em geral.

QUADRO 16
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA
NÃO DESEJAR REALIZAR UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO DESEJAR FAZER O CURSO	%
Idade avançada	22,2
Não tem estudo	17,5
Não tem tempo	15,9
Está próximo de se aposentar	14,3
Não se interessa mais pela área de pesca	14,3
Não tem interesse	1,6
Outros	14,2
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

O Quadro 16 mostra que a idade avançada (22,2%) foi o principal motivo alegado pelos trabalhadores da captura para não procurarem aumentar sua qualificação formal, vindo em seguida o pouco estudo (17,5%) e a falta de tempo (15,9%). Esses fatores constituem barreiras difíceis de serem ultrapassadas por esses trabalhadores, uma vez que não há um estímulo por parte das empresas para que eles aumentem sua qualificação formal. Foi observado que os trabalhadores da captura, especialmente os pescadores, se ressentem com essa situação, que acaba trazendo um pessimismo quanto ao seu futuro na atividade, conforme demonstra o percentual de 14,3% que afirmaram não se interessar mais pela área da pesca.

5.2.4- TRABALHO ATUAL

A quase totalidade dos entrevistados era o principal responsável pela manutenção de sua família: 96,8% dos entrevistados eram chefes de família; 2,7% eram agregados e 0,5% eram filhos.

Em relação à obtenção de renda, para 67,4% dos entrevistados nenhuma outra pessoa de sua família obtinha renda além dele, enquanto que para 32,6% outra pessoa da família contribuía para o aumento da renda familiar.

Os filhos, com 48,3%, eram os outros membros da família que contribuía mais ativamente para a complementação da renda familiar; em seguida a esposa, com 26,7% ajudava na renda familiar dos entrevistados; esposa e filho representavam 8,3% da ajuda; a mãe dos entrevistados surgiu com o percentual de 3,3% e outras pessoas, com 13,4%.

Em relação à renda proveniente do trabalho atual, para 74,5% o trabalho atual representava a principal fonte de renda de sua família; para 12,5%, uma fonte de renda complementar para a família; para 11,4% era a sua principal fonte de renda e para 1,6% era uma fonte de renda complementar pessoal para o entrevistado.

No que se refere ao rendimento total recebido por mês, este sofre influencia da categoria em que está inserido o trabalhador e do tipo de pesca que desenvolve, pois o rendimento total engloba o adicional de produção, o qual está diretamente relacionado com o tipo de produto pescado.

TABELA 56
PATRÕES DE PESCA, SEGUNDO O RENDIMENTO TOTAL RECEBIDO POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
R\$300,00 a R\$500,00	9,1	-	-
R\$501,00 a R\$600,00	18,2	8,3	-
R\$601,00 a R\$700,00	18,2	-	-
R\$701,00 a R\$800,00	9,1	8,3	-
R\$801,00 a R\$900,00	9,1	-	25,0
R\$901,00 a R\$1.000,00	-	33,3	25,0
R\$1.001,00 a R\$1.100,00	9,1	8,3	-
R\$1.101,00 a R\$1.200,00	27,2	8,3	50,0
R\$1.201,00 a R\$1.300,00	-	-	-
R\$1.301,00 a R\$1.400,00	-	8,3	-
R\$1.401,00 a R\$1.500,00	-	8,3	-
Mais de R\$1.500,00	-	16,9	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 56 revelam que os rendimentos obtidos por quem trabalha na pesca do camarão são bem maiores do que os recebidos pelos patrões de pesca que desenvolviam a pesca somente de peixe e daqueles que praticavam as duas pescarias. Entre os que estavam na pesca de peixe, o maior percentual, 27,2%, estava ganhando entre R\$1.101,00 a R\$1.200,00 por mês; entre os que pescavam camarão, apesar de o maior percentual, 33,3%, estar em uma faixa de R\$901,00 a R\$1.000,00, existia um percentual total de 33,5% que ganhava acima de R\$1.200,00 por mês. Em relação aos que estavam nas pescarias de peixe e camarão, a maior parte, 50,0%, estava concentrada na faixa de rendimento entre R\$1.101,00 a R\$1.200,00 (deve-se levar em consideração que o número de trabalhadores entrevistados que desenvolviam as duas pescarias era pequeno no momento em que se analisam esses dados).

Ainda em relação ao piso salarial, um patrão de pesca destaca:

Nós tivemos que reduzi o nosso salário, pra podê chegá onde a gente quer de novo, o dissídio, porque senão eles não iam concordá em pagá nunca. E outra coisa também que uma parte dessas empresa de pesca sempre foi mal pagadora, essa então que eu trabalho, é a campeã agora. Só no início que o pessoal ganhava bem (patrão de pesca).

O atraso no recebimento do salário também é comum:

Estou seis meses de atraso, seis meses sem receber salário. Quando eu joguei na justiça, ele se aborreceu, me deu o aviso prévio, a rescisão já terminou, proibiu minha entrada na firma. Eu não recebo, nem posso entrar na firma (patrão de pesca).

As empresa têm que se conscientizarem de que elas precisam do empregado como nós precisamos dela. Porque eu quero um emprego, eu não quero um trabalho, eu quero um emprego. Que eles querem nós dá é trabalho, porque não querem pagá. Olha, veja a minha situação, quando eu entrei na firma, no primeiro mês eles pagavam tudo direitinho, aí teve o problema da convenção, que eles nunca pagavam, o sindicato ganhou, então, os seis meses que eu já tava aqui sem recebê eles tinham que pagá. Quando eles voltaram a pagá salário, o salário era 700 há anos atrás, voltou pra 500, mas já com a comissão, já melhorou um pouco, né? Agora, não paga nem salário, nem comissão, nem nada (patrão de pesca).

A gente não pode falar nada, cai na lista negra das empresas e morre lá (patrão de pesca).

TABELA 57
PESCADORES-GUINCHEIROS/GELEIROS, SEGUNDO O RENDIMENTO TOTAL RECEBIDO POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Até R\$200,00	-	6,2	-
R\$201,00 a R\$300,00	15,4	6,2	-
R\$301,00 a R\$400,00	23,1	-	50,0
R\$401,00 a R\$500,00	15,4	6,2	25,0
R\$501,00 a R\$600,00	23,1	18,7	-
R\$601,00 a R\$700,00	23,0	18,7	-
R\$701,00 a R\$800,00	-	18,7	25,0
R\$801,00 a R\$900,00	-	-	-
R\$901,00 a R\$1.000,00	-	12,6	-
R\$1.001,00 a R\$1.100,00	-	12,7	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo a Tabela 57, observa-se que os pescadores guincheiros/geleiros que estavam trabalhando na pesca do peixe tinham a maior parte de seus rendimentos concentrados na faixa de R\$501,00 a R\$700,00. Já entre os que estavam na pesca do camarão, o ganho estava mais concentrado na faixa entre R\$501,00 a R\$800,00, sendo que havia percentuais também expressivos de 12,6% e 12,7%, que obtinham, respectivamente, entre R\$901,00 a R\$1.000,00 e entre R\$1.001,00 a R\$1.100,00, o que demonstra que, na pesca do camarão, os pescadores ganham mais, embora tenham que trabalhar muito e passar um período maior no mar. Entre os que estavam na pesca de peixe e camarão, o maior percentual, 50,0%, ganhava entre R\$301,00 a R\$400,00 por mês.

TABELA 58
PESCADORES-MOTORISTAS, SEGUNDO O RENDIMENTO TOTAL RECEBIDO POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Até R\$200,00	11,1	-	-
R\$201,00 a R\$300,00	11,1	10,0	-
R\$301,00 a R\$400,00	-	20,0	40,0
R\$401,00 a R\$500,00	-	-	-
R\$501,00 a R\$600,00	11,1	10,0	20,0
R\$601,00 a R\$700,00	44,4	-	20,0
R\$701,00 a R\$800,00	22,3	10,0	-
R\$801,00 a R\$900,00	-	-	20,0
R\$901,00 a R\$1.000,00	-	-	-
R\$1.001,00 a R\$1.100,00	-	10,0	-
R\$1.101,00 a R\$1.200,00	-	40,0	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A Tabela 58 mostra que, entre os pescadores-motoristas que trabalhavam na pesca de peixe, a maior parte ganhava entre R\$601,00 e R\$700,00. Entre os que estavam na pesca de camarão, a maior concentração, com 40,0%, estava na faixa de rendimento compreendida entre R\$1.101,00 e R\$1.200,00. Por fim, entre os trabalhadores que desenvolviam a pesca de peixe e camarão, a maior parcela, 40,0%, obtinha um rendimento mensal entre R\$301,00 e R\$400,00. Esses dados também confirmam a maior rentabilidade para os trabalhadores que se dedicavam somente à pesca de camarão.

TABELA 59
PESCADORES-COZINHEIROS, SEGUNDO O RENDIMENTO TOTAL RECEBIDO POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Até R\$200,00	-	-	16,7
R\$201,00 a R\$300,00	30,0	8,3	33,2
R\$301,00 a R\$400,00	40,0	-	16,7
R\$401,00 a R\$500,00	30,0	8,3	-
R\$501,00 a R\$600,00	-	25,0	16,7
R\$601,00 a R\$700,00	-	16,7	-
R\$701,00 a R\$800,00	-	25,0	16,7
R\$801,00 a R\$900,00	-	16,7	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

No caso dos pescadores-cozinheiros, as informações da Tabela 59 revelam que, entre os que estavam somente na pesca de peixe, a maior parte (40,0%) recebia entre R\$301,00 e R\$400,00 por mês. Para os que trabalhavam na pesca de camarão, observa-se uma concentração entre os que recebiam acima de R\$500,00, chegando até R\$900,00 por mês, o que dá um percentual total de 83,4%. Para os que estavam na pescaria de peixe e camarão, a maior parte estava recebendo mensalmente entre R\$201,00 e R\$300,00.

TABELA 60
PESCADORES-PESCADORES, SEGUNDO O RENDIMENTO TOTAL RECEBIDO POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Até R\$200,00	17,9	9,0	40,0
R\$201,00 a R\$300,00	28,2	-	10,0
R\$301,00 a R\$400,00	38,5	18,2	30,0
R\$401,00 a R\$500,00	12,8	36,4	-
R\$501,00 a R\$600,00	2,6	36,4	20,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

No que diz respeito aos pescadores pescadores, eram os que recebiam o menor rendimento de toda a tripulação, independente do tipo de pescaria que estivessem realizando. De acordo com os dados da Tabela 60, entre os que estavam na pesca de peixe, a maioria, cerca de 38,5%, recebia entre R\$301,00 e R\$400,00 por mês. Para os que estavam na pesca de camarão, esse valor era maior, pois a maior parte (somando-se os dois percentuais de 36,4%, tem-se 72,8%) obtinha de R\$401,00 a R\$600,00. Já entre aqueles que trabalhavam na pesca de peixe e camarão, a maioria, 40,0%, recebia até R\$200,00 por mês.

Em relação ao ganho salarial, um pescador destaca:

Tem umas [empresas] que até dá pra pessoa trabalhá satisfeito, mas a maioria não. Mas a maioria ganha muito pouco, pouco demais. Tem carteira assinada, mas só que é aquele negócio, ninguém tem direito a nada. Ou faz um acordo com o patrão ou bota na justiça, mas a justiça não obriga a pagá o que a gente tem direito, vão, faz audiência, aquele negócio, mas pra pagá, cadê? Ninguém recebe nada não (pescador).

Comentário de um entrevistado sobre a questão do salário e da produção:

Antigamente os barco de peixe saía com dois barco antigamente. Os próprio dono, os empresário, não queria que arrastasse com três barco, não queria mesmo, pra não dá problema nas máquina. Hoje em dia é seis, sete barco arrastando, esses barco trabalha só

pra um. Enche aquele barco, passa a carga pra outro. Vai enchendo, vai mandando, vai enchendo, vai mandando. Agora, pescador trabalha muito, trabalha muito. Fecha a conta aí com 150, 200, 300, 400 tonelada. Se o pescador tirá um vale de 120 reais, quando chega fica devendo. Isso é verdade (pescador).

Agora colocaram essa pescaria de pargo aqui, que pescador todo dia, todo dia vem pescador reclamá aqui [no sindicato], dá até pena. Um pescador chegou essa semana e disse que tirou um vale de 120 reais e tirou três reais de saldo com 10 tonelada de pargo (diretor do SINCOMPESCA).

Os pescadores não podem acompanhar a pesagem do pescado que trazem e isso gera bastante insatisfação entre eles, pois acusam as empresas de não lhes pagarem corretamente o adicional de produção.

Agora, o barco traz cinco tonelada de camarão, três tonelada de camarão, só dá uma e meia, duas. Deu camarão queimado, camarão mole, camarão preto, eles inventam pra diminuir o dinheiro do pescador (presidente SINCOMPESCA).

TABELA 61
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO O PERÍODO EM QUE ESTÁ NO EMPREGO ATUAL,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PERÍODO	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
1 mês a 6 meses	43,0	29,7	47,2	39,2
7 meses a 1 ano	21,0	17,2	20,6	19,5
1 ano e 1 mês a 1 ano e 6 meses	7,0	6,3	2,9	6,0
1 ano e 7 meses a 2 anos	8,1	10,9	11,8	9,2
2 anos e 1 mês a 2 anos e 6 meses	1,1	3,1	-	2,2
2 anos e 7 meses a 3 anos	7,0	9,4	2,9	7,1
3 anos e 1 mês a 5 anos	7,0	6,3	8,8	9,2
5 anos e 1 mês a 10 anos	3,5	15,6	2,9	5,4
Mais de 10 anos	2,3	1,5	2,9	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A rotatividade entre os trabalhadores da captura é grande, pois a maior parte deles estava de 01 mês a 06 meses no trabalho, sendo a rotatividade maior entre os trabalhadores que participam da pesca do peixe e do camarão e, a menor, entre os que trabalham somente na pescaria do camarão.

As pessoas que trabalham apenas na pesca do camarão sinalizam ter uma estabilidade maior no emprego do que as que trabalham na pesca do peixe, embora a rotatividade atinja os três grupos, o que é mais um indicador de precariedade.

TABELA 62
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS MESES TRABALHADOS POR ANO,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MESES	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
3 meses a 6 meses	12,0	11,1	3,1	10,0
7 meses a 9 meses	16,9	19,1	12,1	16,8
10 meses a 12 meses	71,1	69,8	84,8	73,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com a Tabela 62, o grupo que trabalha na pescaria do peixe e do camarão parece ter uma instabilidade menor, no sentido de trabalhar um maior número de meses por ano, pois podem praticar as duas pescarias. Dessa forma, esse grupo, apesar de ficar um tempo menor trabalhando em cada empresa, tem uma facilidade maior para conseguir trabalho, ficando desempregados por um período mais curto que os pescadores especializados na pesca de peixe ou de camarão.

TABELA 63
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO OS DIAS TRABALHADOS EM MÉDIA POR MÊS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

DIAS	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
15 a 20 dias	25,6	-	2,9	12,5
21 a 25 dias	25,6	3,1	32,4	19,0
26 a 30 dias	46,5	81,3	61,8	61,4
Não respondeu	2,3	15,6	2,9	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

O número de dias trabalhados por mês está diretamente ligado ao tipo de pesca praticada pelos trabalhadores e ao número e duração das viagens realizadas por mês. As viagens de pesca de camarão duram um maior número de dias, o que justifica o elevado percentual de trabalhadores que afirmou trabalhar de 26 a 30 dias por mês.

TABELA 64
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO AS HORAS TRABALHADAS EM MÉDIA POR DIA,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

HORAS POR DIA	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
10 a 12 horas	7,0	4,5	11,7	7,0
13 a 15 horas	8,0	7,8	-	6,5
16 a 18 horas	68,7	76,8	79,5	73,5
Não soube responder	16,3	10,9	8,8	13,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Todos os três grupos afirmaram ter uma jornada de trabalho bastante elevada por dia, pois ficam realizando arrastos durante todo o tempo, com breves paradas para reabastecer e trocar o filtro de óleo das embarcações. Essa elevada jornada de trabalho é um outro fator que indica a precariedade a que são submetidos os trabalhadores da captura.

TABELA 65
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO O NÚMERO DE VIAGENS FEITAS POR ANO,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

NÚMERO DE VIAGENS	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
1 a 2 viagens	1,2	1,6	-	1,1
3 a 4 viagens	11,6	42,2	14,7	22,8
5 a 6 viagens	15,1	51,6	29,5	30,4
7 a 8 viagens	16,3	3,1	8,8	10,3
9 a 10 viagens	24,4	-	17,6	14,7
11 a 12 viagens	21,0	-	8,8	11,4
13 a 14 viagens	4,7	-	2,9	2,7
15 viagens e mais	4,7	-	5,9	3,3
Não soube responder	1,0	1,5	11,8	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Uma vez que as viagens de captura de peixe têm uma duração menor, e as áreas de pesca são mais próximas da costa, realizam-se mais viagens para a pesca de peixe que de camarão. O tipo de pesca da qual participa, a forma de vínculo empregatício, as condições de saúde, etc. são alguns fatores que influenciam o número de viagens feitas pelos trabalhadores durante o ano.

TABELA 66
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO O TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DAS VIAGENS,
DE ACORDO COM O TIPO DE PESCA REALIZADA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

DURAÇÃO DAS VIAGENS	TIPO DE PESCA			
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %	TOTAL %
15 dias	12,8	-	2,9	6,5
15 a 20 dias	12,8	-	-	6,0
20 dias	26,7	-	2,9	13,0
20 a 25 dias	18,6	-	5,9	9,8
25 dias	10,5	-	11,8	7,1
30 dias	16,3	3,1	5,9	9,8
35 a 40 dias	-	-	8,8	1,6
40 dias	2,3	1,6	8,8	3,3
45 dias	-	21,9	2,9	9,8
45 a 50 dias	-	7,8	11,8	3,3
50 dias	-	28,1	11,8	12,0
55 dias	-	31,3	17,7	14,1
60 dias e mais	-	4,7	-	1,6
Não soube responder	-	1,5	8,8	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 66 mostram que a diminuição do recurso natural resulta no deslocamento dos barcos para mais longe (especialmente no caso do camarão) e na realização de um maior número de arrastos para conseguir uma quantidade de peixe ou camarão que compense os custos das viagens, o que tem repercussões diretas no número de dias passados no mar.

5.2.5- PARCERIA

Quando indagados se já tinham trabalhado com o sistema de parceira, 75,0% dos patrões de pesca afirmaram que sim e 25,0% que não. Em relação aos pescadores, 87,0% já tinham trabalhado no sistema de parceria em algum momento e 13% nunca tinham trabalhado nesse regime. De acordo com os dados da pesquisa de campo, os trabalhadores da captura passam em média três anos no sistema de parceria.

QUADRO 17
OPINIÃO DOS PATRÕES DE PESCA EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE PARCERIA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
Não é vantajoso, pois não recebe os direitos trabalhistas	24,3	18,2
Os empresários não cumprem o que prometeram, os trabalhadores não sabem quanto é o volume de despesa e receita	20,7	18,2
É bom, pois ganha mais	-	18,2
Dá para ganhar mais, apesar de não ter carteira assinada	-	18,2
É um sistema de exploração injusto, pois os direitos dos trabalhadores são desrespeitados	13,8	9,0
É péssima, porque o trabalhador não ganha quase nada e perde os direitos trabalhistas	10,3	-
É bom, pois dá para ganhar dinheiro de acordo com o que pescar	6,9	9,1
É ruim, pois compromete o tempo para a aposentadoria	6,9	-
Não informou	3,4	-
Não pode informar, pois nunca trabalhou na parceria	3,4	9,1
Outro	10,3	-
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Para a maior parte dos patrões de pesca que estavam trabalhando com carteira assinada, a parceria era uma maneira de os empresários não pagarem os direitos

trabalhistas aos trabalhadores, vindo em seguida a opinião de 20,7% dos entrevistados de que o problema era os empresários não cumprirem o que prometiam e os trabalhadores ficavam sem ter um controle das despesas e receitas obtidas; em terceiro lugar, com 13,8%, vinha a opinião de que o sistema de parceria era uma forma injusta de exploração do trabalhador. De acordo com esses dados, observa-se que, entre os patrões de pesca com carteira assinada, a maior parte tinha uma opinião negativa sobre a parceria.

Em relação aos patrões de pesca que não possuíam o vínculo empregatício formal de trabalho, nota-se que existia uma divisão entre os que tinham uma opinião negativa e os que tinham uma opinião positiva sobre a parceria, pois o fato de ganharem mais, para esses trabalhadores, se equilibrava com o não recebimento dos direitos trabalhistas, o não cumprimento dos acordos pelos empresários e a falta de informação sobre as despesas e receitas das viagens.

Opinião do presidente do SINPPA sobre o sistema de parceria:

Quando existe parceria, a parceria em si, ela diz 'É parceiro, né? Vamo dividi o que deu', mas existia subordinação, existia, caracterizava tudo como um contrato trabalhista, quer dizer, o empregado em si, até na hora do contrato da parceria, ele não tomava conhecimento de nada. Pode ver que esse pessoal não sabe o conteúdo do que ele assinou, porque ele geralmente assinava no momento em que o barco tava desatracando e não dava tempo de ler. Então aí, as condições, só dava direito pro próprio empresário (presidente SINPPA).

QUADRO 18
OPINIÃO DOS PESCADORES EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE PARCERIA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
É uma forma de não pagar os direitos trabalhistas, o trabalhador não tem segurança e quando sai da empresa não tem direito a nada	39,1	17,9
O salário é baixo, pois descontam muita coisa, além de não ser fixo	14,8	16,1
Os empresários não cumprem o que prometem e enganam o trabalhador, os trabalhadores não têm idéia do que é vendido e nem do lucro recebido	8,6	19,6
É contra, pois compromete o tempo para aposentadoria	7,0	5,4
É um sistema de exploração injusto para o trabalhador	6,3	10,7
Não funciona, só quem ganha são os empresários	5,5	8,9
Não conhece, pois nunca trabalhou com esse sistema	3,1	-
Achava que estava melhor na parceria, pois ganhava mais	3,1	10,7
Outra	5,5	7,1
Não tem opinião	4,7	-
Não soube responder	2,3	3,6
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que as opiniões negativas sobre o sistema de parceria predominam tanto entre os trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada quanto entre os que não possuíam vínculo formal de trabalho na empresa em que estavam trabalhando no momento da pesquisa. A maioria dos trabalhadores formais, 39,1%, afirmou que, na parceria, o não recebimento dos direitos trabalhistas era considerado o aspecto que mais ressaltava nesse sistema de trabalho, enquanto para os trabalhadores informais, 19,6%, era o não cumprimento dos acordos informais por parte dos empresários em detrimento dos trabalhadores. Isso pode estar relacionado ao fato de os trabalhadores sem carteira assinada apresentarem uma insegurança que os deixa mais vulneráveis às ações das empresas.

As opiniões negativas dos trabalhadores sinalizam a existência de problemas na forma como a parceria foi implantada na prática. Tanto os trabalhadores como os

empresários demonstram dificuldades quanto ao entendimento da parceria como um sistema de trabalho diferenciado. Segundo um pescador:

Esse sistema de parceira foi uma maneira que eles acharam, os empresários, de tapear o pescador. ... Essa é a parceria: chega tira a despesa e é dividido uma parte pro barco, outra parte pro trabalhador e pro dono. Hoje não, o dono mete tudo no bolso, tudo é dele e acabou-se. ... Eles (empresários) ficam com 80% e 20% fica pro trabalhador. Isso é parceria? Você pagando tudo, pagando óleo, pagando tudo? Isso não é parceria (pescador).

Problemas causados ao SINCOMPESCA devido à adoção do sistema de parceria:

Na parceria não tinha carteira assinada, então, não podia entrá nada aqui no sindicato, esse foi um dos problemas causados pela parceria para o sindicato, o sindicato passou por muitas dificuldades financeiras (presidente do SINCOMPESCA).

5.2.6-CONDIÇÕES DE TRABALHO

TABELA 67
TRABALHADORES DA CAPTURA, SEGUNDO O RECEBIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS
DISTRITO DE ICOARACI
2002

DIREITOS TRABALHISTAS	%
Recebe algum direito trabalhista	69,3
13º salário, adicional de férias e insalubridade/periculosidade	25,0
13º salário e adicional de férias	13,0
13º salário e insalubridade/periculosidade	11,4
Somente 13º salário	9,2
Somente insalubridade/periculosidade	4,3
13º salário, adicional de férias, hora extra e insalubridade/periculosidade	1,6
Adicional de férias e insalubridade/periculosidade	1,1
13º salário, adicional de férias, adicional noturno e insalubridade/periculosidade	1,1
Etapa	1,1
13º salário, adicional de férias, hora extra, adicional noturno e insalubridade/periculosidade	0,5
13º salário, adicional de férias e etapa	0,5
Insalubridade/periculosidade e etapa	0,5
Não recebe nenhum direito trabalhista	30,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 67, a maior parte dos trabalhadores afirmou receber algum tipo de direito trabalhista, contudo percebeu-se, durante a realização da pesquisa, que eles não tinham certeza dos direitos que realmente recebiam. Deve-se destacar também o percentual expressivo dos que disseram não receber qualquer tipo de direito trabalhista. Essa informação é mais um indicador de precariedade.

Em relação ao sistema de contratação, um pescador revelou:

Aqui de carteira assinada, quando é no fim do ano, se for desembarcar no período do defeso, eles chamam a gente pra fazê um acordo perdendo 70, 80%, né? Do tempo que a gente tinha e que tem aquilo ali. A gente perde tudo isso porque o quê que eles diz: 'Você faz um acordo com a gente, você tem direito a volta no emprego, senão não tem direito a volta no emprego'.

Aí a pessoa faz o que, né? Vive daquilo, depende daquilo se assujeita, né? Se assujeita ao que os empresário quer (pescador).

Quando indagados se contribuíam para alguma previdência social pública ou privada, 87,5% afirmaram pagar seu INSS e 12,5% não contribuíam.

Em relação a dificuldades enfrentadas no trabalho, 75,5% disseram enfrentar algum tipo de problema no trabalho e 24,5% afirmaram não enfrentar nenhum tipo de dificuldade durante a realização de suas atividades.

TABELA 68
PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PATRÕES DE PESCA EM SEU TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PROBLEMAS NO TRABALHO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE%	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Mau tempo no mar (frio, chuva, maresia, vento, calor)	37,5	5,3	14,3
Falta de equipamentos adequados para trabalhar	12,5	15,7	14,3
Falta de segurança na embarcação	12,5	10,5	28,5
Violência e risco de roubo no mar, ocasionado pela pirataria	12,5	5,3	14,3
Falta de tempo para descansar (dormir)	-	15,7	-
O camarão está diminuindo	-	21,0	14,3
Falta de fiscalização da Capitania dos Portos	-	5,3	-
Ficar muito tempo longe da família	-	5,3	-
Conflitos entre a tripulação	-	5,3	14,3
Acidentes freqüentes nas viagens/o trabalho é arriscado	-	5,3	-
Não soube responder	-	5,3	-
Outro	25,0	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 68 mostram que, em relação aos padrões de pesca que participavam da pesca de peixe, o principal problema era o mau tempo no mar, com percentual de 37,5%, vindo a seguir, com percentuais de 12,5% cada um, a falta de equipamentos adequados para trabalhar, a falta de segurança na embarcação e a violência e risco de roubo no mar. Para os que trabalhavam na pesca do camarão, o principal problema era a diminuição desse recurso (21,0%), surgindo em seguida, com percentuais iguais de 15,7%, a falta de equipamentos adequados para trabalhar e a falta de tempo para descansar, e por fim, com 10,5%, a falta de segurança na embarcação. Para os trabalhadores que desenvolviam a pesca de peixe e camarão, o principal problema era a falta de segurança na embarcação, com 28,5%, aparecendo, posteriormente, com percentuais de 14,3% cada um, o mau tempo no mar, a falta de equipamentos adequados para trabalhar, a violência e risco de roubo no mar, a diminuição do camarão e a existência de conflitos entre a tripulação.

Condições de trabalho da tripulação, segundo um gerente entrevistado (esse depoimento entra em contradição com o que os trabalhadores dizem sobre isso):

Toda hora eles comem. Se tem que trabalhar de madrugada, acorda, eles estão trabalhando, estão se alimentando. Terminou o trabalho, eles estão se alimentando. É uma sopa, o que eles quiserem. Se eles quiserem fazer um cozidão lá, eles fazem. Assar uma carne em brasa, eles fazem. Nessa parte eles não têm do que reclamar. Agora é necessário [se alimentar bem], viu? Realmente tem que estar bem, porque o trabalho deles lá é... vamos dizer um pouco assim... duro. É perigoso às vezes, muito risco, que a gente vê, acontece muito pouco acidente (gerente CQD).

Conforme o presidente do SINCOMPESCA, a situação é bastante diferente:

Tem barco que sai daqui, com três dia acabou o rancho 'Ah, eles tão em cima do peixe, tão em cima do camarão', mas os pescadores não comem só isso não (presidente SINCOMPESCA).

As condições de trabalho são muito ruins nos barcos, segundo um pescador:

Na época de inverno não dorme ninguém não, porque quando começa a chover, é o mesmo que tá do lado de fora começa a cair água das goteira. Cai no primeiro beliche e já vai escorrendo de um pro outro. O último que tá embaixo também tem que levantá, mas até agora ainda não ajeitaram. Eu já vou fazê o quê? Mais de dois ano nele, mais ainda não ajeitaram, o que fizeram lá foi botarem uma massa de concreto em cima, mas mesmo assim, ainda não deu pra tapá o buraco que tinha (pescador).

TABELA 69
PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PESCADORES EM SEU TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PROBLEMAS NO TRABALHO	TIPO DE PESCA		
	PEIXE %	CAMARÃO %	PEIXE E CAMARÃO %
Mau tempo no mar (frio, chuva, maresia, vento, calor)	13,9	9,4	-
Falta de segurança na embarcação, os barcos são muito velhos	15,5	18,9	25,7
Falta de equipamentos adequados para trabalhar	8,6	15,0	10,3
Falta de tempo para descansar (dormir) e comer	12,1	11,3	12,9
Baixo salário	6,9	7,5	2,6
O trabalho prejudica a coluna	5,2	3,8	2,6
Demora para receber a remuneração da produção	5,2	-	2,6
Forte barulho do motor do barco	5,2	1,9	-
O rancho não é suficiente para os dias que passam no mar	3,4	1,9	-
As empresas não querem pagar todos os direitos trabalhistas	3,4	5,7	2,6
Muito serviço/serviço muito pesado/excesso de trabalho	1,7	5,7	5,1
Conflitos entre a tripulação	1,7	1,9	5,1
Os acidentes são freqüentes nas viagens/o trabalho é arriscado	-	-	12,8
Outro	17,2	17,0	17,7

Total	100,0	100,0	100,0
-------	-------	-------	-------

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 69 revelam que, entre os pescadores que trabalhavam na pesca de peixe, o principal problema enfrentado durante as viagens era a falta de segurança nas embarcações (15,5%), vindo em seguida o problema de mau tempo no mar (13,9%) e a falta de tempo para descansar e se alimentar (12,1%). Para os que trabalhavam na pesca do camarão, o principal problema, com 18,9%, era a falta de segurança na embarcação (talvez isso esteja ligado ao maior número de dias que passam no mar), vindo em seguida a falta de equipamentos adequados para se trabalhar, com um percentual de 15,0%. O pouco tempo para descansar e se alimentar aparece depois com o percentual de 11,3%. Para os que desenvolviam a pesca de peixe e camarão, o principal problema era a falta de segurança na embarcação, com 25,7%, vindo em seguida, com 12,9%, o pouco tempo para descansar e se alimentar e, com 10,3%, a falta de equipamentos adequados para efetuar seu trabalho.

Segundo o relato dos pescadores, o trabalho realizado a bordo é bastante intenso:

Você pega o camarão, tira a cabeça um por um, com o máximo de cuidado. É muito trabalho (pescador).

Porque o camarão, o camarão é o seguinte, se tiver camarão 24 hora, você não dorme. Só vai dormir quando ninguém agüenta mais, aí o sujeito ancora o barco e vai dormir 6, 7 hora e

começa de novo. Mas é assim, enquanto tem, a gente não tem tempo pra comer, pra dormir, nem nada (pescador).

Em relação ao contrato de trabalho atual, 94,6% declararam que seu contrato de trabalho tinha um caráter permanente e 5,4% disseram que estavam trabalhando como temporários. É preciso ressaltar que esse contrato podia ser feito conforme as normas legais ou não. Para os entrevistados, o contrato permanente não significava necessariamente uma maior segurança no trabalho. Entre os que declararam ter um contrato temporário, 50% eram contratados no sistema de parceria; 20,0% tinham feito um contrato por safra e 30,0% um contrato por viagem.

No que se refere a acidentes no trabalho, 59,2% disseram que ainda não haviam sofrido nenhum acidente durante seu trabalho e 40,2% afirmaram já ter sofrido algum tipo de acidente durante a realização de suas atividades produtivas.

TABELA 70
TIPO DE ACIDENTE SOFRIDO NO TRABALHO PELOS TRABALHADORES DA CAPTURA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

TIPO DE ACIDENTE	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
Corte no dedo da mão	16,1	5,6
Contusão na coluna	16,0	16,7
Corte na perna	8,9	11,1
Fratura no dedo da mão	7,1	11,2
Fratura na perna	5,4	-
Corte no pé	5,4	-
Ferroada de peixe	5,4	11,1
Queimaduras nas mãos e braços	3,6	11,1
Fratura na cabeça	3,6	-
Outro	28,5	33,2

Total	100,0	100,0
-------	-------	-------

Fonte: pesquisa de campo.

Entre os trabalhadores com carteira assinada, o acidente mais freqüente foi o corte no dedo da mão, com 16,1%, estando praticamente empatado com as fraturas na coluna sofridas pelos trabalhadores, com 16,0%, vindo a seguir o corte na perna, com 8,9%. Entre os trabalhadores que não tinham carteira assinada, baques na coluna apareceram em primeiro lugar com 16,7%, vindo em seguida, com 11,2%, a ocorrência de fraturas nos dedos das mãos e, com percentuais de 11,1% cada, corte na perna, ferroadada de peixe e queimaduras nas mãos e braços.

Deve-se destacar, nesse contexto, que os acidentes são freqüentes e terminam sendo considerados pelos trabalhadores como algo normal. Portanto, o número de trabalhadores que sofrem algum tipo de problema físico, durante a realização de seu trabalho, provavelmente é bem maior do que mostram as estatísticas coletadas durante a pesquisa de campo. Isso demonstra que a atividade de captura é um trabalho bastante perigoso.

Sobre acidentes e doenças, os entrevistados contam:

Estoura o moitão, já morreu gente que pegou na cabeça. É um trabalho duro e perigoso (pescador).

A dor maior é coluna. O pescador sente muita dor de coluna, é a doença do pescador. Fica muito tempo sentado descabeçando camarão (pescador).

E o pescador que fica pisando no gelo. Não tem essas roupa preparada pra frio. É uma calça jeans que você compra, uma roupa velha, uma bota (pescador guincheiro).

A gente fica com os dedo da mão tudo queimado, sente dor de cabeça, dá uma zonzeira. Eu sou meio surdo, fico ouvindo uns zumbido no ouvido mesmo depois da viagem, mas todos os motoristas sofrem dessas coisas, né? (pescador motorista).

Não é considerado acidente, porque acontece muito esse negócio de escorrego assim, rasgadura. Pega um peso de mau jeito, aí escorregou, dá aquele estalo assim, você sente aquele estalo e a hérnia aparece (pescador).

Viagem de 30 dias, 28 dias quando a gente chegava aqui. Geralmente quem penava mais eram os pescadores, a unha deles sangrava, sangrava que aquela resina da cabeça do camarão, às vezes um furozinho na luva penetra, né? (patrão de pesca).

Para a pessoa humana no mar, o maior inimigo é o sono. Dando muito camarão, muito peixe, eu já passei uns quatro dia dormindo uma hora, duas hora e tinha que tomar café junto com outras coisa, tomei tanto café, mas tanto café, que me deu diarreia, tanto café que tomava pra passar o sono (patrão de pesca).

O empresário devia ir lá fora sabê como é pegá chuva, sol, sereno, furada de peixe, furada de camarão, o empresário tinha que vê. Não realmente o trabalhador, ele trabalha, é suado, mas aqui não, qué sabê de tratá o camarão bem, o peixe bem tratado, trazê pra firma, mas quando chega aqui não recupera o trabalhador (pescador cozinheiro).

Entre os que sofreram algum tipo de acidente, apenas 38,6% receberam algum tipo de ajuda da empresa e 61,4% não receberam qualquer tipo de auxílio.

TABELA 71
TIPO DE AJUDA RECEBIDA DA EMPRESA PELOS TRABALHADORES DA CAPTURA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

TIPO DE AJUDA RECEBIDA	C/CART. ASSIN.	S/CART. ASSIN.
Empresa encaminhou para atendimento médico e pagou os remédios	42,7	33,3
Recebeu uma certa quantia em dinheiro da empresa	23,8	33,4
A empresa concedeu alguns dias de folga para o trabalhador	14,3	-
Recebeu dinheiro da empresa para comprar remédios	4,8	-
A empresa encaminhou para atendimento médico	4,8	33,3
Outra	9,6	-
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo a Tabela 71, o tipo mais comum de ajuda recebida pelos trabalhadores formais foi o encaminhamento para atendimento médico e a compra de remédios por parte da empresa, com 42,7%, vindo em segundo lugar, com 23,8%, o recebimento de uma certa quantia em dinheiro pelo trabalhador e, em terceiro lugar, com 14,3%, a concessão de alguns dias de folga para o trabalhador. Entre os que não tinham carteira assinada, 33,4% receberam uma certa quantia em dinheiro da empresa, sendo seguido por percentuais iguais de 33,3% cada, as situações em que a empresa encaminhou para atendimento médico e pagou os remédios e em que a firma apenas encaminhou para atendimento médico. O que deve ser destacado é que, em razão dessas práticas, não se encontraram registros de acidentes de trabalho em empresas de pesca nas Unidades Municipais de Saúde do bairro da Pratinha e do Distrito de Icoaraci, o que dificultou conhecer um número mais aproximado dos acidentes que aconteciam. Ao mesmo tempo, nota-se que os trabalhadores não tinham idéia das conseqüências e gravidades dos acidentes que sofriam, pois, como já foi dito, os acidentes eram tão corriqueiros na atividade de captura que acabaram sendo introjetados, pelos trabalhadores, como algo inerente à profissão.

Entretanto, apesar de ser uma atividade bastante perigosa, quando se perguntou se os trabalhadores estavam procurando outro trabalho, 26,6% disseram que sim e 73,4% que não estavam fazendo isso. Esse dado sinaliza que, apesar dos problemas enfrentados, esses trabalhadores não se sentiam estimulados a buscar um outro tipo de ocupação, o que pode estar relacionado às dificuldades do mercado de trabalho local, pois os entrevistados eram, em sua maioria, trabalhadores com nível de escolaridade baixa e com idade avançada, conforme já visto em tabelas anteriores, o que aumentava suas dificuldades de inserção no mercado. Entre os que tinham carteira assinada, 20,3% disseram estar procurando outro trabalho e 79,7% não. Já para os trabalhadores informais, devido à sua própria condição de maior precariedade, 41,1% estavam procurando outro trabalho e 58,9% não estavam fazendo isso.

TABELA 72
TRABALHADORES DA CAPTURA, DE ACORDO COM O MOTIVO PARA ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
Para ganhar mais	34,7	17,4
A empresa não paga direito	15,4	26,2

Deseja sair do ramo da pesca	15,4	17,4
A empresa não dá condições de trabalho	15,3	13,0
Não têm os direitos trabalhistas	-	13,0
Outro	11,5	8,7
Não respondeu	7,7	4,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que, entre os trabalhadores formais, a busca por um emprego em uma empresa em que possam ter um salário maior é o principal motivo para desejarem mudar de trabalho, enquanto que, para os trabalhadores informais, é o fato de não receberem integralmente seus rendimentos. Isso sinaliza, conforme já mencionado, que os trabalhadores sem carteira assinada estão em uma posição mais precária no mercado de trabalho, o que os faz também desejarem sair do ramo da pesca.

TABELA 73
TRABALHADORES DA CAPTURA, DE ACORDO COM O MOTIVO PARA NÃO ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
Tem um trabalho com carteira assinada	26,5	-
Está bem na empresa, está satisfeito com a empresa	15,8	6,1
Todas as empresas são iguais	10,8	18,2
Está conformado com a situação atual, pois emprego está difícil	9,8	9,1
Está há pouco tempo na empresa	3,9	12,1
Falta de tempo	3,9	12,1
Falta de perspectiva	2,9	6,1
Não tem outra opção	2,9	6,1
Pouco estudo	2,9	-

Tem um trabalho	-	21,2
Outro	15,7	6,0
Não respondeu	4,9	3,0
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Para os trabalhadores formais, o simples fato de estarem em um trabalho com carteira assinada já é considerado um forte motivo para não procurarem outro emprego, independentemente do quanto possam estar insatisfeitos com seu trabalho. Uma situação parecida também pode ser observada entre os trabalhadores informais, pois para estes “ter um trabalho” também é considerado um privilégio, embora suas condições de trabalho sejam ruins. Nota-se, assim, as grandes dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores para conseguir uma colocação. Observa-se, também, que entre os trabalhadores com carteira assinada, o nível de satisfação com a empresa em que estavam trabalhando era maior.

Quando perguntados se possuíam outra atividade, além do trabalho atual, 91,8% disseram que não e, apenas, 8,2% informaram ter alguma outra ocupação. Entre estes, 53,4% tinham uma pequena venda de gêneros alimentícios e bebidas em suas casas; 33,3% realizavam “bicos” em serviços de construção civil e 13,3% trabalhavam como taxistas.

A insatisfação em relação ao trabalho era um fator bastante presente entre os entrevistados, pois, quando indagados se gostariam de mudar de trabalho, 66,3% responderam que gostariam de mudar e 33,7% que não. Entre os que tinham carteira assinada, 63,3% gostariam de mudar de trabalho e 36,7% não. Entre os que não tinham vínculo empregatício formal, 73,2% desejava mudar de trabalho e 26,8% não desejava isso.

TABELA 74

**TRABALHADORES DA CAPTURA, DE ACORDO COM O MOTIVO PARA ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002**

MOTIVO PARA DESEJAR MUDAR DE TRABALHO	C/CART. ASSIN.%	S/CART. ASSIN.%
Porque ganha pouco	21,5	34,1
Porque fica muito tempo longe da família	14,3	14,9
O trabalho na pesca é muito cansativo	11,2	6,4

Porque a quantidade pescada está cada vez menor	7,1	6,4
O trabalho na pesca é muito pesado	6,1	2,1
Porque trabalha muito e ganha pouco	6,1	-
Para trabalhar por conta própria	6,1	4,3
Porque a pesca traz muitos problemas para a saúde	4,1	2,1
Gostaria de ter um trabalho em terra	3,1	2,1
Porque está com uma idade avançada	3,1	2,1
Outro	17,3	25,5
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Quando se examinam os motivos para esse desejo de mudar de trabalho, a necessidade de ter um aumento salarial surge como o principal fator para os dois grupos de trabalhadores, contudo isso é mais acentuado para os que estão sem carteira assinada. É interessante destacar também que o fato de ficar muito tempo longe da família aparece com percentuais bem parecidos para os dois grupos (14,3% para os pescadores com carteira e 14,9% para os trabalhadores sem carteira), o que fornece uma idéia da solidão sofrida por esses trabalhadores, pois terminam passando a maior parte de sua vida no mar e não têm um contato maior com a família.

Ainda em relação à rotatividade, 70,1% afirmaram que normalmente permaneciam, durante um ano, trabalhando na mesma empresa e 29,9% declararam que passavam por várias empresas nesse período de tempo. Entre os que trabalhavam em várias empresas, 83,6% trabalhavam normalmente em duas empresas por ano; 5,4%, em duas a três empresas por ano e 11,0%, em três empresas por ano.

QUADRO 19

MOTIVO PARA TRABALHAR EM MAIS DE UMA EMPRESA DURANTE O PERÍODO DE UM ANO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

MOTIVO PARA PASSAR POR VÁRIAS EMPRESAS DURANTE UM ANO	%
A empresa não pagava direito	22,2
As empresas demitem durante o defeso	14,5
As empresas não querem pagar os direitos sociais dos trabalhadores, não querem assinar a carteira	12,7

Não estava satisfeito e pediu para sair	10,9
Não tinha carteira assinada e é sempre mandado embora	7,2
É costume as empresas demitirem os pescadores antes de completarem 1 ano	5,4
Estava trabalhando em regime de parceria e não pagavam corretamente	5,4
A empresa faliu	3,6
Adoeceu e a empresa o mandou embora, pois não tinha carteira assinada	3,6
Outros	14,5
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

O principal motivo para o trabalhador passar por várias empresas durante o período de um ano, com 22,2%, estava ligado à questão da remuneração que, de acordo com os entrevistados, não era feita corretamente pelas empresas; o segundo, com 14,5%, era o fato de as empresas demitirem durante o período de defeso do camarão e o terceiro, com 12,7%, o fato de as empresas não pagarem corretamente todos os direitos trabalhistas dos trabalhadores.

5.2.7- TERCEIRIZAÇÃO

TABELA 75
MUDANÇAS TRAZIDAS NO TRABALHO PELA TERCEIRIZAÇÃO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MUDANÇAS TRAZIDAS PELA TERCEIRIZAÇÃO DA CAPTURA	C/CART. ASSIN. %	S/CART. ASSIN. %
Não ocorreu nenhuma mudança, a exploração continua a mesma	22,7	21,4
Reduziu o salário	21,9	21,4
As pequenas empresas não querem assinar a carteira do trabalhador	8,6	19,6
As pequenas empresas pagam melhor o trabalhador	6,2	1,8
Gerou mais emprego	6,2	3,6
Aumentou o desemprego	5,5	5,4
Piorou a situação do trabalhador, pois existem muitas empresas clandestinas	5,5	1,8

Não trouxe melhora para o trabalhador	3,9	-
A pequena empresa é mais organizada que a grande empresa	1,6	-
Outras	11,7	16,1
Não soube responder	6,2	8,9
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A terceirização não trouxe mudanças significativas do ponto de vista dos trabalhadores. Essa situação pode estar ligada ao fato de que, para eles, só mudaram os empregadores, pois a tecnologia de pesca e as condições de infra-estrutura dos barcos continuaram as mesmas. Contudo a redução do salário e a diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada foi acentuada com a criação das microempresas, sendo os trabalhadores informais os mais atingidos por isso.

Opinião do presidente do SINPPA sobre o arrendamento dos barcos:

Os barcos na verdade nunca deixaram de ser administrados pelas empresas. Na verdade, nunca os barcos saíram do domínio das empresas. O dia-a-dia nosso que estamos lá dentro do barco, as empresas sempre tiveram o domínio. Nós só fazemos o que elas manda (presidente SINPPA).

Relatos dos pescadores sobre o trabalho nas microempresas:

[Trabalhar em uma microempresa] é o mesmo que você trabalhá numa empeleiteira, é o mesmo que você trabalhá dentro duma firma de construção, mas não trabalhá pra essa firma. Trabalhava dentro da [indústria], mas não era funcionário dela (pescador).

Não melhorou nada [deixar de trabalhar em empresa grande para uma microempresa] . Não existe essa história de empresa pequena e empresa grande [indústria]. O que a grande faz, a pequena acompanha. As pequenas faz o que as grandes mandam. A nossa situação não melhorou nada. O que melhorou foi que antes não tinha salário [na parceria] e assinaram a carteira de algumas pessoas (pescador cozinheiro).

5.2.8-PROGRAMA ANÁLISE DE PERIGOS EM PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE –APPCC

Em relação ao conhecimento sobre o programa APPCC, 52,5% dos patrões de pesca afirmaram já ter ouvido falar no programa e 47,5% que não. Entre os pescadores, o desconhecimento sobre o APPCC era maior, pois 75,0% disseram não conhecer o

programa e apenas 25% afirmaram conhecê-lo. Isso demonstra a existência de dificuldades de difusão do programa entre os trabalhadores da captura.

Pescadores e programa APPCC:

De todos aqui o mais difícil é barco, né? Sabe porquê? Porque nós temos que ter, pelo menos, uma reunião anual com os pescadores, porque uns são muito rudes, acham que a gente tá querendo atrapalhar o serviço deles, eles são assim... outro tipo de categoria pra gente conversar, entendeu? (gerente CQD).

Entre os que afirmaram conhecer o programa APPCC, 76,1% participaram de algum tipo de treinamento sobre o programa e 23,9% não tinham participado de treinamento algum. Em relação a esse treinamento, 58,8% disseram ter participado de treinamento sobre tratamento, conservação e higiene do camarão; 35,3% afirmaram ter recebido treinamento sobre tratamento, conservação e higiene do peixe e 5,9% treinamento sobre tratamento, conservação e higiene do camarão e do peixe.

Segundo o presidente do SINCOMPESCA, as empresas não ministram cursos para a maioria dos trabalhadores:

Não dão nada, é tudo mentira. Eles não dão curso pra nada. Pra dizer que eles tão se incomodando com o funcionário é mentira, essas empresas só se incomodam com o dinheiro (presidente SINCOMPESCA).

Quando perguntados sobre quem ministrou o treinamento sobre o APPCC, 94,1% disseram que foi a Gerência do Controle de Qualidade das indústrias processadoras e 5,9% os centros de formação profissional.

QUADRO 20
OPINIÃO SOBRE O TREINAMENTO NO PROGRAMA APPCC
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE O TREINAMENTO	%
Aprendeu coisas novas e passou a utilizá-las no trabalho	29,4
Achou bom, pois trouxe mais conhecimento	20,6
Aprendeu a tratar e a conservar melhor o camarão	14,7
Não trouxe nada de novo, pois já sabia o que foi repassado. Não mudou suas práticas no trabalho	11,8

É importante, mas a empresa não dá condições de cumprir o que é repassado	8,8
Aprendeu a tratar e a conservar melhor o peixe	8,8
Outras	5,9
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo os dados do Quadro 20, a maior parte dos trabalhadores teve uma impressão positiva do treinamento, pois para 29,4% houve a aprendizagem de coisas novas que passaram a ser utilizadas no trabalho; a seguir, com 20,0%, estão os que acharam o treinamento bom por ter trazido mais conhecimentos sobre o desenvolvimento da atividade; com 14,7% apareceram os que afirmaram ter aprendido a tratar e a conservar melhor o camarão.

Ainda sobre os treinamentos do programa APPCC, os pescadores revelam:

Eu nunca fiz treinamento [noções sobre o APPCC]. Eu controlo a qualidade do meu produto, eu sei o que vai dar pra futuramente voltar pro processamento. E todo pescador, principalmente de camarão, ele sabe o que faz. Aí o que acontecia, quando chegava na empresa ele sabia o que ia dá, mas na empresa sempre dá menos, mas o pescador sabe o que pegou (patrão de pesca).

Olha, essas mudança pra mim não beneficiou nada [treinamento sobre o APPCC], porque eu já sei como é que faz o meu trabalho (pescador).

Tive [treinamento sobre o APPCC]. Antes da gente pegá o camarão, tem que lavá bem as mãos, de 15 minuto antes a gente tem que deixá a mangueira em cima do convés pra gelar bem o convés, deixá o convés frio pra não empreter o camarão e tratar bem, ter muito cuidado. A gente tem que ter o máximo cuidado. E esse ano teve outro curso lá na [empresa processadora], que disseram que encontraram não sei que tipo de bactéria no camarão, que disseram, aí fizeram mais uns curso. Por uma parte é bom né? Que ele vai sabê tratar o camarão, mas a maior raiva do pescador é o seguinte, que ele trata bem o camarão e aqui 'Ah, o camarão não deu isso, o camarão deu aquilo', dá sempre pra menos (pescador guincheiro).

Entre os que participaram de algum tipo de treinamento sobre o APPCC, 71,4% consideraram que o programa trouxe uma contribuição boa para seu trabalho; 8,6% acharam que a contribuição foi muita boa para o desenvolvimento de suas atividades e 20,0% disseram que o programa não trouxe nenhuma contribuição para seu trabalho.

5.2.9-SINDICATO

Entre os patrões de pesca, 72,5% disseram ser filiados ao seu sindicato (SINPPA) e 27,5% que não eram. Entre os pescadores, o nível de filiação era maior, 87,5% declararam ser filiados ao sindicato (SINCOMPESCA) e 12,5% não possuíam filiação sindical.

QUADRO 21
MOTIVO PARA SER FILIADO AO SINDICATO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA SER FILIADO AO SINDICATO	C/CART. ASSIN.%	S/CART. ASSIN.%
O sindicato defende a categoria	20,9	21,9
É obrigatório para poder trabalhar legalmente	13,3	9,8
O sindicato defende os direitos dos trabalhadores	9,2	2,4
Por influência dos amigos pescadores	6,7	2,4
O sindicato fornece tratamento médico e odontológico	6,7	17,1
Antigamente o sindicato era bom e defendia os trabalhadores; tinha mais força	5,0	4,9
É descontado pela empresa e foi obrigado a se associar	5,0	9,8
Pode precisar se a empresa o despedir	3,3	-
A empresa exigiu	3,3	4,9

A empresa encaminhou	3,3	-
O sindicato ajuda nas negociações trabalhistas	2,5	2,4
Não soube responder	0,8	-
E um bom sindicato	0,8	-
Não quis responder	0,8	-
Outros	17,5	24,4
Total	100	100

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com as informações do Quadro 21, a maior parte dos trabalhadores da captura se filiou ao sindicato por ser um órgão de defesa da categoria, isso tanto para os trabalhadores formais (20,9%) quanto para os informais (21,9%). Um fato que deve ser destacado é que, para os trabalhadores informais, o sindicato assume um papel de agente assistencialista, pois o que é primeiramente valorizado é o fato de o sindicato proporcionar atendimento médico e odontológico, com um percentual de 17,1% contra 6,7% dos trabalhadores formais. O fato de ser obrigado a se filiar para poder trabalhar legalmente, com percentuais de 13,3% para os trabalhadores que tinham carteira assinada e de 9,8% para os que não tinham, revela que os sindicatos enfrentam problemas no sentido de atender às necessidades dos trabalhadores e que, talvez, os sindicatos de patrões de pesca e pescadores precisem reorganizar suas ações para atuarem de forma mais eficaz no processo de mudanças que vêm ocorrendo na pesca industrial, como no caso da terceirização da captura.

QUADRO 22

MOTIVO PARA NÃO SER FILIADO AO SINDICATO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

MOTIVO PARA NÃO SER FILIADO AO SINDICATO	C/CART. ASSIN.%	S/CART. ASSIN.%
O sindicato não resolve os problemas dos trabalhadores	37,5	13,3
O sindicato não faz nada pela categoria	25,0	-
Falta de interesse, falta de vontade	-	53,4
Porque o sindicato concordou com a redução do salário	-	13,3

Outros	37,5	20,0
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se, de acordo com o Quadro 22, que para os trabalhadores formais, a maior parcela (37,5%) achava que o sindicato não tinha condições de resolver os problemas dos trabalhadores, daí terem optado pela não filiação; a seguir, com 25,0%, vêm os que tinham a opinião de que o sindicato não fazia nada para ajudar a categoria, o que complementa a primeira opinião. Já entre os trabalhadores informais, a situação mudava, pois a grande maioria (53,4%) não era filiada por não ter interesse/vontade, vindo a seguir, com percentuais de 13,3% cada um, o fato de que o sindicato não resolvia os problemas dos trabalhadores e que o sindicato tinha concordado com a redução de salário dos trabalhadores da captura.

QUADRO 23
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINPPA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO	%
Faz um bom trabalho pela classe, pois procura defender os interesses dos patrões de pesca	13,8
O sindicato está bom	13,8
O sindicato está regular	13,8
Não concorda com a ação do sindicato, pois não vê interesse da diretoria em ajudar os patrões de pesca	10,3
O sindicato não está fazendo nada	10,3
O sindicato está lutando pelos trabalhadores, pois concordou em baixar o salário dos patrões de pesca	10,3
O sindicato não tem força nem moral para lutar por melhores condições para os	6,9

patrões de pesca	
O sindicato está bastante fraco	6,9
As empresas mandam no sindicato	6,9
Está bom , pois conseguiu recuperar os direitos dos patrões de pesca	3,4
Não reponderam	3,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação aos patrões de pesca, apesar de os maiores percentuais (13,8%) expressarem uma opinião positiva sobre a atuação de seu sindicato, quando se separam as opiniões positivas das negativas, os que estão descontentes somam o percentual de 51,6%, contra 44,8% dos que estão satisfeitos e 3,6% dos que não responderam.

QUADRO 24
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINCOMPESCA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO	%
O sindicato não tem força para lutar pelo pescador, não tem força para enfrentar as empresas	19,7
A atuação é ruim, os diretores não trabalham e o sindicato não ajuda os trabalhadores	11,7
Acha fraco, não resolveu o aumento do salário, concordou em baixar o salário	11,1
Acha boa, o sindicato ajuda e apoia os trabalhadores a conseguir seus direitos	10,5
Não luta pela categoria, fica mais a favor das empresas, aceita o que as empresas querem, há muita corrupção	9,3
Não está fazendo nada	5,6

O sindicato está lutando para aumentar o salário	4,9
Está faltando união dos pescadores, não defendem seus direitos e nem apoiam o sindicato	4,9
Com a atual diretoria, está trabalhando, melhorando	4,3
Acha boa, o sindicato trouxe a carteira assinada de volta e a oferta de novo atendimento médico ,odontológico e jurídico	3,7
Acha boa	3,1
Está razoável, regular	3,1
Acha que o sindicato deveria acabar, pois não resolve nada em benefício do trabalhador	2,5
Outra	5,6
Total	100

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação aos pescadores, os três maiores percentuais apresentavam uma opinião negativa quanto à atuação de seu sindicato. Isso pode estar relacionado ao fato de existir um grande número de pescadores cuja qualificação é baixa, ou seja, não apresentam diferenciação entre si, lutando por uma quantidade menor de emprego oferecida no mercado. Essa situação coloca o SINCOMPESCA diante de grandes desafios para conseguir atender às necessidades de seus associados.

Nesse contexto, é interessante tomar conhecimento da opinião de um pescador sobre a possibilidade de a categoria fazer uma greve para tentar obter melhoras em sua situação:

Eu acho que se a gente se unisse assim e dissesse 'Nós num vamo! Só se melhorá as nossas condições.', porque as empresa depende da gente o quanto a gente precisa das empresa também. Eles precisa da gente, né? Eu acho que se nós fizesse isso, talvez ... resolvesse alguma coisa (pescador).

Conseqüências, para os trabalhadores, da constituição de um sindicato dos patrões de pesca e um dos pescadores, segundo o presidente do SINCOMPESCA:

Quanto mais divide, mais enfraquece, né? E foi o que aconteceu. Hoje em dia a gente faz um acordo coletivo, a nossa proposta pras empresa, baseado, dentro da lei, dentro do que nós temos direito. Eles fazem os acordo deles lá e prejudica o nosso, porque nós nunca podemos ganhá mais do que eles, pela hierarquia nós não podemos ganhá mais do que eles. Nós

tivemos um ano aí, um dissídio coletivo, onde um motorista, as perda do motorista e os direito dele, dava mais do que o do patrão de pesca, mas a justiça indeferiu, indeferiu porque nós não podemos ganhá mais do que um patrão de pesca, se ele é o comandante como é que o motorista pode ganhá mais do que ele? E tem hierarquia a bordo, tem hierarquia. Quer dizer, que eles sempre prejudicaram os nossos acordo coletivo, mas se fizer a unificação, vamo ficá mais forte. Aí, se tiver que pará, pára todo mundo, se tiver que aceitá, aceita todo mundo. Não tem mais aquela coisa de nós aceitá e o patrão não aceitá, ou eles aceita e nós não aceita (presidente SINCOMPESCA).

5.2.10- RECURSO NATURAL

QUADRO 25

OPINIÃO SOBRE O RECURSO NATURAL PESCADO ATUALMENTE

DISTRITO DE ICOARACI

2002

OPINIÃO SOBRE O RECURSO NATURAL PESCADO	%
Diminui o tamanho e a quantidade do peixe e do camarão	16,4
Pescam peixe e camarão de vários tamanhos na rede de arrastão e a maioria é jogada fora , a rede de arrastão acaba com o pescado, matam os grandes e pequenos	11,4
Vem diminuindo a quantidade de peixes pescado	10,9
A cada dia está reduzindo a quantidade pescada	7,6
Vem diminuindo a quantidade de camarão pescado	7,1

A quantidade pescada está aumentando, a safra está boa	6,5
Diminui o peixe e o camarão porque não respeitam a época de reprodução das espécies	5,4
A quantidade pescada está diminuindo, passava menos dias e trazia mais quantidade	5,4
O defeso do camarão deveria ser maior	4,3
A exploração é muito grande, não dá tempo do pescado crescer, tem muitos barcos pescando de arrastão	3,8
Tem muito estrago de peixe	3,3
A cada ano está pior a pesca	2,7
As espécies estão se acabando	2,7
Deveria haver uma parada para o peixe se reproduzir e crescer	2,2
Está diminuindo peixe e camarão, porque não param no tempo certo	2,2
Deve haver uma parada total da pesca por um tempo (5 meses)	1,1
Precisa haver uma parada na pesca do peixe e do camarão	0,5
Tem que ir para mais longe para encontrar peixe e camarão	0,5
Outras	6,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em geral, a grande maioria dos trabalhadores tem a opinião de que o recurso natural pescado, tanto peixe como camarão, está diminuindo em tamanho e quantidade. Em razão disso, 97,8% disseram ser favoráveis ao defeso e 2,2% foram contrários a essa medida.

Posição tomada por um entrevistado sobre o defeso:

Agora do camarão, essa parada que eles fizeram aí, que tão querendo fazê, eu, eu no meu vê é uma parada errada, porque tá muito camarão miúdo. Você puxa a rede, chega vem aqueles camarãozinho desse tamanhinho assim, chega vem branca a rede, o convés fica Então, quando pára que vão começá a pescá novamente é na parada errada, que se deixasse, por exemplo, que esses camarão se desenvolvesse pra eles ir pescá e passasse três mês pelo menos, ou então parasse agora, agora, não numa parada que eles querem falá em outubro. Aí as coisa, pra mim, no meu vê, no conhecimento que eu tenho era melhó pra nós (pescador).

QUADRO 26

MOTIVO PARA SER FAVORÁVEL AO DEFESO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

MOTIVO PARA SER FAVORÁVEL AO DEFESO	%
Para que as espécies(peixe e camarão) possam se reproduzir e crescer	25,0
O defeso traz o aumento do peixe e do camarão (em quantidade e qualidade)	16,1
Se não pára a pesca toda, a pesca do peixe e do camarão vão se acabar	14,4
Para aumentar a quantidade de peixe	10,0
Para não se estragar muito peixe e camarão pequenos e aumentar a produção	8,9
Deveria ter um defeso para o peixe para se reproduzir e crescer	8,3
Para aumentar a quantidade de camarão	7,8
Deveria ser um período maior	2,8
Está ocorrendo uma diminuição na pesca	1,7
Tem que parar no tempo certo	1,1
O peixe pequeno é prejuízo para as empresas e para o pescador	1,1
Se houver ajuda das empresas e/ ou do governo para manutenção do emprego ou pagamento do seguro-desemprego	0,6
Outros	2,2
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A diminuição do recurso é percebida mais de perto pelos trabalhadores da captura, como já afirmado anteriormente, pois eles podem verificar diretamente a verdadeira situação das principais espécies exploradas. Todos os que não eram favoráveis ao defeso, se justificavam pela possibilidade de ficarem desempregados.

A redução dos recursos explorados faz com que os trabalhadores tenham que aumentar o número de arrastos para conseguir uma produção de acordo com as exigências do mercado, o que traz muitos danos aos bancos pesqueiros e camaroneiros:

As empresas só querem piramutaba de um palmo pra cima, menos de um palmo é tudo jogado fora. Às vezes você dá um arrasto desse. Você pega, vamo supor, 10 tonelada de peixe, num canto que tem peixe às vezes vem até mais, você aproveita 200, 300 quilo de peixe. O resto vai tudo morto pra água. (pescador).

Ah, sem dúvida, sem dúvida [o recurso natural pescado está diminuindo]. Inclusive tem essas pesquisa do IBAMA que não funciona, não funciona. (...) Todo ano tem essa discussão: já parou, vai pará? Quando é que pára? Será que tem camarão? Será que tem peixe? Mas a

tendência mesmo, se não houver essa paralisação pra desova, é acabar. Eu acho que daqui mais uns dez ano não tem mais nada (presidente SINCOMPESCA).

Esse camarão-rosa que a gente pesca no alto mar, eu há trinta anos atrás, a gente saía daqui, chegava ali em Salinas e já começava a arriar a rede. Agora, não, você vai no norte com três dia de viagem e só, e não traz a quantidade que se trazia. Naquele tempo a gente trazia 12, 14 tonelada de camarão em 25 dia, 30 dia, 20 dias. Hoje em dia, pra trazê 2 tonelada tem que passá 45 dia e longe daqui e camarão miúdo. Tá muito difícil (presidente SINCOMPESCA).

TABELA 76

O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR DA CAPTURA DURANTE O PERÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

DURANTE O PERÍODO DO DEFESO	PATRÕES DE PESCA %	PESCADORES%
É demitido e depois contratado pela mesma empresa	5,0	9,8
É demitido e depois contratado por outra empresa	12,5	17,9
Permanece como funcionário da empresa	80,0	69,0
Outras	2,5	3,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo as informações da Tabela 76, percebe-se que os patrões de pesca tinham uma estabilidade maior no emprego do que os pescadores, pois 80,0% permaneciam como funcionários da empresa durante o defeso do camarão contra 69,0% dos pescadores. Essa situação confirma a maior valorização do patrão de pesca, pelas empresas, em relação aos pescadores.

5.2.11- SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ

QUADRO 27

SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ

DISTRITO DE ICOARACI

2002

SUGESTÕES	C/ CART ASSIN %	S/ CART ASSIN %
Aumentar o salário da categoria	13,6	14,1
Parar por 4 meses a pesca	9,8	-
Acabar com a pesca de arrastão(mudar o método de pescar)	7,3	6,4
Melhorar a fiscalização no período do defeso	6,2	2,6
Defeso de 3 meses para o camarão	5,6	1,3

Defeso de 4 meses para o camarão	5,1	6,4
Implantar um período de defeso de 6 meses para o peixe e camarão	4,5	5,1
Parar por 3 meses a pesca	3,9	1,3
O governo deveria conceder seguro desemprego para os pescadores industriais durante o período de defeso	3,4	3,9
Deixar o peixe crescer um pouco mais	2,8	-
Melhorar as embarcações	2,8	6,4
Defeso de 4 meses para o peixe	2,3	6,4
Defeso de 3 meses para o camarão	1,7	1,3
Aumentar o salário e a produção do pescador	1,7	-
Defeso de 6 meses para peixe	1,7	-
Punir as empresas que não assinam a carteira dos trabalhadores	1,7	7,7
Aumentar a produção do pescador	1,1	1,3
Fiscalizar as irregularidades das empresas de pescas	1,1	5,1
Defeso de 3 meses para o camarão	-	5,1
Outras	16,9	14,1
Não tem sugestão	6,8	12,8
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que a questão do aumento salarial da categoria aparece como a principal sugestão, com 13,1%, para os trabalhadores formais e 14,1% para os trabalhadores informais. Os problemas ambientais de diminuição do recurso explorado fazem com que os trabalhadores também sugiram períodos de parada na pesca de peixe e de camarão, mudanças no método da pesca de arrastão, melhora na fiscalização para que o defeso seja realmente cumprido, ou seja, ao contrário do que se poderia, em um primeiro momento, imaginar, os trabalhadores da captura da pesca industrial têm, sim, uma grande preocupação com os danos ambientais ocasionados por essa atividade produtiva e estão prontos a colaborar para a tomada de medidas no intuito de aumentar os estoques pesqueiros. Uma prova disso é que, embora passem por condições de trabalho bastante precárias, sugestões nesse sentido têm muita relevância para os entrevistados.

A situação tá muito diferente, naquele tempo a pesca era melhor. Produção existia bastante, a gente não se preocupava com salário, com nada. Não se preocupava. Tinha à vontade

muito camarão, muito peixe, fartura. As empresas não eram como são agora. Agora elas enganam o pescador, elas fazem ... só querem pra ela, só querem pra ela, não querem dá nada, alegam que tãõ no vermelho. Agora eu fico coisa, porque essas empresa tudo se queixam que tãõ no vermelho, agora todo ano trocam de carro e são tudo fumado. E o pescador, antigamente, o pescador ia fazer um crediário e qualquer loja fazia questão de vendê pro pescador, hoje em dia não faz. (presidente do SINCOMPESCA).

Em relação à fauna acompanhante, não há um estímulo para que os trabalhadores tragam essa produção pescada, pois conforme o entrevistado, não recebem a mais por isso:

Olha, nós levamos 6.600 quilos de peixe e lá o [diretor da empresa] disse 'Olha, não dá pra pagar a despesa, mas como tu trouxeste todo esse carregamento aí de xaréu, olha, eu não vou pagar vocês, mas dá pra aliviar a despesa'. A tripulação ficou querendo a morte dele, com raiva de tanto xaréu que eles trouxeram e não ganharam um centavo. É gente assim ... semi-analfabeta é fácil de um doutor, um PHD levar na conversa (patrão de pesca).

Eu já perdi muito sete barbas. Uma vez, na firma [nome da empresa] a gente fez um acordo pra repartir. Ficou tudo certo, mas quando nós voltamos ele [proprietário da empresa] e na hora que nós chegamos ele disse que tinha mudado de idéia e ficou com tudo (patrão de pesca).

Esses dados servem como um primeiro indicador para que se comecem a repensar as idéias sobre o pescador industrial como uma pessoa que não se preocupa com a degradação da natureza.

5.3- Trabalhadores do processamento

É importante ressaltar que os trabalhadores do processamento não se restringem apenas aos que trabalham no interior do salão de processamento, existem pessoas que trabalham no trapiche, descarregando peixe e camarão, pessoas que trabalham na área de recepção, outros na área de expedição. Na pesquisa não foram considerados os trabalhadores que exerciam funções somente de limpeza, de manutenção do maquinário, nem de administração.

Em relação ao processamento, os trabalhadores são, em sua grande maioria, constituídos por mulheres. As atividades denominadas de apoio, como carregamento da mercadoria processada e estocagem nas câmaras frigoríficas, são realizadas por homens (mas há exceções), pois são consideradas atividades “mais pesadas”. Encontram-se trabalhando no processamento pessoas jovens, adultas e velhas. Pessoas com pouquíssima experiência e pessoas com muita experiência. Em relação ao sistema de contrato, encontraram-se trabalhadores formais, informais, cooperados (também considerados informais) e “encostados”.

A participação das mulheres na pesca industrial começa quando o recurso chega à área de recepção da empresa processadora. Antes de chegar nessa fase, todas as etapas são desempenhadas por homens. É difícil encontrar funcionárias no trapiche das empresas. Quando isso ocorre, são as gerentes do controle de qualidade ou alguma auxiliar do CQD que vai inspecionar a matéria-prima dentro das umas ou câmaras frigoríficas dos barcos. As atividades de retirada do recurso natural dos barcos e seu transporte para a área de recepção da empresa são desempenhadas exclusivamente por homens.

No salão, são desenvolvidas as atividades ligadas diretamente ao processamento do peixe e do camarão (retirada de ferrão do peixe, lavagem do peixe, evisceração do peixe, seleção do camarão etc.). Essas atividades são tidas como “mais leves” e, portanto, mais adequadas às mulheres e, até mesmo, “tipicamente femininas”. No início da pesca industrial, todas as etapas de processamento eram realizadas somente por homens. Depois, com a introdução de novos equipamentos na linha de processamento, houve a substituição por mulheres, pois estas demonstraram se adaptar melhor às inovações introduzidas e, segundo um empresário, “coragem para usar os novos equipamentos” (especialmente a serra de decapitação de peixe e a máquina de retirada de pele de peixe). Ainda, de acordo

com os gerentes de indústria entrevistados, as mulheres demonstram ser “mais obedientes e dedicadas ao trabalho, tendo uma produtividade maior que a dos homens”.

As mulheres são mais carinhosas, é melhor pra se trabalhar (...). Às vezes, alguns homens substituem as mulheres no processamento, nos casos dos peixes de grande porte. Os homens trabalham mais rápido, só que não fazem o trabalho com a mesma perícia (gerente CQD).

Diferenciação de tarefas entre homens e mulheres:

É mais disciplinada. Elas são melhor pra se dirigir do que homem. Já homem, têm os preguiçosos no meio, aí já não quer fazer... 'Falta o fulano, o fulano foi no banheiro e ainda não voltou', e elas não, elas... quando tem uma fraca, uma fraca no meio, elas mesmo dizem (gerente de produção).

Contudo, hoje, já pode ser observada, em algumas empresas, a introdução de homens também nas atividades de processamento, consideradas tipicamente femininas. Nota-se a necessidade de uma “polivalência” entre os funcionários do processamento. Os trabalhadores do salão têm que dominar todas as etapas do processamento: eles têm de saber lavar, retirar o ferrão, retirar as nadadeiras, retirar o filé, embalar e, também, transportar a mercadoria para as câmaras frigoríficas (isso foi identificado em uma empresa, onde a “polivalência”, ou seja, “todos os funcionários têm que saber fazer tudo”, era muito evidente).

No processamento, a maioria das pessoas desempenha várias funções diferentes em um mesmo dia ou em dias alternados, conforme o andamento da produção. Quando atrasa uma fase, os trabalhadores são deslocados para realizar outras tarefas, para tornar mais rápida uma etapa, ou também de acordo com o tipo de processamento que vai ser realizado no produto, variando, dessa forma, o grau de risco a que estão expostos. Foram poucos os trabalhadores identificados na pesquisa que desempenhavam apenas uma função.

Caso falte algum empregado, tem de haver uma pessoa apta a substituí-lo, a transferência de um trabalhador de um setor para outro tem de poder ser realizada. O fato de ser obrigado a desenvolver, às vezes, um trabalho mais perigoso ou insalubre não traz mudanças no piso salarial dos funcionários, ou seja, eles podem ser contratados para desempenhar uma tarefa por uma determinada remuneração e, na realidade, acabarem desenvolvendo outra.

Essa “polivalência” foi observada tanto em firmas com infra-estrutura apresentando problemas quanto em empresas melhor organizadas. Contudo, em outras firmas visitadas, a “rigidez” na realização de tarefas persistia mais fortemente (especialmente nas firmas com melhor infra-estrutura), ou seja, os funcionários realizavam apenas uma tarefa.

Em relação ao piso salarial, não existiam diferenças salariais entre os operários do salão, todos ganhavam o mesmo salário, independente da perícia ou risco envolvidos no desempenho das atividades – o corte do ferrão, a decapitação e a retirada da pele do peixe são consideradas as atividades mais perigosas; já a retirada do filé de peixe, uma das que exige maior perícia por parte do funcionário. Por isso, foram relatadas, por um gerente de indústria entrevistado, as dificuldades para se encontrar, atualmente, novas pessoas que quisessem desenvolver essas tarefas, pois a maioria das mulheres prefere atividades mais simples e que envolvam menor risco – como lavar o peixe e embalar o produto final.

Em relação à qualificação dos trabalhadores, o gerente de produção destaca:

É, é pela experiência. Olha, quem trabalha aqui no ferrão, aqui a gente chama de ferrãozeira, são pessoas que a gente não troca. Trabalha em risco. É outro setor nosso, a gente não troca. Serra, máquina de pele, fileteira, essas pessoas a gente tem no quadro permanente, a gente não troca, porque são pessoas que, se sair daqui, outra empresa segura, entendeu? Então, todas as empresas de pesca, as pessoas boas desses setores, emprego não falta de jeito nenhum. Saiu daqui a outra empresa tá segurando ele, porque empresa de pesca conhece todo mundo, sabe quem trabalha, quem não trabalha direito. Aí essas pessoas é permanente, a não ser que eles entreguem o lugar... e a maioria dessas mulheres são tudo senhoras já. A maioria é. Você não vê uma menina novinha pra uma serra, vê em outro setor que é mais fácil de aprender, mas numa serra, dificilmente você vê (gerente de produção).

Quanto às condições de trabalho, a idéia de que as atividades desempenhadas especialmente pelas mulheres (e também homens) no processamento são “leves” definitivamente não corresponde à realidade. A “delicadeza” das mulheres, fato que as torna aptas a realizarem essas tarefas, não existe. A maior parte das tarefas exige muita força muscular, os movimentos são repetitivos e cansativos (não existe intervalo para descanso, o que há é um período de uma hora ou uma hora e meia para o almoço, ocorrendo ainda, muitas vezes, a extensão da jornada de trabalho) e as pessoas passam o tempo inteiro em pé, ao lado das esteiras da linha de processamento. Problemas de coluna, artrite, reumatismo, mutilações nas mãos e nos dedos são freqüentes.

Acredita-se que a ocorrência de Doença Ocupacional do Trabalho (DOT), entre essas pessoas, deve ser alta. Nem todos os salões são climatizados. Onde não há climatização, o ambiente é muito abafado e o calor intenso. A maior parte dos trabalhadores não dispõe de material de proteção adequado. Uniformes, luvas, protetores de ouvido, ou não são distribuídos em quantidade suficiente, ou não atendem às especificações necessárias para proteger o trabalhador em seu ambiente de trabalho.

Além disso, nos salões, o barulho é alto e, na maior parte das firmas visitadas, os empregados não usavam equipamento de proteção para os ouvidos. Foi observado trabalhadores da câmara e frio utilizando protetores, mas em uma das indústrias, em conversa breve com um funcionário, este afirmou que os protetores utilizados na firma não eram adequados. Também foi constatada a falta de luvas mais resistentes e que pudessem dar maior proteção aos empregados, da mesma forma que a não utilização de óculos de proteção para a retirada do ferrão, em algumas empresas (foi relatado o caso de uma funcionária que perdeu a visão de um olho por não estar usando os óculos de proteção em uma indústria).

Por outro lado, foi observado, também, a resistência dos trabalhadores em usar os equipamentos que visam garantir, em primeiro lugar, a qualidade do produto e, em consequência, proteger o trabalhador, uma vez que os acidentes atrapalham o andamento da produção nas empresas. Além da resistência ao uso dos equipamentos (luva, touca, máscara) e das dificuldades de sua utilização correta, os Departamentos de Qualidade enfrentam a resistência por parte da diretoria em adquirir equipamentos de manipulação e de proteção suficientes e adequados para os trabalhadores.

A baixa escolaridade e o fato de os funcionários alegarem que “sempre trabalharam assim” dificulta o entendimento da importância de se mudar determinados procedimentos de manuseio. Em razão disso, os conflitos entre as pessoas que trabalham no controle de qualidade e os funcionários do processamento são comuns.

Para combater a “resistência” dos trabalhadores e garantir a “obediência” às normas, as empresas utilizam diversas estratégias, as quais englobam uma fiscalização diária, às vezes muito rígida em algumas firmas, dos trabalhadores, sob risco de demissão, caso os funcionários não se adequem às regras impostas.

O CQD precisa se impor, segundo a entrevistada, para poder garantir que suas ordens sejam cumpridas:

Então, eu sempre tenho isso comigo, eu tenho que ter planejamento, organização, coordenação, controle e comando. Então, eu vou chegar naquele salão, eu vou tirar a temperatura, e se está alguma coisa errada, eu vou ter que ter a voz do meu comando. Vai ter que ser assim, assim, assim e assim, porque se eu não falar assim, o pessoal vai ficar dizendo 'Isso não vale nada, não faz nada, não sei o quê' (gerente CQD).

Essas normas incluem manuseio do produto, hábitos de higiene dos trabalhadores e comportamento dos mesmos no interior das dependências das empresas, como, por exemplo, não conversar alto, tomar banho antes de iniciar as atividades produtivas, escovar os dentes após as refeições, voltar a estudar para aumentar o grau de escolaridade etc. Para a implantação dessas mudanças, as empresas, através dos CQDs, ministram cursos aos funcionários, objetivando “sensibilizá-los” ou, como relatado por um empresário entrevistado, “adestrá-los” às novas regras. Conforme um empresário entrevistado:

*Eu acho que não só esse programa [APPCC], mas qualquer programa que se tenta implementar em qualquer lugar, a dificuldade se chama ser humano, até que ele aceite as mudanças, claro, os paradigmas, como você falou, principalmente numa região como a nossa, região norte do país, tem a décima economia do mundo, mas é um país de terceiro mundo. E nós estamos numa região rica, mas que não é nem a terceira da nação, ainda tem outras regiões mais desenvolvidas que a nossa, apesar de rica. Tá difícil, mas nós estamos conseguindo educar, às vezes até **adestrar** [os funcionários], afinal de contas, nós também somos animais, mesmo racionais, mas somos animais. Então, às vezes, a gente esquece que tem que educar e tem que adestrar mesmo, é tipo 'É isso, e isso, e tem que fazer isso, e acabou'. Lá na frente as pessoas acabam percebendo o resultado positivo. Mas se for sempre estar dando todo e qualquer tipo de explicação, fica difícil quebrar paradigma, então, às vezes tem que ser, um pouquinho 'É assim, tem que ser assim e pronto.'. Quando se frutificar 'Tá lembrado porque se falou?'. Por causa desse resultado, aí começa o processo de conscientização. É mais fácil conscientizar e educar onde já se tem uma base, e na nossa região essa base praticamente inexistente. (empresário, proprietário de uma indústria processadora de peixe)*

Uma das formas de conscientização dos trabalhadores:

Aí o que é que eu faço além disso? Eu digo 'Você é responsável pelo alimento. Vai passar pela suas mãos esse alimento. Alguém vai consumir esse alimento, e você é responsável de ver se esse alimento está bom, ou se leva alguma contaminação nesse alimento. Quando você vai no banheiro, você tem que estar consciente de que você é responsável pela qualidade daquele alimento, então você tem que lavar a sua mão' (gerente CQD).

Exemplos de correção de “mau comportamento” dos trabalhadores:

Não, aqui no salão mesmo é difícil a gente ter [indisciplina], é mais na parte de vestiário, mas às vezes a gente descobre. A gente descobre o cara e manda embora, tira ele (gerente de produção).

... não, não é permitido. Se a gente descobrir é a mesma coisa. A pessoa está tomando uma direção que não é permitida. Afasta ele, entrega pra cooperativa, que o responsável dele [a cooperativa] manda ele pra onde achar que tem que mandar ele, que eles têm outros setores de trabalho: ‘O funcionário não está mais servindo pra empresa, por causa disso, por isso, por isso e a gente está entregando a vocês’. Ela comunica à diretoria, a diretoria dá o aval (gerente de produção).

O homem, ele é mais rude, né? É mais grosseiro, é mais no tapa... aí se você não baixar logo a crista dele, ele acha que é o rei do mundo. A mulher também, sabe? Mas, muitas vezes, tem vez... é como eu te digo...às vezes eu saio do sério, é até errado eu chamar a atenção do funcionário, assim, na frente dos outros, né? Aí logo tem que chamar lá pra cima [escritório]. Então, eu mostro logo o quê? A destreza do funcionário, ‘Não, tu és bom, por isso, por isso.’, aí depois eu dou logo a rasteira (gerente de produção).

... não tivemos mais problemas... aí eu fiz assim, né? Eles mesmos se acusam, porque eu adotei... eu acho, né? Uma posição não muito ética de, por exemplo, fez alguma coisa, eu chamava todo mundo lá. Não sabia quem era. Eles faziam vandalismo no banheiro, de falta de higiene, né? Devido ao banheiro, a gente perde isso. Aí pegava e chamava todo mundo... Aí chamava homem, chamava mulher, chamava encarregado, chamava todo mundo, todo mundo da indústria. Aí eles ficavam assim, ‘Poxa, que vergonha, né? A [gerente do CQD] me chama na frente de todo mundo pra falar essas coisas.’ Aí, uma começou a olhar pro outro, sabe? Começaram a se acusar. Então, foi uma medida que eu tive que usar, que infelizmente, que não é... Poxa, às vezes ficava até chateada com elas, de chamar a atenção na frente de todo mundo, pra falar uma coisa de... de falta de higiene mesmo, que elas faziam no banheiro, quer dizer que... se estivesse um cliente aqui, eu chamava, entendeu? Pra que elas ficassem mesmo com vergonha... aí o pessoal todo lá... aí já ficava de olho naquela pessoa... às vezes elas não queriam se identificar... ‘Olha, eu não quero me identificar, mas é fulana que está fazendo isso, isso’, tá entendendo? Ligava pro departamento de pessoal. Aí a gente ficava de olho naquela pessoa, e confirmava que era ela mesmo que fazia... e nós fomos mandando embora... e nós estamos conseguindo, em torno disso. Teve uma vez que apagou a luz, eles estavam jantando, aí apagou a luz, elas viraram bicho. Viraram comida, quebraram prato, fizeram um carnaval aí... aí nós cortamos o jantar, que era de graça, a empresa dá pra eles café da manhã e jantar, só desconta o almoço, é porque... nós não temos a obrigação de dar. Aí nós cortamos o jantar. Foi rápido também que nós... nunca

mais, nunca mais teve isso. Por isso que ele fala, o [proprietário da empresa], é adestrar, né?, A gente adestra, né? (gerente CQD).

Os trabalhadores do processamento também mencionaram a “pressão psicológica” a que eram submetidos em razão da exigência das empresas de uma maior produtividade. É necessário trabalhar mais rápido e melhor. A aplicação das normas do APPCC traz também isso, pois há uma diminuição dos desperdícios de matéria-prima e tempo, ao mesmo tempo que a qualidade do produto final tende a melhorar, embora as firmas tenham grandes dificuldades para implementar o programa. No entanto, os casos de abuso de autoridade por parte das gerências são freqüentemente relatados pelos trabalhadores, os quais se sentem insatisfeitos de terem que trabalhar mais intensivamente e receberem uma remuneração pequena.

Os trabalhadores também sentem dificuldades de entender as normas do APPCC. De uma maneira geral, não há uma compreensão mínima por parte da grande maioria dos trabalhadores sobre o significado e a importância da adoção de medidas que visem melhorar a qualidade do produto final. Esse fato prejudica muito a realização das tarefas dentro das normas do programa. A baixa escolaridade da mão-de-obra também atua como um fator negativo, pois os trabalhadores, muitas vezes, não conseguem ler corretamente apostilas, transparências, etc. Os trabalhadores mencionam que a quantidade de regras é muito grande e, em razão disso, eles terminam “esquecendo” a maior parte delas. Esse fato deve ser entendido como um tipo de reação, por parte dos trabalhadores, diante de uma situação que não lhes é agradável. Embora essas “reações de protesto” sejam veladas, elas existem e causam problemas para as gerências do CQD das empresas.

Um exemplo de “resistência dos trabalhadores” é dado pelo entrevistado:

No início a gente teve uma certa resistência, sabe? Então, aquelas pessoas que realmente não quiseram aceitar, tiveram que sair da empresa, até porque... não aceitavam lavar a mão, né?. Então, tinha pessoas que trabalhavam antigamente aqui, e isso não existia... não tinha sabão... ‘Ah, porque eu trabalhava aqui há vinte anos e não lavava a minha mão.’ Então não aceitavam... então aquelas pessoas, aquelas que não puderam aceitar... tem gente aí desde essa época, que trabalham aqui... então foram pessoas que aceitaram, entendeu? A gente foi convencendo. Como? A gente foi mostrando vídeo, fazendo cartilha, e eles aceitaram. E as outras pessoas, infelizmente, nós tivemos que mandar embora. Ficavam só atrapalhando, e, o que é pior, ficavam influenciando as outras. Aí a gente começou assim, todo sistema começa com o trabalho de base. Aí depois a gente começa na instalação do programa [programa APPCC] (gerente CQD).

No processamento, as mulheres que estão desempregadas costumam ficar em frente às empresas processadoras, demonstrando sua “disponibilidade” para serem contratadas. Em geral isso ocorre no início do primeiro semestre, no período da safra do peixe e do camarão. As mulheres costumam chegar muito cedo, por volta de cinco e meia da manhã e ficam até por volta de dez horas. Caso alguém falte ou surja uma vaga definitiva, elas podem ser chamadas e ficar trabalhando na empresa. Essa prática era mais comum antes do surgimento das cooperativas de trabalhadores do processamento. No momento atual, a maior parte dos trabalhadores informais, “encostados”, do processamento se tornaram cooperados e os desempregados não ficam mais tão freqüentemente em frente ao portão das empresas que não trabalham com o sistema de cooperativa, fora do período do início da safra.

Foram ainda encontrados, em campo, trabalhadores diaristas, pessoas que não eram cooperados e trabalhavam algumas vezes para um atravessador, quando este levava sua produção para processar em uma empresa que trabalhava com o sistema de cooperativa. Durante a pesquisa, foram poucos os trabalhadores diaristas entrevistados, em razão de uma parte deles ter outra atividade fora da pesca industrial ou porque terminaram se tornando cooperados. Os diaristas entrevistados tinham experiência na área de processamento.

No caso das firmas que trabalham com a cooperativa, quando falta algum trabalhador, a cooperativa envia um substituto, de maneira que não fica vaga sem ser preenchida. O que pode acontecer, no caso das empresas cujos trabalhadores são da cooperativa, é que não haja trabalho para toda a mão-de-obra lotada em uma determinada empresa por um determinado período, em razão da pouca quantidade de matéria-prima que tenha para ser processada pela firma.

As formas de contratação dos trabalhadores do processamento são: contrato formal de trabalho, com cumprimento total ou parcial dos direitos trabalhistas por parte das empresas, sistema de cooperativa e trabalhadores diaristas.

No processamento, a forma de recrutamento dos trabalhadores também é realizada com base na indicação de funcionários ou ex-funcionários das empresas (apesar de algumas indústrias realizarem uma seleção final, às vezes com a aplicação de testes escritos, os funcionários que se inscrevem inicialmente e que vão participar da seleção, em sua grande maioria, foram indicados por amigos ou parentes que já trabalham nas empresas).

As linhas de processamento do camarão não diferem significativamente entre si nas empresas pesquisadas. As firmas possuem uma boa infra-estrutura, sendo os funcionários do processamento contratados legalmente por elas. São ministrados cursos aos funcionários e as regras do APPCC são seguidas, embora apresentem certos problemas de execução.

O camarão pode ser processado como camarão sem cabeça, camarão com cabeça e camarão descascado (este último é o produto que não atende aos padrões do mercado do Japão e EUA e é vendido no mercado interno). A máquina classificadora de camarão seleciona corretamente cerca de 70% do camarão com cabeça e o restante é feito pelas funcionárias (denominadas de classificadoras). A classificação é feita por tamanho e leva em consideração também o grau de conservação da estrutura física do camarão.

No caso do camarão sem cabeça, a participação dos trabalhadores é bem menor (maior automação) que a do processamento do peixe. O risco de acidentes também é bem menor, embora o barulho no salão e o movimento repetitivo feito pelas funcionárias levem a crer, em um primeiro momento, que essas trabalhadoras sofram com a ocorrência de doenças auditivas e doenças ligadas ao esforço repetitivo dos movimentos.

No caso do camarão com cabeça, em geral, ele não é selecionado pelo classificador das empresas, pois este termina danificando partes da cabeça do camarão, o que traz problemas para sua aceitação no mercado externo (foi relatado por um entrevistado que existem máquinas mais modernas que fazem esse tipo de classificação em outros países). A seleção é, então, feita manualmente por funcionárias mais experientes nessa atividade. Em relação ao camarão descascado, ele é beneficiado dessa forma quando acontece algum tipo de dano ao camarão (quebra do rabo, ou melanose, por exemplo), o que causa sua rejeição pelo mercado externo.

Os peixes beneficiados, além da piramutaba, abrangem várias outras espécies, como, por exemplo, bagre, pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), gurijuba (*Arius parkeri*), tainha, tamuatá (*Callichthys callichthys*), corvina (espécie da família Sciaenidae), cação, mapará, etc.

No processamento do peixe, não foram identificadas, durante as visitas aos salões de processamento das firmas, mudanças significativas nas etapas de beneficiamento da matéria-prima. As principais diferenças existentes estavam relacionadas às condições da infra-estrutura física das máquinas utilizadas e do próprio salão de processamento e ao estado dos uniformes e equipamentos usados pelos funcionários. A organização da linha de

produção é a mesma entre as empresas e as tarefas das funcionárias também. Algumas mudanças tecnológicas e organizacionais foram introduzidas no processamento do peixe em algumas firmas, como, por exemplo, a climatização dos salões de processamento e o resfriamento da água utilizada nas atividades de produção, como já mencionado.

As formas de processamento do peixe são: filé de peixe congelado, peixe em pedaços congelado, filé de peixe fresco, peixe fresco inteiro, peixe congelado inteiro, peixe eviscerado congelado com pele e sem cabeça, peixe eviscerado congelado sem pele e sem cabeça, peixe fresco eviscerado e peixe congelado em postas.

No processamento do peixe, os riscos de ocorrerem acidentes são maiores para os trabalhadores (trabalho com machadinhas, facas, máquina de serra – para decapitar o peixe – e máquina de retirada de pele do peixe) que no processamento do camarão. Os cortes nas mãos são mais freqüentes. Um exemplo de problema causado à saúde dos trabalhadores foi relatado por um gerente de uma empresa, onde algumas das funcionárias que trabalhavam na retirada de ferrões dos peixes começaram a apresentar o que parecia ser um certo tipo de micose nas unhas (as unhas iam se soltando da ponta dos dedos e caíam). Elas foram, então, encaminhadas a um médico que diagnosticou não se tratar de micose, o que ocorria é que as funcionárias ficavam durante todo o processamento com as mãos molhadas (não se pôde saber se elas não usavam luvas, se as luvas não eram adequadas ou até que ponto as luvas conseguem realmente proteger as mãos das funcionárias de doenças desse tipo), o que era agravado pelo fato de também os ferrões dos peixes terminarem por entrar embaixo das unhas das trabalhadoras, causando o problema.

Ainda em relação à mão-de-obra, identifica-se a presença de um quadro de trabalhadores que são contratados como funcionários permanentes das empresas (gerentes, funcionários do processamento que realizam atividades que envolvem risco e exigem muita habilidade, patrões de pesca que conhecem os bancos pesqueiros e “possuem a confiança da empresa em relação à sua honestidade”), que formam o mercado interno de trabalho, e trabalhadores temporários, que constituem o mercado externo de trabalho das firmas. Entre os temporários, existem aqueles que trabalham em várias empresas e aqueles que trabalham somente em uma empresa, mas que são demitidos e contratados novamente no ano seguinte.

Em relação à demissão e readmissão de trabalhadores, uma empresa que tem 140 trabalhadores, no período do defeso tem seu quadro funcional reduzido para cerca de 100

pessoas. Depois, no período da safra, voltam a contratar mais 40. Isso exemplifica a existência de mercados internos e externos de trabalho:

Geralmente quando contrata, já é um pessoal que já tem ativo, é um pessoal daqui, que já está acostumado nesse vai e volta... ele retorna. Agora, por exemplo, às vezes vem novato, as pessoas que não têm nenhuma qualificação, porque nunca trabalhou... e que passam por treinamento. Desses, no máximo quatro ou cinco, tá? Sem experiência (gerente CQD).

Algumas indústrias apresentam resistência em contratar pessoas que já trabalharam em outras firmas, especialmente as que possuem um quadro próprio de trabalhadores, pois, segundo elas, os funcionários trazem “vícios” de outras empresas, o que faz com que essas pessoas apresentem maior resistência em se adequar às normas da empresa que a contrata; por isso, a preferência em contratar quem já trabalhou anteriormente somente na empresa e também um percentual de pessoas sem experiência (estas últimas por não terem “vícios”, aceitam mais facilmente as novas normas). Nas indústrias que trabalham com o sistema de cooperativa, ou seja, não possuem um quadro próprio de funcionários para processar o produto, essas regras são bem mais flexíveis, mas alguns cursos de qualificação sobre o APPCC são ministrados.

Relato de um entrevistado sobre o comportamento anterior dos empregados:

Quando eu cheguei aqui, era uma roubalheira, assim... depredavam a empresa, pichavam o banheiro, sabe? Quebravam equipamento... era um inferno! Não, hoje em dia, Graças a Deus... e hoje em dia aparece um e outro, assim, que é rebarbado, isso em todo lugar tem, que lidar com o ser humano é complicado, né? Mas... eles pegavam mesa assim, quebravam, assim, vandalismo, de maldade mesmo... riscavam parede, pichavam, rabiscavam tudo, banheiro... agora nos fomos peneirando, peneirando... ficou uma turma que, Graças a Deus, acho que de um ano pra cá, nós não tivemos mais isso (gerente CQD).

Duas indústrias visitadas aplicam testes para a admissão de seus funcionários. O gerente de indústria de uma empresa declarou que eles realizam testes diferenciados para selecionar os funcionários. Para quem possui até o 1º grau, é aplicado um tipo de teste e para quem tem o 2º grau, outro. Os testes também diferem para quem já trabalhou na empresa: “antigos” – para saber se a pessoa reteve os conhecimentos repassados – e “novatos”, para quem nunca trabalhou no processamento. Os testes tratam de questões relacionadas ao cotidiano da empresa e noções de higiene; enfim, medem conhecimentos e habilidades de raciocínio gerais que o empregado precisa ter para trabalhar nas funções de processamento. Essa prática exclui quem não sabe ler ou escrever (embora existam

funcionárias que trabalham há mais de 20 anos na firma e que têm um nível de escolaridade bastante baixo, mas um conhecimento prático alto).

Novas exigências para a contratação da mão-de-obra para o processamento: necessidade de trabalhadores mais qualificados. A exigência de que os trabalhadores tenham no mínimo o primeiro grau completo exclui uma grande parte dos trabalhadores disponíveis no mercado:

Também, também. Nós hoje temos uma outra concepção. No passado nós achávamos que podíamos, e que deveríamos contribuir também empregando é... qualquer tipo de mão-de-obra. Hoje, com a globalização da economia, a gente não pode fazer mais isso não. E temos que ser bastantes pragmáticos. Isso é obrigação do governo. Então, hoje na empresa, não tem mais lugar pra analfabeto, nem que seja pra serviços gerais, varrer chão. O que a empresa se propõe e está estudando é isso: os que ainda existem, os antigos, nós pretendemos educar, alfabetizar, através de convênio com o SESI, inclusive alguns já participaram de estudos, etc. e tal... Agora, daqui pra frente, a empresa tá buscando cada vez mais, no mercado, mão-de-obra com alguma qualificação (empresário, proprietário de uma indústria processadora de peixe).

Em outra indústria, que possui quadro de funcionários próprio, as regras de admissão são mais flexíveis. Não são aplicados testes, embora seja cobrado do empregado a obediência às normas repassadas durante os treinamentos. No caso dos trabalhadores temporários, é dado preferência aos que já possuem experiência e já tenham trabalhado na empresa. As restrições em relação à contratação de trabalhadores de outras firmas não são muito grandes, sendo as limitações maiores sobre a contratação de novatos.

Já em outra empresa processadora, os candidatos passam, inicialmente, por uma espécie de treinamento (embora não saibam disso, pois o que é passado para eles é que estão assistindo a simples palestras), sendo depois aplicado, sem nenhum aviso prévio, um teste sobre o que foi transmitido nas palestras. Essa é uma maneira que a firma encontrou para avaliar o grau de interesse e a capacidade de compreensão das informações pelos candidatos ao emprego. Essa firma decidiu também admitir somente pessoas que tivessem o primeiro grau completo e que obedecessem fielmente às ordens:

‘Olha, a gente trabalha assim, tá?’. ‘Quem não estiver satisfeito, que não queira usar o uniforme... pode ir embora, que aqui vocês vão ter que andar desse jeito’. Eu sou logo bem clara com eles. Aí, a gente faz uma palestra de apresentação, aí eu começo, faço a parte de obediência da indústria, e depois eles fazem uma avaliação. Dois dias de palestra e no terceiro a gente faz um teste (gerente CQD).

Em relação ao tipo de teste feito, um gerente do CQD explica:

O teste é escrito, porque muitos têm o primeiro grau, então, a gente só faz, assim, de múltipla escolha, né?. Através de gravuras também, eu colo gravuras, tipo assim: 'Por que lavar as mãos?'. Alguém fazendo alguma coisa errada, uniforme sujo, né? Então, peço pra eles criarem frases, sobre aquilo... (gerente CQD)

As contratações dos trabalhadores temporários ocorrem no início do primeiro semestre de cada ano, e sua dispensa no final do primeiro semestre.

Em relação ao processo de treinamento nas atividades que vão ser desempenhadas, os funcionários as aprendem na prática. Começam pelas tarefas mais simples e, conforme seu desempenho e interesse, vão aprendendo as tarefas que exigem maior perícia. A maior parte das mulheres que trabalham no processamento possuem filhos e são chefes de família. Algumas empresas processadoras preferem contratar pessoas de faixa etária mais alta, porque elas são “mais responsáveis”, pois “têm filhos para criar e precisam do emprego”, aceitando, assim, sem maiores contestações, as normas da empresa. Enquanto outras indústrias preferem contratar pessoas “mais novas”, “sem os vícios” de outras empresas processadoras.

Em algumas indústrias, especialmente as “mais organizadas” - no sentido de que existe um controle mais rigoroso em relação às ações dos empregados na firma – essas normas envolvem formas de manipulação do produto durante o processamento, o comportamento no refeitório, o uso dos banheiros, o comportamento na área de lazer, a aparência física, hábitos individuais de higiene (cabelos e unhas curtos, por exemplo).

Outro exemplo dessa situação é o de uma empresa processadora, a qual objetiva se habilitar para exportar peixe para a Europa, onde estavam construindo um novo vestiário para que todos os funcionários pudessem tomar banho antes de iniciarem as atividades na firma. Foi explicado, pelo responsável pelo CQD, que não haveria como o funcionário não cumprir essa regra, pois todos seriam obrigados a entrar no vestiário e passar por uma sala, onde sensores ligarão automaticamente os chuveiros quando a pessoa passar embaixo deles. Assim, os funcionários não terão outra alternativa, o que garantirá o cumprimento dessa norma definida pela empresa.

O treinamento a que os funcionários são submetidos em algumas firmas é obrigatório, no entanto não são todas as indústrias que realizam testes após os treinamentos, para verificar se os empregados absorveram os conhecimentos repassados. No caso dos empregados do salão, o controle sobre o cumprimento das normas, apesar da

existência de grandes dificuldades, é mais fácil de ser realizado do que em relação à tripulação dos barcos.

5.3.1- COOPERATIVA DE TRABALHADORES

A informalidade está presente na forma como o sistema de cooperativa foi implantado. Os trabalhadores não sabem o que é uma cooperativa, não têm noção dos seus direitos e deveres como sócios cooperados. Dessa maneira, a implantação das cooperativas para desempenharem as atividades de processamento terminou se transformando em uma forma de assalariamento informal dos trabalhadores, ou seja, de não pagamento dos direitos trabalhistas por parte das empresas. O sistema cooperativista se transformou em uma estratégia de redução dos custos da mão-de-obra por parte das firmas. Essa situação trouxe um aumento da precariedade dos trabalhadores.

Dois indústrias visitadas trabalhavam com o sistema de cooperativa no processamento. Uma declarou possuir somente dois funcionários pertencentes ao setor administrativo, o sistema de cooperativa e terceirização eram utilizados em praticamente todos os departamentos da empresa. Na outra firma, foi observada uma dificuldade maior para seguir as normas do APPCC. São indústrias com instalações antigas, estando entre as primeiras a se instalarem no estado. Todas essas empresas possuíram anteriormente frota e indústria, isto é, capturavam e processavam, mas hoje uma arrendou todos os seus barcos e a outra ainda possui seis barcos que funcionam para a própria empresa, sem o sistema de arrendamento, com o restante tendo sido arrendado a terceiros.

Em razão de trabalharem com o sistema de cooperativa no processamento, existe uma grande dificuldade de se ministrarem, aos trabalhadores, cursos ligados ao cumprimento das normas de higiene na preparação do produto. Foi observada, durante as visitas, a dificuldade de fiscalização sobre os funcionários do processamento e o não cumprimento mais aparente de determinadas normas definidas pelo programa APPCC.

Como no sistema de cooperativa os trabalhadores não são funcionários da empresa, é a cooperativa quem decide quais funcionários enviar para trabalhar nas indústrias (mas existe também a indicação de gerentes do controle de qualidade e gerentes de produção sobre as pessoas que a cooperativa deve enviar às firmas). Assim, há muitas substituições de empregados (uma gerente do controle de qualidade afirmou que diariamente chegavam

na empresa funcionários que ela não conhecia). Quando falta alguém, a cooperativa se responsabiliza pela substituição.

Dificuldades de se trabalhar com o sistema de cooperativa, segundo os gerentes de CQD entrevistados:

É, não são. Eles não são funcionários da empresa [cooperados], que não têm acesso, que não têm compromisso com nada, se quebrar, quebrei. O uniforme, se eu escangalhar o uniforme, eu escangalhei. Fica por isso mesmo (gerente CQD).

Na verdade, não falta operário, operário tá aí batendo na porta, né? Todo dia entra e sai gente aqui. Essa é uma das nossas dificuldades de fazer o treinamento, né? Porque como todo dia tá entrando funcionário novo, aí dificulta (gerente CQD).

Nós teríamos que exigir carteira de saúde pra todos, é obrigatório por lei manipulador de alimentos ter carteira de saúde, só que nenhum praticamente tem, são uns três ou quatro que têm e algumas já estão até vencidas (...). Então, se a gente for esperar pela cooperativa, ela não toma nenhuma iniciativa (...). Eu já fui na cooperativa cobrar deles, né? Porque o ministério cobra da gente, então, a gente tem que cobrar deles, só que eles não fazem isso (gerente CQD).

Durante visita a uma empresa processadora, pôde-se observar mulheres que estavam chegando para trabalhar somente naquele dia na firma. Como já mencionado, essa grande rotatividade de trabalhadores cria muitas dificuldades para que o CQD ministre cursos de qualificação, pois os funcionários, em geral, não ficam muito tempo na empresa para completarem o curso e, por eles não serem empregados dela, não é considerado vantajoso qualificar um trabalhador que, em um outro dia, poderá estar trabalhando em outro local.

Em uma das firmas que trabalham com o sistema de cooperativa, é dado treinamento aos funcionários. No caso dessa empresa, foi feito um acordo com a cooperativa e os funcionários fornecidos para ela não podem trabalhar para outra firma. Os funcionários fornecidos pela cooperativa são os antigos empregados da empresa. Nessa situação, observa-se que essa firma manteve os mesmos funcionários que tinha, mas se livrou de qualquer responsabilidade sobre eles. Na ocorrência de qualquer problema, a empresa alega que eles não são seus funcionários.

A quase totalidade dos trabalhadores das cooperativas não é sindicalizada e seus rendimentos são, em geral, menores que os dos trabalhadores do processamento contratados formalmente, pois os cooperados só recebem pelos dias efetivamente trabalhados e nem sempre trabalham todos os dias da semana. Segundo informações

colhidas, o número de cooperativas de trabalhadores do processamento já foi de quatro e praticamente todas as indústrias já trabalharam com esse sistema em algum período, contudo, problemas com a justiça trabalhista ocasionaram o fechamento dessas cooperativas.

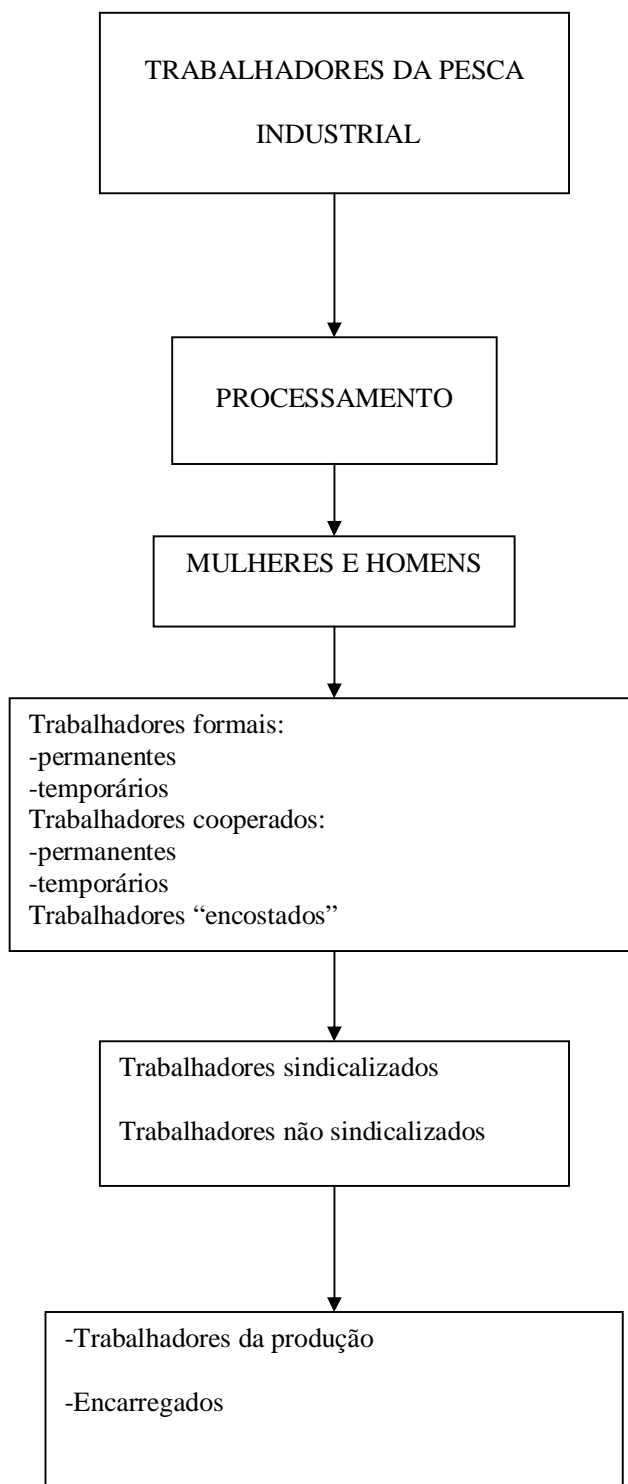
No momento presente, só existe oficialmente uma cooperativa de trabalhadores do processamento, a Cooperativa dos Profissionais da Indústria Pesqueira do Estado do Pará (COOPIPEPA), que foi fundada em 16 de outubro de 1998, e chegou a ter inicialmente, segundo seu diretor administrativo, em torno de 700 trabalhadores cooperados; no momento da pesquisa, contava com cerca de 180 trabalhadores cooperados.

No caso dos trabalhadores cooperados, é a cooperativa que tem que fornecer todo seu material de proteção, e foi detectado em campo que a cooperativa não fazia isso. Os equipamentos fornecidos eram, em sua grande maioria, velhos e sem condições de uso, além de existirem em número insuficiente para todos os funcionários.

Logo que as pessoas passam a fazer parte da cooperativa, os primeiros quinze dias de trabalho são considerados como “período de experiência” e não são pagos ao trabalhador. Isso representa um exemplo de recriação de práticas de mais-valia absoluta.

Um exemplo de precariedade a que estão submetidos mais fortemente os trabalhadores cooperados está relacionado ao pagamento de horas-extras. Algumas empresas pagam horas-extras para os trabalhadores formais, com mais de um ano no trabalho; para os outros funcionários, são armazenadas no banco de horas. Outras empresas simplesmente não pagam essas horas excedentes. No caso da cooperativa, não são pagas as horas-extras, pois os cooperados ganham a mesma quantia por dia de trabalho, independente do número de horas trabalhadas. Da mesma forma, quando não há trabalho, os cooperados não recebem o dia não trabalhado, embora tenham que se dirigir à firma, sempre pela parte da manhã, e somente depois é que vão tomar conhecimento se haverá trabalho para todos, ou só para alguns, ou se não haverá trabalho para ninguém.

Os trabalhadores cooperados, não recebem atendimento médico e odontológico por parte da cooperativa. No caso de acidentes, esses trabalhadores ficam sem nenhuma proteção, pois a firma processadora não tem nenhum tipo de responsabilidade com eles. Os atrasos no pagamento são constantes (os trabalhadores cooperados recebem por semana) e o pagamento recebido é incerto, pois nem sempre há trabalho para todos durante a semana, porque tudo depende da quantidade de peixe que chega na empresa.

DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO

5.3.2-Dados pessoais

Dos trabalhadores do processamento entrevistados, 66,3% foram mulheres e 33,7% homens. Em relação ao estado civil, 41,8% afirmaram ser solteiros; 24,5% eram casados e 33,7% disseram que tinham outra condição civil. Neste último grupo, 62,9% viviam junto ou eram amigados; 29,1% eram separados e 8,0% viúvos. Quando indagados se tinham filhos, 76,1% dos entrevistados disseram ter filhos e 23,9% que não. Em relação ao número de filhos, 55,0% tinham de 1 a 2 filhos; 28,6% entre 3 e 4 filhos; 12,1% entre 5 e 6 filhos e 4,3% mais de 7 filhos.

TABELA 77
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRUPOS DE IDADE	CART. ASSIN %	COOP %	TOTAL %
18-29 anos	34,9	33,3	34,2
30-39 anos	41,5	26,9	35,4
40-49 anos	14,2	28,2	20,1
50-59 anos	8,5	10,3	9,2
60 anos e mais	0,9	1,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Dos trabalhadores do processamento, percebe-se que o maior percentual estava na faixa etária de 30 a 39 anos, sendo seguido de perto por um grupo de trabalhadores na idade de 18 a 29 anos. Isso indica uma renovação dessa mão-de-obra, o que deve ter como uma de suas causas a resistência das empresas em contratar pessoas com maior idade, embora esses indivíduos possam ter maior experiência.

Constata-se, ainda, que a faixa etária de 18 a 29 anos estava concentrada entre os trabalhadores cooperados, o que pode sinalizar que as dificuldades de entrada no mercado de trabalho para essa parcela da mão-de-obra era maior, o que a faz encontrar nesse tipo de ocupação informal uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao local de nascimento, 52,7% nasceram em Belém; 31,5% no interior do estado do Pará e 15,8% eram provenientes de outros estados brasileiros. Entre os entrevistados nascidos em outros municípios paraenses, 10,3% eram naturais de

Abaetetuba; 8,6% de Bragança; 8,6% de Cachoeira do Arari; 6,9% de Colares e 65,6% nasceram em outros municípios do Pará. Entre os naturais de outros estados, 55,2% eram do estado do Maranhão; 20,7% do Piauí; 13,8% do Ceará e 10,3% de outros estados.

TABELA 78

TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, DE ACORDO COM O TEMPO EM QUE ESTÁ MORANDO EM BELÉM, PARA OS NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARÁ E DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL

DISTRITO DE ICOARACI

2002

TEMPO EM QUE ESTÁ MORANDO EM BELÉM	NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ %	NATURAIS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL %
Menos de 1 ano até 9 anos	20,7	27,6
10 até 19 anos	19,0	34,5
20 até 29 anos	27,6	34,5
30 até 39 anos	17,2	-
40 anos e mais	12,1	-
Não soube responder	3,4	3,4
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 78, observa-se que a mão-de-obra atraída para trabalhar no processamento, ao contrário da captura, e que conseguiu se estabelecer por mais tempo nas empresas pesquisadas foi a proveniente de municípios do interior do Pará, como expressam os percentuais de 17,2% que estavam morando em Belém entre 30 e 39 anos e os 12,1% que residiam há mais de 40 anos.

5.3.3-INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

TABELA 79
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO A IDADE EM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRUPOS DE IDADE	%
Menos de 10 anos	6,0
10 a 15 anos	32,6
16 a 20 anos	42,4
Mais de 20 anos	19,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Ao contrário dos trabalhadores da captura, os do processamento entraram no mercado de trabalho com uma idade maior, conforme o percentual de 42,4% que se inseriu no mercado na faixa etária entre 16 a 20 anos. Outro fato a ser destacado era a parcela que começava a trabalhar na faixa etária de 10 a 15 anos, representando 32,6%,. Constata-se, assim, de um modo geral, que essa mão-de-obra entrou ainda cedo no mercado de trabalho, o que vai certamente ter implicações negativas sobre a continuidade de sua qualificação formal e, conseqüentemente, na qualidade dos postos de trabalho que vão ocupar (baixos salários e condições ruins de trabalho).

TABELA 80
PRIMEIRO TRABALHO DOS TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PRIMEIRO TRABALHO	%
Empregada doméstica	21,7
Processamento de peixe	12,5
Processamento do camarão	10,9
Agricultor	10,3
Operária de fábrica	7,6
Vendedor ambulante	6,5
Babá	5,4
Ajudante de pedreiro	4,4
Serviços gerais	3,3
Professora de escola primária	2,7
Pescador artesanal	2,7
Outros	10,9
Não responderam	1,1
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Uma vez que a maior parte dos trabalhadores do processamento era constituída por mulheres que tinham baixa escolaridade, elas terminavam se inserindo inicialmente no mercado de trabalho como empregadas domésticas (21,7%), uma forma tradicional de inserção da mão-de-obra feminina nas atividades de produção. Entre os homens, a maioria começou a trabalhar como agricultor, especialmente os que vieram do interior do estado do Pará. Deve-se destacar, também, o percentual expressivo dos que começaram já trabalhando no processamento do peixe e do camarão, o que deve ser creditado à nova política de uma das indústrias entrevistadas de contratar pessoas mais novas (por esses trabalhadores, segundo a gerência, serem mais fáceis de se adequar às normas da empresa), mas exigindo mais qualificação e, também, à própria ação da cooperativa que, por não fazer muitas exigências de qualificação, emprega pessoas mais jovens.

TABELA 81
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO A MANEIRA DE TER COMEÇADO A DESENVOLVER
SEU TRABALHO NA PESCA INDUSTRIAL
DISTRITO DE ICOARACI
2002

INÍCIO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA PESQUEIRA	%
Indicação de uma pessoa	65,7
<u>Não parente</u>	<u>39,1</u>
Amigo	35,3
Gerente da indústria	2,7
Outra pessoa	1,1
<u>Parente</u>	<u>26,6</u>
Irmão	7,7
Cunhado	4,3
Primo	3,8
Mãe	2,7
Pai	2,7
Outro parente	5,4
Dirigiu-se diretamente à empresa	34,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Da mesma forma que na captura, o critério de indicação era o principal responsável para a admissão nas indústrias processadoras. Embora algumas indústrias façam testes de seleção, as pessoas que fazem esses testes são indicadas por alguém que trabalha na firma. Nesse sentido, as relações pessoais eram também o que predominava no momento da admissão desses trabalhadores, sendo comum encontrar pessoas da mesma família desempenhando funções no interior do salão de processamento.

Critérios de admissão por indicação do gerente existiam, mesmo no sistema de cooperativa:

Não, porque a gente ainda não está trabalhando nesse sistema [contratação formal]. Geralmente a gente arranja [pessoas] e passa pra eles [empregados da cooperativa]. Olha a ficha e já encaminha ela pra trabalhar. A gente quer quem a gente já conhece (gerente de produção).

Em relação ao trabalho atual, 45,7% dos entrevistados estavam trabalhando no processamento de peixe; 33,1% no processamento de camarão; 10,9% no processamento de peixe e camarão; 6,0% na embalagem e 4,3% na câmara frigorífica.

5.3.4-QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

TABELA 82
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

GRAU DE ESCOLARIDADE	CART ASSIN. %	COOP %	TOTAL %
Não freqüentou escola, mas sabe ler e escrever	0,9	1,3	1,0
1º grau incompleto	48,1	76,9	60,3
1º grau completo	6,6	10,3	8,2
2º grau incompleto	23,6	5,1	15,8
2º grau completo	20,8	6,4	14,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Visualiza-se na Tabela 82 que ambos os grupos, os que estavam trabalhando com carteira assinada e os que estavam no regime de cooperativa, apresentavam baixo nível de escolaridade, com a maior parte possuindo apenas o 1º grau incompleto. Os trabalhadores com carteira assinada apresentavam, contudo, uma escolaridade maior, isto talvez ocorra por uma exigência das empresas que contratam legalmente um trabalhador mais qualificado. Em relação aos trabalhadores cooperados, a própria estrutura de constituição da cooperativa aparece como uma opção para esses trabalhadores menos qualificados, que ficam em uma situação de informalidade, mas têm a possibilidade de garantir algum rendimento. De uma maneira geral, a escolaridade dos trabalhadores do processamento é muito baixa.

Essa situação termina entrando em contradição com as exigências do mercado em relação à implantação de um programa de controle de qualidade, que precisa de um trabalhador mais qualificado. Pode-se perguntar, então, onde está a maior qualificação exigida pela reestruturação produtiva?

Em relação à polivalência dos trabalhadores, um gerente de produção relata:

É, normalmente, eu tento. Quando o funcionário entra, eu tento... não é doutrinar a palavra... Botar pelo menos pra ele aprender, não ficar uma coisa entalada, 'Não tu só faz uma coisa'. Não, quando falta um ou outro, eu já tenho outro pra repor (gerente de produção).

O do camarão é diferente. Por exemplo, o camarão, a pessoa tem que conhecer o camarão, tem que ter experiência na área de classificação do camarão, quer dizer, a pessoa tem que estar capacitada, tem que ser um classificador, que conheça os tamanhos do camarão. E geralmente pessoal que trabalha com o camarão tem que ter experiência, vai pra uma área que não tem necessidade de conhecer essa parte, aí vai adquirindo a experiência através desse trabalho (gerente de produção).

Quando indagados se desejavam aumentar seu nível de escolaridade, 79,3% responderam que sim, enquanto 20,7% que não. Quando perguntados se ainda estavam estudando, a situação mudava radicalmente, pois apenas 13,6% continuavam freqüentando a escola e 86,4% não estavam estudando. Observa-se, assim, que os trabalhadores desejam aumentar seu nível de escolaridade, contudo apenas uma pequena parcela estava efetivamente realizando isso, sendo essa situação mais precária entre os trabalhadores cooperados. Pode-se, assim, questionar: quais as chances efetivas que esses trabalhadores têm para estudar e até que ponto as indústrias têm a intenção ou um programa de qualificação de sua mão-de-obra?

Segundo o presidente do SINDIPESCA, as empresas não têm interesse em qualificar os trabalhadores:

A briga nossa é que, seguinte, que aquela empresa que não qualifica o trabalhador e seu produto tem que fechar, não tem que pegar o SIF não. Pra você ver o seguinte, o sindicato conseguiu um curso de telecurso 1º grau pra qualificar 120 trabalhadores, entendeu? Nós fomos nas empresas atrair alguns trabalhadores pra fazer isso, no início alguns trabalhadores começaram a estudar, mas o próprio chefe das empresas, acho que o dono deve saber também, começou a não deixar os trabalhadores sair seis horas da tarde, impedindo eles de estudar ... Se eles tivessem interesse, eles deixavam os trabalhadores estudar (presidente SINDIPESCA).

Hoje, a minha preocupação é justamente no campo de competitividade, que um trabalhador que não for qualificado, por exemplo, futuramente um trabalhador pra entrar na pesca vai ter que ter o 2º grau, eu sei disso. É por isso que eu me preocupo com isso aí (presidente SINDIPESCA).

Qualificação para o trabalho é adquirida na prática, no interior das indústrias:

Comecei lavando peixe, quando eu saí de lá da empresa eu já era riscadeira, já trabalhava no risco ... Comecei lavando peixe, depois eu fui pra máquina de camarão, tomava conta da máquina de camarão. Era só uma empresa só que tinha camarão e peixe, um salão de camarão e outro de peixe. Aí a minha chefe, ela pegou e me colocou pra trabalhar no salão de camarão. Aí eu fui pro salão de camarão. Como eu era do interior, sabe? Eu sempre fui uma pessoa assim, que eu sempre gostei de trabalhar, aí, ele [gerente de produção] viu o meu esforço e me colocou pra trabalhar na máquina, eu tomava conta da máquina de camarão, puxava as basqueta, colocava outras basqueta, tá? Metia uma basqueta, quando tava cheia, eu metia outra seca, aí eu ligava e desligava a máquina, lavava a máquina. Isso tudo era por minha conta. Eu trabalhei muitos ano com esse serviço, sabe? Depois, aí eu passei pro peixe de novo, vou pro peixe de novo, mas fui pro risco já. Trabalhei no risco, trabalhei no ferrão, trabalhei é ... no pargo, tirando filé de pargo. Eu sei tirá filé de pargo, eu sei tirá filé de piramutaba, eu sei tirá filé de dourada, de qualquer um peixe (trabalhadora cooperada processamento).

Em relação a cursos de capacitação técnica, 19,0% afirmaram já ter feito algum curso e 81,0% que não. Dessa forma, nota-se que o quadro de baixa escolaridade se reflete também em relação à realização de cursos de qualificação técnica, com a grande maioria dos trabalhadores não tendo realizado nenhum curso que pudesse melhorar sua qualificação profissional.

TABELA 83
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA REALIZADO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

CURSO TÉCNICO REALIZADO	%
Computação / Informática básica	41,4
Datilografia	10,3
Técnico em agroindústria	6,9
Outros	41,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A quase totalidade dos trabalhadores (41,1%) afirmaram ter feito curso de computação/informática básica, possibilitada por um convênio realizado pelo SINDIPESCA com um estabelecimento particular, só participando alguns trabalhadores sindicalizados, a

maior parte do processamento de camarão. Em relação ao local de realização dos cursos, a maioria foi realizada pelos trabalhadores em Belém.

QUADRO 28
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO,
SEGUNDO OS MOTIVOS PARA TER REALIZADO CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA TER FEITO O CURSO	%
Para se qualificar mais e ter condições de conseguir um emprego melhor	32,4
A empresa encaminhou	14,7
Para exercer a profissão	11,8
A empresa exigiu	8,8
Por ter interesse em fazer	8,8
O mercado de trabalho exige	5,9
Outros	17,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que em virtude das mudanças que vêm ocorrendo no setor pesqueiro industrial do Distrito de Icoaraci, especialmente o fechamento de muitas empresas, os trabalhadores que possuem condições estão tentando melhorar sua qualificação para ter mais chances de obter um emprego melhor, como demonstra o percentual de 32,4%. Entretanto, esse percentual vem seguido pelo de 14,7% que fizeram o curso somente porque a empresa encaminhou, o que mostra uma certa postura “conformista” por parte dos empregados, além das dificuldades naturais de quem passa o dia inteiro trabalhando de ter que estudar à noite.

QUADRO 29
 TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO,
 SEGUNDO OS MOTIVOS PARA NÃO TEREM REALIZADO CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO TER FEITO O CURSO	%
Falta de oportunidade	36,2
Falta de interesse	18,8
Falta de tempo	17,4
Falta de condições financeiras	12,8
Horário de trabalho não permite	3,4
Pouca escolaridade	3,4
A empresa não o encaminhou	2,0
Outros	3,4
Não soube responder	2,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os dados do Quadro 29 demonstram que a falta de oportunidade surge como o primeiro obstáculo, com 36,2%, para os trabalhadores não terem feito até o momento da pesquisa um curso qualquer de qualificação técnica. A falta de interesse vem em seguida, com 18,8%, o que sinaliza também o baixo estímulo dos trabalhadores em conseguirem melhorar de posição dentro da empresa, pois o máximo a que podem chegar é a encarregados. A falta de tempo aparece em terceiro lugar, com 17,4%, pois uma vez que a maioria dos trabalhadores era constituída de mulheres, estas tinham também que cuidar de seus filhos e da casa, sobrando pouco tempo para a realização de outras atividades. Por fim, a falta de condições financeiras, dado o baixo salário que ganhavam os entrevistados, com 12,8%, constituía também um importante empecilho para melhorar sua qualificação (foi observado também o desconhecimento, por parte dos entrevistados, de cursos oferecidos pelo governo).

Apesar de a maioria não ter realizado algum curso de qualificação técnica, nota-se que existe um interesse, uma certa preocupação em relação ao futuro por parte desses

trabalhadores. Daí que 81,0% responderam que gostariam de fazer um curso de qualificação técnica e 19,0% que não gostariam.

TABELA 84
CURSO DE QUALIFICAÇÃO QUE DESEJA REALIZAR
DISTRITO DE ICOARACI
2002

CURSO QUE DESEJA FAZER	%
Computação/ informática	35,6
Cozinheira/ arte culinária	7,4
Técnico de enfermagem	6,7
Costureira/ corte costura	5,4
Eletricista	5,4
Mecânico	4,7
Vigilante	3,4
Eletrônica	2,0
Computação e secretariado	2,0
Cabeleireira	1,3
Outros	12,7
Ainda não escolheu o curso	13,4
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Apesar da pouca escolaridade, o curso de computação/informática, com 35,6%, é visto por esses trabalhadores como o que pode lhes oferecer mais oportunidades de conseguir uma melhor colocação no mercado. Muito embora a maioria nunca tenha tocado em um computador, a “ilusão” em relação a esse curso é muito presente entre eles.

QUADRO 30
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO,
SEGUNDO OS MOTIVOS PARA DESEJAREM REALIZAR UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA DESEJAR FAZER O CURSO	%
Gosta da atividade/ Profissão, vocação	29,7
É importante para conseguir emprego/ melhorar as chances no mercado de trabalho	19,5
Para melhorar de vida	10,7
Para se aperfeiçoar profissionalmente	8,0
Para ganhar mais, conseguindo um emprego melhor	6,7
Para aprender a trabalhar na profissão	4,7
Para poder conseguir outro trabalho	4,7
As empresas exigem	4,7
Para poder exercer a função	3,3
Outros	8,7
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados do Quadro 30, a maior parte dos trabalhadores (29,7%) deseja fazer o curso de qualificação técnica porque gosta da atividade/por acreditar ter vocação; em segundo lugar aparece a chance de conseguir melhores chances no mercado de trabalho (19,5%) e, em terceiro, a expectativa de melhorar de vida (10,7%).

QUADRO 31
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO,
SEGUNDO OS MOTIVOS PARA NÃO DESEJAREM REALIZAR UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO DESEJAR FAZER O CURSO	%
Falta de interesse/ vontade	31,5
Não tem tempo	20,0
Tem pouco escolaridade	11,4
Não vê oportunidade de melhorar de vida	5,7
Não tem condições financeiras	2,8
Outros	14,3
Não soube explicar	14,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Mais uma vez é observada uma grande distância entre o que os trabalhadores desejam e o que efetivamente acontece. A falta de perspectiva em relação ao seu próprio futuro faz com que se perceba uma certa falta de motivação, quando se defrontam com sua realidade de trabalhadores que têm pouca escolaridade formal, trabalham exaustivamente, além de não terem condições financeiras de pagar um curso desses. Isso tudo está aliado ao fato de que ter uma qualificação maior não lhes traz quase nenhuma garantia de mudar de posto nas indústrias de pesca.

5.3.5-TRABALHO ATUAL

Muito embora o salário seja baixo, o trabalho realizado pelos trabalhadores do processamento é a principal fonte de renda da família, 62,0% dos entrevistados afirmaram ser chefes de família; 18,5% disseram ser filhos; 15,2% cônjugues; 3,8% agregado e 0,5% não responderam. Quando se considera essa informação somente para as mulheres entrevistadas, a situação se repete, com a maior parte delas sendo chefes de família, especialmente entre as cooperadas.

TABELA 85
TRABALHADORAS DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

POSIÇÃO, NA FAMÍLIA, DAS MULHERES ENTREVISTADAS	CART. ASSIN %	COOP %
Chefe	51,4	66,7
Cônjuge	28,4	16,7
Filha	14,9	10,3
Agregada	5,3	6,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com a Tabela 85, as trabalhadoras cooperadas tinham um percentual maior como chefe de família do que as trabalhadoras formais, respectivamente 66,7% e 51,4%. A situação já se invertia em relação à posição de cônjuge: 28,4% das mulheres que tinham carteira assinada e 16,7% das que eram cooperadas.

Ainda em relação à representação do trabalho atual, este representava, para 46,2% dos entrevistados, a principal fonte de renda da família; uma fonte de renda complementar para a família, para 25,0% dos trabalhadores; a principal fonte de renda dos trabalhadores, para 25,0% e uma fonte de renda complementar para o trabalhador, com um percentual de 3,6%.

Quando perguntados se outra pessoa da família contribuía para a complementação da renda familiar, 59,2% dos entrevistados disseram que sim e 40,8% que não. Em relação a quem contribuía na renda familiar, o pai dos entrevistados apareceu em primeiro lugar, com um percentual de 47,1%; seguido do marido, com 17,9%; esposa, com 7,6%; filho, com 6,5%; mãe com 4,9% e outras pessoas com 16,0%.

Em relação ao rendimento obtido por mês, 93,5% dos trabalhadores do processamento responderam quanto ganhavam por mês e apenas 6,5% não o fizeram. Um ponto que deve ser destacado é que os trabalhadores do processamento não recebiam adicional de produção como os trabalhadores da captura.

Sobre a não diferenciação salarial entre os operários, é relatado que:

O meu trabalho [trabalha na balança] é de muita responsabilidade, mas eu ganho a mesma coisa que todo mundo e eu não acho isso certo (trabalhadora processamento).

Essas fileteiras, pra nós elas são pessoas qualificadas, mas eles não aceitam isso, pra eles elas são umas trabalhadoras qualquer. Eles acham a trabalhadora da pesca uma coisa qualquer, eles têm como se fosse uma faxineira, entendeu? E eu bato muito sobre isso aí, eu acho que a trabalhadora é muito discriminada (presidente SINDIPESCA).

TABELA 86
TRABALHADORES FORMAIS, SEGUNDO O RENDIMENTO RECEBIDO POR MÊS
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	%
R\$120,00 a R\$150,00	2,9
R\$151,00 a R\$200,00	63,4
R\$201,00 a R\$250,00	31,7
R\$251,00 a R\$300,00	1,0
R\$351,00 a R\$400,00	1,0
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 86, observa-se que a maior parcela dos trabalhadores do processamento que tinham carteira assinada recebia mensalmente entre R\$151,00 e R\$200,00 mensais, vindo em seguida, com 31,7%, os que ganhavam entre R\$201,00 e R\$250,00 por mês.

TABELA 87
TRABALHADORES COOPERADOS, SEGUNDO O RENDIMENTO RECEBIDO POR MÊS
DISTRITO DE ICOARACI
2002

RENDIMENTO	%
R\$06,00 a R\$10,00	10,3
R\$11,00 a R\$50,00	16,1
R\$51,00 a R\$60,00	5,9
R\$61,00 a R\$70,00	2,9
R\$71,00 a R\$80,00	16,2
R\$81,00 a R\$90,00	1,5
R\$91,00 a R\$100,00	11,8
R\$120,00 a R\$150,00	8,8
R\$151,00 a R\$200,00	16,2
R\$201,00 a R\$250,00	10,3
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo os dados da Tabela 87, os rendimentos dos trabalhadores cooperados eram menores do que os que tinham carteira assinada. Isso estava relacionado ao fato de os cooperados receberem por dia trabalhado e como, geralmente, não trabalhavam todos os dias úteis do mês, seu rendimento tendia a diminuir. De acordo com a Tabela 87, os maiores percentuais, de 16,2%, cada um, estavam relacionados às faixas de rendimento que compreendiam, respectivamente, R\$71,00 e R\$80,00 e R\$151,00 e R\$200,00, seguidas, muito de perto, pelo percentual de 16,1% dos que ganhavam entre R\$11,00 e R\$50,00. Deve-se, ainda, destacar o percentual que afirmou ganhar apenas entre R\$06,00 e R\$10,00 mensais.

Em relação ao rendimento recebido, os trabalhadores cooperados fazem o seguinte comentário:

Eu acho a cooperativa menos vantagem, porque mesmo quando não era de carteira assinada, a gente tinha [na firma em que continua trabalhando] aquela contribuição que ele dava um pouco do décimo, um pouco das férias, o nosso dinheiro era um pouquinho mais e agora a gente não vê isso, não existe isso mais, acabou. Agora, trabalhou ganha, se não trabalhou ... e esse dinheiro era todo mês que a gente recebia, então tem muita diferença.

Antes, a gente sabia quanto ia ganhá no fim do mês, hoje não. Trabalhou ganha, se não trabalhou não ganha (trabalhadora cooperada processamento).

Essa cooperativa não ajuda a gente em nada. A gente não tem direito em nada. Chega o fim do ano não tem participação nenhuma, não tem férias, não tem décimo, não tem nada. A gente não tem direito em médico, atestado se a gente adoecê, por exemplo, se acontecê um acidente e a pessoa for pro médico, às vezes traz o atestado às vezes não recebe, quando recebe tem que andá muito. Então, essa cooperativa não tá ajudando a gente em nada. Tem semana que a gente trabalha completa, tem semana que a gente trabalha dois, três dias. Trabalhou ganhou, se não trabalhou também não ganha nada. Não que nem quando a gente tá trabalhando de carteira assinada, que a gente tem direito em tudo, né? Por exemplo, se acontecê um acidente, tem direito a um benefício, você adoecê tem direito a um atestado. Cooperativa não (trabalhadora cooperada processamento).

TABELA 88
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O TEMPO NO TRABALHO ATUAL
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PERÍODO	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
1 mês a 6 meses	17,0	46,2	29,4
7 meses a 1 ano	6,6	15,4	10,3
1 ano e 1 mês a 1 ano e 6 meses	7,5	2,6	5,4
1 ano e 7 meses a 2 anos	9,4	3,8	7,1
2 anos e 1 mês a 2 anos e 6 meses	6,6	2,6	4,9
2 anos e 7 meses a 3 anos	17,0	11,5	14,7
3 anos e 1 mês a 5 anos	20,9	2,6	13,0
5 anos e 1 mês a 10 anos	7,5	3,8	6,0
Mais de 10 anos	7,5	11,5	9,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Percebe-se uma maior rotatividade das pessoas que trabalhavam na cooperativa do que dos trabalhadores de carteira assinada. No primeiro grupo, 46,2% estavam trabalhando de 1 mês a 6 meses, enquanto que no segundo, que está com carteira, esse percentual equivale a 17,0%. O fato de não ter carteira assinada e o desconhecimento sobre seus direitos como cooperado, além da insatisfação do próprio trabalhador com essa situação

facilita sua “demissão” da cooperativa. Muitos trabalhadores nem sabem que são cooperados, achando que são “contratados informalmente” pela cooperativa.

Um ponto que deve ser destacado é que a maior parte das pessoas que está de 5 anos em diante em uma empresa passou por momentos em que eram empregados formais, depois informais, e posteriormente voltaram a ser formais ou continuaram na informalidade sob a denominação de cooperados. Muitos trabalhadores saem e depois de um tempo voltam a trabalhar novamente na mesma empresa, só que em uma forma de contratação diferente (permanente, temporário, formal, informal, cooperativa, “encostado”).

TABELA 89
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO A FREQUÊNCIA COM QUE MUDA DE FUNÇÃO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MUDA DE FUNÇÃO	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
Diariamente/freqüentemente	30,3	42,3	35,5
Sempre que necessário	24,5	20,5	22,8
Difícilmente	19,8	12,8	16,8
Não muda	17,9	16,7	17,4
Depende da quantidade de produto para processar	1,9	3,8	2,7
Quando falta um funcionário	1,9	1,3	1,6
Não soube responder	2,8	-	1,6
Outros	0,9	2,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Nota-se que a polivalência era comum entre os dois grupos, contudo os trabalhadores cooperados, por estarem em uma posição “mais desprotegida”, sujeitam-se mais facilmente à troca de funções. Muitos funcionários, tanto cooperados quanto os que possuem carteira assinada, terminam realizando determinadas tarefas perigosas, sem estarem devidamente preparados, ou trabalhando em túneis de congelamento ou câmaras frigoríficas sem que recebam o adicional que lhes é devido por direito. No caso da cooperativa, todos ganhavam a mesma diária independente do trabalho que façam e da extensão da jornada de trabalho. Uma questão a ser levantada é qual o tipo de polivalência

existente nas indústrias pesqueiras e qual o interesse das empresas em estabelecer isso. Essa polivalência traz mais prejuízos ou lucros para o trabalhador?

TABELA 90
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO OS MESES TRABALHADOS POR ANO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MESES TRABALHADOS POR ANO	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
3 a 6 meses	0,9	-	0,5
7 a 9 meses	0,9	-	0,5
10 a 12 meses	81,2	39,7	63,7
É o seu primeiro emprego	1,9	-	1,1
Esta há menos de 1 ano no trabalho	15,1	50,0	29,9
Esta há menos de 1 mês no trabalho	-	6,4	2,7
Não lembra	-	3,9	1,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação aos meses trabalhados por ano, o fato de 50,0% dos cooperados estarem há menos de 1 ano no trabalho demonstra, novamente, a rotatividade que existe entre essa categoria de trabalhadores no processamento e que a rotatividade está ocorrendo, embora em uma proporção menor (15,1%), também entre os trabalhadores formais.

Os dados mostram também que os trabalhadores cooperados têm uma instabilidade menor de se manter em um posto de trabalho que os que têm carteira assinada, representados por, respectivamente, 39,7% e 81,2% dos trabalhadores entrevistados. Contudo, deve-se levar em consideração que os cooperados podem manter seu posto de trabalho tendo passado por várias empresas ao longo do ano, pois é comum a transferência de trabalhadores entre empresas.

TABELA 91
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO OS DIAS TRABALHADOS EM MÉDIA POR MÊS
DISTRITO DE ICOARACI
2002

DIAS TRABALHADOS EM MÉDIA POR MÊS	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
5 a 14 dias	-	27,0	11,4
15 a 20 dias	28,3	50,0	37,5
21 a 25 dias	65,1	16,7	44,6
26 a 30 dias	6,6	-	3,8
Não é possível precisar, depende da quantidade de produto para processar	-	6,3	2,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Uma vez que as pessoas que trabalham no regime de cooperativa ganham diária por dia trabalhado, muitas vezes elas vão para as empresas, mas não têm o que ser processado ou na quantidade suficiente para absorver todos os funcionários, razão por que terminam trabalhando menos dias por mês que os trabalhadores formais, embora sua jornada de trabalho diária muitas vezes exceda a dos assalariados formais, sem que eles recebam nenhum adicional por isso, como já informado anteriormente.

TABELA 92
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO AS HORAS TRABALHADAS EM MÉDIA POR DIA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

HORAS TRABALHADAS EM MÉDIA POR DIA	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
7 a 8 horas	36,8	29,5	33,7
9 a 10 horas	59,5	46,1	53,9
11 horas	1,9	5,1	3,3
Depende da produção	0,9	6,4	3,3
Está recente no trabalho, por isso não soube informar	-	1,3	0,5
Não tem horário para sair	-	10,3	4,3
Não lembra	-	1,3	0,5
Não informou	0,9	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

No que se refere à duração da jornada de trabalho diária, um fato a ser destacado é que a maior parte dos entrevistados trabalha em média de 9 a 10 horas por dia, o que já é uma jornada intensa, conforme os percentuais de 59,5%, para os trabalhadores que tinham carteira assinada, e de 46,1% para os que eram cooperados. Mas entre os trabalhadores cooperados essa jornada tende a ser maior, pois quando se juntam os percentuais dos que responderam que as horas trabalhadas dependiam da quantidade de produção por dia que chegasse para processar e os que informaram não ter horário para sair do trabalho, isso resulta em um percentual de 16,7%, enquanto para os trabalhadores formais correspondia a 0,9%. Essa situação é mais um indicador da maior precariedade que enfrentam esses trabalhadores.

Sobre a intensificação do trabalho, as informações das trabalhadoras entrevistadas entram em contradição com o que afirmam os gerentes e empresários das indústrias processadoras sobre a questão da quantidade *versus* qualidade:

Olha, antigamente o processamento de peixe era melhor. Tudo era melhor, o processamento era mercado americano, tudo era mais bem feito, bem feitinho. Agora não, agora vai de qualquer jeito, tem mercado nacional que vai de qualquer jeito. Antigamente não, era tudo

tinha diferença, mercado nacional, mercado americano e antigamente não era quantidade, era qualidade e agora, entendeu como é? E agora o importante é quantidade e não qualidade (trabalhadora cooperada processamento).

Quando o produto vai e volta, eles sempre diz que o trabalhador é que é o culpado. E o governo investiu em cima dos empresários pra ter controle de qualidade e eles ficaram aqui, sem fazer direito (presidente SINDIPESCA).

Aqui uma pessoa faz um monte de coisa, antes cada uma tinha o seu setor. Hoje é uma pessoa pra tomar conta de tudo, salão, embalagem e antes não. Hoje eu trabalho mais do que trabalhava antes. Hoje tem menos pessoas e elas trabalham mais (trabalhadora processamento).

TABELA 93

TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO AS HORAS EXTRAS TRABALHADAS EM MÉDIA POR SEMANA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

HORAS EXTRAS TRABALHADAS EM MÉDIA POR SEMANA	CART ASSIN %	COOP %	TOTAL %
2 a 4 horas	2,8	-	1,6
5 a 7 horas	37,7	-	21,7
8 a 10 horas	11,3	1,3	7,1
Mais de 10 horas	0,9	-	0,5
Não sabe	24,7	14,1	20,1
Não faz hora extra	9,4	5,1	7,6
Não tem hora para sair do trabalho	3,8	70,5	32,2
Varia conforme a produção para processar	9,4	5,1	7,6
Está recente no trabalho	-	2,6	1,1
Não lembra	-	1,3	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

No que se refere às horas extras feitas por semana, no geral, a maior parte dos trabalhadores demonstrou que não tinha controle sobre a quantidade de horas extras realizadas, o que demonstra um elevado grau de exploração dessa força de trabalho.

Contudo, entre os trabalhadores cooperados, essa situação aparece com mais gravidade, pois 70,5% deles afirmaram não ter hora para sair do trabalho.

A aceitação dessa situação está diretamente relacionada ao aumento da insegurança no trabalho:

Hoje tá difícil emprego. Quando aparece a gente tem que agarrá pra ter pelo menos o quê comê, né? (trabalhadora processamento).

5.3.6- COOPERATIVA

Em relação ao sistema de cooperativa, 58,7% dos entrevistados disseram já ter trabalhado nesse sistema e 41,3% que não. O tempo médio de permanência dos trabalhadores do processamento no sistema de cooperativa era de um ano e quatro meses.

Em relação à “filiação” na cooperativa:

Quando eu comecei a trabalhar aqui, eu pra trabalhar aqui eu tive de entrá pra cooperativa (trabalhadora cooperada processamento).

Eu já trabalhei em muita firma por aí. Eu passei quase dois ano na primeira empresa de pesca, eu trabalhava no processamento do camarão, na classificação. Eu vim aqui na frente, aí tavam precisando e eu entrei e eles disseram que eu tinha que entrá pra cooperativa (trabalhadora cooperada processamento).

Ah, eu não sei nem explicar. Esse negócio de cooperativa eu não entendo. A gente nunca teve reunião sobre isso. Eles não falam nada, a gente recebe o dinheiro aqui mesmo [na empresa]. Pra falar a verdade, eu nem sei onde que fica a cooperativa (trabalhadora cooperada processamento).

Motivo pra se tornar cooperado:

A gente não teve escolha, ele [proprietário da indústria] disse: ‘Ou vocês passam pra cooperativa ou vão embora’. Aí a gente teve que aceitá pra não ficá desempregado, né? (trabalhadora cooperada processamento).

Um dos diretores da cooperativa afirma, entretanto, o contrário, ao explicar o processo em que o trabalhador se torna cooperado:

Não há desconhecimento dos operários, quando ele entra, é explicado pra ele o que é uma cooperativa. É dito pra ele que não tem férias, não tem 13º. Nós hoje temos até o cuidado de ter na declaração pra ele assinar. A própria declaração, além da ficha, já vem dizendo que não tem tempo de serviço. Até orientado por juiz do Trabalho 'Botem no papel' (diretor da cooperativa).

QUADRO 32
OPINIÃO SOBRE O SISTEMA DE COOPERATIVA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE O SISTEMA DE COOPERATIVA	CART. ASSIN %	COOP %
É ruim, porque não tem carteira assinada/ não tem segurança	22,6	19,2
Acha ruim, pois não tem os direitos trabalhistas, não recebe ajuda quando se acidenta	14,1	20,5
Acha péssimo, pois não recebe o salário direito	8,5	6,4
É ruim, pois quando não tem trabalho não ganha	7,5	15,4
Trabalha muito e ganha pouco	4,7	7,7
Acha bom	2,8	9,0
Não tem horário para trabalhar	-	2,6
Acha péssimo, não pode reclamar	-	2,6
Acha bom, pois ganha mais do que se estivesse com carteira assinada	-	1,2
É uma oportunidade para trabalhar	0,9	-
Outros	4,7	6,4
Não tem informação e não pode dar opinião	34,2	9,0
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se, de acordo com o Quadro 32, que a opinião da maioria dos entrevistados sobre o sistema de cooperativa é negativa, tanto para os que estão com carteira assinada quanto para os que estão como cooperados. Pôde-se notar, durante a realização da pesquisa de campo, inúmeros problemas em relação às atividades da cooperativa e o desconhecimento, por parte dos trabalhadores, dos direitos e deveres de um cooperado. Percebeu-se também que eles se ressentiam muito de não terem um vínculo empregatício com a empresa para a qual estavam prestando serviço. A incerteza quanto ao rendimento que seria recebido era considerada pelos trabalhadores como um dos principais problemas de ser cooperado, pois o atraso e, até mesmo, o não pagamento dos salários era freqüente. Nesse contexto, conclui-se que a forma como o sistema de cooperativa estava sendo implantado era totalmente contrário ao ideário cooperativista.

Quando perguntado para os trabalhadores formais se desejavam passar para o sistema de cooperativa, 1,9% disseram que sim, 89,6% que não e 8,5% não souberam responder. Em relação aos cooperados, 33,3 afirmaram desejar continuar no sistema de cooperativa, 65,4% que não e 1,3% não souberam responder.

Opinião de uma trabalhadora sobre sua condição de informalidade na cooperativa:

É o meu sonho [conseguir outro emprego], mesmo sendo um emprego de um salário mínimo, mas sendo de carteira assinada, eu não pensava duas vezes e ia embora, porque chega no fim do ano nós tem o nosso décimo, nós tem o nosso direito, né? Mas a cooperativa não dá isso pra gente. Com o tempo, quando a gente tiver mais idade, a gente vai precisar desses anos, né? (trabalhadora cooperada processamento).

5.3.7- CONDIÇÕES DE TRABALHO

QUADRO 33

OPINIÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO OFERECIDAS PELA EMPRESA

DISTRITO DE ICOARACI

2002

OPINIÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Considera boas	50,1	11,5
A infra estrutura física é boa	8,5	9,0
Tem higiene, uniforme limpo e material de proteção	6,6	-
O salão de processamento é muito frio, o uniforme não é adequado para o frio	4,7	-
A empresa não fornece material para proteção do frio e nem material de segurança	3,8	5,1
Exigem muito dos trabalhadores	2,8	2,6
O salário é baixo para muito serviço	2,8	3,8
O problema é não ter hora para sair do trabalho	2,8	3,8
A comida do refeitório não é boa	1,9	-
Outros	16,0	14,1
Não são boas, falta equipamento para trabalhar como luvas , botas, fardas	-	33,4
Considera ruins	-	9,0
Considera ruins, pois não tem segurança no trabalho por não ter carteira assinada	-	5,1
Considera ruins, porque nem todos os dias tem trabalho	-	2,6
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em relação às condições de trabalho oferecidas pelas indústrias em que estavam trabalhando, os entrevistados que tinham carteira de trabalho assinada relataram, em sua maioria, opiniões positivas sobre a infra-estrutura física das empresas. Essa situação é contrária à dos trabalhadores cooperados, os quais externaram opiniões negativas quanto à infra-estrutura e à falta de equipamentos para o trabalho. Isso sinaliza mais uma vez uma precariedade maior entre os trabalhadores cooperados do que entre os que tinham vínculo

empregatício formal de trabalho. Um outro fator a ser destacado é que eram as indústrias que apresentavam maiores problemas de infra-estrutura que contratavam trabalhadores cooperados.

Relato de uma trabalhadora sobre as condições ruins de trabalho nas indústrias:

Pela lavagem, pelo embalamento do peixe. Tudo era diferente de hoje, porque, olha, antigamente, a gente lavava o peixe tudinho, aí botava na esteira, o peixe caía ali na mesa, caía dentro duma basqueta, dentro daquela basqueta tinha, tava cheio de gelo aquilo ali, pegava o peixe de lá, as mão tudo na luva. Hoje em dia quase não tem luva. É, hoje em dia não tem mais quase luva, é com a mão assim mesmo. Pegava com luva o peixe, tirava a ventrecha, aí botava na mesa, ali a moça já ia ensacando, arrumando tudo direitinho. Hoje em dia você pega o peixe, tira a ventrecha, joga o peixe ali, aí a outra lá pega, às vezes nem limpa até a mesa do peixe, quer dizer, que a qualidade do peixe antigamente eu acho que era melhor do que hoje, eu acho (trabalhadora processamento cooperada).

TABELA 94

TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O RECEBIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

DISTRITO DE ICOARACI

2002

DIREITOS TRABALHISTAS	%
Recebe algum direito trabalhista	57,4
13º salário, adicional de férias e insalubridade/periculosidade	9,2
13º salário, adicional de férias, hora extra e vale-transporte	6,5
13º salário, adicional de férias, insalubridade/periculosidade e vale-transporte	6,5
13º salário, adicional de férias e vale-transporte	6,0
13º salário e vale-transporte	3,8
Recebe todos os direitos trabalhistas	3,3
13º salário, hora extra e vale-transporte	2,7
13º salário	2,2
Hora extra e vale-transporte	2,2
13º salário e adicional de férias	1,6
13º salário, adicional de férias, hora extra e insalubridade/periculosidade	1,6
Vale-transporte	1,6
Hora extra	1,6
13º salário e insalubridade/periculosidade	1,6
13º salário, adicional de férias, hora extra, adicional noturno e insalubridade/periculosidade	1,1
13º salário, adicional de férias, hora extra, insalubridade/periculosidade, vale-transporte	1,1
13º salário, adicional de férias e hora extra	1,1
13º salário, adicional de férias, adicional noturno e insalubridade/periculosidade	1,1
13º salário, insalubridade/periculosidade e vale-transporte	1,1
13º salário, adicional de férias e adicional noturno	1,0
Adicional de férias	0,5
Não recebe nenhum direito trabalhista	42,6
Total	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 94, a maior parte dos trabalhadores entrevistados recebia algum tipo de direito trabalhista (57,4%), mas existia um percentual bastante expressivo que declarou não receber qualquer tipo de direito (42,6%), que eram representados pelos trabalhadores cooperados. O que deve ser destacado ainda é que nem os trabalhadores que possuíam carteira assinada recebiam integralmente seus direitos, sendo percebido também, durante conversas com os entrevistados, que a quase totalidade deles desconhecia os direitos trabalhistas que deveriam receber. Essa situação, como no caso dos trabalhadores da captura, é mais um indicador da precariedade que enfrentam os trabalhadores do processamento.

Quando indagados se contribuía para a Previdência Social, 57,6% afirmaram que contribuía, 41,3% que não e 1,1% não soube responder.

TABELA 95
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO OS PROBLEMAS QUE
AFETAM A REALIZAÇÃO DE SEU TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PROBLEMAS NO TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP.%
A temperatura do salão de processamento é muito fria	21,8	3,9
Fica muito tempo de pé	7,9	5,2
O relacionamento com o encarregado é ruim	7,9	-
Sente dor nas costas pela postura curvada	7,9	-
O salão de processamento é muito barulhento	6,9	5,2
Sente dor nos joelhos, nas costas, nas juntas	5,9	3,9
O salão de processamento é muito frio e barulhento	4,9	-
A convivência com os colegas que trabalham no salão de processamento não é boa	4,9	1,3
O cloro às vezes é muito forte	4,0	-
Não tem horário para sair do trabalho	3,0	5,2
A troca constante de função é cansativa e estressante	3,0	1,3
Sente dores nas pernas	3,0	2,6
Não tem uniformes suficientes e completos	2,0	6,5
Sente dores nas articulações das mãos	2,0	1,3
As luvas não são adequadas e suficientes	2,0	7,8
Sente muita pressão psicológica no trabalho	1,0	-
É um trabalho estressante e cansativo	1,0	11,7
Falta de equipamentos necessários para proteção, segurança e limpeza durante o trabalho	-	19,5
O trabalho é muito arriscado, tem medo de se cortar com faca, máquina de pele e serra	-	9,1
Outros	10,9	15,5
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados da Tabela 95, observa-se que, para os trabalhadores com carteira assinada, o maior problema era que o salão de processamento em que trabalhavam era muito frio (21,8%), e para os cooperados era a falta de equipamentos necessários para proteção, segurança e limpeza durante o trabalho (19,5%). Isso sinaliza que, em um primeiro momento, pode-se concluir que os trabalhadores cooperados estavam expostos a um maior perigo de acidente que os trabalhadores formais, o que demonstra uma das particularidades de precariedade, como já mencionado, que sofriam os trabalhadores do processamento.

Para os trabalhadores com carteira assinada, surgiram, com percentuais de 7,9% cada um, o problema de ficar muito tempo de pé, as dificuldades de relacionamento com o encarregado e a dor nas costas por ficar muito tempo curvado. Para os cooperados, surge com destaque, com um percentual de 11,7%, o fato de o trabalho desenvolvido por eles ser estressante e cansativo (já que a maior parte não tem hora para sair do trabalho, como já visto) e, em seguida, com um percentual de 9,1%, o fato de que consideravam o trabalho muito arriscado. Observa-se, assim, em geral, que os problemas de infra-estrutura nas empresas eram o principal fator de dificuldades para os trabalhadores do processamento como um todo, embora alguns problemas atinjam de forma mais ou menos intensa os trabalhadores formais e os informais.

As dificuldades e os conflitos entre gerentes e trabalhadores são bastante intensos:

Esses chefe, gerente, precisam fazer um curso de relações públicas, humanas. Qualquer reclamação é o seguinte, o primeiro trabalhador que vai falar com eles é 'Rua!', às vezes o dono da empresa nem sabe o que passa. Esses chefes, gerentes é 'Rua! Rua!', parece que é doce na boca deles, é doce botá a pessoa pra rua. Às vezes o trabalhador vai falar alguma coisa, pedir uma coisa 'Olha, quer muito, rua!', 'Vem trabalhar domingo, feriado, se não quiser tu vai pra rua', assim essas ameaças. Tem que acabar com isso (presidente SINDIPESCA).

Segundo ainda o entrevistado, é necessário uma reação por parte das trabalhadoras:

Eu digo pra elas isso, que elas têm que mudar e dizer 'Eu sou uma mulher trabalhadora. Eu sou uma mulher digna', não se deixar levar por certas coisas não. Elas têm que se valorizar como trabalhadoras, porque pros empresários isso é um prato cheio, só vai mudar quando elas começarem a se valorizar, mas é difícil pra elas aceitarem isso (presidente SINDIPESCA).

Em relação ao contrato de trabalho, 95,7% responderam que seu contrato de trabalho era permanente, 2,7% que era temporário e 1,6% não souberam responder. Entre os que tinham o contrato temporário, 60,0% tinham feito um contrato por safra, 20,0% um contrato de um ano e 20,0% não souberam responder.

Em relação a acidentes no trabalho, entre os trabalhadores que tinham carteira assinada, 25,5% já haviam sofrido algum tipo de acidente no trabalho enquanto 74,5% não. Entre os trabalhadores cooperados, o número de acidentes era maior, 44,9% já tinham se acidentado no trabalho e 55,1% não. Nota-se, assim, que os trabalhadores cooperados, por estarem submetidos a piores condições de trabalho, sofrem um número maior de acidentes no trabalho, o que é mais um indicador de precariedade.

TABELA 96
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O TIPO DE ACIDENTE SOFRIDO NO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

ACIDENTE NO TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Corte no dedo da mão	40,8	51,4
Ferrão de peixe machucou a mão	11,1	14,3
Cortou o braço	11,1	-
Cortou a mão em uma máquina do processamento de peixe	7,4	-
Cortou o pé	3,7	-
Ferimento na perna	-	8,6
Ferrão de peixe entrou no pé	-	5,7
Ferrão de peixe entrou no braço	-	5,7
Outros	25,9	14,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em geral, os membros superiores são os pontos mais vulneráveis a acidentes, pela própria natureza do trabalho realizado. De acordo com as informações da Tabela 96, o corte no dedo da mão representava o maior tipo de acidente sofrido pelos trabalhadores do processamento, com percentuais de 40,8% para os trabalhadores que tinham carteira assinada e de 51,4% para os trabalhadores cooperados. Vindo a seguir, para os

trabalhadores formais, machucados na mão ocasionados pelo ferrão dos peixes e cortes no braço, com percentuais de 11,1% cada um. Em relação aos trabalhadores cooperados, em segundo lugar, com 14,3%, vieram os acidentes com ferrão de peixe nas mãos e, em terceiro lugar, com 8,6%, ferimentos na perna.

As pessoa nova são as mais teimosa, eles são mais imprudente. Com velho não, quando acontece alguma coisa com velho era porque tinha que acontecê, mesmo. Olha, um dia desse eu disse 'Essa serra tá cega, tem que trocá essa serra', aí ela foi metê o peixe lá e cortou o dedo. Os velho tem mais cuidado do que os novo. Aqui na firma hoje tem mais gente nova, o resto tudo é menina nova, mas antigamente não, aqui era conhecido como 'Pão de Santo Antônio', porque só trabalhava velho (encarregada cooperada processamento).

Quando perguntados se tinham recebido algum tipo de ajuda da empresa na ocasião do acidente, 77,8% dos trabalhadores, com carteira assinada, responderam que sim e 22,2% que não. Já entre os trabalhadores cooperados, a ajuda da empresa foi bem menor, pois apenas 31,4% receberam auxílio e 68,6% não receberam qualquer tipo de ajuda. Observa-se, assim, que embora os cooperados tenham um percentual maior de acidentes, são os que menos recebem algum tipo de ajuda da empresa. Isso, mais uma vez, sinaliza sua situação mais precária de trabalho.

TABELA 97
TRABALHADORES DO PROCESSAMENTO, SEGUNDO O TIPO DE AJUDA RECEBIDA DA EMPRESA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

TIPO DE AJUDA RECEBIDA DA EMPRESA	CART. ASSIN %	COOP %
A empresa o encaminhou para atendimento médico	38,2	18,1
A empresa o encaminhou para atendimento médico e comprou os remédios	23,8	9,1
A própria empresa prestou atendimento médico	19,0	9,1
Outros	19,0	9,1
A empresa pagou os dias em que ficou parado	-	27,3
A empresa ajudou a comprar os remédios	-	27,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Nota-se que até mesmo a forma de ajuda recebida pela empresa em relação ao trabalhador acidentado é diferente. Para os trabalhadores cooperados, essa ajuda é feita de uma maneira mais precária, e a empresa termina arranjando uma forma para que o operário cooperado não denuncie o ocorrido e esses acidentes sejam abafados. Essa situação também foi detectada entre os trabalhadores formais, mas obter informações sobre acidentes de trabalho sempre foi muito difícil durante as entrevistas, tanto com os trabalhadores quanto com os gerentes.

Quando interrogados se estavam procurando outro trabalho, somente 4,7% dos trabalhadores com carteira assinada disseram que estavam fazendo isso e 95,3% que não. No que diz respeito aos trabalhadores cooperados, a situação era diferente, pois 46,2% deles estavam procurando outro trabalho e 53,8% não.

A insatisfação com o sistema de cooperativa é grande, por isso 46,2% estavam procurando outro trabalho, só que as condições do mercado de trabalho estão difíceis, o número de empresas de pesca vêm diminuindo e as que restaram também vêm reduzindo sua mão-de-obra, o que termina deixando os trabalhadores sem maiores perspectivas de conseguir uma colocação melhor e, de preferência, com carteira assinada. Essa situação faz com que muitos fiquem conformados com a atual situação de trabalho e não pressionem o mercado em busca de um outro posto.

QUADRO 34
MOTIVO PARA NÃO ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Está satisfeito com a empresa/ gosta de trabalhar na empresa	27,7	4,8
Está difícil de conseguir emprego em outras empresas	13,9	26,2
Falta de tempo	12,9	7,1
Conseguiu emprego com carteira assinada	8,9	-
Está com idade avançada	7,9	9,5
Já está trabalhando	6,9	2,4
Não surgiu outro emprego melhor	4,9	-
Está há pouco tempo na empresa	3,0	-
Está esperando sua situação na empresa melhorar	3,0	21,4
Tem pouco estudo	2,0	2,4
A empresa fica perto de sua casa	2,0	-
Outros	6,9	16,6
Está acostumado a trabalhar nesta empresa	-	4,8
Não tem estímulo	-	2,4
Não soube responder	-	2,4
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Entre os trabalhadores formais, detecta-se uma maior satisfação em relação à empresa na qual estão trabalhando, situação inversa à detectada entre os trabalhadores cooperados. As características dessa mão-de-obra, com sua baixa qualificação formal aliada à redução do número de postos de trabalho nas próprias indústrias pesqueiras, também funcionam como um fator de desestímulo e conformismo dos trabalhadores com sua situação atual. Um exemplo disso é o percentual de 21,4% dos trabalhadores cooperados que estavam esperando a situação da empresa melhorar com a esperança de terem sua carteira assinada.

QUADRO 35
MOTIVO PARA ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA ESTAR PROCURANDO OUTRO TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Quer um emprego que ganhe mais	80,0	2,8
A empresa está fazendo muitas exigências que os empregados não podem cumprir	20,0	-
Deseja um emprego com carteira assinada	-	36,0
O trabalho é instável, uns dias tem trabalho outros não	-	30,6
Trabalha poucos dias e ganha pouco	-	8,3
Não está satisfeito com a cooperativa	-	8,3
As condições de trabalhos são ruins	-	5,6
Não está satisfeita com a empresa	-	2,8
Fica períodos de tempo sem receber	-	2,8
Outros	-	2,8
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Conseguir um aumento salarial é o principal motivo para os trabalhadores formais estarem procurando outro trabalho (80,0%). Já para o grupo de trabalhadores cooperados, o motivo é desejarem ter um vínculo empregatício formal (36,0%), e o fato de terem um trabalho instável (30,6%) – o que gera uma instabilidade também em seu rendimento, pois recebem por dia trabalhado. Isso demonstra a existência de mais uma diferenciação na maneira como esses grupos de trabalhadores percebiam suas condições de trabalho. Deve-se destacar, também, entre os trabalhadores com carteira assinada, o fato de 20,0% deles reclamarem do excesso de exigências da empresa sem que esta última lhes dê, efetivamente, condições de cumprir o que estava relacionado às regras do programa APPCC.

Em relação a ter outra atividade além do trabalho atual, não havia muitas diferenças entre os trabalhadores formais e os que estavam na informalidade. Entre os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, 10,4% tinham outra atividade e 89,6% não. Entre os cooperados, 16,7% desenvolviam outra atividade e 83,3% não. Dessa forma, apesar de

todas as dificuldades, o trabalho realizado nas indústrias de processamento era, para a maioria, a única atividade desempenhada. A outra atividade desenvolvida abrangia pequena venda em casa, venda de produtos por catálogo, diárias como empregadas domésticas e “bicos” em construção civil.

Quando indagados se gostariam de mudar de trabalho, 68,9% dos trabalhadores formais disseram sim e 31,1% não. Entre os trabalhadores cooperados, a insatisfação era mais forte, pois 89,7% desejavam mudar de trabalho e 10,3% não.

QUADRO 36
MOTIVO PARA DESEJAR MUDAR DE TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA DESEJAR MUDAR DE TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Gostaria de ganhar mais	23,4	12,8
Gostaria de exercer outra profissão	17,8	17,1
Gostaria de fazer um trabalho mais leve e que resultasse em menos cansaço físico	12,3	7,1
Gostaria de trabalhar por conta própria	11,0	-
O trabalho atual é muito desgastante e estressante	9,6	2,9
Trabalha muito e ganha pouco	8,2	-
Está enjoado de trabalhar no processamento	6,8	-
Trabalha durante muito tempo	2,7	-
Outros	8,2	2,9
Gostaria de ter emprego com carteira assinada	-	37,2
Nem todo dia tem trabalho, isso faz com que ganhe pouco	-	8,6
Porque não pagam corretamente	-	7,1
Não vê futuro no atual trabalho	-	4,2
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A necessidade de ter um vínculo empregatício surge como o principal motivo para os trabalhadores cooperados desejarem mudar de trabalho, enquanto que, para o outro grupo de trabalhadores, a possibilidade de obter um maior rendimento aparece como o maior

motivador para desejar ter outra ocupação. O desejo de exercer outra profissão surge para os dois grupos com percentuais quase idênticos (17,8% e 17,1%, respectivamente, para os trabalhadores com carteira assinada e cooperados) o que poderia sinalizar uma insatisfação pessoal com o tipo de trabalho desenvolvido. Nota-se, ainda, que o desgaste e o estresse no trabalho atingem mais fortemente os trabalhadores com carteira assinada (9,6%) contra 2,9% dos trabalhadores cooperados.

A gente não pode largar aqui, porque tá muito difícil arranjar outro. A gente tem que agüentar aqui, mas se aparecê outra coisa, eu acho que a gente tem que procurar a nossa melhora (trabalhadora processamento).

QUADRO 37
MOTIVO PARA NÃO DESEJAR MUDAR DE TRABALHO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO DESEJAR MUDAR DE TRABALHO	CART. ASSIN %	COOP %
Está difícil conseguir emprego	18,2	-
Gosta do trabalho que faz	18,2	37,5
Está satisfeito na empresa	15,0	-
Tem pouco estudo	9,1	-
Está com idade avançada	9,1	-
Está satisfeito com o atual trabalho	6,1	-
Outros	18,2	37,5
Não respondeu	6,1	-
Não soube responder	-	25,0
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Dos que não desejavam mudar de emprego, é interessante observar que, entre os cooperados, o motivo para isso estava em que a maior parte deles afirmou gostar do trabalho que fazia, com um percentual de 37,5%. Isso também é identificado entre os trabalhadores formais, pois quando se juntam os percentuais dos que disseram que gostavam do trabalho que faziam, com os que se encontravam satisfeitos na empresa e os dos que estavam satisfeitos com o atual trabalho, tem-se um percentual total de 39,3%. É

interessante notar também que ter pouco estudo e idade avançada só foi lembrado pelos trabalhadores com carteira assinada.

Em relação à rotatividade no trabalho, no período de um ano, 81,5% disseram que permaneciam trabalhando na mesma empresa, 10,3% trabalhavam em mais de uma empresa e 8,2% estavam em seu primeiro trabalho. Quando se desagrega isso em relação ao tipo de vínculo empregatício, tem-se que, entre os trabalhadores formais, 94,3% permaneciam trabalhando na mesma empresa, 1,0% trabalhava em mais de uma empresa e 4,7% estavam em seu primeiro emprego. Para os trabalhadores cooperados, 64,1% permaneciam trabalhando na mesma empresa durante o período de um ano, 23,1% trabalhavam em mais de uma empresa e 12,1% estavam desempenhando sua primeira ocupação no mercado de trabalho. Assim, percebe-se que a rotatividade tende a ser maior entre os trabalhadores cooperados.

Em relação à rotatividade da mão-de-obra, um gerente entrevistado disse:

É, hoje também. Mas essa maioria, em 90% a gente conhece, aí não precisa você fazer entrevista, conhece já as pessoas. Já foram, já voltaram, já foram, já voltaram...(gerente de produção).

Entre os que trabalhavam em mais de uma empresa por ano, 77,18% trabalhavam normalmente em duas empresas; 11,0% em três; 5,6% em quatro e 5,6% não informaram. A diminuição do número de empresas e de postos de trabalho nas que restaram e o período de safra do peixe e do camarão, que ocorre no primeiro semestre de cada ano, pode ser um dos fatores explicativos para a maior parte dos trabalhadores passarem em média por duas empresas durante um ano.

Quando indagados sobre o motivo para trabalharem em várias empresas durante o período de um ano, 72,2% afirmaram que isso acontecia porque não tinham carteira assinada, 16,7% porque as condições de trabalho nas empresas eram muito ruins e 11,1% porque as empresas não pagavam direito seus salários.

O fato de ser informal favorece a troca de empresas pelos trabalhadores.

5.3.8-PROGRAMA ANÁLISE DE PERIGOS EM PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE – APPCC

Em relação ao programa APPCC, 85,0% dos trabalhadores formais disseram que o conheciam e 15,0% que não. Entre os trabalhadores cooperados, a situação era diferente: 43,6% afirmaram que conheciam o programa e 56,4% que não.

Esses dados mostram que as empresas que trabalham com o sistema de cooperativa têm maior dificuldade de implantar o programa de qualidade APPCC, pois a diferença entre os grupos de trabalhadores formais e os cooperados que conheciam o programa era bastante significativa. É importante destacar que esse conhecimento sobre o programa APPCC não deveria ser necessariamente muito aprofundado, pois muitos trabalhadores conheciam, mas não necessariamente compreendiam o que era o programa.

Exemplo de formas de resistência dos trabalhadores em relação às normas:

Porque antigamente era assim: eu já sabia o meu serviço, era aquele, o meu serviço era aqui no risco. Eu, de manhã, pegava a minha faca, ia pra lá, amolava e esperava o peixe. Quando o peixe viesse, eu começava a fazê o meu serviço. Eu tinha que fazê o meu serviço direito, porque, que dizê, que aí, o meu superior já confiava em mim, que ele sabia que eu sabia fazê o serviço, e hoje em dia é muito diferente. Hoje em dias, você tem que tá em cima do pessoal. Isso não acontecia antes. Não é que não saiba fazê, é porque não tá nem aí. Tem muitas, tem muitas aqui que eu vejo dizê 'Ah, eu não tô nem vendo.'. Mas não era assim, antigamente não era assim. Porque antigamente as pessoa se esforçavam pra fazê o serviço, hoje em dias não (encarregada cooperada processamento).

QUADRO 38
OPINIÃO SOBRE O PROGRAMA APPCC
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE O PROGRAMA APPCC	CART. ASSIN %	COOP %
Apreendeu a ter os cuidados necessários para manter a qualidade do produto e melhorar o trabalho	17,8	23,5
O programa ensina a maneira correta de se trabalhar com alimentos, a ter mais higiene com o produto	15,6	23,5
Acha bom ter o programa na empresa	14,4	17,8
O programa ensinou muitas coisas que não sabia tanto no trabalho quanto em casa	10,0	-
Acha excelente	5,6	2,9
O programa ajuda a prevenir problemas	4,4	-
Acha importante para a empresa e o trabalhador	3,3	-
Outros	10,0	8,8
Não soube responder, pois conhece pouco o programa	18,9	23,5
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Em geral, para os que afirmaram conhecer o programa, a opinião sobre ele era positiva. Um fato a ser destacado é que a maior parte dos trabalhadores formais (18,9%) e cooperados (23,5%) não souberam responder, alegando pouco conhecimento sobre o programa. Isso mostra a existência de problemas quanto ao conhecimento do que realmente é o programa APPCC, o que pode envolver o tipo de informação que é repassada e a maneira como isso é feito pelas empresas, o que certamente tem impacto sobre o cumprimento correto das normas por parte dos empregados. Não prestar atenção ou não seguir as normas corretamente pode ser uma forma de os empregados (tanto os que tinham vínculo empregatício quanto os cooperados) expressarem resistência e insatisfação com o trabalho.

Quanto à questão da qualidade, o presidente do SINDIPESCA faz a seguinte crítica:

Eles só falam na exigência da qualidade, eles só falam em ganhar o dinheiro deles. Agora, investir no trabalhador diretamente, eles não querem. O trabalhador tem que saber sobre

qualidade, mas também tem que saber sobre os seus direitos, saber do processo da educação, da segurança, medicina do trabalho, mas eles não fazem isso aí. O trabalhador tem que evoluir, entendeu? Se você pega um trabalhador de pesca pra conversar, ele não sabe do que tão falando, sabe? Eles não têm consciência de nada (presidente SINDIPESCA).

Em relação à participação em treinamento sobre o APPCC (para os trabalhadores que conheciam o programa), entre os que tinham carteira assinada, 95,6% afirmaram já terem participado de algum tipo de treinamento e 4,4% que não. Já entre os trabalhadores cooperados, 88,2% já haviam tido algum tipo de treinamento sobre o programa APPCC e 11,8% não. Uma questão a ser destacada é que, apesar de a maior parte dos trabalhadores terem participado de algum tipo de treinamento, é preciso questionar a eficácia desse treinamento quanto às metas pretendidas pelas empresas em relação aos trabalhadores.

Em relação ao tipo de treinamento recebido, 23,3% assistiram a palestras sobre boas práticas de manipulação de alimentos; 20,9% sobre higiene pessoal e higiene na empresa; 20,9% sobre contaminação de alimentos; 13,9% sobre higiene e manuseio do peixe; 10,5% sobre o manuseio do camarão e 10,5% não lembrava qual o tipo de treinamento recebido.

Opinião de uma trabalhadora sobre o melhor aproveitamento da matéria-prima:

Hoje tem menos desperdício do que antes. Hoje em dia a gente aproveita quase tudo. Antigamente não, olha, vamo falá sobre a ventrecha. Antigamente você pegava tirava ali, jogava aquele monte de ventrecha ali, se aproveitava um pouco, aproveitava, senão jogava fora, e aquilo tudo ali ia no resíduo. Hoje em dia não, hoje em dia você tira a ventrecha, você limpa tudinho, tudo aquilo é aproveitado, aquilo tudo se vende, tudo é aproveitado. Cabeça, cabeça antigamente se jogava tudo fora, antigamente davam cabeça pro pessoal. Hoje em dia não, as cabeça é tudo lavadinho, é arrumadinho nas basqueta, tudo é vendido, antigamente ia tudo fora, quer dizê, que antigamente tinha mais desperdício do que hoje, né? (trabalhadora do processamento).

No que se refere a quem ministrou o treinamento, 86,2% receberam treinamento dos gerentes dos CQDs das indústrias; 5,2% foram treinados por técnicos que não pertenciam ao quadro funcional das indústrias; 3,4% por diretores da cooperativa; 5,2% não lembrava quem tinha ministrado o treinamento.

QUADRO 39
OPINIÃO SOBRE O TREINAMENTO NO PROGRAMA APPCC
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE O TREINAMENTO	CART. ASSIN %	COOP %
A palestra foi clara quanto à necessidade de se trabalhar com cuidado quando se manuseiam alimentos, com mais higiene para evitar contaminação	24,4	26,6
A palestra foi clara. As informações passaram a ser utilizadas no trabalho (colocadas em prática)	19,8	20,0
Passou a conhecer muita coisa que não sabia sobre como desenvolver o trabalho	19,8	16,7
Considerou que foi bom	17,4	6,7
Considerou que foi bom, porque aprendeu muita coisa, principalmente sobre higiene pessoal e doméstica	5,8	-
Considerou complicado, são muitos registros para decorar	3,5	-
Entendeu no momento, mas esqueceu a maior parte depois	2,3	3,3
Considerou excelente o treinamento	2,3	6,7
Considerou bom, mas ainda ficou com muitas dúvidas	1,2	6,7
Não entendeu nada	1,2	6,7
Outros	2,3	-
O treinamento foi regular	-	3,3
A empresa não dá condições para seguir as regras, embora o treinamento seja importante para desenvolver melhor o trabalho	-	3,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

As opiniões positivas sobre o treinamento devem ser analisadas com cuidado, pois percebeu-se, durante as entrevistas, um certo receio dos dois grupos de trabalhadores de manifestar mais sinceramente sua opinião sobre o treinamento recebido, temendo represálias dos gerentes. Quando eram questionados mais detalhadamente pelos entrevistadores, eles se esquivavam ou não conseguiam responder claramente às perguntas.

TABELA 98
PRINCIPAL DIFICULDADE PARA SEGUIR AS NORMAS DO PROGRAMA APPCC
DISTRITO DE ICOARACI
2002

PRINCIPAL DIFICULDADE PARA SEGUIR AS NORMAS DO APPCC	CART. ASSIN	COOP
	%	%
Esquecem algumas normas, pois são muitas regras	9,3	6,7
Os trabalhadores não aceitam as normas	4,6	3,3
A empresa não dá condições para eles seguirem as normas, não fornece todo o material de proteção e de limpeza necessários	3,5	23,3
A empresa dá condições para seguirem as normas, as pessoas é que não obedecem	3,5	-
O entrevistado não consegue entender o que é repassado nos treinamentos (não vê aplicação prática)	3,5	10,0
Os trabalhadores não seguem as normas de higiene	1,2	3,3
A empresa exige muito, nunca está satisfeita	1,2	3,3
Algumas normas não estão de acordo com a realidade da empresa, por isso não podem ser cumpridas	1,2	3,3
Outros	3,5	3,3
Não têm dificuldade para cumprir as normas	68,5	36,8
Não souberam responder	-	6,7
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se, no relato de dificuldades, que existiam problemas, tanto por parte dos empregados quanto das próprias indústrias, em garantir o correto seguimento das normas do programa. Embora a maior parte tenha dito que não tinha nenhum problema para seguir as normas do APPCC, isso precisa ser analisado, levando em consideração o temor, por parte dos trabalhadores, de sofrer represálias, como já mencionado.

Os dados da Tabela 98 revelam diferenças entre as posições dos trabalhadores formais e dos cooperados em relação a essa questão, pois 68,5% dos trabalhadores formais afirmaram não ter nenhuma dificuldade para cumprir as normas do programa APPCC, mas entre os cooperados esse percentual foi de 36,8%. Em segundo lugar, com 9,3%, para os trabalhadores que tinham carteira assinada o problema estava ligado ao esquecimento das

normas; já para os trabalhadores cooperados, o problema, para 23,3% deles, era que a empresa não dava condições para que eles pudessem cumprir adequadamente as normas do programa. Em terceiro lugar, para os trabalhadores formais, com um percentual de 4,6%, existia a dificuldade de os próprios trabalhadores não aceitarem as normas do programa, enquanto para os cooperados, com um percentual de 10,0% o problema estava na falta de entendimento dos conhecimentos repassados durante os treinamentos.

TABELA 99
MUDANÇAS TRAZIDAS PELO PROGRAMA APPCC PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MUDANÇAS TRAZIDAS PELO APPCC	CART. ASSIN	COOP
	%	%
Aumentou a atenção e o cuidado no trabalho para não contaminar o alimento	22,2	26,8
Aprendeu a ter mais responsabilidade no trabalho para não contaminar o alimento	12,8	13,3
A empresa ficou mais limpa e organizada	11,6	6,7
A importância da higiene pessoal e do local de trabalho para desenvolver melhor a atividade	11,6	10,0
A importância da higiene pessoal no desenvolvimento correto da atividade	11,6	6,7
Se organiza melhor	4,6	3,3
Melhorou a qualidade do produto	4,6	-
Melhorou a higiene na manipulação do alimentos	2,3	-
Outros	3,6	3,3
Não trouxe mudanças	1,2	13,3
Quando entrou na empresa já tinha o programa APPCC	12,8	3,3
Não soube responder	8,1	13,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A avaliação sobre as mudanças trazidas pelo APPCC, de acordo com a Tabela 99, foi positiva para os entrevistados, com destaque para o aumento da atenção no trabalho

para não contaminar os alimentos, com percentuais de 22,2% e 26,8%, respectivamente, para os trabalhadores que tinham carteira assinada e os que eram cooperados. Contudo deve-se destacar o percentual de 13,3% dos trabalhadores cooperados que afirmaram não ter havido nenhuma mudança em seu trabalho com a adoção do programa APPCC pela empresa. Esses dados refletem contradições por que passam as indústrias quando são confrontadas com a imposição da adoção de um programa de qualidade e a situação concreta de possibilidades e formas como elas vêm colocando em prática as normas do programa APPCC.

Quando perguntados sobre a contribuição do programa APPCC, no geral, para o desenvolvimento de suas atividades, para 43,0% dos trabalhadores formais a contribuição foi boa; 51,2% afirmaram ter sido muito boa; 1,2% disseram que não tinha trazido nenhuma contribuição e 4,6% não souberam responder. Para os trabalhadores cooperados, 56,7% deles afirmaram que a contribuição do Programa APPCC foi boa; 20,0% disseram que foi muito boa, 16,7% que não havia trazido contribuição nenhuma e 6,6% não souberam responder.

5.3.9-SINDICATO

Em relação à filiação sindical, ao contrário dos trabalhadores da captura, os trabalhadores do processamento apresentavam um baixo nível de filiação sindical, apenas 21,2% afirmaram ser filiados a um sindicato, no caso o SINDIPESCA, e 78,8% disseram que não eram filiados.

Eu lembro que quando eu entrei aqui, era descontado uma parcela pro sindicato todo mês, mas eu nunca fui procurar o sindicato. Mas faz tempo isso (trabalhadora cooperada processamento).

Opinião do sindicato em relação à cooperativa:

Se esses trabalhadores ajudassem o sindicato, a gente já tinha acabado com isso Nós somos contra isso aí [terceirização], isso é um absurdo isso aí, nós queremos acabar com essas cooperativas, se acabar a cooperativa, as firmas não vão demitir, elas vão ter que contratar o trabalhador pra poder funcionar (presidente SINDIPESCA).

Um dos diretores da cooperativa defende esse regime de trabalho:

Qual é a diferença entre ter a cooperativa e ter carteira assinada? Eu disse pra uma fiscal do Ministério Público: 'Doutora, é muito lindo a senhora estar trancada aqui numa sala com ar condicionado e dizer o que é melhor pra pesca. A senhora já esteve alguma vez dentro de uma indústria percebendo como o barco chega? Como é processado o pescado?' É fácil eu dizer: 'Não, assina a carteira!'. Pra indústria que tem a sua própria frota, ela ameniza os seus custos, mas uma que não tem barco próprio, ela vai depender de terceiros que levem o produto pra ela processar. E aí é que é o X da questão da pesca. Eu passo 20 dia sem ter produto pra processar, aonde eu vou arrumar dinheiro pra pagar os meus trabalhadores de carteira assinada? Da onde vem o recurso? Se o governo não dá, banco não financia mais pesca, ninguém quer financiar a pesca (diretor da cooperativa).

QUADRO 40

MOTIVO PARA SER FILIADO AO SINDICATO

DISTRITO DE ICOARACI

2002

MOTIVO PARA SER FILIADO AO SINDICATO	CART. ASSIN %	COOP %
O sindicato fornece atendimento médico e odontológico	47,2	-
O sindicato luta pelos direitos dos trabalhadores	16,7	33,3
Assinou a ficha de filiação sem saber, e não sabe nada sobre o sindicato	16,7	66,7
Outros	13,9	-
Não soube responder	5,5	-
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que o principal motivo para os trabalhadores de carteira assinada serem filiados ao sindicato está ligado a uma visão “paternalista” deste, pois somente interessa aos trabalhadores os benefícios médicos e odontológicos (47,2%). Existe uma pequena consciência sobre a função do sindicato e como este pode agir em função dos interesses dos trabalhadores, conforme mostra o percentual de 16,7%, mas que é confrontado pelo mesmo percentual de 16,7% dos que assinaram a ficha de filiação sem saber e não tinham nenhuma informação sobre o sindicato. Entre os trabalhadores cooperados, esse desconhecimento é bem maior, conforme mostra o percentual de 66,7% que assinou a ficha

de filiação sem ter noção do que estava fazendo e não tem nenhum tipo de conhecimento sobre o sindicato. Contudo a consciência sobre a importância da ação sindical para a melhora de sua situação parece ser mais forte entre esse grupo de trabalhadores, como mostra o percentual de 33,3% que se sindicalizaram em razão de o sindicato lutar pelos direitos dos trabalhadores, embora estejam em uma condição mais precária que o outro grupo de trabalhadores.

QUADRO 41
MOTIVO PARA NÃO SER FILIADO AO SINDICATO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA NÃO SER FILIADO AO SINDICATO	CART. ASSIN %	COOP %
Falta de interesse	40,0	16,0
Ganha pouco e não tem condições de pagar o sindicato	27,1	9,3
Falta de vontade	10,0	6,7
Não sabe da existência de um sindicato dos trabalhadores das empresas	4,3	32,0
Falta de informação sobre o sindicato	2,9	18,7
Outros	14,3	8,0
Não respondeu	1,4	2,6
É "filiado" à cooperativa	-	6,7
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A falta de interesse, ocasionada pelo desconhecimento das funções de um sindicato, aparece como a principal razão para que os trabalhadores formais não sejam filiados ao sindicato (40,0%). Já entre os cooperados é a própria falta de conhecimento da existência de um sindicato que surge como o principal motivo para a não filiação (32,0%). Essa dificuldade de "aproximação" entre o sindicato e os trabalhadores traz danos a estes últimos, uma vez que as empresas estão organizadas em seu sindicato e, no momento de discutirem questões salariais e sociais, negociam com o SINDIPESCA, e é necessário que o sindicato dos trabalhadores esteja fortalecido para que possa conseguir que suas reivindicações sejam aceitas.

Segundo o presidente do SINDIPESCA, as condições de trabalho estão piorando para os trabalhadores, em razão de as empresas estarem realizando novas formas de contratação de mão-de-obra:

Agora fizeram outra maneira de prejudicar o trabalhador, uma tal de safra. O trabalhador trabalha dois, três meses e depois eles mandam embora o trabalhador. Podia, pelo menos, contratar o trabalhador por seis meses, sete meses, pra ele sair com mais vantagens, inclusive o seguro desemprego, mas não, fica dois, três mês e manda embora. É por isso que o trabalhador não passa por aqui, só passa por aqui o trabalhador que tiver mais de um ano, que é homologado e tal, com esses eu posso ter um controle, mas os outro ... (presidente SINDIPESCA).

Dificuldades enfrentadas pelo sindicato para aumentar o número de associados, segundo seu presidente:

As trabalhadoras são difíceis, são muito incompreensivas. A gente chega, conversa, fala sobre o sindicato, mostra o nosso trabalho. Coloca as vantagens que elas vão ter de trabalhar com carteira assinada. Tudo é colocado, mas ninguém quer mudar. Eu sei que os trabalhadores são muito prejudicados, são escravizados, as condições de trabalho são péssimas, não tem qualidade de vida, a alimentação é péssima. Só que a categoria precisa ajudar, senão a gente não pode fazer nada (presidente SINDIPESCA).

Eu falo: 'Vamos associar gente!', mas associar é que é o problema (presidente SINDIPESCA).

QUADRO 42
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDIPESCA
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO	CART. ASSIN %	COOP %
Acha que o sindicato está lutando pelos direitos dos trabalhadores	34,3	100,0
Acha que o sindicato está fraco e não defende os direitos dos trabalhadores	22,9	-
Acha bom, pois sindicato proporciona atendimento médico e odontológico	14,2	-
Não tem opinião, pois não conhece o sindicato	28,6	-
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A maior parte dos trabalhadores filiados tem uma opinião positiva sobre o sindicato, especialmente os trabalhadores que eram cooperados, mas um percentual significativo dos trabalhadores que tinham carteira assinada (e que formavam a maior parcela dos associados) afirmou desconhecer as atividades do sindicato (28,9%). Isso mostra a necessidade do sindicato ter uma aproximação maior junto a seus filiados.

5.3.10- RECURSO NATURAL

QUADRO 43
OPINIÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO RECURSO NATURAL PROCESSADO ATUALMENTE
DISTRITO DE ICOARACI
2002

OPINIÃO SOBRE O RECURSO NATURAL PROCESSADO	CART. ASSIN	COOP
	%	%
A cada ano está diminuindo o camarão para ser processado	19,8	-
A cada ano está diminuindo o peixe para ser processado	17,0	25,6
A quantidade e o tamanho do peixe estão diminuindo	12,3	6,4
Está diminuindo a quantidade processada	11,3	11,5
A quantidade e tamanho do camarão estão diminuindo	9,4	-
Continua do mesmo jeito, não houve mudança	4,7	10,3
Piorou a qualidade do peixe, chega muito peixe estragado	4,7	9,0
A qualidade do peixe é boa	3,8	1,3
Aumentou a quantidade de peixe	1,9	1,3
Aumentou a quantidade de camarão	0,9	-
Não sabe avaliar	14,2	23,1
A quantidade do peixe e do camarão está diminuindo	-	11,5
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Para os dois sub-grupos de trabalhadores, o recurso natural, tanto o peixe quanto o camarão, vem apresentando uma redução em sua quantidade e qualidade. Nesse contexto, observa-se que o problema da diminuição do recurso natural processado é sentido pelos trabalhadores do processamento, da mesma forma que a redução do recurso pescado é sentida pelos trabalhadores da captura.

Em relação ao defeso, entre os trabalhadores entrevistados, 69,0% afirmaram ser favoráveis ao defeso, 28,8% disseram ser contrários e 2,2% não souberam responder. Quando se desagregam esses dados entre os sub-grupos, 78,3% dos trabalhadores formais eram a favor do defeso, 17,9% eram contra e 3,8% não tinham opinião. Entre os trabalhadores cooperados, 56,7% eram favoráveis ao defeso e 43,6% não eram. Essa situação deve estar ligada à maior instabilidade desses trabalhadores no emprego, pois ganhavam por dia trabalhado e, durante o defeso, ficariam sem trabalhar, conseqüentemente, sem a obtenção de rendimento.

QUADRO 44
MOTIVO PARA SER FAVORÁVEL AO DEFESO
DISTRITO DE ICOARACI
2002

MOTIVO PARA SER FAVORÁVEL AO DEFESO	CART. ASSIN %	COOP %
Para o peixe crescer e reproduzir	20,7	18,2
Porque o peixe está muito pequeno	18,1	18,2
Porque o camarão está muito pequeno	12,0	-
Para aumentar a quantidade de camarão	10,8	4,5
Para que o camarão e o peixe possam crescer	10,8	18,2
Para o camarão crescer e reproduzir	8,4	-
Porque se não parar por um período as espécies vão acabar	8,4	20,5
Para aumentar a quantidade de peixe	7,2	13,6
Para manter o emprego dos funcionários	1,2	-
Não soube responder	2,4	6,8
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

A maior parte dos trabalhadores entrevistados afirmou ser favorável ao defeso para que os recursos naturais explorados pudessem crescer e se reproduzir, tanto no caso do camarão quanto no relacionado ao peixe.

Quanto ao recurso natural, o presidente do SINDIPESCA e um dos diretores da cooperativa têm a seguinte opinião:

Acabando o peixe, acabou o trabalho. Tem que ter conscientização dos empresários e dos trabalhadores. Tudo isso tem que ter cuidado, senão vai acabar (presidente SINDIPESCA).

O IBAMA pra mim dificultou, ele cria um monte de normas que nem ele fiscaliza. Falam muito de defeso? Mas cadê os estudos? (diretor da cooperativa).

Em relação aos motivos para não ser favorável ao defeso, o receio de ficar desempregado era o principal motivo para os trabalhadores que tinham carteira assinada, com um percentual de 94,7%, vindo após isso, com um percentual de 5,3%, os que achavam que não era necessário parar de pescar. Para os trabalhadores cooperados, a situação era a mesma: 97,1% deles eram contra o defeso por medo de serem demitidos, e apenas 2,9% achavam que não era necessário parar de pescar.

O entrevistado relata a relação existente entre safra e redução da mão-de-obra:

Tem uns 42 agora. Aí é de acordo com a safra. Se tá uma boa safra... os barcos, por exemplo, em vez de 16 dias, por exemplo, eles passam 8 dias, de porto a porto, no caso de um ... saem, passam 8 dias, aí a safra é boa, de lá a gente mantém o número de funcionários. É de acordo com a safra. E quando a safra não tá boa como agora, a gente tá com 42. Se melhorar, a gente vai pra 60. A gente já chegou até 102 funcionários, o ano passado nós chegamos até 102, aí foi demitindo, demitindo... e agora tem 42. É de acordo com a safra. No início da safra, período de contratação, fica parecido com o círio aqui na frente, entende? (gerente de produção).

Ainda sobre a redução da mão-de-obra contratada:

Olha, o nosso quadro hoje está bem reduzido. Na época que eu cheguei, nas vacas gordas, processando comigo, se eu não me engano, tinham umas 80 pessoas... hoje, no olhômetro... se tiver umas quarenta pessoas... eu ainda não parei lá... que agora nesse período, de férias em janeiro, a gente tinha umas dez pessoas pra saírem, aí foi janeiro, fevereiro e março, agora abril, então cada dia desse, cada mês desse saem dez a doze pessoas de férias, exatamente pela falta do pescado em si, né? (gerente de produção).

Percepção do trabalhador sobre a diminuição do recurso natural e de que isso interfere em seu rendimento:

Sempre trabalhou homem no ferrão e no risco, hoje ainda trabalha um no risco, quando não tem esses negócio de barco, essas coisa, ele vem pro risco. Logo que eu vim pra cá [no ano de 1985], era oito no risco, trabalhava seis homem e duas mulher, eu e uma outra colega no risco. Era muito peixe, nesse tempo era muito peixe. Não é hoje, que hoje chega um barco, às vezes tem semana que a gente trabalha dois dias, tem semana que a gente trabalha a semana toda, tem pouco peixe. Naquela época não, era direto, direto. Naquela época a gente trabalhava às vezes até dez horas da noite, porque às vezes tinha pedido desse negócio de

embarque e aí não tava completo o embarque, o chefe chegava e pedia 'Olha, hoje nós vamos trabalhar até dez hora da noite porque tem que completá o embarque'. A gente ficava mesmo, né? Porque a gente tava ganhando mesmo, mas aí a gente merendava e depois mandava brasa. Hoje em dia é muito difícil a gente ficá. Teve uma época que eu me lembro que nós passamos trabalhando três meses direto, sem ter uma folga, um domingo, um sábado, muito peixe, muito peixe, também ganhamo dinheiro, porque isso que é importante, né? Ganhá dinheiro e quem trabalhava na serra, máquina, ferrão e filé ganhava mais do que o salário (trabalhadora processamento).

5.3.11- SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ

QUADRO 45
SUGESTÕES PARA MELHORAR O SETOR DA PESCA INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARÁ
DISTRITO DE ICOARACI
2002

SUGESTÕES	CART. ASSIN %	COOP %
As empresas respeitarem o período do defeso	9,4	3,8
Aumentar o salário dos trabalhadores do processamento	7,5	10,3
Instituir o defeso para o peixe	6,6	7,7
Deveria haver um período de proibição da pesca em geral	5,7	1,3
Colocar mais barcos para pescar mais peixes	4,7	14,1
Aumentar o período do defeso do camarão	4,7	-
Manter o defeso do camarão e criar o defeso do peixe	3,8	-
Acabar com as cooperativas de pesca para voltar a assinar a carteira do trabalhador	0,9	3,8
Outros	11,3	14,1
As empresas voltarem a assinar a carteira dos trabalhadores	-	16,7
Não tem sugestão	41,6	26,9
Não soube responder	3,8	1,3
Total	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com os dados do Quadro 45, percebe-se que a preocupação ambiental também está presente entre os trabalhadores do processamento, especialmente entre os operários que tinham carteira assinada (9,4%). Já para os trabalhadores que eram cooperados, a percepção era diferente, pois a maior parte deles (14,1%) achava que a saída para seus problemas estava no aumento da quantidade de barcos que saem para pescar. A questão do aumento salarial surge em seguida, sendo mais acentuada entre os trabalhadores cooperados (10,3%) que entre os formais (7,5%). Por fim, a instituição do defeso do peixe aparece em terceiro lugar para ambos os sub-grupos, com 6,6% para os trabalhadores com carteira assinada e 7,7% para os cooperados.

Um ponto ainda a ser destacado está relacionado ao fato de os maiores percentuais terem sido de trabalhadores que não tinham sugestão, com 41,6% para os trabalhadores formais e 26,9% para os trabalhadores informais, o que pode sinalizar a existência de grandes dificuldades entre esses trabalhadores sobre a realidade do setor da pesca industrial do qual fazem parte, o que tem consequência direta na possibilidade de obterem melhorias em suas condições de trabalho.

6-CONCLUSÃO

O sistema capitalista em seu processo de reprodução e ampliação está sempre em busca de maneiras que tornem a produção de bens e serviços mais lucrativa. No intuito de conseguir esse objetivo, mudanças organizacionais e tecnológicas têm sido introduzidas no processo produtivo e, em consequência disso, transformações também ocorrem no processo de trabalho. Pode-se observar, assim, trabalhadores em várias situações de inserção no mercado de trabalho, passando por graus maiores ou menores de precariedade, de acordo com as estratégias adotadas pelas empresas para se manterem e/ou conquistarem novos mercados. Nesse sentido, é preciso problematizar a “crise” do fordismo e sua “substituição” por outros modelos nas empresas brasileiras, levando em consideração as características econômicas, políticas e sociais do Brasil.

Nesse contexto, para se entender como a atividade da pesca industrial tem se comportado diante das mudanças no mercado, é necessário considerar as especificidades dessa atividade. Em primeiro lugar, apesar da introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais ao longo do tempo, a pesca industrial é uma atividade extrativa e, em decorrência disso, possui uma grande dependência da natureza.

O aumento contínuo da exploração das espécies de maior valor comercial fez com que mudanças fossem introduzidas na maneira de pescar, como exemplificado pelos barcos-fábrica, e também na forma de processar o pescado obtido, no sentido de aumentar a produtividade e a qualidade do produto pescado. Este último fator é mostrado pela adoção do programa APPCC nas indústrias pesqueiras. Entretanto, apesar da introdução dessas mudanças, tem ocorrido uma grande diminuição dos principais recursos explorados, o que tem impactos diretos na lucratividade das empresas que atuam no setor da pesca industrial.

Observa-se, assim, que as empresas têm buscado soluções para enfrentar esses problemas (diminuição dos principais recursos explorados e um mercado cada vez mais exigente em relação à qualidade e à elaboração dos produtos), as quais passam por tentativas de aceitação de novas espécies no mercado e mudanças na forma de utilização dos fatores produtivos – recursos naturais, capital, trabalho e tecnologia – no processo de produção. No que se refere ao trabalho, tem se observado uma intensificação do trabalho da mão-de-obra empregada no setor da pesca industrial.

Foi partindo desse contexto, que se estudou as empresas que compõem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci e como as estratégias adotadas por elas, diante

das transformações no mercado e da diminuição dos principais recursos explorados, têm repercutido sobre a mão-de-obra empregada nessas atividades.

Em relação às indústrias processadoras, estas têm sua produção voltada para o mercado externo, baseada na exportação de camarão-rosa e piramutaba, tendo como principais países compradores Japão e EUA. Em relação à tecnologia usada nas atividades de processamento, foram introduzidas algumas mudanças, mas não houve transformações de maior vulto na forma de processamento de camarão e de peixe. A obrigatoriedade da adoção do programa APPCC trouxe um aumento de produtividade e uma melhora na qualidade do produto final, contudo observa-se que a maior parte delas tem muitos problemas de infra-estrutura, pois as instalações são antigas e os equipamentos utilizados no processamento também. Essa situação traz dificuldades para que essas empresas busquem melhorar sua posição no mercado ou, até mesmo, conquistar novos nichos de mercado, pois não possuem tecnologia para elaborar produtos de maior valor agregado.

Ainda no caso das indústrias processadoras, o que surge como fato de maior destaque foi sua decisão de terceirizar as atividades de captura no início da década de 90. Entretanto, quando se analisam as características desse processo de terceirização, nota-se que não há uma relação de igualdade entre os parceiros. A relação entre indústrias processadoras e microempresas de captura é de dominação das primeiras sobre as últimas e a terceirização da captura teve como única finalidade a transferência de custos.

No que diz respeito às atividades de captura, observou-se que a tecnologia utilizada nessa etapa da produção não apresentou mudanças tecnológicas significativas. A forma de pescar é a mesma (pesca de arrasto), as embarcações são antigas e estão bastante sucateadas. A diminuição dos recursos explorados tem aumentado os custos das viagens, pois os barcos têm que se dirigir para áreas mais afastadas, passando, assim, um maior número de dias no mar e trazendo geralmente uma quantidade menor de camarão e de peixe.

Por terem uma tecnologia defasada, as embarcações não podem fazer pescarias em alto mar para pescar outras espécies e abrir novos mercados, o que termina se constituindo em um círculo vicioso, em que barcos antigos e sucateados continuam a explorar recursos pesqueiros que já estão ameaçados de sobrepesca, com um crescente aumento do custo das viagens e uma diminuição na quantidade e na qualidade do recurso pescado.

Deve-se ressaltar que os problemas por que passam as microempresas de captura afetam as empresas processadoras. Em razão disso, as indústrias passaram a se voltar para o processamento de espécies provenientes da pesca artesanal. Essa situação pode

fazer com que também os recursos pescados pela frota artesanal no futuro possam entrar em um processo de sobrepesca. Em virtude disso, atualmente, não faz mais sentido analisar a pesca industrial como uma atividade totalmente separada da pesca artesanal. Deve-se estudar o setor da pesca no estado do Pará como um todo, pois ações de políticas públicas não podem ignorar a existência de laços cada vez mais fortes entre a pesca industrial e a artesanal, bem como o papel dos intermediários nesse processo.

Uma vez que empresas processadoras e microempresas de captura passam pelo problema de redução dos principais recursos explorados e que, diante da tecnologia de que dispõem, não o podem resolver, uma das estratégias adotadas por elas foi a de intensificar a exploração da mão-de-obra, tanto da captura quanto do processamento.

Em relação aos trabalhadores da captura, esta é uma mão-de-obra que possui uma baixa qualificação, que está submetida em geral à grande precariedade. Encontram-se trabalhadores em várias situações: formais, parceiros e “encostados”, que terminam influenciando o grau de precariedade a que estão expostos. As condições de trabalho das tripulações são ruins, pois os barcos estão com uma infra-estrutura deteriorada, sendo os acidentes de trabalho freqüentes e já considerados como algo normal pelos patrões de pesca e pescadores. A diminuição dos recursos explorados e o aumento da duração das viagens tem feito com que esses trabalhadores sofram uma intensificação de seu trabalho, sem que haja um aumento dos rendimentos recebidos, com muitos não recebendo seus direitos trabalhistas nem a totalidade de seus salários.

A mesma condição de baixa qualificação formal e de precariedade foi encontrada entre os trabalhadores do processamento, em que foram identificados trabalhadores formais, cooperados e “encostados”. Os baixos rendimentos recebidos, os atrasos e o não pagamento de salários e diárias era uma constante, acompanhada ainda pela intensificação do trabalho, pois, entre esses trabalhadores, a vigilância e a pressão por parte das indústrias processadoras eram muito elevadas, especialmente em relação às regras do APPCC, apesar de a maior parte delas não oferecer condições para que os trabalhadores pudessem cumprir as regras.

Diante dos problemas por que passam os trabalhadores da captura e do processamento, observou-se que seus sindicatos não se revelam preparados para enfrentar essas mudanças no mercado e as estratégias de exploração da mão-de-obra pelas empresas, como demonstram os casos encontrados em campo, não são somente de extração de mais-valia relativa, mas também de mais-valia absoluta, tanto entre os trabalhadores da captura quanto entre os trabalhadores do processamento.

Nesse sentido, nota-se que as mudanças no processo de trabalho dos trabalhadores da pesca industrial foram extremamente danosas para essa mão-de-obra. Esse quadro mostra que é preciso repensar ações que englobem trabalhadores em suas várias formas de inserção no mercado de trabalho e que as ações para o setor da pesca industrial devem envolver não apenas as empresas, mas também a mão-de-obra empregada e, uma vez que esse setor é extrativo, os recursos naturais explorados.

A situação atual do parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci é um exemplo da necessidade de se pensar as atividades produtivas de uma forma sustentável ecológica, econômica e socialmente, envolvendo políticas públicas direcionadas para os recursos naturais explorados, as empresas envolvidas na captura e no processamento dos recursos pesqueiros e os trabalhadores que participam dessas atividades.

Ao mesmo tempo, percebeu-se ainda a necessidade de que sejam feitos estudos envolvendo os vários elementos que compõem a cadeia produtiva da pesca, pois muitas questões sobre a exploração dos recursos pesqueiros no estado do Pará estão por ser respondidas como: Qual a verdadeira quantidade de camarão e de peixe que é pescada e o destino dessa produção? Quem são os intermediários e qual deles na comercialização do pescado capturado? De que maneira os laços entre pesca artesanal e industrial estão se formando? Qual o número de pessoas envolvidas na exploração dos recursos pesqueiros no Estado?

Enfim, partindo deste estudo sobre as mudanças no processo de trabalho dos trabalhadores do parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci, surgiram caminhos para o desenvolvimento de novos estudos sobre o setor da pesca no Estado do Pará.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi. (1998). *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. Piracicaba, 1998. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

ABREU, Alice R. de Paiva; SORJ, Bila; RAMALHO, José Ricardo. (1998). Os impactos sociais da terceirização industrial no Rio de Janeiro: um estudo de caso no setor de telecomunicações. In: CASTRO, Nadya A.; DEDECCA, Claudio S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, p. 155-188.

ANTUNES, Ricardo. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo.

AVIZ, Adriana de.(2002). *A empresa pesqueira em Icoaraci: tempo e disciplina*. Belém, 2002. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. (1996). Pesca marítima. *Informe Setorial – agroindústria*, nº 09, set.

BARION, Rogério. (2001). *Desdobramento da função qualidade (QFD) na indústria alimentícia*. Monografia (Especialização em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Paraná.

BARTHEM, Ronaldo B. (1992). Desenvolvimento da pesca comercial na Bacia Amazônica e conseqüências para os estoques pesqueiros e a pesca de subsistência. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ/UFPa, p.489-522 (Série Cooperação Amazônica, v.13).

BOTELHO, Antônio Torres. (1959). *Considerações sobre a industrialização do pescado na Amazônia*. Belém: SPVEA (Série Recursos Naturais I).

BONELLI, Regis. (1999). A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: POSTHUMA, Anne Caroline (org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTe; São Paulo: Ed.34, p. 87-115.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. (1995). *Sistema de Análise de Riscos e Pontos Críticos de Controle na Indústria da Pesca: manual de procedimentos (versão preliminar)*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DET.

BRAVERMAN, Harry. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

BRITTO, Rosian Campos C. et al.(1975). *A pesca empresarial no Pará*. Belém: IDESP (Série Monografias 20).

CARMO, Eunápio Dutra (2001). *Gestão do trabalho na indústria de alumínio Albras – noção de qualidade e seus interlocutores*. Belém: UFPa/NAEA

CASTRO, Edna M. R. (1994). Industrialização truncada: globalização, pós-fordismo e degradação sócio-ambiental na Amazônia. In: 48th International Congress of Americanists (ICA). *Anais ...* Stockholm: Institute of Latin American Studies, p. 135-154.

_____. (1997). Flexibilização e gestão do trabalho em indústrias de alumínio na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo G. (orgs.). *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: NAEA/UFPa, p.165-182.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM. (1998). *Cadastro da infra-estrutura urbana, por face de quadra*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém.

COSTA, Francisco de Assis. (1998). Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. In: *Novos cadernos NAEA*, Belém, v.01, nº 01, p.23-78.

_____. (2000). *Anotações de aula*. Belém.

DEDECCA, Cláudio S. (1998). Reorganização das relações de trabalho no Brasil: a flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, Antônio M.; CARVALHO, Ricardo A. Alves de (orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT, p. 151-180.

_____. (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: UNICAMP (Coleção Teses).

DIAS-NETO, José. (2000). *A mentira da multiplicação dos peixes*. Disponível em <<http://www.ibama.gov>> [acessado em 10 de maio de 2001]

DRUCK, Maria da Graça. (1999). *Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo.

El futuro de la industria pesquera mundial.(2000). *Ciência*, v.2, nº12 (revista eletrônica). Disponível em <<http://www.lectura.nce.edu.mx:3000>> [acessado em 25 de março de 2003].

Estatísticas de importação e exportação de produtos alimentícios. Disponível em <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> [acessado em 27 de dezembro de 2002].

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA. (2001). *Pará comércio exterior – fevereiro de 2001*. Belém: FIEPA.

GORENDER, Jacob. (1997). Globalização, tecnologia e relações de trabalho. *Estudos Avançados*, v. 11, nº 29, jan/abr, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, p. 311-361.

GOUNET, Thomas. (1999). *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, David. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

HIDROSERVICE. (1975). *A pesca industrial no Pará*. Belém: Hidroservice.

HIRATA, Helena. (1998). Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma perspectiva norte/sul. In: CARVALHO NETO, Antônio M.; CARVALHO, Ricardo A. Alves de (orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT, p. 39-58.

HOLZMANN, Lorena. (2000). Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. In: *Sociologias*, a. 02, nº 04, jul/dez, Porto Alegre, p. 258-273.

HURLEY, Jorge. (1933). *No domínio das águas - história da pesca no Pará*. Belém: Typographia do Instituto D. Macedo Costa.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. (1999a). *Direitos ambientais para o setor pesqueiro: diagnóstico e diretrizes para a pesca marítima*. Brasília: IBAMA/PNUD/MMA.

_____. (1999b). *Estatísticas pesca*. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> [acessado em 26 de abril de 2000].

_____; CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO PESQUEIRA DA REGIÃO NORTE – CEPNOR. (2001). *Boletim Técnico*, v. 01, nº 01. Belém: IBAMA/CEPNOR.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ – IDESP. (1966). *Pesca no Pará: setor aberto a investimentos*. Belém: IDESP.

ISAAC, Victoria J. (1995). *Reflexões sobre uma política de desenvolvimento da pesca na Amazônia*. Belém, 21p. (mimeo.).

LEITE, Márcia de Paula. (2000). Trabalho e sociedade em transformação. In: *Sociologias*, a. 02, nº 04, jul/dez, Porto Alegre, p. 66-87.

LIMA, Jacob Carlos. (1998). Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação. In: CASTRO, Nadya A.; DEDECCA, Claudio S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, p. 211-229.

LOUREIRO, Violeta R. Modernização e conflito na pesca do Pará (Amazônia). (1992). In: CUNHA, José Carlos (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPa, p.193-219 (Série Cooperação Amazônica, v.11).

MAHAR, Dennis J. (1978). *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Relatório de Pesquisa nº 39).

MARQUES, Rosa Maria *et al.* (1999). Recursos humanos e inovação na indústria paulista. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, nº 1-2, jan/jun, São Paulo, p.87-92.

MARTINS, José de Souza. (1995) A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 6, nº 12, p.1-25 .

MARX, Karl. (1989). *O capital: crítica da economia política – livro I*, v. 01. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MELLO, Alex F. (1985). *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPa.

_____. (1989). Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do caso amazônico. In: III Encontro das Ciências Sociais e o Mar - pesca artesanal: tradição e modernidade. *Anais ...* São Paulo: IOUSP/F. FORD/UICN, p. 63-75.

MENDES, Amando. (1938). *As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil - notas e sugestões*. São Paulo: Record.

MESCHKAT, Arno. (1959). *Considerações sobre a pesca na Amazônia*. Belém: SPVEA (Série Recursos Naturais II).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL - SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. (1934). *Atividades do Serviço de Caça e Pesca (março de 1933 a março de 1934)*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

MOURTHÉ, André. (1999). Impacto da automação sobre o emprego e as relações de trabalho em empresas de autopeças em Minas Gerais. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio (orgs.). *Relações da trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas Gerais, p. 87-102.

NASCIMENTO, Maria Antônia C. (1993). *Tecelãs, tecelões: processos de trabalho, cotidiano e resistência*. Belém, 1993. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. (2001). *Examen mundial de la pesca y la acuicultura*. Disponível em <<http://www.fao.org>> [acessado em 15 de setembro de 2002].

_____. (2002a). *Examen mundial de la pesca y la acuicultura*. Disponível em <<http://www.fao.org>> [acessado em 29 de maio de 2003].

_____. (2002b) *El número de pescadores se ha duplicado desde 1970*: Roma: Departamento de Pesca da FAO.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. (1999). *Informe sobre la seguridad e la salud en las industrias pesqueras*. Genebra: OIT.

_____. La profesión más peligrosa (2000). *Revista Internacional del Trabajo*, nº 33, fev.

PAIVA, Melquíades Pinto (coord.). (1997). *Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil*. Fortaleza: EUFC.

PENNER, Maria Eunice Soares. (1984). *A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico*. Belém: Universidade Federal do Pará.

PROENÇA, Adriano. (1996). A próxima mutação: indústria brasileira, TQC e a gerência estratégica de produção. In: CASTRO, Antonio Barros, POSSAS, Mario Luiz, PROENÇA, Adriano (orgs.). *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 193-225.

QUADROS, Ruy *et al.* (1999). Padrões de inovação tecnológica na indústria paulista: comparação com os países industrializados. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, nº 1-2, jan/jun, São Paulo, p. 53-66.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. (1999). In: POSTHUMA, Anne Caroline (org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTe; São Paulo: Ed.34, p. 119-147.

SINGER, Paul. (1999). A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio (orgs.). *Relações da trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas Gerais, p. 31-45.

SANTOS, Roberto A. O. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.

SENA, Ana Laura S. (2001). *Relatório de campo*. Belém.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA – SUDEPE. (1975). *III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1975-1979)*. Brasília: SUDEPE.

_____; COORDENADORIA REGIONAL NO PARÁ – COREG. (1988) *O setor pesqueiro no Estado do Pará – diagnóstico (versão preliminar)*. Brasília: SUDEPE.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. (1999). *Guia para elaboração do Plano APPCC: pescado e derivados*. Brasília: SEBRAE/SENAI/DN (Série Qualidade e Segurança Alimentar).

TORRES, Marcelo Ferreira *et al.* (1996). O gerenciamento de estoques pesqueiros: o caso da piramutaba. In: XIMENES, Tereza (org.). *Políticas pesqueiras nos países amazônicos*. Belém: UNAMAZ/NAEA, p. 279-361.

VERÍSSIMO, José. [1895] (1970). *A pesca na Amazônia*. Belém: UFPa.

ZUGARRRAMURDI, Aurora; PARÍN, Maria (1998). *Ingeniería Económica Aplicada a la Industria Pesquera*. Roma: FAO (Documento Técnico de Pesca 351).

ANEXOS



Mabel White



¿Hablas el
lenguaje
de moda?

Diccionario fashion
para este otoño











A Empresa

Produtos e Serviços

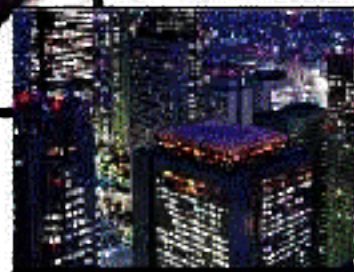


Contatos



Comentários

Clientes











A. FITCH

N



Y

1892

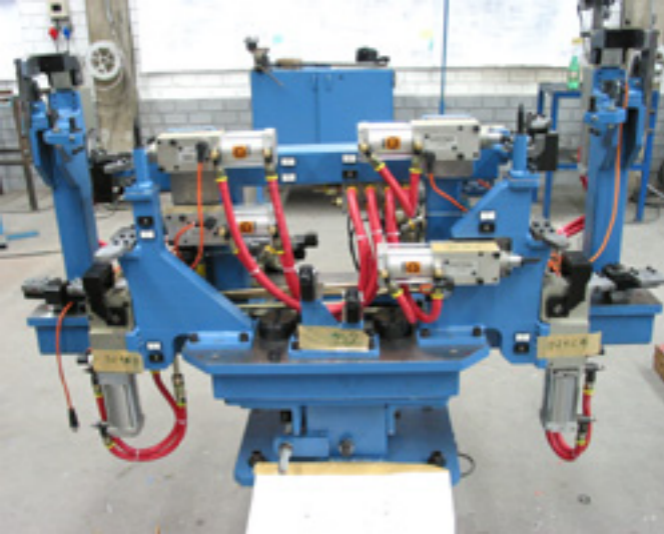


































Fácil

Fácil

Estou aqui.

vodafone
How are you?







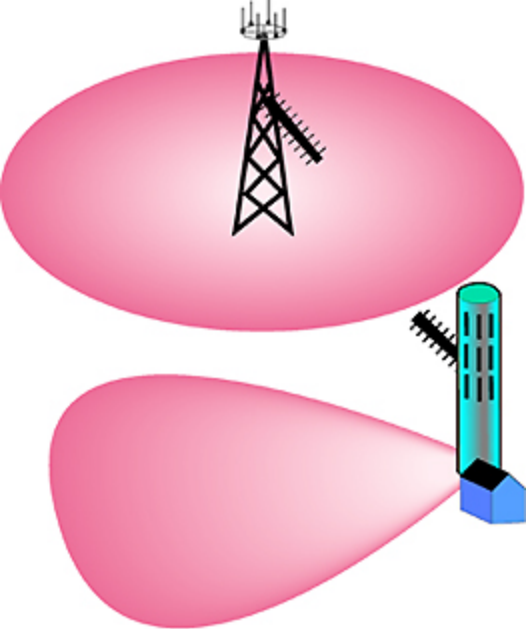
**EL "LULISMO"
YA FRACASO!!**











Cell station coverage















Modelos femininos



Modelos masculinos







Gestão Escolar

Software de Bases de Dados
FileMaker



Sites personalizados

Sistema Abelinha para actualização
de sites via Browser

A escola



A sala de aula



Quizdom

Dispositivo wireless
para testes interactivos

Proscope

Microscópio digital
portátil

iLife

Projectos digitais
para aprender no Sec XXI

Com base na documentação apresentam 3 propostas draft para a implementação


Equipe designers
BetterSoft



www.bettersoft.pt/empresacliente1



www.bettersoft.pt/empresacliente2



www.bettersoft.pt/empresacliente3

Efectua sugestões de alteração a um dos drafts



Empresa cliente



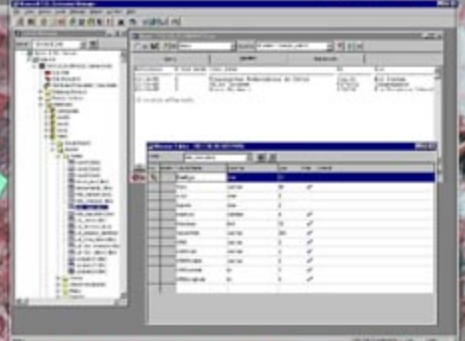
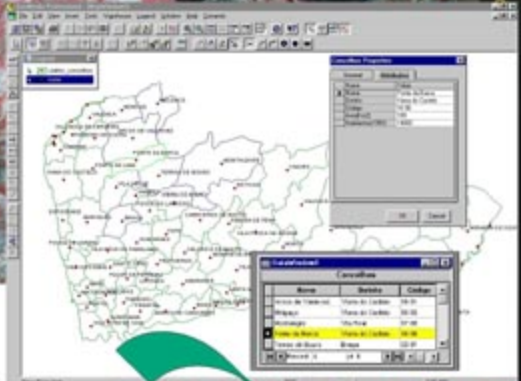
Empresa Cliente aprova o produto final que é publicado na Internet

www.empresacliente.pt

Sistema de Informação Geográfica do Parque Nacional da Peneda-Gerês

- Monitorização, Gestão e Conservação Ambiental
- Gestão e Ordenamento do Território
- Protecção e Registo do Património Natural e Cultural
- Planeamento e Gestão do Turismo
- Desenvolvimento Regional e Rural
- Protecção Civil
- Educação Ambiental

Prevenção, Combate e Registo de Incêndios



CELPA IFE95 29. 08. 06 11. 57. 40 NS141308 f/154. 006
07 039 NGS84 1465

GESTOR

FINANCEIRO
RECEITA
FISCALIZAÇÃO

ORÇAMENTO
PÚBLICO

DÍVIDA
ATIVA

COMPRAS
ALMOXARIFADO

EDUCAÇÃO

SAÚDE
PÚBLICA

RECURSOS
HUMANOS

PATRIMÔNIO

JURÍDICO

CENTRO RÁPIDO
DE ATENDIMENTO
MUNICIPAL

SEGURANÇA
ACESSO

OUVIDORIA

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

SANEAMENTO
BÁSICO

MULTAS
DE TRÂNSITO

SERVIÇOS
URBANOS

EXPEDIENTE
MUNICIPAL

BIBLIOTECA

GESTÃO
DE ATIVIDADES

FROTAS

OBRAS
PÚBLICAS

LEGISLATIVO

CEMITÉRIOS







